

Os ECONOMISTAS

MAX WEBER

TEXTOS SELECIONADOS

Traduções de Maurício Tragtenberg, Waltensir Dutra,
Calógeras A. Pajuaba, M. Irene de Q. F. Szmrecsányi,
Tamás J. M. K. Szmrecsányi

Revisão de Cássio Gomes (Parlamentarismo e Governo)

Fundador
VICTOR CIVITA
(1907 - 1990)



Editora Nova Cultural Ltda.

Copyright © desta edição 1997, Círculo do Livro Ltda.

Rua Paes Leme, 524 - 10º andar
CEP 05424-010 - São Paulo - SP

Título original:

Parlament und regierung in Neuordneten Deutschland
(Cap. IV de *Parlament und Deutschland*); *The "Relations of the*
Rural community to Other Branches of Social Science" (Congress of
Arts and Science, Universal Exposition, St. Louis, 1904);
"Wahrecht und Demokratie in Deutschland.

Textos publicados sob licença de:
Dunker & Humblot, Berlim

Direitos exclusivos sobre as traduções deste volume:
Círculo do Livro Ltda.

Impressão e acabamento:
DONNELLEY COCHRANE GRÁFICA E EDITORA BRASIL LTDA.
DIVISÃO CÍRCULO - FONE (55 11) 4191-4633

ISBN 85-351-0916-1

APRESENTAÇÃO

Maurício Tragtenberg

Pondo-se de lado alguns trabalhos precursores, como os de Maquiavel (1469-1527) e Montesquieu (1689-1755), o estudo científico dos fatos humanos somente começou a se constituir em meados do século XIX. Nessa época, assistia-se ao triunfo dos métodos das ciências naturais, concretizadas nas radicais transformações da vida material do homem, operadas pela Revolução Industrial. Diante dessa comprovação inequívoca da fecundidade do caminho metodológico apontado por Galileu (1564-1642) e outros, alguns pensadores que procuravam conhecer cientificamente os fatos humanos passaram a abordá-los segundo as coordenadas das ciências naturais. Outros, ao contrário, afirmando a peculiaridade do fato humano e a conseqüente necessidade de uma metodologia própria. Essa metodologia deveria levar em consideração o fato de que o conhecimento dos fenômenos naturais é um conhecimento de algo externo ao próprio homem, enquanto nas ciências sociais o que se procura conhecer é a própria experiência humana. De acordo com a distinção entre experiência externa e experiência interna, poder-se-ia distinguir uma série de contrastes metodológicos entre os dois grupos de ciências. As ciências exatas partiriam da observação sensível e seriam experimentais, procurando obter dados mensuráveis e regularidades estatísticas que conduzissem à formulação de leis de caráter matemático.

As ciências humanas, ao contrário, dizendo respeito à própria experiência humana, seriam introspectivas, utilizando a intuição direta dos fatos, e procurariam atingir não generalidades de caráter matemático, mas descrições qualitativas de tipos e formas fundamentais da vida do espírito.

Os positivistas (como eram chamados os teóricos da identidade fundamental entre as ciências exatas e as ciências humanas) tinham suas origens sobretudo na tradição empirista inglesa que remonta a Francis Bacon (1561-1626) e encontrou expressão em David Hume

(1711-1776), nos utilitaristas do século XIX e outros. Nessa linha metodológica de abordagem dos fatos humanos se colocariam Augusto Comte (1798-1857) e Émile Durkheim (1858-1917), este considerado por muitos o fundador da sociologia como disciplina científica. Os antipositivistas, adeptos da distinção entre ciências humanas e ciências naturais, foram sobretudo os alemães, vinculados ao idealismo dos filósofos da época do Romantismo, principalmente Hegel (1770-1831) e Schleiermacher (1768-1834). Os principais representantes dessa orientação foram os neokantianos Wilhelm Dilthey (1833-1911), Wilhelm Windelband (1848-1915) e Heinrich Rickert (1863-1936). Dilthey estabeleceu uma distinção que fez fortuna: entre *explicação* (*erklären*) e *compreensão* (*verstehen*). O modo explicativo seria característico das ciências naturais, que procuram o relacionamento causal entre os fenômenos. A compreensão seria o modo típico de proceder das ciências humanas, que não estudam fatos que possam ser *explicados* propriamente, mas visam aos processos permanentemente vivos da experiência humana e procuram extrair deles seu sentido (*Sinn*). Os sentidos (ou significados) são dados, segundo Dilthey, na própria experiência do investigador, e poderiam ser empaticamente apreendidos na experiência dos outros.

Dilthey (como Windelband e Rickert), contudo, foi sobretudo filósofo e historiador e não, propriamente, cientista social, no sentido que a expressão ganharia no século XX. Outros levaram o método da compreensão ao estudo de fatos humanos particulares, constituindo diversas disciplinas *compreensivas*. Na sociologia, a tarefa ficaria reservada a Max Weber.

Uma educação humanista apurada

Max Weber nasceu e teve sua formação intelectual no período em que as primeiras disputas sobre a metodologia das ciências sociais começavam a surgir na Europa, sobretudo em seu país, a Alemanha. Filho de uma família da alta classe média, Weber encontrou em sua casa uma atmosfera intelectualmente estimulante. Seu pai era um conhecido advogado e desde cedo orientou-o no sentido das humanidades. Weber recebeu excelente educação secundária em línguas, história e literatura clássica. Em 1882, começou os estudos superiores em Heidelberg, continuando-os em Göttingen e Berlim, em cujas universidades dedicou-se simultaneamente à economia, à história, à filosofia e ao direito. Concluído o curso, trabalhou na Universidade de Berlim, na qualidade de livre-docente, ao mesmo tempo que servia como assessor do governo. Em 1893, casou-se e, no ano seguinte, tornou-se professor de economia na Universidade de Freiburg, da qual se transferiu para a de Heidelberg, em 1896. Dois anos depois, sofreu sérias perturbações nervosas, que o levaram a deixar os trabalhos docentes, só voltando à atividade em 1903, na qualidade de co-editor do

Arquivo de Ciências Sociais (Archiv für Sozialwissenschaft), publicação extremamente importante no desenvolvimento dos estudos sociológicos na Alemanha. A partir dessa época, Weber somente deu aulas particulares, salvo em algumas ocasiões, em que proferiu conferências nas universidades de Viena e Munique, nos anos que precederam sua morte, em 1920.

Compreensão e explicação

Dentro das coordenadas metodológicas que se opunham à assimilação das ciências sociais aos quadros teóricos das ciências naturais, Weber concebe o objeto da sociologia como, fundamentalmente, “a captação da relação de sentido” da ação humana. Em outras palavras, conhecer um fenômeno social seria extrair o conteúdo simbólico da ação ou ações que o configuram. Por ação, Weber entende “aquela cujo sentido pensado pelo sujeito ou sujeitos é referido ao comportamento dos outros, orientando-se por ele o seu comportamento”. Tal colocação do problema de como se abordar o fato significa que não é possível propriamente *explicá-lo* como resultado de um relacionamento de causas e efeitos (procedimento das ciências naturais), mas *compreendê-lo* como fato carregado de sentido, isto é, como algo que aponta para outros fatos e somente em função dos quais poderia ser conhecido em toda a sua amplitude.

O método compreensivo, defendido por Weber, consiste em entender o sentido que as ações de um indivíduo contêm e não apenas o aspecto exterior dessas mesmas ações. Se, por exemplo, uma pessoa dá a outra um pedaço de papel, esse fato, em si mesmo, é irrelevante para o cientista social. Somente quando se sabe que a primeira pessoa deu o papel para a outra como forma de saldar uma dívida (o pedaço de papel é um cheque) é que se está diante de um fato propriamente humano, ou seja, de uma ação carregada de sentido. O fato em questão não se esgota em si mesmo e aponta para todo um complexo de significações sociais, na medida em que as duas pessoas envolvidas atribuem ao pedaço de papel a função de servir como meio de troca ou pagamento; além disso, essa função é reconhecida por uma comunidade maior de pessoas.

Segundo Weber, a captação desses sentidos contidos nas ações humanas não poderia ser realizada por meio, exclusivamente, dos procedimentos metodológicos das ciências naturais, embora a rigorosa observação dos fatos (como nas ciências naturais) seja essencial para o cientista social. Contudo, Weber não pretende cavar um abismo entre os dois grupos de ciências. Segundo ele, a consideração de que os fenômenos obedecem a uma regularidade causal envolve referência a um mesmo esquema lógico de prova, tanto nas ciências naturais quanto nas humanas. Entretanto, se a lógica da explicação causal é idêntica, o mesmo não se poderia dizer dos tipos de leis gerais a serem formulados

para cada um dos dois grupos de disciplinas. As leis sociais, para Weber, estabelecem relações causais em termos de regras de probabilidades, segundo as quais a determinados processos devem seguir-se, ou ocorrer simultaneamente, outros. Essas leis referem-se a construções de “comportamento com sentido” e servem para explicar processos particulares. Para que isso seja possível, Weber defende a utilização dos chamados “tipos ideais”, que representam o primeiro nível de generalização de conceitos abstratos e, correspondendo às exigências lógicas da prova, estão intimamente ligados à realidade concreta particular.

O legal e o típico

O conceito de *tipo ideal* corresponde, no pensamento weberiano, a um processo de conceituação que abstrai de fenômenos concretos o que existe de particular, constituindo assim um conceito individualizante ou, nas palavras do próprio Weber, um “conceito histórico-concreto”. A ênfase na caracterização sistemática dos padrões individuais concretos (característica das ciências humanas) opõe a conceituação típico-ideal à conceituação generalizadora, tal como esta é conhecida nas ciências naturais.

A conceituação generalizadora, como revela a própria expressão, retira do fenômeno concreto aquilo que ele tem de geral, isto é, as uniformidades e regularidades observadas em diferentes fenômenos constitutivos de uma mesma classe. A relação entre o conceito genérico e o fenômeno concreto é de natureza tal que permite classificar cada fenômeno particular de acordo com os traços gerais apresentados pelo mesmo, considerando acidental tudo o que não se enquadre dentro da generalidade. Além disso, a conceituação generalizadora considera o fenômeno particular um caso cujas características gerais podem ser deduzidas de uma lei.

A conceituação típico-ideal chega a resultados diferentes da conceituação generalizadora. O *tipo ideal*, segundo Weber, expõe como se desenvolveria uma forma particular de ação social se o fizesse racionalmente em direção a um fim e se fosse orientada de forma a atingir um e somente um fim. Assim, o tipo ideal não descreveria um curso concreto de ação, mas um desenvolvimento normativamente ideal, isto é, um curso de ação “objetivamente possível”. O tipo ideal é um conceito vazio de conteúdo real: ele depura as propriedades dos fenômenos reais desencarnando-os pela análise, para depois reconstruí-los. Quando se trata de tipos complexos (formados por várias propriedades), essa reconstrução assume a forma de síntese, que não recupera os fenômenos em sua real concreção, mas que os idealiza em uma articulação significativa de abstrações. Desse modo, se constitui uma “pauta de contrastação”, que permite situar os fenômenos reais em sua relatividade. Por conseguinte, o tipo ideal não constitui nem uma hipótese nem uma proposição e, assim, não pode ser falso nem verdadeiro, mas válido ou

não-válido, de acordo com sua utilidade para a compreensão significativa dos acontecimentos estudados pelo investigador.

No que se refere à aplicação do tipo ideal no tratamento da realidade, ela se dá de dois modos. O primeiro é um processo de contração conceitual que permite simplesmente apreender os fatos segundo sua maior ou menor aproximação ao tipo ideal. O segundo consiste na formulação de hipóteses explicativas. Por exemplo: para a explicação de um pânico na bolsa de valores, seria possível, em primeiro lugar, supor como se desenvolveria o fenômeno na ausência de quaisquer sentimentos irracionais; somente depois se poderia introduzir tais sentimentos como fatores de perturbação. Da mesma forma se poderia proceder para a explicação de uma ação militar ou política. Primeiro se fixaria, hipoteticamente, como se teria desenvolvido a ação se todas as intenções dos participantes fossem conhecidas e se a escolha dos meios por parte dos mesmos tivesse sido orientada de maneira rigorosamente racional em relação a certo fim. Somente assim se poderia atribuir os desvios aos fatores irracionais.

Nos exemplos acima é patente a dicotomia estabelecida por Weber entre o racional e o irracional, ambos conceitos fundamentais de sua metodologia. Para Weber, uma ação é racional quando cumpre duas condições. Em primeiro lugar, uma ação é racional na medida em que é orientada para um objetivo claramente formulado, ou para um conjunto de valores, também claramente formulados e logicamente consistentes. Em segundo lugar, uma ação é racional quando os meios escolhidos para se atingir o objetivo são os mais adequados.

Uma vez de posse desses instrumentos analíticos, formulados para a explicação da realidade social concreta ou, mais exatamente, de uma porção dessa realidade, Weber elabora um sistema compreensivo de conceitos, estabelecendo uma terminologia precisa como tarefa preliminar para a análise das inter-relações entre os fenômenos sociais. De acordo com o vocabulário weberiano, são quatro os tipos de ação que cumpre distinguir claramente: ação racional em relação a fins, ação racional em relação a valores, ação afetiva e ação tradicional. Esta última, baseada no hábito, está na fronteira do que pode ser considerado ação e faz Weber chamar a atenção para o problema de fluidez dos limites, isto é, para a virtual impossibilidade de se encontrarem "ações puras". Em outros termos, segundo Weber, muito raramente a ação social orienta-se exclusivamente conforme um ou outro dos quatro tipos. Do mesmo modo, essas formas de orientação não podem ser consideradas exaustivas. Seriam tipos puramente conceituais, construídos para fins de análise sociológica, jamais encontrando-se na realidade em toda a sua pureza; na maior parte dos casos, os quatro tipos de ação encontram-se misturados. Somente os resultados que com eles se obtenham na análise da realidade social podem dar a medida de sua conveniência. Para qualquer um desses tipos tanto

seria possível encontrar fenômenos sociais que poderiam ser incluídos neles, quanto se poderia também deparar com fatos limítrofes entre um e outro tipo. Entretanto, observa Weber, essa fluidez só pode ser claramente percebida quando os próprios conceitos tipológicos não são fluidos e estabelecem fronteiras rígidas entre um e outro. Um conceito bem definido estabelece nitidamente propriedades cuja presença nos fenômenos sociais permite diferenciar um fenômeno de outro; estes, contudo, raramente podem ser classificados de forma rígida.

O sistema de tipos ideais

Na primeira parte de *Economia e Sociedade*, Max Weber expõe seu sistema de tipos ideais, entre os quais os de lei, democracia, capitalismo, feudalismo, sociedade, burocracia, patrimonialismo, sultanismo. Todos esses tipos ideais são apresentados pelo autor como conceitos definidos conforme critérios pessoais, isto é, trata-se de conceituações do que ele entende pelo termo empregado, de forma a que o leitor perceba claramente do que ele está falando. O importante nessa tipologia reside no meticuloso cuidado com que Weber articula suas definições e na maneira sistemática com que esses conceitos são relacionados uns aos outros. A partir dos conceitos mais gerais do comportamento social e das relações sociais, Weber formula novos conceitos mais específicos, pormenorizando cada vez mais as características concretas.

Sua abordagem em termos de tipos ideais coloca-se em oposição, por um lado, à explicação estrutural dos fenômenos, e, por outro, à perspectiva que vê os fenômenos como entidades qualitativamente diferentes. Para Weber, as singularidades históricas resultam de combinações específicas de fatores gerais que, se isolados, são quantificáveis, de tal modo que os mesmos elementos podem ser vistos numa série de outras combinações singulares. Tudo aquilo que se afirma de uma ação concreta, seus graus de adequação de sentido, sua explicação compreensiva e causal, seriam hipóteses suscetíveis de verificação. Para Weber, a interpretação causal correta de uma ação concreta significa que “o desenvolvimento externo e o motivo da ação foram conhecidos de modo certo e, ao mesmo tempo, compreendidos com sentido em sua relação”. Por outro lado, a interpretação causal correta de uma ação típica significa que o acontecimento considerado típico se oferece com adequação de sentido e pode ser comprovado como causalmente adequado, pelo menos em algum grau.

O capitalismo é protestante?

As soluções encontradas por Weber para os intrincados problemas metodológicos que ocuparam a atenção dos cientistas sociais do começo do século XX permitiram-lhe lançar novas luzes sobre vários problemas sociais e históricos, e fazer contribuições extremamente importantes

para as ciências sociais. Particularmente relevantes nesse sentido foram seus estudos sobre a sociologia da religião, mais exatamente suas interpretações sobre as relações entre as idéias e atitudes religiosas, por um lado, e as atividades e organização econômica correspondentes, por outro.

Esses estudos de Weber, embora incompletos, foram publicados nos três volumes de sua *Sociologia da Religião*. A linha mestra dessa obra é constituída pelo exame dos aspectos mais importantes da ordem social e econômica do mundo ocidental, nas várias etapas de seu desenvolvimento histórico. Esse problema já se tinha colocado para outros pensadores anteriores a Weber, dentre os quais Karl Marx (1818-1883), cuja obra, além de seu caráter teórico, constituía elemento fundamental para a luta econômica e política dos partidos operários, por ele mesmo criados. Por essas razões, a pergunta que os sociólogos alemães se faziam era se o materialismo histórico formulado por Marx era ou não o verdadeiro, ao transformar o fator econômico no elemento determinante de todas as estruturas sociais e culturais, inclusive a religião. Inúmeros trabalhos foram escritos para resolver o problema, substituindo-se o fator econômico como dominante por outros fatores, tais como raça, clima, topografia, idéias filosóficas, poder político. Alguns autores, como Wilhelm Dilthey, Ernst Troeltsch (1865-1923) e Werner Sombart (1863-1941), já se tinham orientado no sentido de ressaltar a influência das idéias e das convicções éticas como fatores determinantes, e chegaram à conclusão de que o moderno capitalismo não poderia ter surgido sem uma mudança espiritual básica, como aquela que ocorreu nos fins da Idade Média. Contudo, somente com os trabalhos de Weber foi possível elaborar uma verdadeira teoria geral capaz de confrontar-se com a de Marx.

A primeira idéia que ocorreu a Weber na elaboração dessa teoria foi a de que, para conhecer corretamente a causa ou causas do surgimento do capitalismo, era necessário fazer um estudo comparativo entre as várias sociedades do mundo ocidental (único lugar em que o capitalismo, como um tipo ideal, tinha surgido) e as outras civilizações, principalmente as do Oriente, onde nada de semelhante ao capitalismo ocidental tinha aparecido. Depois de exaustivas análises nesse sentido, Weber foi conduzido à tese de que a explicação para o fato deveria ser encontrada na íntima vinculação do capitalismo com o protestantismo: "Qualquer observação da estatística ocupacional de um país de composição religiosa mista traz à luz, com notável freqüência, um fenômeno que já tem provocado repetidas discussões na imprensa e literatura católicas e em congressos católicos na Alemanha: o fato de os líderes do mundo dos negócios e proprietários do capital, assim como os níveis mais altos de mão-de-obra qualificada, principalmente o pessoal técnico e comercialmente especializado das modernas empresas, serem preponderantemente protestantes".

A partir dessa afirmação, Weber coloca uma série de hipóteses

referentes a fatores que poderiam explicar o fato. Analisando detidamente esses fatores, Weber elimina-os, um a um, mediante exemplos históricos, e chega à conclusão final de que os protestantes, tanto como classe dirigente, quanto como classe dirigida, seja como maioria, seja como minoria, sempre teriam demonstrado tendência específica para o racionalismo econômico. A razão desse fato deveria, portanto, ser buscada no caráter intrínseco e permanente de suas crenças religiosas e não apenas em suas temporárias situações externas na história e na política.

Uma vez indicado o papel que as crenças religiosas teriam exercido na gênese do espírito capitalista, Weber propõe-se a investigar quais os elementos dessas crenças que atuaram no sentido indicado e procura definir o que entende por “espírito do capitalismo”. Este é entendido por Weber como constituído fundamentalmente por uma ética peculiar, que pode ser exemplificada muito nitidamente por trechos de discursos de Benjamin Franklin (1706-1790), um dos líderes da independência dos Estados Unidos. Benjamin Franklin, representante típico da mentalidade dos colonos americanos e do espírito pequeno-burguês, afirma em seus discursos que “ganhar dinheiro dentro da ordem econômica moderna é, enquanto isso for feito legalmente, o resultado e a expressão da virtude e da eficiência de uma vocação”. Segundo a interpretação dada por Weber a esse texto, Benjamin Franklin expressa um utilitarismo, mas um utilitarismo com forte conteúdo ético, na medida em que o aumento de capital é considerado um fim em si mesmo e, sobretudo, um dever do indivíduo. O aspecto mais interessante desse utilitarismo residiria no fato de que a ética de obtenção de mais e mais dinheiro é combinada com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo da vida.

A questão seguinte colocada por Weber diz respeito aos fatores que teriam levado a transformar-se em vocação uma atividade que, anteriormente ao advento do capitalismo, era, na melhor das hipóteses, apenas tolerada. O conceito de vocação como valorização do cumprimento do dever dentro das profissões seculares Weber encontra expresso nos escritos de Martinho Lutero (1483-1546), a partir do qual esse conceito se tornou o dogma central de todos os ramos do protestantismo. Em Lutero, contudo, o conceito de vocação teria permanecido em sua forma tradicional, isto é, algo aceito como ordem divina à qual cada indivíduo deveria adaptar-se. Nesse caso, o resultado ético, segundo Weber, é inteiramente negativo, levando à submissão. O luteranismo, portanto, não poderia ter sido a razão explicativa do espírito do capitalismo.

Weber volta-se então para outras formas de protestantismo diversas do luteranismo, em especial para o calvinismo e outras seitas, cujo elemento básico era o profundo isolamento espiritual do indivíduo em relação a seu Deus, o que, na prática, significava a racionalização

do mundo e a eliminação do pensamento mágico como meio de salvação. Segundo o calvinismo, somente uma vida guiada pela reflexão contínua poderia obter vitória sobre o estado natural, e foi essa racionalização que deu à fé reformada uma tendência ascética.

Com o objetivo de relacionar as idéias religiosas fundamentais do protestantismo com as máximas da vida econômica capitalista, Weber analisa alguns pontos fundamentais da ética calvinista, como a afirmação de que “o trabalho constitui, antes de mais nada, a própria finalidade da vida”. Outra idéia no mesmo sentido estaria contida na máxima dos puritanos, segundo a qual “a vida profissional do homem é que lhe dá uma prova de seu estado de graça para sua consciência, que se expressa no zelo e no método, fazendo com que ele consiga cumprir sua vocação”. Por meio desses exemplos, Weber mostra que o ascetismo secular do protestantismo “libertava psicologicamente a aquisição de bens da ética tradicional, rompendo os grilhões da ânsia de lucro, com o que não apenas a legalizou, como também a considerou diretamente desejada por Deus”. Em síntese, a tese de Weber afirma que a consideração do trabalho (entendido como vocação constante e sistemática) como o mais alto instrumento de ascese e o mais seguro meio de preservação da redenção da fé e do homem deve ter sido a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida constituída pelo espírito do capitalismo.

É necessário, contudo, salientar que Weber em nenhum momento considera o espírito do capitalismo uma pura conseqüência da Reforma protestante. O sentido que norteia sua análise é antes uma proposta de investigar em que medida as influências religiosas participaram da moldagem qualitativa do espírito do capitalismo. Percorrendo o caminho inverso, Weber propõe-se também a compreender melhor o sentido do protestantismo, mediante o estudo dos aspectos fundamentais do sistema econômico capitalista. Tendo em vista a grande confusão existente no campo das influências entre as bases materiais, as formas de organização social e política e os conteúdos espirituais da Reforma, Weber salientou que essas influências só poderiam ser confirmadas por meio de exaustivas investigações dos pontos em que realmente teriam ocorrido correlações entre o movimento religioso e a ética vocacional. Com isso “se poderá avaliar” — diz o próprio Weber — “em que medida os fenômenos culturais contemporâneos se originam historicamente em motivos religiosos e em que medida podem ser relacionados com eles”.

Autoridade e legitimidade

A aplicação da metodologia compreensiva à análise dos fenômenos históricos e sociais, por parte de Weber, não se limitou às relações entre o protestantismo e o sistema capitalista. Inúmeros foram seus trabalhos de investigação empírica sobre assuntos econômicos e políticos. Entre os primeiros, salientam-se *A Situação dos Trabalhadores*

Agrícolas no Elba e A Psicofisiologia do Trabalho Industrial. Entre os segundos, devem ser ressaltadas suas análises críticas da seleção burocrática dos líderes políticos na Alemanha dos Kaiser Guilherme I e II e da despolitização levada a cabo com a hegemonia dos burocratas. Para a teoria política em geral, contudo, foram mais importantes os conceitos e categorias interpretativas que formulou e que se tornaram clássicos nas ciências sociais.

Weber distingue no conceito de política duas acepções, uma geral e outra restrita. No sentido mais amplo, política é entendida por ele como “qualquer tipo de liderança independente em ação”. No sentido restrito, política seria liderança de um tipo de associação específica; em outras palavras, tratar-se-ia da liderança do Estado. Este, por sua vez, é defendido por Weber como “uma comunidade humana que pretende o monopólio do uso legítimo da força física dentro de determinado território”. Definidos esses conceitos básicos, Weber é conduzido a desdobrar a natureza dos elementos essenciais que constituem o Estado e assim chega ao conceito de autoridade e de legitimidade. Para que um Estado exista, diz Weber, é necessário que um conjunto de pessoas (toda a sua população) obedeça à autoridade alegada pelos detentores do poder no referido Estado. Por outro lado, para que os dominados obedeçam é necessário que os detentores do poder possuam uma autoridade reconhecida como legítima.

A autoridade pode ser distinguida segundo três tipos básicos: a racional-legal, a tradicional e a carismática. Esses três tipos de autoridade correspondem a três tipos de legitimidade: a racional, a puramente afetiva e a utilitarista. O tipo racional-legal tem como fundamento a dominação em virtude da crença na validade do estatuto legal e da competência funcional, baseada, por sua vez, em regras racionalmente criadas. A autoridade desse tipo mantém-se, assim, segundo uma ordem impessoal e universalista, e os limites de seus poderes são determinados pelas esferas de competência, defendidas pela própria ordem. Quando a autoridade racional-legal envolve um corpo administrativo organizado, toma a forma de estrutura burocrática, amplamente analisada por Weber.

A autoridade tradicional é imposta por procedimentos considerados legítimos porque sempre teria existido, e é aceita em nome de uma tradição reconhecida como válida. O exercício da autoridade nos Estados desse tipo é definido por um sistema de *status*, cujos poderes são determinados, em primeiro lugar, por prescrições concretas da ordem tradicional e, em segundo lugar, pela autoridade de outras pessoas que estão acima de um *status* particular no sistema hierárquico estabelecido. Os poderes são também determinados pela existência de uma esfera arbitrária de *graça*, aberta a critérios variados, como os de razão de Estado, justiça substantiva, considerações de utilidade e outros. Ponto importante é a inexistência de separação nítida entre a esfera

da autoridade e a competência privada do indivíduo, fora de sua autoridade. Seu *status* é total, na medida em que seus vários papéis estão muito mais integrados do que no caso de um *ofício* no Estado racional-legal. Em relação ao tipo de autoridade tradicional, Weber apresenta uma subclassificação em termos do desenvolvimento e do papel do corpo administrativo: gerontocracia e patriarcalismo. Ambos são tipos em que nem um indivíduo, nem um grupo, segundo o caso, ocupam posição de autoridade independentemente do controle de um corpo administrativo, cujo *status* e cujas funções são tradicionalmente fixados. No tipo patrimonialista de autoridade, as prerrogativas pessoais do “chefe” são muito mais extensas e parte considerável da estrutura da autoridade tende a se emancipar do controle da tradição.

A dominação carismática é um tipo de apelo que se opõe às bases de legitimidade da ordem estabelecida e institucionalizada. O líder carismático, em certo sentido, é sempre revolucionário, na medida em que se coloca em oposição consciente a algum aspecto estabelecido da sociedade em que atua. Para que se estabeleça uma autoridade desse tipo, é necessário que o apelo do líder seja considerado legítimo por seus seguidores, os quais estabelecem com ele uma lealdade de tipo pessoal. Fenômeno excepcional, a dominação carismática não pode estabilizar-se sem sofrer profundas mudanças estruturais, tornando-se, de acordo com os padrões de sucessão que adotar e com a evolução do corpo administrativo ou racional-legal ou tradicional, em algumas de suas configurações básicas.

CRONOLOGIA

- 1864** — *Max Weber nasce em Erfurt, Turíngia, em 21 de abril.*
- 1869** — *Muda-se para Berlim com a família.*
- 1882** — *Conclui seus estudos pré-universitários e matricula-se na Faculdade de Direito de Heidelberg.*
- 1883** — *Transfere-se para Estrasburgo, onde presta um ano de serviço militar.*
- 1884** — *Reinicia os estudos universitários.*
- 1888** — *Conclui seus estudos e começa a trabalhar nos tribunais de Berlim.*
- 1889** — *Escreve sua tese de doutoramento sobre a história das companhias de comércio durante a Idade Média.*
- 1891** — *Escreve uma tese, História das Instituições Agrárias.*
- 1893** — *Casa-se com Marianne Schnitger.*
- 1894** — *Exerce a cátedra de economia na Universidade de Freiburg.*
- 1896** — *Aceita uma cátedra em Heidelberg.*
- 1898** — *Consegue uma licença remunerada na universidade, por motivo de saúde.*
- 1899** — *É internado numa casa de saúde para doentes mentais, onde permanece algumas semanas.*
- 1903** — *Participa, junto com Sombart, da direção de uma das mais destacadas publicações de ciências sociais da Alemanha.*
- 1904** — *Publica ensaios sobre os problemas econômicos das propriedades dos Junker, sobre a objetividade nas ciências sociais e a primeira parte de A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.*
- 1905** — *Parte para os Estados Unidos, onde pronuncia conferências e recolhe material para a continuação de A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.*
- 1906** — *Redige dois ensaios sobre a Rússia: A Situação da Democracia Burguesa na Rússia e A Transição da Rússia para o Constitucionalismo de Fachada.*
- 1914** — *Início da Primeira Guerra Mundial. Weber, no posto de capitão, é encarregado de organizar e administrar nove hospitais em Heidelberg.*

- 1918** — *Transfere-se para Viena, onde dá um curso sob o título de Uma Crítica Positiva da Concepção Materialista da História.*
- 1919** — *Pronuncia conferências em Munique, que serão publicadas sob o título de História Econômica Geral.*
- 1920** — *Falece em consequência de uma pneumonia aguda.*

BIBLIOGRAFIA

- ABEL, T.: *The Operation Called Verstehen in Readings in the Philosophy of Science*, editado por Herbert Feigl e May Brodbeck, Appleton, Nova York.
- ARON, R.: *In Sociologie Allemande*, Paris, 1935.
- BENDIX, R.: *Max Weber: an Intellectual Portrait*, Doubleday, Garden City, Nova York.
- FISCHOFF, E.: *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, Social Research, vol. XI, nº 1, fevereiro de 1944.
- PARSONS, T.: *The Structure of Social Action: A Study in Social Theory with Special Reference to a Group of Recent European Writers*, The Free Press of Glencoe.
- PARSONS, T.: Introdução ao livro de Max Weber *Social and Economic Organization*, Nova York, 1964.
- TIMASHEFF, N. S.: *Teoria Sociológica*, Rio de Janeiro, 1960.
- TROTSKY, L.: *Germany, What Next?*, Nova York, 1932.
- ZNANIECKI, F.: *The Method of Sociology*, Farrar & Rinehart, Nova York, 1934.

PARLAMENTARISMO E GOVERNO NUMA ALEMANHA RECONSTRUÍDA*

**(UMA CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA POLÍTICA DO
FUNCIONALISMO E DA POLÍTICA PARTIDÁRIA)**

Tradução de Maurício Tragtenberg

Revisão de Cássio Gomes

* Traduzido de: "Parlament und Regierung im neugeordneten Deutschland", in Max Weber, *Gesammelte politische Schriften*, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), Tübingen, 1958, 2ª edição, preparada por Johannes Winckelmann, págs. 294-394.

PREFÁCIO

Este trabalho político é uma revisão e uma ampliação de artigos publicados no *Frankfurter Zeitung* durante o verão de 1917.¹ O ensaio não proporciona novas informações para especialistas em constituições e também não pretende ter autoridade científica, pois as decisões últimas da vontade não podem ser tomadas por meios científicos. Os argumentos aqui representados não podem influenciar aqueles para quem as tarefas históricas da nação alemã não se colocam acima de qualquer controvérsia de natureza constitucional, ou aqueles que consideram essas tarefas de maneira radicalmente diferente. Nossos argumentos têm certas pressuposições, a partir das quais ditos argumentos são dirigidos contra aqueles que consideram mesmo os tempos atuais apropriados para desacreditar o sistema parlamentar em favor de outros poderes políticos. Infelizmente, esse tipo de crítica tem existido nos últimos quarenta anos nos grandes círculos de escritores de dentro e de fora do meio acadêmico, tendo continuado durante a guerra. Muito frequentemente tal crítica tem sido empreendida da forma mais arrogante e extravagante, com desdenhosa virulência e sem nenhuma boa vontade para compreender as condições para a existência de um

1 Estes ensaios foram publicados por Max Weber, *Gesammelte politische Schriften*, ed. Johannes Winkelmann (2ª ed.; Tübingen: Mohr, 1958), 294-394. Os ensaios foram pela primeira vez publicados em conjunto na série *Die innere Politik*, organizados por Siegmund Helmann (München e Leipzig: Duncker & Humblot, 1918). Em certas passagens Weber serviu-se da segunda parte de *Wirtschaft und Gesellschaft*, que naquela época não tinha ainda sido publicado. Por isso, o leitor encontrará certas repetições nas exposições que Weber faz do governo de dignitários e de democratas, mas ao mesmo tempo o leitor observará a conexão entre as opiniões políticas de Weber e sua percepção erudita das mudanças seculares. Entretanto, como o próprio Weber frisa no prefácio, ele não reivindica autoridade científica em suas opiniões políticas. Além disso, o leitor não deve esquecer que o ensaio teve origem em artigos jornalísticos que repetiam os tópicos principais com persistência propagandística. "A Política como Vocação" reenceta alguns dos temas de seus escritos do tempo da guerra. É realmente a soma de sua perspectiva política; porém, em sua concisão, é um trabalho ainda mais ocasional do que seus escritos políticos anteriores e, conseqüentemente, necessita de explanações mais desenvolvidas e concretas, como o ensaio presente. Nos últimos anos a política de Weber tem recebido grande atenção. A seleção que se segue é útil como leitura de fundo para a compreensão de seus escritos políticos; também contém muitas referências a outros assuntos pertinentes.

parlamento eficiente. É verdade que as realizações políticas dos parlamentos alemães são passíveis de crítica. Mas o que há de verdade com referência ao Reichstag também é válido para outras instituições políticas, às quais esses escritores sempre trataram com grande consideração e freqüente adulação. Se tais diletantes assim se comprazem em atacar o parlamentarismo, parece bastante apropriado examinar sua visão política sem muita consideração por seus sentimentos. Seria agradável travar combate com adversários imparciais — que sem dúvida existem —, mas seria contrário à integridade alemã mostrar respeito por certos círculos pelos quais este autor e muitos outros têm sido freqüentemente rotulados “demagogos”, “anti-alemães” ou “agentes estrangeiros”. Sem dúvida, a maioria dos “escritores” em questão foram ingênuos, mas é este talvez o aspecto mais vergonhoso de tais excessos.

Já foi dito que agora não é a ocasião para se debaterem questões de política interna, porque nós estamos ocupados com coisas mais importantes. “Nós?” — Quem? Isso deve referir-se aos que ficaram em casa. E o que é que deveria mantê-los tão ocupados? A ação de invectivar contra os inimigos? As guerras não são ganhas dessa maneira. Os soldados no *front* não fazem discursos contra o inimigo, e tais insultos, que se avolumam na razão direta da distância das trincheiras, são indignos de uma nação orgulhosa. Ou deveríamos fazer discursos e tomar resoluções a respeito do que “nós” devemos anexar antes que “nós” possamos concluir a paz? A esse respeito é necessário que se diga, em princípio, o seguinte: Se o exército, que trava as batalhas alemãs, assumisse o ponto de vista de que “o que quer que nós tenhamos conquistado com nosso sangue deve permanecer sob controle alemão”, nós, que não nos ausentamos de casa, teríamos o direito de dizer: “Considerarei que, politicamente, essa atitude poderia não ser prudente”. Contudo, se o exército insistisse, nós teríamos que nos calar. Mas se “nós” não temos escrúpulos em envenenar o orgulho dos soldados em suas realizações bradando-lhes, como já aconteceu antes repetidas vezes: “Se tal e tal objetivo de guerra que idealizamos não forem atingidos, tereis morrido em vão” — então isso me parece simplesmente intolerável de um ponto de vista puramente humano, e nada mais do que prejudicial à vontade de resistir. Em vez disso, seria melhor ficar repetindo apenas uma coisa: que a Alemanha luta pela vida contra um exército no qual africanos gurcas e todos os tipos de outros bárbaros dos mais remotos cantos do mundo estão nas fronteiras prontos para devastar nosso país. Isso é um fato que todos podem compreender. É um fato que teria de merecer unanimidade. Em vez disso, os escritores ocupam-se na elucubração de várias “idéias”, pelas quais os soldados devem derramar seu sangue e morrer. Não acredito que esses atos vão tenham facilitado ao mínimo o cumprimento do difícil dever por

nossos soldados; esses atos vão sem dúvida prejudicavam grandemente as possibilidades de uma discussão política objetiva.

Parece-me que *nossa* tarefa primordial em casa consiste em *tornar possível* para os soldados que regressam a reconstrução da Alemanha que eles salvaram — com o voto em suas mãos e através de seus representantes eleitos. Assim precisamos eliminar os obstáculos levantados pelas condições atuais, a fim de que os soldados possam dar início à reconstrução logo após o término da guerra, em vez de ter de se envolver em controvérsias estéreis. Nenhum sofisma pode esconder o fato de que o sufrágio imparcial e o governo parlamentar são o único meio para esse objetivo. Insincera e sem-vergonha é a queixa de se estar considerando uma reforma — “sem que os soldados fossem consultados” — quando, de fato, só a reforma lhes daria a oportunidade de participarem decisivamente de assuntos políticos.

Diz-se, além disso, que toda crítica à nossa forma de governo proporcionaria munição a nossos inimigos. Durante vinte anos esse argumento foi usado para nos fazer calar. Agora é muito tarde. Que podemos agora perder fora do país com essa crítica? Os inimigos podem se parabenizar se os antigos danos persistirem. Especialmente agora, que a grande guerra atingiu o estágio em que a diplomacia começa a entrar em ação novamente, é chegada a hora de fazer tudo para impedir a repetição dos velhos erros. Por enquanto as perspectivas são infelizmente muito limitadas. Mas os inimigos sabem, ou virão a saber, que a democracia alemã não pode concluir uma paz desfavorável se pretende ter algum futuro.

O indivíduo cujas crenças supremas colocam toda forma de governo autoritário acima de todos os interesses políticos da nação pode defender essas suas idéias. Não é possível discutir com ele. Contudo, não nos venha com conversa vã sobre o contraste entre as concepções de Estado da “Europa Ocidental” e “da Alemanha”. Estamos lidando aqui com simples questões de técnicas (constitucionais) para a formulação de políticas nacionais. Para um Estado de massas existe apenas um número limitado de alternativas. Para um político racional a forma de governo adequada, em qualquer época, é uma questão objetiva que depende das tarefas políticas da nação. É meramente uma falta de fé nas potencialidades da Alemanha quando afirmam que a germanicidade estaria sendo posta em risco se compartilhássemos técnicas e instituições úteis de governo com outros povos. Mais ainda, o parlamentarismo nunca foi estranho à história alemã, e nenhum dos sistemas contrastantes, característico da Alemanha somente. Circunstâncias plenamente obrigatórias e objetivas farão com que um Estado alemão com governo parlamentarista seja diferente de qualquer outro. Não seria uma política equilibrada, mas sim ao estilo dos literatos se essa questão fosse transformada num objeto de vaidade nacional. Não sabemos hoje se uma reconstrução parlamentar positiva ocorrerá na Alemanha. Tal re-

construção poderá ser frustrada pela direita ou ser impedida pela esquerda. Essa última hipótese também é possível. Os interesses vitais da nação colocam-se, é claro, acima da democracia e do parlamentarismo. Mas se o parlamento fracassasse e o velho sistema voltasse, isso teria sem dúvida conseqüências de longo alcance. Mesmo então poder-se-ia dar graças ao destino por sermos alemães. Mas ter-se-ia que abandonar para sempre quaisquer grandes esperanças pelo futuro da Alemanha, independente do tipo de paz que teríamos.

O autor, que votou pelo partido conservador há quase três décadas e mais tarde votou pelo partido democrático, e foi então convidado a escrever para o *Kreuzzeitung* e escreve agora para jornais liberais, não é político ativo e nem pretende sê-lo. A título de precaução, deve-se aduzir que ele não tem ligações de natureza alguma com nenhum importante político alemão. Tem boas razões para crer que nenhum partido, nem mesmo a esquerda, se identificará com o que ele tem a dizer. Isso se aplica particularmente ao que lhe é mais importante pessoalmente (seç. IV, abaixo), e esse é um assunto sobre o qual os partidos não têm opiniões divergentes. O autor optou por suas opiniões políticas porque os acontecimentos das últimas décadas há muito o convenceram de que toda política alemã, independente de seus objetivos, está condenada ao fracasso, em vista da estrutura constitucional e da natureza de nossa máquina política, e de que essa situação perdurará se as condições não mudarem. Mais ainda, ele considera muito improvável que sempre existirão líderes militares, ao preço de enormes sacrifícios de vidas.

Mudanças técnicas na forma de governo por si mesmas não fazem uma nação vigorosa, ou feliz, ou valiosa. Elas podem somente eliminar obstáculos técnicos e são, assim, meramente um meio para determinado fim. É lamentável talvez que tais assuntos burgueses e prosaicos, que aqui discutiremos com deliberada autolimitação e com exclusão de todas as grandes questões culturais essenciais que se nos defrontem, possam ser de fato importantes. Mas assim são as coisas. Tem sido provado pelos acontecimentos importantes e triviais: pela evolução política das décadas recentes, mas também muito recentemente pelo malogro total da liderança política na pessoa de um burocrata excepcionalmente capaz e decente (Georg Michaelis) — foi uma espécie de teste para a análise apresentada pouco antes do acontecimento nos artigos aqui republicados.¹

1 As seções I a III tinham sido originalmente publicadas no *Frankfurter Zeitung* de 27 de maio, 5 e 6 de junho e 24 de junho de 1917, sob o título "Parlamentarismo Alemão no Passado e no Futuro". Conforme a bibliografia em *Max Weber — Werk und Person* organizada por Edward Baumgarten (Tübingen: Mohr, 1964), 711: também a introdução de Winckelmann a GPS, 2ª ed., XXXV. Sobre a queda do Chanceler Bethmann-Hollweg a 14 de julho de 1917 e o breve mandato do Chanceler Michaelis (até 30 de outubro de 1917), ver notas 27 e 29, abaixo.

Quem quer que não esteja convencido por esses acontecimentos não se satisfará com nenhuma prova. Em questões de técnica de Estado, o político conta com as gerações vindouras. Mas este presente trabalho, ocasional, pretende simplesmente contribuir para o debate de questões contemporâneas. A longa demora até chegar a esta publicação, aliás sugerida por amigos que pensam como o autor, deve-se a outras preocupações, e também, desde novembro, às costumeiras dificuldades técnicas do impressor.

I

O LEGADO DE BISMARCK

A atual condição de nossa vida parlamentar é um legado da longa dominação do príncipe Bismarck e da atitude da nação para com ele desde a última década de seu cargo de chanceler. Essa atitude não tem paralelo no posicionamento de nenhum outro grande povo com respeito a um estadista de tal envergadura. Em nenhuma outra parte do mundo, mesmo a mais desenfreada admiração pela personalidade de um político conseguiu fazer uma nação orgulhosa sacrificar suas convicções essenciais tão completamente. Por outro lado, uma oposição objetiva mui raramente provocou ódio tão grande contra um estadista de tão gigantescas dimensões como a que na ocasião irrompeu contra Bismarck no seio da extrema esquerda e no partido (católico) de centro.

Quais as razões?

Acontecimentos memoráveis tais como os de 1866 e de 1870, como ocorre freqüentemente, tiveram seu maior impacto na geração para a qual as guerras vitoriosas constituíram indelével experiência de sua juventude, mas essa geração não tinha uma nítida compreensão das graves tensões internas do país que acompanhavam essas guerras. Bismarck só se transformou numa lenda quando essa geração se tornou adulta. A geração de escritores políticos que ingressaram na vida pública a partir de 1878 dividiu-se em dois segmentos desiguais. O grupo maior admirava não a grandeza do intelecto sofisticado e imponente de Bismarck, mas exclusivamente a mescla de violência e astúcia, a brutalidade aparente ou real de sua atividade política. O outro grupo reagiu a isso com débil ressentimento e desapareceu rapidamente após a morte do chanceler. Assim, o primeiro tem sido cultivado mais e mais. Há já bastante tempo que essa atitude dominante vem moldando não apenas a lenda histórica de políticos conservadores, mas também a dos escritores genuinamente entusiásticos e, é claro, a daqueles plebeus intelectuais que, imitando os gestos de Bismarck, buscam legiti-

mar-se como se partilhassem de seu espírito. Sabemos que Bismarck tinha o maior dos desprezos por esse grupo muito influente, ainda que não fosse contrário a tirar proveitos políticos desses cortesãos, como o fez com o Sr. Busch e sua laia. ¹¹ À margem de um memorando que hoje chamaríamos de Pangermânico (*alldeutsch*), ele certa vez anotou: “Bombástico no conteúdo e pueril na forma”. Referiam-se essas observações a um manuscrito que ele havia solicitado como amostra de um homem que diferia dos representantes de hoje deste tipo por ter servido à nação corajosamente, não apenas declamando palavras. O que Bismarck pensava de seus pares conservadores ele anotava em suas memórias.

Bismarck tinha razões de sobra para ter seus pares em tão baixa estima.

Pois que foi que lhe aconteceu quando foi forçado a afastar-se do poder em 1890? Honestamente, não podia esperar simpatia do Partido do Centro, ao qual tinha tentado ligar o assassino Kullmann; dos social-democratas, a quem ele tinha perseguido com o parágrafo de banimento (local) da legislação anti-socialista; dos progressistas (*Freisinnige*), a quem ele estigmatizara como “inimigos do Reich”. Mas os outros, que tinham aplaudido esses atos estrondosamente, que fizeram? Lacaios conservadores ocupavam as cadeiras dos ministros prussianos e eram membros dos ministérios federais. Que fizeram? Aguardaram os acontecimentos. “Simplesmente um novo superior” — foi esse o fim da questão. Políticos conservadores sentavam-se nas cadeiras presidenciais dos parlamentos do Império e da Prússia. Que palavras de simpatia ofereceram ao criador do Reich demissionário? Não pronunciaram uma palavra.

Qual dos grandes partidos de seus seguidores exigiu alguma explicação das razões de sua exoneração? Nem sequer se moveram, simplesmente voltaram-se para o novo sol. Esse acontecimento não tem paralelo nos anais de nenhum outro povo orgulhoso. Mas o desprezo que esse acontecimento merece só pode ser realçado por aquele entu-

- 1 Moritz Busch (1821-1899) foi o principal agente de publicidade e panegirista oficial de Bismarck. Suas memórias, *Bismarck: Algumas Páginas Secretas de Sua História* (Londres: Macmillan, 1898), foram primeiramente publicadas na Inglaterra, devido a restrições legais vigentes na Alemanha.
- 2 Após as medidas iniciais do esforço de Bismarck para controlar a Igreja Católica (o chamado Kulturkampf, 1872-1887, solidamente apoiado pelos partidos liberais), ocorreu um atentado contra sua vida perpetrado por certo Kullmann, tanoeiro desempregado, católico, em Bad Kissingen, em julho de 1874. Como ocorreu novamente em 1878, quando os social-democratas foram responsabilizados pelos atentados de Hodel e de Nobiling contra a vida do velho imperador, Bismarck imediatamente tentou tirar vantagem política deste incidente em seu conflito com o Partido do Centro. “Podeis repudiar este assassino quanto o quiserdes”, exclamou ele (estando bem vivo) durante o debate do orçamento seguinte, “mas ele se agarra firmemente à aba de vossos casacos; sois vós quem ele considera seu partido.” Ver Karl Bachen, *Vorgeschichte und Politik der deutschen Zentrumsparthei*, III (Köln: Bachen, 1927); 219s.

siasmo por Bismarck, do qual os mesmos partidos mais tarde fizeram um arrendamento hereditário. Há meio século, os conservadores prussianos *não* têm conseguido mostrar nenhum “caráter” em seu comprometimento com grandes objetivos políticos ou com quaisquer outros ideais, como os possuíam, à sua maneira, homens como Stahl e Gerlach e os membros do velho movimento cristão-social. !1

Somente quando seus interesses financeiros, o monopólio dos benefícios de seu cargo, seu patronato de cargos públicos ou — e o que é a mesma coisa — seus privilégios eleitorais estavam em jogo, só então é que sua máquina de votação governamental entrava em funcionamento, mesmo contra o rei.

Então todo o triste mecanismo de palavrório “cristão”, “monárquico” e “nacional” era posto em movimento — o mesmo tipo de frases feitas que aqueles cavalheiros agora condenam como jargão profissional nos políticos anglo-saxões. Quando, vários anos após a exoneração de Bismarck, os interesses materiais desses políticos foram afetados, especialmente por questões tarifárias, só então lembraram-se de Bismarck como o seu homem, e só desde aquela época têm eles representado com muita seriedade serem os guardiões da tradição do chanceler. Há boas razões para supor que Bismarck não tinha senão menosprezo por tais movimentos. Isso é provado por afirmações confidenciais. Quem pode culpá-lo por isso? Mas a vergonha sobre a caricatura da maturidade política proporcionada pela nação em 1890 não deve turvar nosso reconhecimento do fato de que, mediante esse comportamento indecoroso de seus partidários, Bismarck tragicamente colheu o que semeou; pois ele tinha desejado — e deliberadamente consumou — a impotência política do parlamento e dos líderes partidários. Nenhum estadista que assumiu o poder sem responsabilidade parlamentar já teve um aliado parlamentar tão cooperativo com tantos talentos políticos como o teve Bismarck (nos liberais-nacionais) entre 1867 e 1878. É perfeitamente possível discordar das opiniões políticas dos líderes liberais-nacionais daquela época. É claro que não se pode compará-los a Bismarck no que se refere a habilidade diplomática e energia intelectual; ao lado de Bismarck emergem, no máximo, políticos do tipo médio, mas isso é verdadeiro também com relação a todos os outros políticos alemães e muitos estrangeiros. Um gênio aparece no máximo uma vez em vários séculos. Mas poderíamos agradecer ao destino se nosso go-

1 Friederich Julius Stahl (1802-1861) e Ludwig von Gerlach (1795-1877), ambos conselheiros do romântico rei prussiano Frederico Guilherme IV, eram líderes do conservadorismo agrário protestante na Prússia da metade do século. Stahl, um dos mais eficientes porta-vozes do Direito Divino dos Reis após a revolução de 1848, foi de grande influência na formulação em diretrizes conservadoras da Constituição prussiana de 1850. Gerlach, co-fundador do *Kreuzzeitung*, opôs-se a Bismarck até o fim, chegando mesmo a ser membro dos delegados do Partido do Centro do Reichstag depois de 1870. Sobre o mais antigo movimento cristão-social em geral, ver W. O. Shanahan, *German Protestants Face the Social Question: The Conservative Phase, 1815-1871* (Notre Dame: University of Notre-Dame Press, 1954).

verno estivesse agora, e se estiver no futuro, nas mãos de políticos de tal gabarito. É, na realidade, uma das mais deslavadas distorções da verdade os escritores políticos fazerem a nação acreditar que, até o momento, o parlamento alemão não conseguiu produzir grandes talentos políticos. É ultrajante que a atual onda de críticos mediocres negue a categoria de representantes do “*Geist* alemão” a líderes parlamentares tais como Bennigsen, Stauffenberg e Völk, ou a democratas como o patriota prussiano Waldeck;¹ afinal de contas, o “espírito alemão” esteve no mínimo tão vigoroso na igreja de São Paulo (em Frankfurt, em 1848) como tem estado na burocracia, e, sem dúvida, mais do que nos tinteiros desses cavalheiros.

Esses homens do período inicial do Reichstag tinham uma grande vantagem: conheciam suas próprias limitações e reconheciam seus erros passados e a tremenda superioridade intelectual de Bismarck. Em nenhum outro lugar, mesmo entre os que posteriormente se tornaram separatistas (liberais da ala esquerda), tinha Bismarck admiradores pessoais mais ardentes do que nesses círculos. Um fato em particular é prova de sua envergadura pessoal. Eram totalmente destituídos de ressentimentos contra a superioridade de Bismarck. Quem os tenha conhecido absolverá todas as maiores figuras dentre eles dessa acusação. A todos os indivíduos bem informados da época, a suspeita de Bismarck de que esses homens pudessem pensar em derrubá-lo devia parecer tocar as raias da paranóia. Várias vezes ouvi de seus líderes² que estes considerariam o cesarismo — governo exercido por um gênio — a melhor organização política para a Alemanha, se sempre surgisse um novo Bismarck. Esta era sua convicção sincera. É claro que tinham duelado vigorosamente com ele no passado. Por essa mesma razão conheciam também as limitações do chanceler e não estavam dispostos a fazer nenhum sacrifício intelectual degradante. É verdade que se

1 Rudolf von Bennigsen (1824-1902), Joseph Völk (1819-1882) e Franz August Freikerr Schenk von Stauffenberg (1834-1901) eram líderes do Partido Nacional Liberal. Bennigsen chefiou o partido de 1866 a 1898; recusou uma cadeira no governo de 1877 e afastou-se do reichstag durante 1883-1887, pois sentia não mais poder cooperar com Bismarck. O direitista Völk deixou o partido na primeira discussão sobre legislação tarifária em 1878; Stauffenberg, do sul da Alemanha, foi um dos líderes do Sezession esquerdista de 1881. Benedikt Franz Leo Waldeck (1802-1870) era o líder da esquerda democrática na Assembléia Nacional Prussiana de 1848 e novamente na Dieta prussiana durante o conflito constitucional de 1861-1869.

2 O pai de Weber desempenhou papel significativo no Partido Nacional Liberal de Berlim da era bismarckina. Foi magistrado municipal delegado na Dieta prussiana e delegado no Reichstag. Bennigsen, Miquel e outros líderes do partido eram hóspedes frequentes em sua casa, e “já se permitiam aos filhos mais crescidos... ouvir as discussões políticas e absorver aquilo que pudessem compreender”. (Marianne Weber, *Max Weber: Ein Lebensbild*, Tübingen, Mohr, 1926, 42.) Ainda que Weber só tivesse catorze anos em 1878, os interesses do menino precoce penetravam profundamente em assuntos políticos (cf. as cartas do menino de catorze e quinze anos reeditadas na obra de Baumgarten, *Max Weber, op. cit.*, 6-13); conseqüentemente, esta afirmação e as seguintes podem realmente ser baseadas em suas próprias memórias daquele período.

inclinavam a comprometer-se com ele até a abnegação, a fim de evitar um rompimento; realmente, iam muito mais longe do que considerações táticas para com os eleitores (que os ameaçavam repudiar por essa razão) teriam permitido. Os líderes nacionais-liberais esquivavam-se de uma luta em prol de maiores direitos parlamentares, não apenas porque anteviam o partido do centro como beneficiário dessa luta, mas também porque compreendiam que tal conflito paralisaria durante muito tempo a política de Bismarck, assim como o trabalho do parlamento. “Nada mais logra êxito” — era esta a queixa habitual da década de 1880. O propósito supremo desses líderes, freqüentemente expresso em seus círculos íntimos, era, durante o governo dessa imponente figura, conservar intactas aquelas instituições das quais dependia a continuidade da política do Reich após uma adaptação a políticos de qualificações mais comuns. Entre estas instituições incluíam eles o parlamento — um parlamento capaz de participar ativamente no governo e de atrair grandes talentos políticos; eles também desejavam partidos fortes.

Esses líderes nacionais-liberais sabiam que a consecução desse objetivo não dependia só deles. Freqüentemente os ouvi declararem em seu meio, durante a grande viravolta de Bismarck em 1878: “Não são necessárias grandes habilidades políticas para destruir ou mutilar um partido que se encontre em uma posição precária como a nossa. Mas, se isso acontecer, outro grande partido interessado em cooperação racional não poderá ser criado em seu lugar; seria necessário o governo apelar para grupos de interesse e recorrer ao sistema de patronato político de suborno, e mesmo assim ocorreriam as mais graves rupturas políticas. Como dissemos acima, pode-se discordar de alguns itens da política desse partido, mas foi por sua iniciativa que o posto de chanceler do Reich foi criado na Constituição (moção de Bennigsen), que o código civil foi unificado em escala nacional (moção de Lasker), que o Reichsbank foi fundado (moção de Bamberger); com efeito, devemos a esse partido a maior parte das grandes instituições do Reich, que ainda estão provando seu valor. Depois do fato, é fácil criticar sua tática, a qual sempre tinha que contar com sua difícil posição em face de Bismarck. Pode-se explicar o declínio desse partido mostrando, entre outros fatores, as naturais dificuldades de um partido de orientação puramente política e, além disso, sobrecarregado pela adesão e dogmas econômicos obsoletos referentes a questões econômicas e sociais da época; contudo, sob todos estes aspectos, os partidos conservadores não fazem maior progresso. As idéias sobre reforma constitucional do Partido Nacional-Liberal chocaram-se contra os objetivos de Bismarck depois de 1866, não por falta de visão, como tem sido afirmado com freqüência, mas por causa de ideais “unitários” — bem no sentido de Treitschke —, ideais que abandonamos nesse ínterim, em parte por razões não-polí-

ticas.¹ De qualquer maneira, os acontecimentos posteriores *justificaram completamente* as premissas políticas básicas dos nacionais-liberais.

Os nacionais-liberais, não podendo cumprir as tarefas políticas que tinham escolhido, desintegraram-se, em última instância, não por causa de quaisquer razões essenciais, mas porque Bismarck não tolerava nenhum poder autônomo, isto é, que agisse por própria responsabilidade — nem dentro dos ministérios, nem dentro do parlamento. É verdade que ele ofereceu ministérios a vários líderes parlamentares, mas todos eles descobriram que de antemão Bismarck fizera preparativos astutos que lhe permitiriam derrubar o novo colega a qualquer momento, desacreditando-o perante a opinião pública por motivos pessoais. Em última análise, isso foi tudo que levou Bennigsen a recusar tal oferta (em 1877). A política nacional de Bismarck pretendia exclusivamente impedir a consolidação de qualquer partido forte e independente. Seus meios imediatos foram o orçamento militar e a legislação anti-socialista (de 1878-1890); além disso, manipulou com total deliberação e destreza o choque de interesses econômicos sobre a política tarifária.

Em assuntos militares, a posição básica dos políticos nacionais-liberais era, no que me consta, a seguinte: estes estavam dispostos a manter o efetivo do exército ao máximo do que parecia ser necessário, e por essa razão apenas consideravam o assunto uma questão meramente *técnica*. Dessa maneira, as velhas controvérsias do conflito constitucional prussiano (de 1862-1866) seriam enterradas e pelo menos essa fonte de agitação demagógica seria eliminada para benefício do Reich.² A simples determinação de efetivo de acordo com os projetos de dotação anuais era tudo que se fazia necessário. Nenhum desses líderes jamais duvidou de que, dessa forma, a necessária ampliação do exército ocorreria sem distúrbios e repercussões nacionais e internacionais; particularmente os militares poderiam solicitar dotações bem maiores, de maneira muito menos dramática do que se esse problema técnico fosse confundido com os interesses do poder nacional (doméstico) da burocracia com o resultado de que, ao término de cada sete anos, as questões militares explodiriam numa sensação política com consequências catastróficas para a estabilidade nacional, e explodiriam ainda

1 Bismarck fundou o Reich como uma Federação das dinastias reinantes, as quais eram representadas no Bundesrat (Conselho Federal); controlavam formalmente toda a legislação e "governavam" através de seu presidente, o chanceler, que era indicado pelo imperador e que normalmente era também o primeiro-ministro da Prússia. O Reichstag era a única instituição "unitária", isto é, representante do povo alemão como um todo, mas tinha apenas poderes deliberativos e orçamentários e nenhum controle sobre o governo federal. Muitas funções estatais — as igrejas, a educação, as ferrovias, os correios, e no caso da Bavária até o exército — permaneciam sob a jurisdição dos Estados individuais. As instituições centrais que existiam de fato eram dominadas pela Prússia.

2 Sobre os bastidores do Conflito Constitucional Prussiano, que levou Bismarck ao poder, ver *The Social and Political Conflict in Prussia: 1848-1864*, de Eugene N. Anderson (Lincoln: The University of Nebraska Press, 1954).

numa tumultuosa campanha eleitoral sob o lema: “Exército do Kaiser ou exército do parlamento”. Era este um lema altamente enganador, pois o exército com uma dotação de um ano teria sido uma instituição mais parlamentar do que o seria com uma dotação de sete anos. Tanto mais porque, de resto, a dotação de sete anos permanecia em grande parte fictícia. Em 1887 o Reichstag foi dissolvido tão-somente por causa da questão do efetivo militar autorizado, na qual *todos* os partidos *bürgerlichen* (civis) concordavam. Deveria o efetivo ser determinado cada três ou cada quatro anos? A dotação para três anos foi declarada “uma agressão” aos privilégios da Coroa. Mas três anos mais tarde, em 1890, um novo projeto sobre efetivo militar foi apresentado ao parlamento. Windthorst (líder do Partido do Centro) !1 não deixou de prever seus adversários por essa inconsistência. Fê-lo com desdém, mas com total justeza. Dessa maneira, as velhas e sepultadas controvérsias militares do conflito constitucional prussiano passaram para a área da política do Reich, e o papel do exército tornou-se sujeito à política dos partidos. Não se deve deixar de reconhecer que era esta precisamente a intenção de Bismarck: naquele lema demagógico, ele divisou um meio de fazer com que o imperador, que tinha atravessado o conflito constitucional, suspeitasse que o Reichstag e os partidos liberais eram hostis ao exército. Ao mesmo tempo que antevia também uma forma de desacreditar os nacionais-liberais junto a seus eleitores, como traidores de direitos orçamentários parlamentares, desde que tinham aceito a dotação de sete anos (*Septennat*). Pode-se dizer exatamente o mesmo com referência à legislação anti-socialista. Os nacionais-liberais estavam dispostos a fazer amplíssimas concessões a Bismarck, e mesmo os progressistas concordavam que se tomassem medidas no sentido de que se constituísse em delito comum o que eles denominavam de “incitação ao ódio de classes”. !2 Mas Bismarck desejava legislação de emergência. Durante o furor popular provocado pelo segundo atentado contra a vida do imperador (em 1878), Bismarck dissolveu o Reichstag sem fazer nenhuma tentativa no sentido de ajustar suas diferenças com ele, simplesmente porque percebia uma oportunidade demagógica de destruir o único partido poderoso da época.

Bismarck triunfou. E as conseqüências? Em vez de chegar a um acordo com o partido *parlamentar* que lhe era íntimo a despeito de toda a oposição, e que tinha cooperado com ele desde a fundação do Reich, Bismarck tornou-se permanentemente dependente do Partido

- 1 Ludwig Windthorst (1812-1891), antigo ministro hanoveriano da Justiça, era o líder do Partido Católico do Centro, e como tal era o maior adversário parlamentar de Bismarck, ainda que às vezes cooperasse durante toda a gestão deste.
- 2 Sobre Bismarck e a legislação anti-socialista, ver Guenther Roth, *The Social Democrats in Imperial Germany* (Totowa, N.Y.: The Bedminster Press, 1963) ch. III; Vernon L. Lidtke, *The Outlawed Party: Social Democracy in Germany, 1878-1890* (Princeton University Press, 1966).

(católico) do Centro, o qual não obstante o odiou até o dia de sua morte. Esse partido tinha uma sede de poder *fora* do parlamento, inexpugnável ao ataque de Bismarck. Quando este mais tarde pronunciou seu famoso discurso sobre o término da primavera dos povos (*Völkerfrühling*), Windthorst replicou sarcasticamente, mas outra vez com exatidão, que ele próprio tinha destruído o grande partido que o apoiara no passado. Quando os nacionais-liberais fizeram propostas específicas para salvaguardar o direito do Reichstag de elevar as receitas, Bismarck as rejeitara com a alegação de que conduziriam a “domínio parlamentar”, mas foi eventualmente forçado a conceder a mesma coisa ao Partido do Centro na pior forma possível — no parágrafo das gorjetas a chamada cláusula Franckenstein, à qual, na Prússia se aditou algo ainda pior, a lei de Huene. (Esta mais tarde foi eliminada novamente, mas com grandes dificuldades.)¹ Mas, ainda, Bismarck teve que tolerar (como parte do preço por essas receitas) a grave derrota da autoridade do Estado na luta contra a Igreja Católica, o *Kulturkampf*, a qual ele tinha combatido com armas totalmente inadequadas e por cujo acontecimento negava responsabilidade, em vão e com pouca honestidade. Por outro lado, em suas leis anti-socialistas, ele oferecia a mais esplêndida bandeira eleitoral aos sociais-democratas pela própria causa. Ser convertida em demagogia (e péssima demagogia, diga-se) foi também o destino da legislação da previdência social do Reich nas mãos de Bismarck, por mais valiosa que se possa considerar essa legislação em si mesma. Bismarck rejeitava a legislação trabalhista de proteção, a qual, afinal de contas, era indispensável à preservação da força da nação. Rejeitava-a acusando-a, em parte com argumentos incrivelmente superficiais, de interferir nos direitos do patrão. Pela mesma razão, Bismarck utilizou-se das disposições da legislação antisocialista para fazer a polícia destruir os sindicatos, os únicos possíveis portadores de uma representação objetiva de interesses da classe operária. Assim, compeliu os membros dos sindicatos ao mais extremo radicalismo de pura política partidária. Por outro lado, imitando certas práticas americanas, Bismarck acreditava poder criar uma atitude positiva para

1 Quando Bismarck, em 1879, quis elevar as tarifas alfandegárias a fim de tornar o Reich menos dependente das contribuições financeiras dos Estados-membros, o Partido do Centro particularista (mas protecionista), de cujos votos ele precisava, insistiu que qualquer excesso acima de cento e trinta milhões de marcos nas novas rendas fosse transferido aos Estados; se o Reich quisesse qualquer parcela de tais somas, a questão seria novamente remitida ao parlamento, o qual votava as contribuições de inscrição anuais. Georg von Und zu Franckenstein (1825-1890), preeminente membro bávaro do partido, foi o autor desta cláusula. Na Prússia ela foi complementada pelo projeto Huene (1885-1893), obra do delegado do Centro e latifundiário silesiano Karl Huene Baron von Hoiningen (1837-1900); esse projeto exigia que o Estado prussiano passasse quase quinze milhões de marcos do legado Franckenstein aos condados e municipalidades, “a fim de eliminar um estímulo para gastos insalubres do orçamento do Estado Prussiano”. Cf. Ernst Rodolph Huber, *Deutsche Verfassungsgeschichte seit 1789*, III (Stuttgart: Kohlhammer, 1963), 951; Bachen, Zentrumsparthei, *op. cit.*, III, 394 ff.

com o Estado, uma gratidão política, através da concessão de benefícios sociais a partir de fundos públicos ou de fundos privados compulsórios. Grave erro político: toda política, que já tenha contado com gratidão política, fracassou. Também para a prática política das boas obras, vale o ditado: "Perderam seu salário". Obtivemos benefícios para os enfermos, para os inválidos, para os veteranos e para os velhos. Almejávamos isso, sem dúvida. Mas não conseguimos as garantias necessárias para preservar a saúde física e mental, e para propiciar, para a saúde física e psíquica, a defesa de seus interesses com sobriedade e dignidade; em outras palavras, precisamente a parte *politicamente relevante* da população operária foi deixada de lado. Como no *Kulturkampf*, Bismarck aqui passou por cima de todas as considerações psicológicas importantes. Acima de tudo, na questão dos sindicatos, um detalhe passou despercebido, detalhe esse que mesmo hoje alguns políticos ainda não entendem. Um Estado que deseja basear o espírito das massas de seu povo na honra e na solidariedade não pode esquecer que, na vida diária e nas lutas econômicas dos operários, os sentimentos de honra e solidariedade são as únicas forças morais decisivas para a educação das massas, e que por essa razão deve-se deixar que esses sentimentos se desenvolvam livremente. Isso, sim, significa, sob o aspecto puramente político, praticar "democracia social" numa época que inevitavelmente ainda permanecerá capitalista durante muito tempo. Estamos ainda hoje sofrendo as conseqüências dessa política. Bismarck havia criado em torno de si uma atmosfera política que, em 1890, deixava-lhe apenas a alternativa de rendição incondicional a Windthorst ou de um *coup d'état*, se ele quisesse permanecer no poder. Assim, não foi acidental que a nação tivesse reagido com total indiferença à sua renúncia.

Em vista da habitual glorificação não crítica, não diferenciada, e principalmente degradante da política de Bismarck, parecia já não sem tempo, para variar, chamar a atenção para esse lado da questão. Pois a parte mais influente da literatura popular sobre Bismarck tem sido escrita para a mesa de Natal do filisteu (isto é, burguês de espírito vulgar e estreito), que prefere a forma totalmente apolítica de adoração de herói tornada tão comum entre nós. A literatura sobre Bismarck nesse estilo satisfaz a tal sentimentalismo e toma a liberdade de servir seu herói ocultando suas limitações e difamando seus adversários. Mas não se pode educar dessa maneira a nação no sentido de que ela desenvolva hábitos de pensamento político independente.

Não diminui a estatura gigante de Bismarck o ser justo para com seus adversários, salientar sem disfarces as conseqüências de sua misantropia e assinalar o fato de que, desde 1878, a nação está desacostumada a participar, mediante seus representantes eleitos, da resolução de seus assuntos políticos. Tal participação, afinal de contas, é a pré-condição para desenvolver o discernimento político.

Qual foi, então, o legado de Bismarck no que aqui nos interessa? Ele deixou atrás de si uma nação sem nenhuma *educação política*, bem abaixo do nível que, a esse respeito, tinha alcançado vinte anos antes (isto é, em 1870). Principalmente, Bismarck deixou atrás de si uma nação *sem nenhuma vontade política própria*, acostumada que estava à idéia de que o grande estadista ao leme tomaria as decisões políticas necessárias. Mais, ainda, deixou atrás de si uma nação acostumada à tolerância fatalista diante de todas as decisões tomadas em nome do “governo monárquico”, porque ele tinha se servido dos sentimentos monárquicos como de um pretexto para seus interesses de poder na luta dos partidos, uma nação despreparada para julgar criticamente as qualificações daqueles que se assentaram na poltrona que Bismarck deixara desocupada e com surpreendente falta de constrangimento tomaram as rédeas do poder em suas mãos. Nesse particular, decididamente, consumou-se o mais grave prejuízo. O grande estadista *não* deixou nenhuma tradição política. Ele não atraía e nem mesmo tolerava cabeças independentemente políticas, para não mencionar personalidades fortes politicamente. Além disso tudo, constituiu infortúnio para a nação o fato de que ele nutria intensa desconfiança para com todos os seus vagamente possíveis sucessores, e, ainda, de que tinha um filho cujos talentos políticos excessivamente medíocres Bismarck superestimava.¹ Um parlamento completamente impotente foi o resultado puramente negativo de seu tremendo prestígio. É sabido que, após ter deixado o cargo e experimentado pessoalmente a conseqüência dessa condição, Bismarck acusou-se de ter cometido um erro. Contudo, essa impotência do parlamento significava também que o nível intelectual de seus componentes estava reduzido grandemente. A ingênua lenda moralizadora de nossos críticos apolíticos inverte a relação de causa e assegura que o parlamento permaneceu merecidamente impotente devido ao baixo nível da vida parlamentar. Mas fatos e considerações simples revelam o estado real das coisas, que aliás é evidente a toda pessoa que raciocina. O nível do parlamento depende da condição de que este não simplesmente debata grandes questões, mas de que as solucione decisivamente; em outras palavras, sua qualidade depende da seguinte alternativa: o que ocorre no parlamento tem realmente importância ou o parlamento não passa de um mal tolerado boi de presépio de uma burocracia dominante.

1 Herbert von Bismarck (1849-1904) foi secretário de Estado para Assuntos Estrangeiros no governo de seu pai de 1886 até a queda deste, em 1890.

II

BUROCRACIA E LIDERANÇA POLÍTICA

1. Burocracia e Política

Em um Estado moderno, o verdadeiro poder está necessária e inevitavelmente nas mãos da burocracia, e não se exerce por meio de discursos parlamentares nem por falas de monarcas, mas sim, mediante a condução da administração, na rotina do dia-a-dia. Isso é exato tanto com referência ao funcionalismo militar quanto ao civil. Pois é a partir de seu gabinete que oficiais superiores comandam até batalhas. Tal como o assim chamado avanço em direção ao capitalismo tem sido o inequívoco critério para a modernização da economia, desde épocas medievais, assim também o progresso em relação ao funcionalismo burocrático caracterizado pelo formalismo de emprego, salário, pensão, promoção, treinamento especializado e divisão funcional do trabalho, áreas bem definidas de jurisdição, processos documentários, sub e superordenação hierárquicas tem sido o igualmente inconfundível padrão para a modernização do Estado, quer monárquico, quer democrático, pelo menos no que se refere a um Estado composto de grandes massas de povo, e não a um pequeno cantão com administração rotativa. O Estado democrático, assim como o Estado absoluto, elimina a administração feudal, patrimonial, patricia, ou de outros dignitários que exercem o poder de forma honorária ou hereditária, e a substitui por funcionários civis. São estes que tomam as decisões sobre todos os nossos problemas e necessidades diários. A esse respeito, o oficial militar investido de poder não difere do funcionário civil. O moderno exército de massa também é um exército burocrático, e o oficial é um tipo especial de funcionário, distinto do cavaleiro, do *condottiere* (caudilho), do chefe tribal, ou do herói homérico. A eficiência militar ba-

seia-se na disciplina burocrática. O avanço do burocratismo na administração municipal difere pouco do desenvolvimento geral; esse avanço é tanto mais rápido quanto maior for a comunidade, ou quanto mais essa comunidade perca autonomia local em favor de associações técnicas e econômicas. Na Igreja, o mais importante resultado (do Concílio Vaticano) de 1870 não foi o mui debatido dogma da infantibilidade, mas o episcopado universal (do papa) que criou a burocracia eclesiástica (*Kaplanokratie*) e transformou o bispo e o pároco, em contraste com a Idade Média, em meros funcionários do poder central, a Cúria romana. A mesma tendência burocrática predomina nas grandes empresas privadas de nossa época, na razão direta de seu tamanho, isto é, quanto maior for a empresa, maior será a burocracia que a envolve. Funcionários assalariados segundo as estatísticas aumentam mais depressa que os operários.

É simplesmente ridículo que os novos críticos acreditem que o trabalho feito nos escritórios seja diferente do trabalho realizado em uma repartição pública, ainda que a diferença imaginada seja mínima. Ambos são basicamente idênticos. Sociologicamente falando, o Estado moderno é uma “empresa” (*Betrieb*) idêntica a uma fábrica: esta, exatamente, é sua peculiaridade histórica. Aqui como lá, as relações de autoridade têm as mesmas raízes. A relativa independência do artesão, do dono da indústria caseira, do camponês senhorial, do comendatário, do cavaleiro e do vassalo baseava-se em sua propriedade das ferramentas, suprimentos, finanças e armas, com os quais exerciam suas funções econômicas, políticas e militares, e se mantinham. Em contraste, a dependência hierárquica do trabalhador assalariado, do funcionário administrativo e técnico, do assistente no instituto acadêmico, assim como do servidor público e do soldado, deve-se ao fato de que, em seu caso, os meios indispensáveis para a consecução da empresa e para o ganho da subsistência estão nas mãos do empresário, ou mandatário político. A maioria dos soldados russos, por exemplo, não queria continuar a guerra (em 1917). Mas eles não tinham escolha, pois tanto os meios de destruição quanto os de manutenção eram controlados por indivíduos que usavam esses meios para compelir os soldados a irem para as trincheiras, da mesma maneira que o capitalista que possui os meios de produção força os operários a irem para as fábricas e minas. Esse fato econômico de extrema importância: a “separação” entre o trabalhador e o meio material de produção, de destruição, de administração, de pesquisa acadêmica, e de finanças, em geral, é a base comum do Estado moderno, em suas esferas políticas, cultural, militar, e da economia privada capitalista. Em ambos os casos, a autoridade sobre esses meios acha-se nas mãos daquele poder a quem o aparelho burocrático (de juízes, funcionários, oficiais, supervisores, escrivães e sub-oficiais) obedece diretamente ou a quem está sempre disponível, em caso de necessidade. Esse aparelho é hoje em dia igual-

mente típico de todas essas organizações; sua existência e sua função são inseparavelmente causa e efeito dessa concentração dos meios de produção — de fato, o aparelho é sua própria forma. A crescente “socialização” na esfera econômica, hoje, significa um inevitável aumento na burocratização.

O “progresso” em direção ao Estado burocrático que julga e administra segundo o direito e preceitos racionalmente estabelecidos tem hoje em dia estreitas relações com o desenvolvimento capitalista moderno. A moderna empresa capitalista baseia-se fundamentalmente no cálculo e pressupõe um sistema administrativo e legal cujo funcionamento pode ser racionalmente calculado, em princípio pelo menos, em virtude de suas normas gerais fixas, exatamente como o desempenho previsível de uma máquina. A moderna empresa capitalista não pode aceitar o que é popularmente denominado “justiça de cádi”: julgar, segundo o senso de equidade do juiz, determinada causa ou segundo outros meios e princípios irracionais de aplicação jurídica que existiram em toda parte no passado e ainda existem no Oriente.

A empresa moderna também acha incompatíveis os governos teocráticos ou patrimoniais da Ásia e de nosso próprio passado, cujas administrações funcionavam de maneira patriarcal segundo seu próprio critério individual e, de resto, segundo a tradição inviolavelmente sagrada, mas irracional. O fato de que a “justiça de cádi” e a correspondente administração são freqüentemente venais, precisamente em função de seu caráter irracional, permitiu o desenvolvimento, e amiúde a exuberante prosperidade, do capitalismo de negociantes e fornecedores do governo, e de todos os tipos pré-rationais de capitalismo conhecidos durante quatro mil anos, especialmente o capitalismo do aventureiro e do buscador de pilhagem, que viviam da política, da guerra e da administração. Contudo, as características específicas do capitalismo moderno, isto é, a organização do trabalho rigorosamente racional, implantada na tecnologia racional, em contraste com as formas antigas de aquisição capitalista, não se desenvolveram em nenhum desses Estados irracionalmente e nunca poderiam ter neles aparecido, porque essas organizações modernas, com seu capital fixo e cálculos precisos, são por demais vulneráveis a irracionalidades legais e administrativas. Somente poderiam ter se manifestado em circunstâncias tais como: 1) na Inglaterra, onde o desenvolvimento da jurisprudência estava praticamente nas mãos dos advogados, que, a serviço de seus clientes capitalistas, inventaram formas apropriadas para a transação de negócios, e de cujo meio eram recrutados os juizes, rigorosamente ligados a casos precedentes, isto é, a esquemas previsíveis; 2) onde o juiz, como no Estado burocrático com suas leis racionais, é mais ou menos um autômato cumpridor de parágrafos: os documentos legais, juntamente com as custas e emolumentos, são colocados na entrada na esperança de que a decisão emerja na saída juntamente com argumen-

tos mais ou menos válidos, ou seja, trata-se de uma máquina, cujo funcionamento, de modo geral, é calculável ou prognosticado.¹

2. *As Realidades da Política Partidária e a Falácia do Estado Corporativo*

Dentro dos partidos políticos, a burocratização se desenvolve da mesma forma que na economia e na administração pública.

A existência dos partidos não é reconhecida por nenhuma Constituição, ou, pelo menos na Alemanha, por nenhuma lei, ainda que os partidos sejam hoje os mais importantes veículos políticos para aqueles que são governados pela burocracia — os cidadãos. Os partidos são essencialmente organizações voluntárias baseadas no recrutamento sempre renovado, não importando quantos meios se empreguem para prender sua clientela permanentemente. Isso os distingue de todas as organizações que possuem um quadro de associados definido e instituído por lei ou por contrato. Hoje, o objetivo dos partidos é sempre a obtenção de votos numa eleição para cargos políticos ou um colégio eleitoral. Um núcleo permanente de membros interessados é dirigido por um líder ou por um grupo de pessoas eminentes; esse núcleo difere grandemente no grau de sua organização hierárquica, contudo é hoje em dia freqüentemente burocratizado; ele cuida das finanças do partido com o apoio de patrocinadores ricos, de interesses econômicos, de indivíduos que buscam cargos públicos ou de associados contribuintes. Na maior parte dos casos, utilizam-se várias dessas fontes. Esse núcleo também define programas e táticas e seleciona os candidatos. Mesmo em partidos de massa com constituições muito democráticas, os votantes e a maioria dos membros comuns não participam (ou só o fazem formalmente) da esquematização do programa e da seleção dos candidatos, pois por sua própria natureza tais partidos desenvolvem um funcionalismo assalariado. Os votantes exercem influência somente no que diz respeito a adaptação e seleção de programas e candidatos, de acordo com as possibilidades destes receberem apoio eleitoral.

1 A idéia de que o Direito Romano fomentou o capitalismo é parte do anedotário dos críticos amadores: todo estudante deve saber que todos os princípios elementares legais característicos do capitalismo moderno (desde a ação, o debênture, a hipoteca moderna, a letra de câmbio e todos os tipos de transação, até as formas capitalistas de associação na indústria, na mineração e no comércio) eram completamente desconhecidos no Direito Romano e são de origem medieval, e em parte germânicos. Além disso, o Direito Romano nunca conseguiu se firmar na Inglaterra, onde o capitalismo moderno se originou. A aceitação do Direito Romano na Alemanha tornou-se possível devido à ausência das grandes associações nacionais de advogados que na Inglaterra se opuseram a esta evolução, e devido à burocratização do direito e da administração. O capitalismo moderno, em seus inícios, não se originou nos burocráticos Estados-modelo, onde a burocracia era um produto do racionalismo do Estado. O capitalismo avançado, também, a princípio não se limitou a esses países; de fato, nem se localizou neles em primeiro lugar; apareceu onde os juizes eram recrutados das fileiras de advogados. Hoje, contudo, o capitalismo e a burocracia se encontraram e formaram íntima união. (Nota de rodapé de Weber.)

Nenhum protesto moralizador referente à natureza de campanhas políticas e ao inevitável controle das minorias sobre programas e candidatos consegue eliminar os partidos como tais, ou mudar sua estrutura e seus métodos mais do que superficialmente. As condições para que se estabeleça um núcleo ativo do partido (como para o estabelecimento dos sindicatos, por exemplo) e as “regras de guerra” no campo de batalha eleitoral podem ser regulamentadas por lei, como ocorreu diversas vezes nos Estados Unidos. Mas é impossível eliminar de antemão a luta dos partidos, se uma representação parlamentar ativa é o objetivo a atingir. Contudo, alguns críticos com freqüência concebem a confusa idéia de que isso é possível ou deveria ser feito. Essa idéia, consciente ou inconscientemente, inspira as muitas propostas para desalojar os parlamentos baseados no (igual ou graduado) sufrágio universal substituindo-os por colégios eleitorais de natureza profissional, ou colocando-os lado a lado com os grupos profissionais corporativos servindo ao mesmo tempo como assembléias eleitorais para o parlamento. Em primeiro lugar, esta é uma proposição insustentável numa época em que a identificação profissional formal — que numa lei eleitoral teria que se fiar em critérios externos — não revela quase nada a respeito da função econômica e social, quando cada descoberta tecnológica, cada mudança econômica e cada novo setor mudam essas funções e conseqüentemente o significado de trabalhos formalmente idênticos, assim como as relações numéricas. É claro que essa idéia é também inadequada para seu intencionado propósito. Ainda que fosse possível representar todos os votantes por meio de órgãos profissionais, como as atuais câmaras de comércio e câmaras de agricultura, as conseqüências obviamente seriam as seguintes:

- 1) ao lado dessas organizações unidas por vínculos legais, continuariam a existir os grupos de interesse voluntários, como a *Bund der Landwirte* (Liga dos Agricultores) e as diversas associações de empregadores paralelas às câmaras de comércio e de agricultura. Além disso, os partidos políticos, também baseados no livre recrutamento, não pensariam em desaparecer, mas simplesmente ajustariam suas táticas à nova condição. Essa mudança não seria para melhor. A influência das eleições nessas organizações profissionais corporativas através de financiadores e através da exploração de dependências capitalistas continuaria pelo menos tão sem controle como antes;

- 2) a solução das tarefas importantes dessas organizações profissionais seriam arrastadas para o redemoinho do poder político e querelas partidárias agora que a composição dessas organizações influenciariam as eleições parlamentares e a concessão de cargos; assim, essas organizações se encheriam de representantes partidários, em vez de técnicos competentes;

- 3) o parlamento se transformaria em mero mercado para acordos entre interesses puramente econômicos, sem nenhuma orientação po-

lítica para interesses gerais. Para a burocracia, isso aumentaria a oportunidade e a tentação de aproveitar-se dos interesses econômicos divergentes e de expandir o sistema de ajuda política mútua pela concessão de cargos e contratos, a fim de preservar seu próprio poder. Qualquer controle público exercido sobre a administração seria ilusório, pois as medidas e os acordos decisivos dos grupos interessados seriam realizados atrás das portas fechadas das associações não públicas e seriam ainda menos controláveis do que antes. No parlamento, seria o homem de negócios astuto e não o líder político quem colheria as vantagens dessa situação: um órgão “representativo” dessa natureza seria o menos adequado imaginável para a solução de problemas políticos de acordo com critérios verdadeiramente políticos. Tudo isso é evidente para quem compreende esses assuntos. Também é óbvio que tais medidas não conseguiriam diminuir a influência capitalista nos partidos e no parlamento, ou mesmo eliminar, ou pelo menos sanar a agitação dos partidos. Sucederia o oposto. O fato de que os partidos operam no princípio de livre recrutamento impede sua regulamentação pelo Estado; isso escapa ao discernimento daqueles críticos que gostariam de reconhecer somente organizações estabelecidas por direito público, não as que se estabelecem no campo de batalha da ordem social de hoje.

Nos Estados modernos, os partidos políticos podem basear-se fundamentalmente em dois princípios intrínsecos distintos. Podem os partidos ser essencialmente organizações para concessão de cargos, como o têm sido nos Estados Unidos desde o fim das grandes controvérsias sobre a interpretação da Constituição. Nesse caso estão os partidos meramente interessados em colocar seu líder na posição máxima, a fim de que este possa transferir cargos estatais a seus seguidores, ou seja, aos membros dos *staffs* ativos e de campanha do partido.

Desde que os partidos não têm princípios explícitos, eles competem um contra o outro, incluindo em seus programas as exigências das quais esperam o maior impacto. Essa característica partidária é muito pronunciada nos Estados Unidos devido à ausência de um sistema parlamentar; o presidente da federação, eleito pelo povo, controla — juntamente com os senadores eleitos pelos Estados — a concessão do vasto número de cargos federais. Apesar da corrupção resultante, esse sistema era popular, pois impedia o aparecimento de uma casta burocrática. Tecnicamente era exequível, porquanto mesmo a pior administração, conduzida por diletantes, podia ser tolerada em vista da ilimitada abundância de oportunidades econômicas. A crescente necessidade de substituir o inexperiente protegido pelo partido e funcionários oportunistas pelo funcionário especializado, tecnicamente treinado, reduz progressivamente os benefícios do partido e resulta inevitavelmente numa burocracia de tipo europeu.

Ou, então, os partidos se baseiam sobretudo em uma ideologia

partidária e querem dedicar-se à concretização de ideais políticos que lhe são inerentes. De forma relativamente pura, esse tipo era representado na Alemanha pelo Partido Católico do Centro da década de 1870 e pelos sociais-democratas antes de se burocratizarem. De maneira geral, os partidos combinam ambos os tipos. Têm objetivos explícitos que são determinados pela tradição, e por isso esses objetivos só podem ser modificados pouco a pouco. Além disso, querem controlar também a concessão de cargos. Em primeiro lugar, objetivam colocar seus líderes nos principais postos políticos. Se obtêm êxito na luta eleitoral, os líderes e funcionários podem proporcionar a seus adeptos cargos estatais seguros durante o período de preponderância do partido. Esta é a regra em Estados parlamentaristas; portanto, os partidos ideológicos também seguiram esse caminho. Em Estados não-parlamentaristas (como a Alemanha Imperial), os partidos não controlam a concessão dos cargos máximos, mas os partidos mais influentes podem geralmente pressionar a burocracia dominante no sentido de conceder cargos apolíticos a seus protegidos, ao lado dos candidatos recomendados por ligações com funcionários efetivos; logo, esses partidos podem exercer concessão “subalterna”.

Durante a racionalização de técnicas de campanha política nas décadas passadas, todos os partidos tomaram providências no sentido de se organizarem burocraticamente. Cada partido atingiu um estágio diferente nesse desenvolvimento, mas pelo menos nos Estados de grandes massas a tendência geral é óbvia. A “panelinha” de Joseph Chamberlain na Inglaterra, o aparecimento da “máquina”, como é significativamente chamada nos Estados Unidos, e a crescente importância do funcionalismo partidário em toda parte, inclusive na Alemanha, são todos estágios desse processo. Na Alemanha ele progride mais rapidamente no Partido Social-Democrático — o que é muito natural, pois é o partido mais democrático. Para o Partido do Centro funciona o aparelho eclesiástico, a burocracia eclesiástica (*Kaplanokratie*), e para o Partido Conservador na Prússia, desde o ministério Puttkamer (1881-88), o mecanismo governamental local e do condado do Landrat e do Amtsvorsteher, independentemente de quão aberta ou dissimuladamente tenha sido conduzido. O poder dos partidos repousa fundamentalmente na eficiência organizacional dessas burocracias. As hostilidades mútuas das máquinas eleitorais partidárias, muito mais do que as diferenças programáticas, são responsáveis pelas dificuldades da fusão de partidos. O fato de que os dois delegados do Reichstag, Eugen Richter e Heinrich Rickert, conservaram cada qual sua organização local do Partido Progressista prenunciou a eventual cisão do partido.¹

1 Sobre o *Sezession* e sua fusão com o Partido Progressista, ver acima, parte II, cap. XIV, nº 9. Sobre a organização em geral dos partidos alemães durante o Império, ver Thomas Nipperdey, *Die Organization der deutschen Parteien vor 1918* (Düsseldorf: Droste, 1961).

3. Burocratização e a Ingenuidade dos Críticos

Naturalmente há muitas diferenças entre as várias espécies de burocracia: entre a administração militar e civil, entre Estado e partido, entre comunidade, igreja, banco, cartel, cooperativa de produtores, fábrica e grupo de interesse (como associações de empregadores ou a Liga dos Agricultores). O grau de participação de dignitários não-remunerados e de grupos de interesse também varia muito. Nem o chefe de partido nem os membros do conselho de uma sociedade anônima por ações são burocratas. Sob as várias formas do denominado “autogoverno”, dignitários ou representantes eleitos dos governados ou contribuintes podem, como grupo corporativo ou como órgãos individuais, se associar à burocracia de forma subordinada ou de domínio, e ter funções co-determinantes, supervisoras, consultivas, e, às vezes, executivas. A última dessas modalidades ocorre particularmente nas administrações municipais. Contudo, não nos interessam aqui essas instituições, ainda que não sejam sem significado prático. (Assim, não discutimos aqui numerosas instituições das quais podemos nos orgulhar na Alemanha e algumas das quais são realmente exemplares. Mas é erro crasso dos críticos imaginarem que o governo de um grande país é basicamente idêntico ao autogoverno de qualquer cidade de tamanho médio. Política significa conflito). Em nossas circunstâncias, é decisivo que na administração de associações de massas os funcionários especializados sempre componham o núcleo do mecanismo, pois sua disciplina é a precondição absoluta do êxito. Isso é tanto mais verdadeiro quanto maior for a associação, quanto mais complicadas forem suas tarefas e, acima de tudo, quanto mais sua existência depender do poder — quer se trate de uma luta pelo poder no mercado, na arena eleitoral ou no campo de batalha. Isso é especialmente verídico com relação aos partidos políticos. Está condenado o sistema de administração partidária local por dignitários, sistema que ainda existe na França, cuja *misère* parlamentar deve-se à ausência de partidos burocratizados. Isso se dá também parcialmente na Alemanha. Na Idade Média, a administração exercida por dignitários locais dominava todas as formas de associações; ainda predomina em comunidades pequenas e de tamanho médio, mas hoje em dia “os cidadãos respeitáveis”, “preeminentes homens de ciência”, ou qualquer que seja seu rótulo, são usados meramente como propaganda, não como executores das rotinas decisivas. Pela mesma razão, vários dignitários decorativos figuram nos conselhos das sociedades anônimas por ações; príncipes da Igreja são ostentados nos congressos do laicato católico; autênticos e pseudo-aristocratas comparecem às reuniões da Liga dos Agricultores, e dignos historiadores, biólogos e especialistas do gênero, geralmente inexperientes em assuntos políticos, são atraídos para a agitação dos paladinos pangermânicos, ansiosos de proveitos de guerra e privilégios eleitorais. O trabalho pro-

priamente, em todas as organizações, é realizado cada vez mais por empregados assalariados e por funcionários de todos os tipos. O resto é aparência e ostentação.

Assim como os italianos e, depois deles, os ingleses magistralmente desenvolveram as modernas formas capitalistas de organização econômica, assim os bizantinos, depois os italianos, depois os Estados territoriais da época absolutista, a centralização revolucionária francesa e, finalmente, superando a todos eles, os alemães consumaram a organização burocrática racional, funcional e especializada de todas as formas de dominação, da fábrica ao exército e à administração pública. Por enquanto, os alemães só foram superados no que se refere à técnica de organização partidária por algumas nações, especialmente pelos americanos. A atual guerra mundial significa o triunfo universal dessa forma de vida, que aliás já estava em andamento. Já antes da guerra, as universidades, escolas politécnicas e comerciais, escolas profissionais, academias militares e escolas especializadas de todas as espécies imagináveis (até de jornalismo) agitaram-se com exigências urgentes movidas pelos interesses de aliciamento de estudantes para as escolas e pela obsessão dos diplomados por sinecuras: o exame profissional deveria ser a pré-condição para todos os cargos bem remunerados e principalmente seguros nas burocracias pública e privada; o diploma deveria ser a base de todas as pretensões de prestígio social (de *conubium* e *commercium* social com os círculos que se consideram a si mesmos como "sociedade"); o "salário", socialmente adequado e garantido, sucedido por uma aposentadoria deveria ser a forma de remuneração; finalmente, os aumentos salariais e as promoções deveriam depender do tempo de serviço. Os efeitos podem ser observados dentro e fora das instituições governamentais, mas aqui só estamos interessados nas conseqüências para a vida política. É esse fato sóbrio de burocratização universal que se encontra por trás das chamadas "idéias alemãs de 1914", ou seja, por trás do que os críticos eufemisticamente denominam "socialismo do futuro", por trás dos lemas de "sociedade organizada", "economia cooperativa", e todas as frases semelhantes da atualidade. Mesmo que busquem o oposto, sempre promovem o aparecimento da burocracia. É verdade que a burocracia não é decididamente a única forma moderna de organização, assim como a fábrica também decididamente não é a única forma de empresa comercial, mas ambas marcam o caráter da época atual e do futuro previsível. O futuro pertence à burocratização, e é evidente que, nesse particular, os críticos obedecem a vocação de proporcionar sua salva de palmas às potências promissoras, da mesma maneira como o fizeram na época do *laissez-faire*, em ambas as vezes com a mesma ingenuidade.

A burocracia distingue-se das outras influências históricas do moderno sistema racional de vida por ser muito mais persistente e porque dela não se pode fugir. A História nos mostra que onde quer que a

burocracia tenha triunfado, como na China, no Egito, e, em menor grau, no Império Romano posterior e em Bizâncio, ela não desapareceu mais, a não ser por ocasião do colapso total da respectiva cultura. Contudo, essas eram ainda, relativamente falando, formas de burocracia altamente irracionais: "burocracias patrimoniais". Em contraste com essas formas mais antigas, a burocracia moderna tem uma característica que torna sua natureza muito mais explícita: especialização e treinamento racionais.

O mandarim chinês não era um especialista, mas sim um *gentleman* dotado de educação literária e humanística. O funcionário egípcio, o funcionário romano do império dos últimos tempos e o funcionário bizantino eram muito mais burocratas, em nosso sentido da palavra. Mas, comparadas às tarefas modernas, as deles eram infinitamente simples e limitadas; suas atitudes eram em parte presas à tradição, em parte orientadas patriarcalmente, isto é, irracionalmente. Como o homem de negócios do passado, ele era um empírico genuíno. O funcionário moderno recebe treinamento profissional que inevitavelmente aumenta em proporção com a tecnologia racional da vida moderna. Todas as burocracias do mundo seguem esse mesmo caminho. Nossa superioridade nesse particular deve-se ao fato de que, antes da guerra, a burocracia em outros países não tinha progredido tanto. O velho funcionário americano patrocinador de empregos para os partidários, por exemplo, era um "especialista" em campanhas políticas, com a práxis apropriada, mas, de modo algum, era ele um funcionário proficientemente treinado. Não a democracia como tal, conforme afirmam nossos críticos, mas a falta de treinamento profissional, constituiu a fonte da corrupção, que tanto é estranha ao funcionalismo público com instrução universitária ora emergente como é estranha à moderna burocracia inglesa, a qual cada vez mais substitui o autogoverno de dignitários (*gentleman*). Onde quer que o funcionário especializado moderno venha a predominar, sua força se revela praticamente indestrutível, pois toda organização, mesmo das providências pelas coisas mais elementares da vida, foi adaptada a seu modo de operação. Uma eliminação progressiva do capitalismo privado é teoricamente concebível, ainda que certamente não seja tão fácil como o fazem supor os sonhos de alguns críticos que desconhecem o assunto. Essa eliminação, com toda a certeza, não será uma das conseqüências desta guerra. Mas suponhamos que, no futuro, o capitalismo privado seja eliminado. Qual seria o resultado prático? A destruição da estrutura de aço do trabalho industrial moderno? Não! A abolição do capitalismo privado significaria simplesmente que também a alta administração das empresas nacionalizadas ou socializadas tornar-se-ia burocrática. As condições de trabalho diário dos empregados assalariados e dos operários nas minas e estradas de ferro estatais, na Prússia, serão acaso perceptivelmente diferentes, na realidade, das condições nas grandes empresas de capital

privado? É verdade que há ainda menos liberdade, desde que toda luta pelo poder contra uma burocracia estatal é sem esperança e desde que não há apelação a um órgão que, por questão de princípio, estivesse interessado em limitar o poder empregador, como ocorre no caso de uma empresa privada. Essa seria toda a diferença.

A burocracia estatal reinaria absoluta se o capitalismo privado fosse eliminado. As burocracias privada e pública, que agora funcionam lado a lado, e potencialmente uma contra a outra, restringindo-se assim mutuamente até certo ponto, fundir-se-iam numa única hierarquia. Esse Estado seria então semelhante à situação observada no Egito Antigo, mas ocorreria de uma forma muito mais racional e por isso indestrutível.

Uma máquina inanimada é a inteligência concretizada. Somente esse fato proporciona à máquina o poder de forçar os homens a operá-la, e o poder de dominar suas vidas de trabalho diário tão completamente como ocorre em realidade na fábrica. A inteligência concretizada é também uma máquina animada, a da organização burocrática, com sua especialização no treinamento de aptidões profissionais, sua divisão de competência, seus regulamentos e relações hierárquicas de autoridade. Juntamente com a máquina inanimada, a inteligência concretizada ocupa-se em construir o casulo da servidão que os homens serão talvez forçados a habitar algum dia, tão impotentes quanto os felás do Egito Antigo. Isso poderia ocorrer, se uma administração tecnicamente superior chegasse a ser o valor supremo e único na organização dos afazeres dos homens, o que significa: uma administração burocrática racional com a correspondente beneficência social, pois essa burocracia pode operar muito melhor do que qualquer outra estrutura de dominação. Esse casulo de servidão, que nossos incautos críticos tanto louvam, poderia talvez ser reforçado prendendo-se cada indivíduo a seu trabalho (atente-se para os começos disso já aparecerem nas “disposições do bem-estar social”), à sua classe (mediante a crescente rigidez da estrutura da propriedade), e talvez à sua profissão (por meio de métodos rituais de satisfazer as exigências do Estado, o que significa: sobrecarregar associações profissionais com funções estatais). Tal Estado seria ainda mais indestrutível se na esfera social se anexasse à burocracia (na verdade, se subordinasse a ela) uma organização de categoria civil de governados. Surgiria, então, como nos Estados de trabalhos forçados do passado, uma estratificação social “orgânica” semelhante à egípcio-oriental mas, em contraste com esta, seria tão austeramente racional como uma máquina. Quem iria querer negar que tal potencialidade está nas entranhas do futuro? Na realidade, isso já foi expressado freqüentemente, e a própria antevisão confusa do fato já projeta sua sombra nas produções de nossos críticos. Suponhamos, por ora, que a concretização dessa possibilidade fosse “inevitável”: Quem não riria, então, do temor de nossos críticos de que o desenvolvimento

político e social poder-nos-ia trazer “individualismo” ou “democracia” em demasia ou outras coisas semelhantes, e quem não riria também de sua antevisão de que a “verdadeira liberdade” só se manifestará quando a atual “anarquia” da produção econômica e as “maquinações partidárias” de nossos parlamentos forem abolidas em favor de “ordem” social e “estratificação orgânica” — isto é, em favor do pacifismo da impotência social sob a tutela do único poder a que realmente não se pode escapar: a burocracia instalada no Estado e na economia.

4. *As Limitações Políticas da Burocracia*¹

Devido ao fato básico do avanço irresistível da burocratização, a pergunta sobre as formas futuras de organização política só pode ser formulada do seguinte modo:

1. Como se poderá preservar qualquer resquício de liberdade “individualista”, em qualquer sentido? Afinal de contas, é uma ilusão flagrante acreditar que, sem as conquistas da época dos Direitos do Homem, qualquer um de nós, até mesmo dos mais conservadores, poderá viver hoje sua vida. Mas não nos deteremos aqui nesta pergunta, pois há outra:

2. Em vista da crescente indispensabilidade da burocracia estatal e de seu correspondente aumento de poder, como poderá haver qualquer garantia de que permanecerão em existência forças que possam conter e controlar eficazmente a tremenda influência desse segmento? Mesmo nesse sentido, como será a democracia de todo possível? Contudo, esta também não é a única pergunta que nos diz respeito aqui.

3. Uma terceira pergunta, e a mais importante de todas, levanta-se em face de considerações sobre as limitações inerentes à burocracia propriamente dita. Pode-se notar facilmente que a eficiência da burocracia tem limitações definidas em nível público e governamental, assim como na economia privada. “A mente dirigente” e “o espírito em movimento” — do empresário e do político respectivamente — diferem substancialmente da mentalidade do funcionário da administração pública. É fato que o empresário trabalha num escritório, da mesma maneira que o comandante do exército, que formalmente não é diferente de outros oficiais. Se o presidente de uma grande empresa é um empregado assalariado de uma sociedade anônima por ações, é legalmente um funcionário como outros. Na vida pública o mesmo é verídico com relação ao chefe de um órgão político. O ministro em exercício é formalmente um funcionário assalariado com direito a aposentadoria. O fato de que, segundo todas as Constituições, ele pode ser exonerado

1 Veja também o comentário de Weber na convenção de “Verein für Sozialpolitik” em Viena, em 1909, no qual ele comparou a geração mais velha de membros que tinham levado a efeito a superioridade da burocracia em relação ao “manchesterismo”, reimpresso em Grazss, 412 ss.

ou renunciar a qualquer momento torna sua posição diferente da de muitos, mas não da de todos os funcionários. Muito mais surpreendente é o fato de que ele e só ele não tem necessidade de provar possuir formação profissional. Isso indica que o significado de sua posição o distingue, afinal de contas, de outros funcionários, como distingue o empresário e o presidente da companhia na economia privada. Realmente, é mais exato dizer-se que ele deve ser algo diferente. E assim é de fato. Se um homem numa posição de comando mostra ser um “funcionário” no espírito de seu desempenho, isto é, seja um homem que, não importa quão qualificado seja, tem o hábito de trabalhar diligente e honradamente obedecendo a regulamentos e instruções, então ele é tão ineficaz no leme de uma empresa privada como no de um governo. Infelizmente, nosso próprio governo demonstrou a validade desse argumento. A diferença está apenas em parte na espécie de desempenho esperado. Tomadas de decisão independentes e aptidão organizacional imaginativa em pormenores são geralmente também exigidas do burocrata e muito freqüentemente esperadas mesmo em assuntos de maior envergadura. Que o burocrata é absorvido pela rotina subalterna e que somente o “diretor” executa as tarefas interessantes e intelectualmente estimulantes é uma idéia preconcebida dos críticos e só é possível num país que não tem compreensão da maneira pela qual seus assuntos e o trabalho de seu funcionalismo são geridos. A diferença acha-se, antes, no tipo de responsabilidade, e é isso que realmente determina os diferentes pré-requisitos para ambas as espécies de cargos. Um funcionário que recebe uma diretoria a qual ele considera errônea pode e deve objetar a ela. Se seu superior insistir na execução de tal diretoria, é dever do funcionário e até motivo de orgulho executá-la como se isso correspondesse à sua convicção mais íntima, demonstrando assim que sua consciência do dever coloca-se acima de suas preferências pessoais. Não importa se a ordem emana de uma “autoridade”, de uma “companhia” ou de uma “assembléia”. Esta é a ética profissional. Um líder político que agisse dessa maneira mereceria desprezo. Ele freqüentemente será forçado a fazer concessões, isto é, sacrificar o menos importante ao mais importante. Se ele não tiver êxito em exigir de seu patrão, seja este um monarca ou o povo: “Ou obtenho de vós a autorização que agora necessito, ou renuncio”, ele será um miserável pegajoso — como denominou Bismarck este tipo — e não líder. “Estar acima dos partidos” — de fato, permanecer fora da luta pelo poder — é o papel do funcionário, enquanto luta pelo poder pessoal e a resultante responsabilidade pessoal pela própria causa são os princípios essenciais do político assim como do empresário.

Desde a renúncia do príncipe Bismarck, a Alemanha tem sido governada por “burocratas” (no melhor sentido da palavra) porque ele eliminou todo talento político. A Alemanha continuou a manter uma burocracia militar e civil superior a todas as outras no mundo em

termos de integridade, educação, escrupulosidade e inteligência. O desempenho alemão na guerra, tanto no exterior quanto dentro das fronteiras, demonstrou o que estes meios podem atingir. Mas que dizer sobre a direção da política alemã (nacional e exterior) durante as décadas recentes? O que de mais benévolo se dizia a esse respeito era que “as vitórias dos exércitos alemães compensavam as derrotas de tal política”. Faremos silêncio a respeito dos sacrifícios envolvidos e indagaremos, em vez disso, sobre as razões desses fracassos.

No exterior imagina-se que a “autocracia” alemã seja o erro. Enquanto na Alemanha, graças às infantis fantasias históricas de nossos críticos, supõe-se freqüentemente o contrário: uma conspiração da “democracia” internacional provocou a artificial coligação mundial contra nós. Usa-se no exterior a hipócrita expressão “libertar os alemães da autocracia”. Na Alemanha, os interessados no sistema vigente até o momento (ainda chegaremos a conhecê-los) empregam o palavrório igualmente hipócrita da necessidade de proteger o “espírito alemão” da contaminação pela “democracia”, ou procuram outros bodes expiatórios.

Tornou-se costumeiro, por exemplo, criticar a diplomacia alemã, o que é possivelmente injustificável. Provavelmente ela era, em média, tão boa quanto a de outros países. Há uma confusão aí. O que faltava era que o Estado fosse dirigido por um político — não por um gênio político, o que se espera ocorra uma vez a cada século, nem mesmo por um grande talento político, mas simplesmente por um político.

5. O Papel Limitado do Monarca

Isso nos leva diretamente à discussão dos dois únicos poderes que podem ser forças controladoras e dirigentes no Estado constitucional moderno, ao lado do onipotente funcionalismo: o monarca e o parlamento.

A posição das dinastias alemãs sairá incólume da guerra, a menos que haja muita imprudência e nada tenha sido aprendido dos erros do passado. Quem quer que tenha tido a oportunidade de conversar com os sociais-democratas alemães poderá tê-los levado a admitir quase sempre, depois de intensa discussão, que “em si mesma” a monarquia constitucional era a forma apropriada de governo para a Alemanha, em vista de sua singular situação internacional. As coisas assim se apresentavam muito antes de 4 de agosto de 1914, e não me refiro aqui a “revisionistas”, delegados parlamentares ou membros de sindicatos, mas a funcionários comuns do partido, em parte muito radicais. Basta apenas atentar, um momento, para a Rússia a fim de compreender que a transição para a monarquia parlamentar, como o desejavam os políticos liberais, teria conservado a dinastia, teria destruído o domínio descarado da burocracia, e no final teria fortalecido o país tanto quanto ele agora se acha enfraquecido pela presente república de in-

telectuais, abstraindo do idealismo dos líderes desta. ¹ Na Inglaterra subentende-se que a força do parlamentarismo britânico reside no fato de que o mais elevado cargo do país é ocupado de uma vez por todas. Não podemos discutir aqui nem as razões da importância da mera existência de um monarca, nem a questão de se somente um monarca pode desempenhar esse papel. No que concerne à Alemanha, pelo menos, devemos levar em conta a posição do monarca. Não podemos ansiar por uma época de guerras entre pretendentes e uma era de contra-revoluções; nossa posição internacional é por demais frágil para isso.

Contudo, no Estado moderno o monarca não pode em lugar nenhum constituir-se numa força em oposição ao poder dos burocratas que tudo pervade. O monarca não pode supervisionar a administração, porque ela requer formação profissional, e o monarca moderno nunca é um especialista, a não ser talvez em questões militares. Acima de tudo, o monarca nunca é um político com treinamento efetuado dentro da máquina dos partidos ou da diplomacia. Não apenas sua educação mas principalmente sua posição constitucional não condizem com isso. Ele não conquista sua coroa pela disputa partidária, e a luta pelo poder não é seu meio natural, como o é para o político. Ele não sente pessoalmente as árduas realidades da vida partidária descendo à arena política, pelo contrário, seus privilégios o apartam delas. Há políticos natos, mas são raros. O monarca que for um destes torna-se uma ameaça a seus próprios interesses e aos do Estado se tentar governar por si mesmo, como o fez o Tzar, ou exercer influência por expedientes políticos — por meio de “demagogia” no sentido mais lato da palavra —, em discursos e por escrito, com a finalidade de propagar suas idéias ou de projetar sua personalidade. Ele então coloca em perigo não apenas sua coroa — o que seria seu assunto pessoal —, mas a sobrevivência do Estado. Contudo, essa tentação — ou melhor, necessidade — surge inevitavelmente para um monarca moderno se ele for confrontado somente por burocratas, isto é, se o parlamento for impotente, como tem ocorrido na Alemanha durante décadas. Mesmo de um ponto de vista

1 Como fontes russas me afirmaram que o Sr. Kerenski se teria utilizado desta passagem extraída do *Frankfurter Zeitung* em comícios públicos para mostrar a necessidade de sua ofensiva como uma prova de “força”, permitam-me aqui dirigir-me explicitamente a este coveiro da jovem liberdade da Rússia: uma ofensiva só pode ser lançada por alguém que disponha dos necessários recursos — por exemplo, artilharia suficiente para reter a infantaria inimiga em suas trincheiras, e suficientes meios de transporte e de suprimentos para deixar os próprios soldados em suas trincheiras sentirem sua dependência desse alguém para a obtenção de alimento. A “fraqueza” do chamado governo “social-revolucionário” do Sr. Kerenski, contudo, estava em sua falta de crédito, como já vimos, como já foi explicado alhures (Cf. “Russlands Übergang zur Scheindemokratie”, em *Die Hilfe*, 26 de abril de 1917, reimpresso em GPS, 192-210), e na necessidade de negar seu próprio idealismo, de concluir uma aliança com a “Entente” imperialista burguesa, e assim sacrificar centenas de milhares de seus próprios compatriotas como mercenários para interesses alienígenas a fim de conseguir crédito para a manutenção de sua própria dominação na pátria. Creio que infelizmente tinha razão quanto a esta previsão, como quanto a outras que fiz em outro lugar a respeito da atitude da Rússia. (Não vejo razão para modificar esta passagem, escrita há muitos meses.) (N. de rodapé de Weber.)

puramente técnico, isso tem graves desvantagens. Se não existir parlamento eficaz, o monarca torna-se dependente do relatório de funcionários para a supervisão do trabalho de outros funcionários. Isso é um círculo vicioso. A contínua guerra recíproca entre vários ministérios, como era típico na Rússia e também até certo ponto na Alemanha até o presente, é a conseqüência natural de pretensos governos “monárquicos” sem um líder político. Esse conflito de “sátrapas” compreende quase sempre não apenas diferenças sobre assuntos objetivos, mas rivalidades pessoais; os choques entre os ministérios servem a seus titulares como meios na competição para os postos ministeriais, quando forem considerados simplesmente benefícios burocráticos. Serão as intrigas da corte e não razões importantes ou qualidades de liderança política que irão determinar a posse de um cargo. É do conhecimento geral que lutas pessoais pelo poder são comuns em Estados parlamentaristas. O erro está em supor-se que as monarquias são diferentes nesse particular. Na realidade estas têm um problema adicional. O monarca acredita que ele sozinho governa, quando na verdade, por trás desse biombo, a burocracia goza do privilégio de agir sem peias e sem ser responsável perante nenhuma autoridade. Aduladores envolvem o monarca com o halo romântico do poder porque ele pode substituir o ministro em exercício à sua discrição. Contudo, monarcas como Eduardo VII da Inglaterra e Leopoldo II da Bélgica, que não eram certamente personalidades preeminentes, exerciam um poder real muito maior, ainda que e porque reinavam em estilo rigorosamente parlamentar e nunca desempenharam um papel público saliente, ou pelo menos nunca apareceram em público sob outro manto que não o parlamentar. Constitui pura ignorância chamar tais monarcas de “simulacros de reis” na fraseologia dos intelectuais e é estupidez destes transformar os boatos moralizantes de burgueses retrógrados sobre os monarcas num critério para julgamento político. A História julgará de maneira diferente, ainda que os programas políticos desses monarcas venham a fracassar eventualmente — assim como tantos grandes projetos fracassam. Um desses dois monarcas viu-se mesmo forçado a substituir seus funcionários da corte, segundo a constelação do poder parlamentar, mas conseguiu realizar uma aliança mundial; o outro tinha por reino um pequeno Estado, mas formou um imenso império colonial (se comparado com nossos fragmentos coloniais). Quem quer que queira liderar em política, seja ele monarca ou ministro, deve saber como usar os modernos instrumentos do poder. O sistema parlamentar elimina apenas o monarca politicamente incompetente — para o bem do país. Será este um “Estado vigia noturno”¹ (*Nachtwächterstaat*) que conseguiu incorporar a si mesmo, a despeito de sua di-

1 *Nachtwächterstaat* era o epíteto comumente aplicado ao Estado liberal com sua redução de funções, pelos críticos da doutrina do *laissez-faire*. A referência, é claro, se endereça à Inglaterra manchesteriana.

minuta população, as melhores partes de todos os continentes? Que vulgar é aquela expressão que tem tão forte sabor de ressentimento de súdito.

Passemos agora ao parlamento.

6. *Parlamentos Fracos e Fortes, Política Negativa e Positiva*

Os parlamentos modernos são primeiramente órgãos representativos dos indivíduos governados por meios burocráticos. Afinal de contas, um mínimo de consentimento da parte dos governados, pelo menos das camadas socialmente importantes, é a condição prévia da durabilidade de toda dominação, inclusive da mais bem organizada. Os parlamentos são hoje o meio de manifestar esse consentimento mínimo. Para certos atos dos poderes públicos, por lei é obrigatório o consenso do parlamento, após prévia deliberação; nisso se inclui, especialmente, o orçamento. O controle sobre a arrecadação da receita — o direito sobre o orçamento — é o instrumento de poder decisivo do parlamento, como sempre tem sido desde que os privilégios corporativos das classes políticas começaram a existir. Entretanto, na medida em que um parlamento só possa apoiar as queixas dos cidadãos contra a administração apenas rejeitando dotações e projetos de lei e apresentando noções descabidas, esse parlamento se exclui de participação positiva na direção de assuntos políticos. Esse parlamento só poderá desenvolver uma “política negativa”, isto é, enfrentar os chefes administrativos como se o parlamento fosse um poder hostil; nessas condições o parlamento receberá apenas o mínimo indispensável de informações e será considerado um simples freio, um conglomerado de críticos impotentes e sabichões. Por sua vez, a burocracia facilmente parecerá ao parlamento e aos eleitores deste como sendo uma casta de carreiristas e apaziguados que submetem o povo a suas atividades inoportunas e, em grande parte, supérfluas.

As coisas são diferentes quando o parlamento impõe que os chefes da administração sejam tirados de seu meio (*sistema parlamentar* propriamente dito) ou, então, que, para se manterem em seus cargos, precisam do voto expresso e declarado de confiança da maioria, ou, ao menos, que não sejam objeto do voto de desconfiança (*seleção parlamentar dos líderes*) e, por essa razão, devem prestar contas absolutas de seus atos à revisão do parlamento ou de suas comissões (*responsabilidade parlamentar dos líderes*) e deverão, ainda, conduzir a administração de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo parlamento (*controle administrativo do parlamento*). Então os líderes dos partidos dominantes têm uma participação positiva no governo, e o parlamento converte-se num fator de política positiva, ao lado do monarca que agora governa não mais em virtude de seus direitos formais da coroa — pelo menos não exclusivamente —, mas em virtude de sua influência pessoal, influência que permanece grande de qualquer maneira, mas

varia de acordo com seu grau de prudência e energia política. Isso é o que significa *Volksstaat* (Estado do povo), independente de o termo ser apropriado ou não; em contraposição, um parlamento de governados que só recorre à política negativa em face de uma burocracia dominante representa uma versão do *Obrigkeitsstaat* (Estado de autoridades). Aqui estamos interessados nas conseqüências concretas da posição do parlamento.

Quer amando, quer odiando a política parlamentar — não podemos afastá-la. Quando muito, o parlamento pode ser reduzido à impotência política, como fez Bismarck com o Reichstag. Além das conseqüências gerais da “política negativa”, a fraqueza do parlamento tem outros resultados (que podem ser mais bem compreendidos se primeiramente nos lembrarmos do papel de um parlamento forte). Todo conflito no parlamento implica não somente numa luta por questões importantes mas também numa luta pelo poder pessoal. Onde quer que o parlamento seja tão forte que, via de regra, o monarca confie o governo ao porta-voz de uma maioria bem definida, a luta dos partidos pelo poder será uma disputa pelo mais alto posto executivo. A luta é então conduzida por homens que têm fortes instintos de poder político e qualidades altamente desenvolvidas de liderança política, e conseqüentemente a possibilidade de assumir as posições mais elevadas; pois a sobrevivência do partido fora do parlamento, e incontáveis interesses de natureza ideológica e parcialmente bem material, estreitamente ligados ao partido, exigem que líderes capazes cheguem a posições-chave. Somente sob semelhantes condições podem homens com temperamento e talento políticos ser motivados a se sujeitarem a essa espécie de seleção pela competição.

As coisas são completamente diferentes se, sob o rótulo de “governo monárquico”, a indicação a posições-chave for conseqüência de autopromoção de burocratas ou devida a uma acidental amizade influente (da corte), e se um parlamento impotente precisar se submeter a tal formação de governo. Também nesse caso as ambições pessoais, à parte de questões importantes, desempenham naturalmente um papel e direções de formas subalternas muito diferentes, e direções como as que têm sido seguidas na Alemanha desde 1890. Além de representar os interesses econômicos locais de leitores influentes, a concessão de cargos subalternos torna-se o principal interesse dos partidos. O choque entre o Chanceler Bülow e o Partido do Centro (em 1906) não foi motivado por diferenças políticas, mas essencialmente pela tentativa do chanceler de ab-rogar o direito de concessões de cargos do partido que ainda hoje caracterizam a composição do corpo de pessoal de alguns órgãos centrais do Reich. O Partido do Centro não é o único nesse particular. Os partidos conservadores mantêm seu monopólio de cargo na Prússia e procuram atemorizar o monarca com o espectro de “revolução” sempre que esses benefícios se encontrem em perigo. Os par-

tidos que se encontram em exclusão permanente esforçam-se por se compensarem cuidando das administrações municipais e dos fundos de seguro da saúde pública, e adotar no parlamento, como costumavam fazer os sociais-democratas, políticas hostis ao governo ou alienadas do Estado. Isso é muito natural, pois todo partido luta pelo poder, isto é, por uma participação na administração e, conseqüentemente, no preenchimento de cargos. No que diz respeito a este último fenômeno, nossas classes governantes não são superadas por nenhuma outra, mas não podem ser responsabilizadas por isso, pois a procura e a concessão de cargos ocorrem nos bastidores e implicam posições subordinadas que não são responsáveis pela composição do pessoal do funcionalismo público. Nossa burocracia, por sua vez, beneficia-se desse estado de coisas, dispondo de sua parte de forma pessoal e sem controle, que sejam pagas aos partidos dominantes as necessárias “gratificações” em forma de insignificantes benefícios. Isso é o resultado natural do fato de que o partido (ou a coalização partidária) que realmente se constitui em maioria pró ou contra o governo não é chamado oficialmente para preencher o cargo político máximo.

Por outro lado, esse sistema permite que burocratas qualificados, que todavia não possuem vestígios de talento político, conservem-se em importantes postos políticos até que alguma intriga os substitua em favor de personagens semelhantes. Assim nossa instituição partidária de distribuição de cargos é idêntica em grau à de outros países, mas a nossa se apresenta desonestamente disfarçada, e de uma maneira que sempre favorece certas perspectivas sectárias aceitáveis na corte. Contudo, essa parcialidade está longe de ser o pior aspecto do assunto. Seria politicamente tolerável se a instituição partidária de distribuição de cargos partidários propiciasse pelo menos uma oportunidade para recrutar, desses partidos da corte, líderes capazes de dirigir a nação. Contudo, não é o que acontece. Isso só seria possível num sistema parlamentar, ou pelo menos num sistema que torne os cargos-chave disponíveis à distribuição parlamentar de cargos. Aqui encontramos um obstáculo puramente formal que a atual Constituição do Reich lhe opõe.

7. As Fraquezas Constitucionais do Reichstag e o Problema da Liderança

O artigo 9 da Constituição do Reich (de 1871) declara que “ninguém pode ser simultaneamente membro do Bundesrat e do Reichstag”. Conseqüentemente, enquanto em outros sistemas parlamentares considera-se absolutamente necessário que os líderes do governo sejam membros do parlamento, isso é legalmente impossível na Alemanha. O chanceler imperial, um ministro representando seu Estado no Bundesrat, ou um secretário imperial de Estado, podem ser membros de um parlamento de um Estado em particular — por exemplo, da Dieta prussiana — e podem ali influenciar ou mesmo liderar seu partido,

mas não podem sentar-se no Reichstag. Essa cláusula foi simplesmente uma imitação mecânica da exclusão dos pares britânicos da Câmara dos Comuns (e provavelmente trasladada da Constituição prussiana). Conseqüentemente, foi um ato de irreflexão, e essa cláusula precisa agora ser eliminada. Por si mesmo, isso não será equivalente à introdução do sistema parlamentar ou do patronato parlamentar, mas criará a oportunidade para que um parlamentar politicamente competente seja ao mesmo tempo membro importante do governo imperial. É difícil compreender por que um deputado que se mostra adequado para uma posição-chave deva ser forçado a abandonar sua base política antes que possa assumir seu posto.

Se Bennigsen tivesse ingressado no governo na época (1877/78) e tivesse deixado o Reichstag, Bismarck teria transformado um importante líder político num funcionário administrativo sem apoio parlamentar, e o partido (nacional-liberal) teria sido dominado por sua ala esquerda ou teria se desintegrado — e este talvez fosse o objetivo de Bismarck. Hoje o deputado (nacional-liberal) Schiffer perdeu sua influência no partido unindo-se ao governo e entregando-o, assim, à ala do *big business*.¹ Dessa maneira, os partidos são “decapitados”, e, em vez de políticos eficientes, o governo ganha funcionários sem treinamento profissional numa carreira burocrática e sem a influência de um parlamentar. Isso resulta no mais baixo modo concebível de “subornar” os partidos. O parlamento se transforma num degrau para a carreira de talentosos aspirantes a secretários de Estado: essa idéia tipicamente burocrática é defendida por críticos em política e direito, que assim consideram o problema do parlamentarismo alemão solucionado de uma maneira especificamente “alemã”! Esses mesmos círculos zombam da prática da procura de cargos, que a eles se apresenta como um fenômeno exclusivamente “europeu ocidental” e “democrático”. Nunca compreenderão que os líderes parlamentares buscam cargos não motivados por salário ou posição, mas para alcançar o poder e a responsabilidade que dele dimana, e que esses líderes só podem ter bom êxito se tiverem um séquito parlamentar; também nunca compreenderão esses círculos que há uma diferença entre fazer do parlamento uma seção de recrutamento para líderes ou trampolim para carreiristas burocráticos. Durante décadas os mesmos grupos ridicularizaram os parlamentos alemães e seus partidos por verem no governo algo como um inimigo natural. Mas em nada os perturba o fato de que, devido a restrições — dirigidas exclusivamente contra o Reichstag — do artigo 9, o Bundesrat e o Reichstag são tratados por lei como forças hostis que só podem estabelecer relações entre si através de declarações da tribuna do segundo e da mesa de conferências do pri-

1 *Eugen Schiffer* (1860-1954), deputado nacional-liberal, foi nomeado subsecretário de Estado no tesouro Imperial em 1917.

meiro. Deve ser deixada à consideração conscienciosa de um político, do governo que o empossa, e de seus leitores, a questão da possibilidade de o mencionado político combinar com seu cargo um mandato parlamentar, uma liderança partidária ou, de qualquer forma, a participação num partido e a questão de as instruções segundo as quais ele vota no Bundesrat serem compatíveis com suas próprias convicções, pelas quais ele se apresenta no Reichstag. !1 Ohomemqueéresponsávelpela instrução do voto “que preside” (isto é, o prussiano) no Bundesrat — o chanceler imperial e ministro do Exterior prussiano — deverá ser livre para exercer sua influência como membro do partido no Reichstag, além de presidir o Bundesrat sob a supervisão dos representantes de outros Estados. Atualmente, sem dúvida, é considerado “nobre” um político conservar-se afastado dos partidos. O conde Posadowsky acreditava mesmo que tinha uma obrigação para com seu cargo anterior (secretário do Interior de 1897 a 1907) de permanecer dissociado de qualquer partido, isto é, de fazer mau uso do Reichstag no papel de um orador acadêmico ineficaz. Por que ineficaz? Devido ao modo como o parlamento conduz seus assuntos.

Os discursos dos deputados hoje já não são manifestações de caráter pessoal, ainda menos tentativas para converter os adversários. São declarações oficiais do partido dirigidas ao país de forma pública e manifesta. Depois que os representantes de todos os partidos tenham falado uma ou duas vezes a seu turno, o debate no Reichstag é encerrado. Os discursos são submetidos de antemão à reunião dos delegados do partido ou, então, ali se procura um consenso quanto às partes principais. Nessa reunião também se determina quem falará pelo partido. Os partidos têm peritos para todos os assuntos, tal como a burocracia. É verdade que, além de suas abelhas operárias, eles têm zangões que são úteis como fogos-de-artifício retóricos, quando usados com cautela. Em grande parte, entretanto, os que realizam o trabalho também têm a influência. Seu trabalho é realizado por trás dos bastidores nas reuniões dos comitês e dos delegados do partido, e especialmente nos escritórios particulares dos delegados mais diligentes. Por exemplo, a posição de Eugen Richter era inexpugnável, ainda que ele fosse muito impopular em seu próprio partido (progressista), devido

1 É engraçado que, logo no (ultraconservador) *Kreuzzeitung*, um escritor anônimo deduz a incompatibilidade das duas posições da consideração jurídica formal de que os deputados parlamentares devem votar de acordo com suas convicções, mas os membros do Bundesrat de acordo com instruções. O *Kreuzzeitung* não se incomoda com o fato de que numerosos Landräte, que desde os tempos de Puttkamer têm sido responsáveis pela “representação da linha política do governo”, tenham assento na Dieta prussiana; nem é o *Kreuzzeitung* perturbado por secretários imperiais de Estado que, como delegados na Dieta prussiana, como seria de se esperar, criticassem as instruções recebidas, como membros do Bundesrat, do governo responsável perante esta Dieta. Se um líder partidário, que é também um membro do Bundesrat, não pode conseguir instruções que correspondam às suas convicções, deve renunciar. De fato, isso deveria ser feito por todo político. Voltaremos a isso mais abaixo. (N. de rodapé de Weber.)

a sua grande capacidade de trabalho e a seu insuperável conhecimento sobre o orçamento. Ele foi certamente o último delegado a ser capaz de verificar o destino que o Ministério da Guerra dava a cada centavo gasto até na mais remota cantina. Apesar de aborrecidos, funcionários do Ministério da Guerra em diversas ocasiões expressaram a mim sua admiração com referência à capacidade de entendimento que Richter demonstrava ter desses assuntos. Presentemente, a eminente posição de Matthias Erzberger, do Partido do Centro, reside em sua atividade frenética, sem a qual a influência desse político, cujo talento político é bastante limitado, mal seria compreensível.¹

Contudo, a atividade não qualifica um homem para a liderança no governo nem em um partido — duas coisas que de modo algum são tão diferentes quanto o supõem nossos românticos críticos. Que eu saiba, todos os partidos alemães tiveram no passado homens com talento de liderança política: Von Bennigsen; Von Miquel, Von Stauffenberg, Völk e outros, entre os nacionais-liberais; Von Mallinckrodt e Windhorst, do Partido do Centro; Von Bethusy-Huc, Von Minnigerode, Von Manteuffel, entre os conservadores; Von Saucken-Tarpusch, entre os progressistas; e Von Vollmar, entre os sociais-democratas. Todos eles faleceram ou se retiraram do parlamento, como Bennigsen na década de 1880, porque não podiam ingressar no governo como líderes partidários. Se delegados tornam-se de fato ministros, como Von Miquel e Möller, têm que abandonar seus compromissos políticos anteriores a fim de se ajustarem aos ministérios puramente burocráticos. (Na ocasião, Möller disse encontrar-se na desagradável situação de ter tornado públicas suas opiniões particulares em seus antigos discursos quando ainda era deputado!) Contudo, restam muito líderes natos na Alemanha. Mas onde se encontram? A resposta agora é fácil. Para citar um exemplo, refiro-me a um homem cujas opiniões e atitudes políticas em relação a reformas sociais são radicalmente opostas às minhas. Por acaso acredita alguém que o atual diretor da Krupp, anteriormente um funcionário público, elemento ativo na política relativa às fronteiras orientais, estava destinado a administrar a maior empresa industrial da Alemanha, em vez de dirigir um ministério-chave ou um poderoso partido parlamentar?² Por que então preenche ele a primeira função e, presumivelmente, sob as atuais condições, recusaria a segunda? Para ganhar mais dinheiro? Suponho, em vez disso, uma razão

1 Matthias Erzberger (1875-1921) foi o mais preeminente membro do Partido do Centro durante o período da guerra. Líder da ala esquerda democrática, desempenhou papel-chave no processo de parlamentarização e nos primeiros tempos do governo de pós-guerra; foi assassinado por fanáticos nacionalistas em 1921. Cf. Klaus Epstein, *Matthias Erzberger and the Dilemma of German Democracy* (Princeton: Princeton University Press, 1959).

2 Após 1918, Alfred Hugenberg realmente tornou-se ambas as coisas: de sua base propagandística no jornalismo e na indústria cinematográfica ele prosseguiu para chefiar o Deutsch-Nationale Partei direitista em 1928 e ingressou no primeiro gabinete de Hitler como ministro da Economia em 1933, na esperança completamente errônea de poder manipular Hitler.

mais simples: ou seja, em vista da impotência do parlamento e do resultante caráter burocrático dos postos ministeriais, um homem possuidor de forte impulso para o poder e das qualidades que acompanham esse impulso teria que ser tolo para se aventurar nessa teia miserável de mútuo ressentimento e caminhar no terreno escorregadio das intrigas políticas, enquanto seus talentos e energias podem ser canalizados para atividades como a das indústrias gigantes, a dos cartéis, a dos bancos e a do comércio atacadista. Pessoas desse porte preferem financiar jornais pangermanistas e franqueá-los ao palavreado dos críticos. Nosso assim dito governo monárquico nada mais é do que esse processo de seleção negativa, ou, em termos mais simples, desvia todos os grandes talentos para o serviço dos interesses capitalistas. Pois apenas no terreno do capitalismo privado existe hoje algo que se aproxima de uma seleção de homens com talentos de liderança. Por quê? Porque a *Gemütlichkeit* (comodidade, conforto) — neste caso, a retórica dos críticos — chega ao fim, logo que interesses econômicos envolvendo milhões e bilhões de marcos e dezenas e centenas de milhares de trabalhadores são afetados.¹ E por que não existe tal seleção no governo? Porque um dos piores legados de Bismarck foi o fato de que ele considerava necessário a seu regime cesarista buscar abrigo atrás da legitimidade do monarca. Seus sucessores, que não eram césares mas austeros burocratas, imitaram-no fielmente. A nação politicamente sem instrução aceitou a retórica de Bismarck em seu valor aparente, e os críticos forneceram o aplauso costumeiro. Isso é lógico, pois eles examinam os futuros funcionários e consideram-se funcionários e pais de funcionários. Seu ressentimento dirige-se contra todos que buscam e ganham o poder sem se legitimarem por um diploma. Desde que Bismarck tinha desabituaado a nação de se preocupar a respeito de assuntos públicos e especialmente de política exterior, ela se deu ao luxo de se deixar convencer a aceitar como sendo “governo monárquico” o que na realidade era o domínio irrestrito da burocracia. Sob tal sistema, qualidades de liderança política nunca apareceram e frutificaram em nenhum lugar do mundo. Nossa administração pública realmente possui homens com qualidades de liderança; certamente não seria nosso desejo negá-lo aqui. Contudo, as convenções e as peculiaridades internas da hierarquia burocrática impedem rigorosamente as oportunidades de carreira precisamente desses talentos, e a natureza total do funcionalismo moderno é excessivamente desfavorável ao desenvolvimento da autonomia política (que precisa ser distinguida da liberdade interior do indivíduo). A essência da política — como teremos que salientar freqüentemente — é luta, aliciamento de adeptos e aliados voluntários;

1 Isso é uma referência a um provérbio muito usado: “Em assuntos monetários *Gemütlichkeit* encontra seus limites”; diz-se que foi formulado pela primeira vez pelo industrial e líder liberal David Nansemann na Dieta prussiana em 8 de junho de 1847.

sob o sistema de carreira do *Obrigkeitsstaat*, é impossível o treinamento nessa difícil arte. É bem conhecido que a escola de Bismarck era a Dieta Federal de Frankfurt.¹ No exército, o treinamento é dirigido com vistas ao combate, e isso pode produzir líderes militares. Entretanto, para o político moderno a escola de lutas apropriada é o parlamento e as disputas dos partidos perante o público geral; nem a concorrência pela promoção burocrática nem qualquer outra coisa se constituirá num substituto adequado. Evidentemente, isso só é verdadeiro com relação a um parlamento cujo líder pode assumir o governo.

Por que razão homens com qualidades de liderança deveriam ser atraídos por um partido que na melhor das hipóteses pode alterar alguns itens do orçamento de acordo com os interesses dos eleitores e proporcionar alguns benefícios secundários ou protegidos dos figurões desse partido? Que oportunidades pode o partido oferecer a líderes em potencial? A tendência em relação à política simplesmente negativa de nosso parlamento reflete-se hoje nos menores detalhes da agenda e das convenções do Reichstag e dos partidos. Conheço muitos casos nos quais jovens talentos políticos foram simplesmente supressos pela velha guarda de dignitários locais e figurões partidários cobertos de méritos. Isso acontece em todas as associações e é muito natural num parlamento impotente restrito à política negativa, pois numa instituição dessa espécie predominam exclusivamente os instintos de associação. Um partido orientado no sentido de participar do poder e da responsabilidade governamentais jamais poderia se dar a esse luxo; todos os membros saberiam que a sobrevivência do partido e de todos os interesses que os prendem ao partido dependem da subordinação do partido a líderes capazes. Em nenhum lugar do mundo, nem mesmo na Inglaterra, pode o corpo parlamentar constituído de muitas cabeças como tal governar e determinar políticas. A grande massa de deputados funciona somente como um séquito do líder ou dos poucos líderes que formam o governo, e essa massa segue seus líderes cegamente enquanto eles tiverem êxito. É assim que deve ser. A ação política é sempre determinada pelo “princípio de números pequenos”, isto é, a manobrabilidade política superior de pequenos grupos líderes. Em Estados de massas, esse elemento cesarista é inextirpável.

Contudo, esse elemento sozinho garante que a responsabilidade para com o público, que se dissiparia dentro de uma assembléia constituída de muitas cabeças a governar, está a cargo de pessoas claramente identificáveis. Isso é especialmente verídico de uma democracia propriamente dita. Funcionários eleitos diretamente pelo povo revelaram-se em duas situações: primeiramente, nos cantões locais, onde os

1 Bismarck foi ministro prussiano da mal organizada Dieta Federal em Frankfurt, na qual a Áustria ainda desempenhava papel dominante, de 1851 a 1859. Cf. Oskar Meyer, *Bismarcks Kampf mit Österreich am Bundestag zu Frankfurt (1851-1859)* (Berlin: Koebler, 1927).

membros de uma população estável conhecem-se uns aos outros pessoalmente, e as eleições podem ser determinadas pela reputação de uma pessoa na comunidade. O segundo caso, que é válido somente com várias reservas, é a eleição ao mais alto cargo político num Estado de massas. Raramente é o homem mais proeminente, mas geralmente um líder político apropriado, que atinge o poder supremo dessa maneira. Contudo, para a massa de funcionários de escalão intermediário, especialmente os que necessitam de um treinamento especializado, a eleição popular, via de regra, fracassa completamente, e por razões compreensíveis. Nos Estados Unidos, os juízes indicados pelo presidente elevam-se acima daqueles eleitos pelo povo, em termos de capacidade e integridade. O homem que os indicava era, afinal de contas, responsável pela qualificação do funcionário e o partido governante era o que sofria, se grandes abusos ocorressem mais tarde. Nos Estados Unidos o sufrágio imparcial tem resultado freqüentemente na eleição de um homem de confiança para o cargo de prefeito, com ampla liberdade para criar sua própria administração municipal. O sistema parlamentar inglês igualmente tende para o desenvolvimento de tais configurações cesaristas. O primeiro-ministro ganha uma crescente posição dominante em relação ao parlamento, do qual ele saiu.

Exatamente como qualquer outra organização humana, a seleção de líderes políticos através dos partidos tem suas falhas, mas com respeito a estas os críticos alemães discorreram *ad nauseam* durante as últimas décadas. Claro está que o sistema parlamentar também espera do indivíduo que este se subordine a líderes que freqüentemente só podem ser aceitos como um "mal menor". Mas o *Obrigkeitsstaat* não lhe dá nenhuma escolha e lhe impõe burocratas em vez de líderes, o que com certeza faz uma pequena diferença. Ainda mais, a plutocracia floresce na Alemanha tanto quanto em outros países, ainda que de forma um pouco diferente. Os críticos pintam os grandes poderes capitalistas nas cores mais sombrias, e note-se, não obstante, sem nenhum conhecimento. Há algumas sólidas razões por trás do fato de que estes mesmos poderes, que conhecem seus próprios interesses bem melhor do que aqueles teóricos de gabinete, colocam-se com unanimidade do lado do burocrático *Obrigkeitsstaat* e contra a democracia e o parlamentarismo; isso é especialmente verídico com relação à indústria pesada, o mais impiedoso desses poderes capitalistas, mas essas razões permanecem fora do conhecimento dos filisteus literários. À sua maneira moralizante, estes assinalam o fato de que os líderes partidários são motivados pela vontade de poder e seus seguidores por interesse egoísta na busca de cargos — como se os aspirantes burocráticos não tivessem igualmente seu pensamento polarizado pelo binômio carreira/salário, mas fossem inspirados pelos motivos mais desinteressados. O papel da demagogia na luta pelo poder é demonstrado a todos pela atual (janeiro 1918) campanha jornalística a respeito de quem de-

veria ser o ministro do Exterior alemão, campanha essa estimulada por certos círculos oficiais.¹ Isso prova que um governo alegadamente monárquico facilita o mais pernicioso abuso da imprensa na busca de cargos e de rivalidades interdepartamentais. Esse estado de coisas não poderia ter sido pior, em qualquer sistema parlamentar que tivesse partidos poderosos.

Os motivos do procedimento pessoal no seio do partido não são meramente mais idealistas do que o são os costumeiros interesses filisteus dos competidores burocráticos em promoções e benefícios. Aqui como lá, interesses pessoais estão geralmente em jogo (mesmo que se trate da muito elogiada “solidariedade corporativa” do Estado do futuro propalado pelos críticos). É de suma importância, contudo, que essas fragilidades humanas universais pelo menos não impeçam a seleção de líderes capazes. Mas num partido isso só é possível se os líderes souberem que, em caso de vitória, eles terão os poderes e as responsabilidades do governo. Só então se torna possível essa seleção, mas mesmo assim ela não pode ser assegurada. Pois só um parlamento ativo, e não um parlamento onde apenas se pronunciam arengas, pode proporcionar o terreno para o crescimento e a ascensão seletiva de líderes genuínos, e não meros talentos demagógicos. Um parlamento ativo, entretanto, é um parlamento que supervisiona a administração participando continuamente do trabalho desta. Isso não era possível na Alemanha antes da guerra, mas deverá sê-lo depois, ou teremos a velha *misère*. Este é o nosso próximo tópico.

1 Richard von Kuhlmann (1873-1948), diplomata de carreira, nomeado secretário de Estado em agosto de 1917, tinha irritado o exército (Ludendorff) através de uma posição relativamente conciliatória em algumas questões processuais nas negociações de paz de Best-Litovsk em fins de dezembro; isso resultou numa campanha da imprensa e em outras pressões dirigidas pelo Grande Quartel-General visando à exoneração desse homem — um objetivo que Ludendorff só conseguiu atingir em julho de 1918, quando Kuhlmann foi obrigado a renunciar, tendo sido substituído por um almirante, Paul von Hintze. Cf. Erich Matthias e Rudolf Morsey (eds.) *Der Interfraktionelle Ausschuss 1917/18* (2 vols.) *Quellen zur Geschichte des Parlamentarismus und der politischen Parteien*, primeira série, vols. I-II; Düsseldorf: Droste, 1959, I, 77 ss.

III

O DIREITO A INQUÉRITO PARLAMENTAR E O RECRUTAMENTO DE LÍDERES POLÍTICOS

Toda a estrutura do parlamento alemão se orienta para a política negativa: crítica e queixa, a deliberação, a modificação e a aprovação de projetos de lei. Todos os usos e costumes parlamentares ajustam-se a essa condição. Devido ao desinteresse público, infelizmente não temos, a par dos bons tratados jurídicos sobre a regulamentação do *modus procedendi* dos negócios, nenhuma análise política das verdadeiras operações do Reichstag, como existem para parlamentos estrangeiros. Entretanto, se se tentar discutir com um parlamentar qualquer forma desejável de organização interna do parlamento e da rotina de trabalho, imediatamente se é confrontado por numerosos usos e costumes que existem apenas para o conforto, as vaidades, as exigências e os preconceitos de fatigados dignitários parlamentares e impedem qualquer eficácia política do parlamento. Desse modo, até a simples tarefa de supervisão administrativa contínua sobre a burocracia é prejudicada. Será supérflua essa supervisão?

Nosso funcionalismo tem sido brilhante onde quer que tenha tido de provar seu senso de dever, sua imparcialidade e domínio de problemas de organização à vista de tarefas oficiais e claramente formuladas, de natureza especializada. Este escritor, que provém de uma família do funcionalismo público, seria o último a permitir que essa tradição fosse maculada. Mas o que aqui nos interessa são realizações políticas não-burocráticas, e os próprios fatos proclamam ao mundo o veredito que não pode ser negado por quem quer seja amante da verdade: que a burocracia fracassou completamente sempre que devia

lidar com problemas políticos. Isso não é acidental; antes seria espantoso se capacidades intrinsecamente tão estranhas umas às outras emergissem dentro da mesma estrutura política. Como já assinalamos, não é do dever do funcionário público entrar na arena política combatendo por suas convicções próprias, e nesse sentido engajar-se na luta política. Ao contrário, seu orgulho está em conservar a imparcialidade política, e, conseqüentemente, em passar por cima de suas próprias inclinações e opiniões, a fim de aderir consciente e judiciosamente a um regulamento geral assim como a uma diretriz especial, mesmo e particularmente se estas não correspondem a suas próprias atitudes políticas. Mas os chefes da burocracia precisam continuamente solucionar problemas políticos — problemas de *Machtpolitik* assim como de *Kulturpolitik*. A primeira tarefa do parlamento é supervisionar esses chefes da burocracia. Entretanto, não apenas as tarefas designadas aos altos escalões da burocracia mas também cada detalhe técnico dos níveis administrativos inferiores podem tornar-se politicamente importantes e sua solução pode depender de critérios políticos. Os políticos devem ser a força de equilíbrio contra a dominação burocrática. A isso, entretanto, resistem os interesses de poder dos setores dirigentes de uma mera burocracia, que querem ter máxima isenção de supervisão e estabelecer um monopólio em cargos de gabinete.

1. Supervisão Eficaz e a Base de Poder da Burocracia

A supervisão eficaz sobre o funcionalismo depende de certas condições. Independentemente de ter suas raízes na divisão administrativa de trabalho, o poder de todos os burocratas reside em dois tipos de conhecimento: primeiro, conhecimento técnico no sentido mais amplo do termo, adquirido mediante treinamento especializado. Quer esse tipo de conhecimento seja também representado no parlamento, quer os deputados possam, em caráter particular, consultar especialistas em determinado caso, é incidental e é um assunto pessoal. Para supervisionar a administração não há o que substitua a acareação (jurarmentada) de peritos perante uma comissão parlamentar, na presença de funcionários convocados dos respectivos departamentos. Essa acareação garante, por si mesma, o controle e a imparcialidade do interrogatório. Hoje o Reichstag simplesmente carece do direito de proceder dessa forma: a Constituição o condena a uma ignorância própria de amator.

Entretanto, o conhecimento especializado por si só não explica o poder da burocracia. Além disso, o burocrata tem informações oficiais que só são conseguidas mediante canais administrativos e que lhe fornecem os dados nos quais ele pode fundamentar suas ações. Só quem consegue ter acesso a esses dados, independentemente da boa vontade dos funcionários, pode supervisionar eficazmente a administração. De acordo com as circunstâncias, os meios apropriados são a inspeção de

documentos, inquérito no local e, em casos extremos, a acareação do funcionário sob juramento perante uma comissão parlamentar. Também esse direito é negado ao Reichstag, ao qual se negou deliberadamente a possibilidade da obtenção das informações necessárias. Conseqüentemente, além do diletantismo, o Reichstag foi sentenciado à ignorância — está claro que não por razões técnicas, mas exclusivamente porque o supremo instrumento do poder da burocracia é a transformação das informações oficiais em material sigiloso através do conceito notório do “serviço secreto”. Em última análise, isso nada mais é do que um meio de proteger a administração contra a supervisão. Enquanto os níveis inferiores da hierarquia burocrática são supervisionados e criticados pelos escalões mais altos, todos os controles, quer técnicos, quer políticos, sobre esses escalões que se ocupam com a política fracassaram completamente. A maneira pela qual os chefes administrativos respondem a perguntas e críticas do Reichstag é freqüentemente vergonhosa para um povo consciente de si mesmo; isso só se tornou possível porque o parlamento não pode aproveitar, pelo “direito de inquérito” (*Enqueterecht*), os dados e pontos de vista técnicos, cujo conhecimento por si só permitiria firme cooperação com a administração e influência sobre a mesma. Primeiramente, isso deve ser mudado. É evidente que não se espera que os comitês do Reichstag mergulhem em amplos estudos e publiquem grossos volumes — isso de qualquer maneira não acontecerá, pois o Reichstag está muito ocupado com outros assuntos. O direito parlamentar de inquérito deveria ser um meio auxiliar e, de resto, um chicote, cuja mera existência coagiria os chefes administrativos a responsabilizarem-se por seus atos de tal forma que o uso do dito chicote não se fizesse necessário. As melhores realizações do parlamento britânico devem-se ao uso judicioso desse direito. A integridade do funcionalismo britânico e o alto nível de sofisticação política do público são grandemente baseados nele; tem sido freqüentemente salientado que o melhor indicador da maturidade política está na maneira pela qual os trâmites das comissões são acompanhados pela imprensa britânica e seus leitores. Essa maturidade reflete-se não em votos de não-confiança, nem em acusações de ministros e semelhantes espetáculos do desorganizado parlamentarismo franco-italiano, mas no fato de que a nação se mantém informada da conduta de seus negócios pela burocracia, e a supervisiona continuamente. Só as comissões de um parlamento poderoso podem ser o veículo para o exercício dessa salutar influência pedagógica. Em última análise, a burocracia só pode lucrar com esse desenvolvimento. O relacionamento do público com a burocracia raramente mostrou tanta falta de compreensão como na Alemanha, pelo menos em comparação com países que possuem tradições parlamentares. Isso não espanta. Em nosso país, os funcionários têm que lidar com problemas que em parte alguma se tornam visíveis para nós. As realizações desses funcionários nunca

podem ser entendidas e apreciadas. As estéreis queixas sobre “São Burocrácio” — em vez da crítica positiva — não podem ser retiradas enquanto persistir a atual condição da dominação burocrática descontrolada. Mais ainda, o poder do funcionalismo não enfraquece onde ocupa o lugar que lhe é próprio. Em assuntos ministeriais, o subsecretário permanente (*Geheimrat*) que se especializou em determinado campo leva a vantagem sobre seu ministro, ainda que esse ministro seja funcionário de carreira; isso é verdade tanto com referência à Inglaterra como à Alemanha. Isso deve ser assim mesmo, pois hoje em dia o treinamento especializado é condição prévia indispensável para o conhecimento dos meios técnicos necessários à conquista de objetivos políticos. Mas o estabelecimento de objetivos políticos não é um assunto técnico, e, conseqüentemente, a política não é da alçada do funcionário público profissional.

2. O Parlamento como Campo de Provas para Líderes Políticos

A alteração aparentemente bastante modesta que se teria introduzido, entre nós, por meio de um controle contínuo e mediante a colaboração da comissão parlamentar auxiliada pela administração e em confronto com ela, e, além disso, garantida pelo direito de inquérito, é a condição prévia básica para todas as reformas posteriores que objetivam uma ampliação da ação positiva do parlamento como órgão de governo. Essa mudança é também a premissa indispensável para fazer do parlamento um centro de recrutamento de líderes políticos. A falação de moda de nossos críticos gosta de desacreditar parlamentos taxando-os de arenas para “meros pronunciamentos de discursos”. Da mesma maneira, se bem que com muito mais espírito, Carlyle havia trovejado contra o parlamento britânico três gerações antes, e contudo o parlamento tornou-se o fator decisivo do poder britânico mundial. Hoje os líderes políticos (e militares) não mais brandem a espada, mas recorrem a ondas sonoras e rabiscos de tinta bastante prosaicos: palavras escritas e faladas. O que importa é que a inteligência e o conhecimento, a vontade férrea e a experiência sensata determinem essas palavras, quer sejam elas ordens ou discursos de campanha política, notas diplomáticas ou pronunciamentos oficiais no parlamento. Entretanto, a demagogia ignorante ou a impotência tornada rotina — ou ambas —, triunfam num parlamento que só faz criticar, sem conseguir acesso aos fatos, e cujos líderes nunca são colocados numa situação em que sejam forçados a provar seu brio. É parte daquela lamentável história de imaturidade política, que uma época totalmente apolítica produziu em nosso país, ou seja, que o filisteu alemão contempla instituições políticas tais como o parlamento inglês com os olhos cegos por seu próprio ambiente; crê ele assim que pode pretensiosamente olhar com desprezo para tais instituições do alto de sua própria impotência política, deixando de reconhecer que o parlamento britânico tornou-se,

afinal de contas, o campo de provas para aqueles líderes políticos que conseguiram colocar um quarto da humanidade sob o domínio de uma diminuta mas politicamente prudente minoria. Atente-se a um importante pormenor: uma parte, de certa forma digna de consideração, se rendeu voluntariamente a esse domínio. Onde estão os resultados comparáveis do extremamente elogiado *Obrigkeitsstaat* alemão? A preparação política para tais realizações não se consegue, evidentemente, mediante discursos ostentosos e decorativos perante o parlamento, mas somente pelo trabalho constante e ativo numa carreira parlamentar. Nenhum dos importantes líderes ingleses alcançou uma alta posição sem ter adquirido experiência nas comissões, e freqüentemente em vários órgãos governamentais. Somente um treinamento intensivo, pelo qual é necessário que o político passe nas comissões de um parlamento enérgico e ativo, transforma tal assembléia num campo de recrutamento não para meros demagogos, mas para políticos de participação positiva. Até hoje o parlamento britânico tem sido inigualável a este respeito (ninguém pode honestamente negá-lo). Somente tal cooperação entre funcionários públicos e políticos pode garantir a supervisão contínua da administração, e com ela a educação política de líderes e liderados. Publicidade da administração, imposta pela vigilância parlamentar eficaz, deve ser exigida como pré-condição para qualquer trabalho parlamentar e educação política fecundos. Nós também começamos a trilhar por essa estrada.

3. A Importância das Comissões Parlamentares na Guerra e na Paz

As exigências do período de guerra, que deram fim a muitos *slogans* conservadores, originaram a Comissão Principal (*Hauptausschuss*) do Reichstag;¹ suas operações ainda deixam muito a desejar, mas pelo menos é um passo na direção de um parlamento eficaz. Sua insuficiência, de um ponto de vista político, deve-se à forma perniciosa e desorganizada pela qual se deu publicidade a problemas muito delicados; as discussões ocorreram entre um círculo muito grande de deputados, e por isso eles não podem deixar de ser tratados de forma emocional. O fato de centenas de pessoas terem tido conhecimento de assuntos militares e diplomáticos secretos (veja-se, por exemplo, o caso da guerra submarina) foi simplesmente uma perigosa tolice; como resultado, essa informação foi passada adiante secretamente ou acabou chegando à imprensa, incorretamente ou em forma sensacionalista. As deliberações atuais de política exterior e militar devem estar restritas

1 A *Hauptausschuss* foi formada em outubro de 1916. Era realmente a Comissão Orçamentária, com o poder de se reunir mesmo quando o Reichstag não estava em sessão, com o propósito específico de debater questões estrangeiras e assuntos de guerra; compreendia representantes de todos os partidos numa base proporcional. Cf. Matthias e Morsey (eds.), *op. cit.*, I, XIV ss.

a um pequeno círculo de representantes acreditados dos partidos. Visto que a política é sempre conduzida por um pequeno número de pessoas, os partidos também devem ser organizados para as questões políticas vitais não à maneira de associações, mas à maneira de grupos de sequazes. Seus porta-vozes devem ser “líderes”, isto é, devem ter ilimitada autoridade para tomar decisões importantes (ou deverão poder conseguir essa autoridade, no espaço de algumas horas, de comissões que possam ser reunidas a qualquer momento). Nomeada para um objetivo único, a Comissão dos Sete do Reichstag foi um aparente passo nessa direção.¹ Levou-se em consideração a vaidade dos chefes da administração, qualificando-se de “provisório” esse órgão e procurando-se não tratar os parlamentares como representantes de seu partidos, numa tentativa que teria destruído a significação política da comissão, mas que felizmente não vingou. Havia boas razões técnicas para reunir esses sete representantes partidários com representantes do governo, mas, em vez dos sete plenipotenciários do *Bundesrat*, teria sido melhor recorrer a apenas três ou quatro delegados dos maiores Estados não-prussianos e, de resto, convocar os quatro ou cinco mais altos militares ou seus delegados. De qualquer maneira, só um pequeno grupo de homens que são obrigados a ser discretos podem preparar decisões políticas em situações políticas muito tensas. Em condições de período de guerra talvez fosse apropriado estabelecer uma comissão mista, unindo os representantes do governo com os de todos os grandes partidos. Em tempos de paz, um acordo que reunisse representantes partidários numa base semelhante poderia revelar-se igualmente útil para a deliberação de questões políticas delicadas, particularmente de política externa. De resto, contudo, esse sistema tem utilidade limitada, não é nem um substituto para a genuína reforma parlamentar, nem um meio para a criação de políticas governamentais coerentes. Se essas políticas devem ser apoiadas por diversos partidos, o acordo poderia ser estabelecido em reuniões interpartidárias dos líderes do governo e dos representantes da maioria parlamentar. Uma comissão na qual se reúnam socialistas independentes e conservadores não poderá absolutamente cumprir essa função de formular uma decisão política. Isso seria um absurdo político. As estruturas partidárias acima mencionadas nada podem produzir para uma orientação coerente da política.

Em contraposição, para a supervisão da burocracia durante a

1 Após a queda do chanceler Bethmann-Hollweg (ver abaixo, n. 29), uma comissão consultiva de sete parlamentares foi imposta pelo apreensivo Reichstag ao novo chanceler, Georg Michaelis, para com ele deliberar a respeito da resposta alemã à nota papal de paz de agosto de 1917. Era esta a primeira vez que o parlamento participava explicitamente da formulação da política externa, constituindo-se assim a ocasião num importante passo em direção à parlamentarização. Cf. Epstein, Erzberger, *op. cit.*, 216 ss.; também Matthias e Morsey (eds.), *op. cit.* I, 119-213, onde a pré-história e o curso das negociações são amplamente documentados em protocolos de sessões de comissão.

época de paz, comissões mistas especializadas, seguindo as pegadas da *Hauptausschuss*, poderiam revelar-se apropriadas, desde que o público seja mantido informado e desde que se criem medidas eficazes, as quais possam preservar a coerência diante do assunto especializado tratado nas várias subcomissões; estas se comporiam de representantes do *Bundesrat* e dos ministérios. A possível eficácia política de tal disposição dependerá, é claro, completamente do futuro papel do Reichstag e da estrutura de seus partidos. Se as coisas permanecerem no estado atual, se o obstáculo mecânico do Artigo 9 da Constituição for mantido, e se o parlamento continuar a se limitar à “política negativa” — e a burocracia tem por objetivo claro essa perpetuação —, aí então os partidos provavelmente concederão mandatos insignificantes a seus representantes nas comissões; e, de qualquer forma, não lhes concederão mandato plenipotenciário de líder; mais ainda, cada partido seguirá seu caminho buscando vantagens especiais para seus protegidos. Todo esse dispositivo se tornaria então um estorvo inútil e um desperdício de tempo para administração, e não um meio de treinamento político e de cooperação profícua. O resultado positivo seria nesse caso, na melhor das hipóteses, algo semelhante ao patronato proporcional praticado em certos cantões suíços: os partidos individuais dividem pacificamente sua influência sobre a administração, e isso abranda o conflito entre eles. (Contudo, é extremamente duvidoso que mesmo esse resultado relativamente negativo possa ser obtido num Estado de massa que se veja empenhado em grandes tarefas políticas. Que eu saiba, os suíços têm opiniões divergentes com respeito aos efeitos positivos dessa prática, e estas precisam certamente ser avaliadas de maneira muito diferente num grande Estado.) Incertas como sejam essas perspectivas idílicas, elas satisfarão àqueles que mais prezam a eliminação do conflito partidário; e a burocracia esperaria dessa prática a perpetuação de seu poder pela continuidade do sistema de pequenas gratificações.

Se, além disso, os cargos burocráticos fossem divididos proporcionalmente entre os vários partidos aceitos na corte, seria até mais fácil motivar o aparecimento de “caras felizes por toda parte”. Contudo, tal redistribuição pacífica de benefícios na administração interna da Prússia é muito improvável, devido ao monopólio do Partido Conservador nos postos de conselheiros do Land e de presidente do governo e de presidente supremo. Além disso, em termos puramente políticos, pouco mais adviria daí do que benefícios para burocratas dos partidos, em lugar de poder político e responsabilidade para líderes partidários. Este não seria certamente um meio apropriado para elevar o nível político do parlamento. Ficaria pendente a questão de se saber se dessa maneira a supervisão pública da administração e a necessária maturidade pública aumentariam ou não.

De qualquer maneira, mesmo os mais simples assuntos administrativos não podem ser discutidos adequadamente numa comissão as-

sim burocratizada, a menos que se garanta o direito dessa comissão de conseguir, a qualquer tempo, as informações administrativas e técnicas necessárias. Os interesses de *status* da burocracia, ou, mais declaradamente, suas vaidades e seu desejo de perpetuar a ausência de controles, são os únicos obstáculos no caminho dessa exigência — a qual, além do mais, nem mesmo supõe a introdução de governo parlamentar, mas simplesmente uma das pré-condições técnicas de seu funcionamento.

A única objeção essencialmente relevante que os especialistas em direito constitucional geralmente opõem ao direito de inquérito é que o Reichstag é completamente autônomo com referência a seu regimento interno, e conseqüentemente a respectiva maioria poderia unilateralmente repelir uma investigação ou influenciá-la de molde a impossibilitar a descoberta de fatos desagradáveis. Sem dúvida, a autonomia do regimento interno (Art. 27 da Constituição do Reich), transposta (indiretamente) sem reparos da teoria inglesa, não é adequada *àquele* direito. O direito de inquérito deve ser garantido por dispositivos legais; particularmente, deve ser estabelecido incondicionalmente como um direito da minoria — digamos, de forma que cem delegados sejam suficientes para exigir um inquérito, e que tal minoria deva também, é claro, ter o direito de ser representada em comissões, para fazer perguntas e pôr por escrito opiniões discordantes. Em primeiro lugar, isso é necessário a fim de proporcionar um poder compensador de publicidade contra qualquer maioria parlamentar abusiva e seus notórios perigos, um contrapeso que não existe em outros Estados e até agora tem sido eficiente na Inglaterra apenas em virtude da cortesia mútua dos partidos. Contudo, exigem-se ainda outras garantias. Enquanto houver competição entre as indústrias, especialmente entre as de países diferentes, será imperativo proteger adequadamente seus segredos tecnológicos contra publicidade tendenciosa. A mesma proteção deve ser estendida à tecnologia militar e também a questões pendentes de política exterior, as quais, antes de chegarem a uma decisão definitiva, devem ser discutidas apenas perante um pequeno grupo. É um erro de alguns críticos, particularmente russos, afirmar que assuntos de política exterior — como a conclusão de uma paz entre nações em guerra — podem ser conduzidos com êxito, quando uma nação excede a outra em manifestações públicas de “princípios” gerais; dever-se-ia em vez disso recorrer a deliberações sensatas em busca do melhor acordo possível entre os interesses nacionais inevitavelmente antagônicos que se ocultam por trás desses alegados “princípios”.¹ Os fatos atuais puseram a mencionada opinião na berlinda. Certamente, os

1 Entre dezembro de 1917 e março de 1918, Trotsky negociou com representantes alemães diplomáticos e militares em Brest-Litovsk. Os Catorze Pontos de Wilson datam de janeiro de 1918.

meios pelos quais as faltas de nosso passado devem ser reparadas são bem diferentes dessas idéias amadorísticas dos críticos de política. A opinião largamente aceita em círculos democráticos de que a *publicidade* seja uma panacéia para a diplomacia — e sempre trabalha para a paz — é, nessa forma generalizada, uma noção falsa. Ela tem certa conveniência para decisões finais que antes já foram deliberadas, mas enquanto existirem Estados rivais, não tem valor para o processo de deliberação; o mesmo é válido, naturalmente, para indústrias rivais. Em contraposição às questões de administração interna, a publicidade pode prejudicar gravemente, nesse estágio, a objetividade e a ausência de preconceitos com relação às deliberações em curso e pode pôr em franco perigo ou impedir a paz. As experiências tidas na atual guerra demonstraram-no clarissimamente. Contudo, discutiremos política externa numa seção à parte. (Cf. sec. IV, abaixo.)

4. Crises Internas e Falta de Liderança Parlamentar

Neste ponto gostaríamos de acrescentar meramente algumas observações quanto à maneira pela qual hoje em dia a falta de liderança parlamentar se revela em crises internas. Os acontecimentos do movimento (de paz) de Erzberger em julho (1917) e das duas crises subsequentes foram instrutivos no tocante a isso.¹ Todas as três ocasiões mostraram claramente as conseqüências de uma situação na qual: 1) governo e parlamento defrontam-se como órgãos divididos, sendo o último uma “mera” representação dos governados e, portanto, orientado para “a política negativa”; 2) os partidos são órgãos do tipo de associações, visto que os líderes políticos não podem encontrar sua vocação no parlamento e, conseqüentemente, não podem encontrar lugar nos

1 A 6 de julho de 1917, Erzberger, em sensacional discurso, revelou na *Hauptausschuss* o fracasso da campanha submarina sem limites e, com o apoio de uma nova coalização parlamentar (Weber geralmente se referia a ela como os “partidos de maioria”), exigiu uma resolução de paz do Reichstag e rápida reforma parlamentar. Com a ajuda das autoridades militares, que faziam seu próprio jogo, esses lances resultaram na queda do chanceler Bethmann-Hollweg alguns dias mais tarde. Contudo, o parlamento não teve influências na seleção do novo chanceler, o administrador da Alimentação prussiano Dr. Georg Michaelis; mesmo com relação à própria fórmula ambígua do parlamento de “paz sem aquisições territoriais violentas”, este só obteve sua adesão relutante com a ressalva “como eu a interpreto”. Conseqüentemente, o Reichstag não tinha confiança no novo chanceler e uma segunda crise irrompeu em agosto, por ocasião da nota papal de paz, que resultou na criação da Comissão dos Sete para supervisionar a redação da resposta alemã. Finalmente, em outubro, após o governo ter anunciado sua intenção de suprimir o Partido Socialista Independente, de esquerda, por causa de sua suposta (mas mal documentada) instigação de um motim naval, a comissão conjunta dos partidos da maioria (a *Interfraktionelle Ausschuss*) exigiu e conseguiu a exoneração de Michaelis. Nas negociações que se seguiram, o Reichstag insistiu, com êxito, que o idoso e irresoluto sucessor, o primeiro-ministro bávaro, conde Hertling, um membro conservador do Partido do Centro e ele próprio antigo delegado do Reichstag, chegasse a um acordo com este a respeito de diretrizes políticas e assuntos de pessoal antes de assumir o cargo em novembro. Para um oportuno sumário dessas evoluções “parlamentarizantes” em 1917, ver Epstein, *Mattias Erzberger*, *op. cit.*, caps. VIII-IX.

partidos; 3) o Executivo está nas mãos de burocratas que não são líderes partidários, não estão em contato permanente com os partidos, prejudicam as questões pendentes, mas, em vez disso, estão à margem dos partidos, ou, para usar de um modismo convencional, colocam-se “acima deles” — e, conseqüentemente, não podem liderá-los. Quando uma poderosa maioria parlamentar insistiu numa decisão positiva da parte do governo, o sistema fracassou imediatamente. O governo, perplexo, teve que largar as rédeas, pois não tinha apoio nas organizações partidárias. O Reichstag apresentava um estado de total anarquia porque os (denominados) líderes partidários nunca tinham tido posições executivas e também na época não eram considerados para se tornarem futuros chefes de governo. Os partidos se defrontavam com uma tarefa completamente nova para a qual nem sua organização nem seu pessoal estavam à altura — a formação de um governo a partir de suas fileiras. Evidentemente, revelaram-se totalmente incapazes de cumprir essa tarefa, e realmente nem o tentaram, pois nenhum deles, da extrema direita à extrema esquerda, possuía um homem que fosse um líder reconhecido; o mesmo se dava com a burocracia.

Durante quarenta anos todos os partidos operavam na suposição de que o Reichstag tinha mera função de “política negativa”. A “inclinação à impotência” à qual Bismarck os condenou apareceu de forma chocante e manifesta (em julho de 1917). Nem mesmo participaram da escolha de novos líderes da nação, a vaidade da burocracia não quis sequer tolerar isso nesse momento crítico, ainda que a mais simples prudência o recomendasse. Ao invés de propor aos partidos a questão capciosa de quem gostariam estes de apresentar como candidatos, ou, mais praticamente, como avaliavam eles os vários possíveis candidatos, a burocracia não se afastou de sua opinião, ditada pelo prestígio, de que a formação do governo não era da alçada do Reichstag. Forças estranhas ao parlamento (em particular, o General Ludendorff) intervieram e instituíram o novo governo, o qual por sua vez não apresentou ao Reichstag uma proposta definida com uma exigência categórica por uma resposta clara, de “sim” ou “não” a essa situação. Como todos recordam, o novo chanceler (Dr. Georg Michaelis) foi obrigado a fazer diversas declarações contraditórias sobre o pormenor mais importante (A Resolução de Paz dos partidos da maioria), e teve de aceitar a supervisão da Comissão dos Sete numa negociação de assuntos de política exterior (a resposta alemã à nota papal sobre a paz, de agosto de 1917) simplesmente porque ele não tinha a confiança do parlamento. Não é preciso dizer que esse espetáculo desagradável, que era inevitável, empanou o prestígio da Alemanha e reforçou a confortante convicção dos críticos de que o parlamentarismo era “impossível” na Alemanha; não paravam de falar do “fracasso” do parlamento. Na verdade, o que falhou foi algo bem diferente: a tentativa de a burocracia manipular o parlamento, o próprio sistema que durante décadas tinha

estado a funcionar, com o aplauso dos críticos para impedir o parlamento de fazer quaisquer contribuições políticas positivas, tudo no interesse da independência da burocracia. A situação teria sido completamente diferente em qualquer outra forma do governo na qual a responsabilidade repousasse solidamente, ou, pelo menos, significativamente, nos ombros dos líderes partidários; isso teria oferecido uma oportunidade de os talentos políticos ajudarem a dar forma aos destinos do país a partir do parlamento. Então, os partidos não poderiam ter-se permitido uma organização pequeno-burguesa na forma de associação, como a que ora predomina no Reichstag. Eles teriam sido compelidos a se subordinarem a líderes em vez de a diligentes funcionários públicos, que predominavam especialmente no Partido do Centro, que costumavam perder a coragem no momento em que deviam mostrar capacidade de liderança. Em tais crises os líderes teriam sido obrigados a formar uma coalizão, a qual teria proposto ao monarca um programa construtivo e os homens capazes de executá-lo. Contudo, sob as referidas circunstâncias, nada foi possível exceto uma política negativa.

O novo chanceler (Michaelis) escolhido de fora do parlamento (em julho de 1917) viu-se a braços com uma situação caótica que logo resultou da situação anterior. De fato, um grupo de parlamentares muito capazes ascendeu a altos cargos governamentais, mas, devido ao artigo 9 da Constituição, eles perderam influência em seus próprios partidos, que assim se viram acéfalos e se desorientaram.¹ O mesmo ocorreu nas crises de agosto e outubro (1917). Novamente o governo fracassou por completo porque os homens investidos da liderança apearam-se com persistência à opinião de que não deveriam manter contato contínuo com os líderes dos partidos e nem entabular conversações preliminares com representantes desses partidos cujo apoio desejavam ou esperavam conseguir. Só o fato de o novo chanceler indicado em novembro (1917, Conde Hertling) ter entrado em contato com os partidos da maioria antes de assumir o cargo e o fato ainda de que todos os ministérios puramente políticos estavam agora nas mãos de parlamentares experimentados tornaram possível, afinal, fazer funcionar a máquina da política doméstica com razoável desenvoltura, ainda que o artigo 9, alínea 2, continuasse a mostrar seus efeitos perniciosos.² A crise de janeiro (1918) provou, até mesmo para a mais obscura das mentes, que o parlamento não é a origem de nossas dificuldades in-

1 Em agosto de 1917, dois importantes parlamentares ingressaram no ministério de Michaelis. Paul von Krause, delegado nacional na Dieta prussiana, foi nomeado secretário imperial da Justiça, e Peter Spahn, líder do Partido do Centro do Reichstag, tornou-se ministro prussiano da Justiça. Em outubro, o delegado nacional-liberal, Eugen Schiffer, foi nomeado subsecretário de Estado do Tesouro Imperial.

2 No governo Hertling, os parlamentares obtiveram pela primeira vez posições de criação de diretrizes políticas. O líder do Partido Progressista do Reichstag, Friedrich von Dayer, recebeu a vice-chancelaria imperial, e o nacional-liberal de esquerda Robert Friedberg foi empossado vice-primeiro ministro na Prússia.

ternas; antes, essas dificuldades originam-se de duas fontes: 1) o abandono do princípio rígido de Bismarck de que os generais devem conduzir a guerra de acordo com a lógica militar, mas o chefe do governo deve concluir a paz de acordo com considerações políticas (das quais as considerações estratégicas constituem apenas um fator); 2) ainda mais importante, o fato de que alguns cortesãos subalternos julgaram útil e compatível com um governo alegadamente “monárquico” fornecer à imprensa deliberações de alta política, a fim de favorecer certos partidos políticos.¹

Nossas condições podem esclarecer a qualquer um que o governo exercido por funcionários de carreira não é equivalente à ausência de governo de partidos. Um *Landrat* tem que ser um conservador na Prússia, e desde 1878, quando terminaram os onze anos mais profícuos de trabalho parlamentar na Alemanha, nosso pseudo-parlamentarismo repousou no axioma cultivado por membros interessados de partidos de que todo governo e seus representantes precisam ser “conservadores”, com apenas algumas concessões ao patronato da burguesia prusiana e do Partido do Centro. Isso e nada mais é que significa o “suprapartidarismo” da burocracia. Esse estado de coisas não foi modificado pela lição que a guerra ensinou em todos os outros países: que todos os partidos participantes do governo tornam-se “da nação”. Os interesses sectários da burocracia conservadora e de seus grupos de interesse aliados dominam o governo. Defrontamo-nos agora com as conseqüências inevitáveis dessa hipocrisia, e continuaremos a enfrentá-las na época de paz. Não o parlamento sozinho mas todo o sistema governamental terá de pagar por isso.

5. *Profissionalismo Parlamentar e Direitos Adquiridos*

A pergunta decisiva sobre o futuro da ordem política da Alemanha precisa ser: como tornar o parlamento apto para governar? Qualquer outra forma de se colocar a pergunta é simplesmente errada, e tudo o mais é secundário.

Deve-se entender claramente que a reforma parlamentar não depende meramente dessas extensões da jurisdição parlamentar, aparentemente banais, todavia praticamente importantes; também não depende da remoção do obstáculo mecânico apresentado pelo Artigo 9, assim como não depende de certas mudanças significativas nos processos e atuais usos e costumes do Reichstag; a reforma parlamentar depende principalmente do desenvolvimento de um corpo apropriado de parlamentares profissionais.

1 A crise de janeiro de 1918 teve sua origem em disputas entre as lideranças civil e militar a respeito da conduta das negociações de paz de Brest-Litovsk com a Rússia. Cf. também a nota 24 acima.

O parlamentar profissional é um homem para quem o mandato do Reichstag não é uma ocupação de meio período, mas sim sua grande vocação; por essa razão, necessita de um escritório eficiente com o pessoal necessário e de acesso a informações. Podemos amar ou odiar essa figura — ela é tecnicamente indispensável, e portanto já existe. Contudo, mesmo os mais prestigiosos profissionais são (na Alemanha), de certo modo, uma espécie subalterna, operando por trás dos bastidores, por causa da posição subordinada do parlamento e das limitadas oportunidades de carreira. O político profissional pode viver meramente de política e sua azáfama característica, ou pode viver para a política. Só no segundo caso é que pode se tornar um político de grande envergadura. Claro está que tanto mais facilmente terá êxito, quanto mais independente for financeiramente, e, conseqüentemente, “disponível” e sem vínculo empregatício, mas que viva de alguma renda. Das classes sujeitas a vínculo empregatício, só os advogados são “disponíveis” e adequados a seguir a carreira política. Uma exclusiva dominação de advogados seria certamente indesejável, mas é uma tola tendência de nossos críticos denegrir a utilidade do treinamento forense para a liderança política. Numa época governada por juristas, o grande advogado é o único que, em contraste com o funcionário público treinado juridicamente, foi ensinado a lutar por determinada causa e a representá-la eficientemente; gostaríamos que os pronunciamentos públicos de nosso governo mostrassem em maior grau a habilidade do advogado no melhor sentido da palavra. Entretanto, somente se o parlamento puder oferecer oportunidades para a liderança política, qualquer pessoa independente poderá desejar viver para a política, e não apenas advogados talentosos e capazes. De outra maneira, somente funcionários assalariados do partido e representantes de grupos de interesse que- rerão esses cargos.

O ressentimento do funcionário típico de partido contra líderes políticos genuínos afeta poderosamente a atitude de alguns partidos com relação à introdução do governo parlamentar e, conseqüentemente, o recrutamento de líderes no parlamento. Essa tendência é, sem dúvida, muito compatível com os interesses da burocracia, que alimenta os mesmos sentimentos, pois o delegado profissional é um espinho no flanco dos chefes da burocracia, por ser um supervisor incômodo e por aspirar a um quinhão no exercício do poder. Isso certamente se agrava quando ele surge como um possível rival visando posições superiores no governo (uma ameaça não apresentada por meros representantes de interesses específicos). Dessa maneira, podemos também explicar a luta da burocracia para conservar o parlamento na ignorância, pois somente parlamentares profissionais habilidosos, que passaram pela escola de intenso trabalho de comissões, podem tornar-se líderes res-

ponsáveis, e não meros demagogos e diletantes. O parlamento tem que ser completamente reorganizado a fim de produzir tais líderes e garantir sua eficiência; à sua própria maneira, o parlamento britânico e seus partidos, há muito, têm tido êxito neste particular. É verdade que os usos e costumes britânicos não podem ser simplesmente assimilados, mas a estrutura básica pode muito bem ser adaptada. Não nos interessam aqui os detalhes das mudanças necessárias nos procedimentos e usos e costumes do Reichstag; eles se darão logo que os partidos forem forçados a buscar uma política responsável e não apenas uma política negativa. Contudo, devemos considerar aqui mais um sério impedimento ao governo parlamentar, que tem suas raízes no sistema partidário alemão, uma dificuldade que tem sido freqüentemente discutida, mas geralmente de forma errônea.

Não há dúvida de que o governo parlamentar funciona mais desembaraçadamente num sistema de dois partidos, tal como o que existia até há bem pouco na Inglaterra (embora já tenha havido sensíveis exceções). Entretanto, tal sistema não é indispensável, e em todos os países, inclusive na Inglaterra, formam-se pressões para a formação de coalizões partidárias. Mais importante é outra dificuldade: o governo parlamentar é exequível somente quando os maiores partidos estão, em princípio, dispostos a assumir as responsabilidades do governo. Na Alemanha não era esse o caso de maneira alguma. O maior partido, a social-democracia, não tinha a menor intenção de participar de nenhuma coalizão, sob nenhuma condição, visto que acreditava em certas teorias evolucionistas e se atinha a usos e costumes pseudo-revolucionários herdados do período da legislação anti-socialista (1878-90) — por exemplo, recusava-se a enviar membros a cerimônias na corte. Mesmo quando poderia ter assumido o governo num dos menores principados, em virtude de uma maioria temporária, esse partido se recusou a fazê-lo. Contudo, muito mais importante do que essas ansiedades teóricas tem sido a preocupação genuína de que o partido pudesse ser repudiado por seus próprios membros com consciência de classe se o partido se unisse inevitavelmente a um governo limitado pelas condições de uma sociedade e de uma economia que permaneceriam capitalistas por certo tempo. Essa situação motivou os líderes a manterem o partido, durante décadas, numa espécie de gueto político, a fim de evitar qualquer contato contagioso com as atividades de um Estado burguês. Apesar de tudo, eles ainda agem assim. O sindicalismo — a apolítica e antipolítica ética heróica da fraternidade — está crescendo, e os líderes temem um rompimento da solidariedade de classe, que mais tarde prejudicaria a eficácia da classe operária em suas lutas econômicas. Considere-se que os líderes não podem ter a certeza de que as atitudes tradicionais da burocracia não tornarão a surgir no-

vamente após a guerra. Nosso futuro dependerá grandemente da atitude do partido nos anos vindouros: se sua determinação para alcançar o poder governamental prevalecerá, ou se a ética apolítica da fraternidade proletária e do sindicalismo, os quais certamente proliferarão depois da guerra, sairá triunfante.

Por razões um tanto diferentes, o segundo maior partido alemão, o de centro (católico), tem sido até agora cético quanto ao parlamentarismo. Certa afinidade eletiva entre sua própria mentalidade autoritária e o *Obrigkeitsstaat* tem trabalhado a favor dos interesses da burocracia. Mas há outro fator de maior relevância. Visto que o Partido de Centro é por natureza um partido de minoria, ele teme que, sob um regime parlamentar, também seja uma minoria parlamentar e que sua posição de poder e habilidade de representar sua clientela sejam colocados em perigo. Seu poder reside principalmente em meios extra-parlamentares: o controle do clero sobre as atitudes políticas dos fiéis. Dentro do Reichstag, o sistema de política negativa proporcionou ao partido uma oportunidade para servir aos interesses materiais de seus membros. Depois que o partido tinha atingido aqueles objetivos clericais que pelo menos podem ser permanentemente mantidos na Alemanha, ele se transformou, de um partido ideológico que era, mais e mais num veículo de patronato para candidatos católicos a cargos eletivos e outros interesses de católicos que têm se sentido vítimas de parcialidade desde a época do *Kulturkampf* (1871-188...) — se essa impressão é ainda justificada, é aqui irrelevante. Hoje a força do partido repousa amplamente nessa função. Seu controle sobre a balança de poder nos parlamentos permitiu ao partido promover os interesses privados de seus protegidos. A burocracia podia aquiescer e ainda assim salvar as aparências, pois este patronato era “oficioso”. Contudo, os interessados do partido, interessados no patronato, não estão somente preocupados com que a parlamentarização e a democratização reduzam suas oportunidades em períodos nos quais o Centro seria parte da minoria; eles temem algo mais. Sob o atual sistema, o Centro tem conseguido evitar aquela responsabilidade que sobre ele teria recaído se seu líder fizesse parte do governo, e essa responsabilidade nem sempre teria sido conveniente. Ainda que hoje o Partido do Centro disponha de certo número de talentos políticos, há indivíduos tão incompetentes entre os funcionários promovidos por ele que um partido que estivesse no governo e fosse responsável dificilmente lhes confiaria algum cargo. Tais homens podem fazer progressos somente se seus patrocinadores os promovem irresponsavelmente. Se o partido fosse parte do governo, teria que recrutar candidatos mais capazes.

O patronato oficioso é, pois, a pior forma de patronato parlamentar — a que favorece a mediocridade, visto que ninguém pode ser

responsabilizado. É uma conseqüência de nosso governo exercido por uma burocracia conservadora, um governo cuja perpetuação se funda nesse sistema de gratificações (*Trinkgeldersystem*). Não é de admirar que o Partido Conservador e a ala do *big business* do Partido Nacional-Liberal sintam-se à vontade sob essas condições. Pois, afinal de contas, o patronato sob esse sistema não se encontra nas mãos de políticos e partidos, que poderiam ser responsabilizados pelo público; ele funciona, sim, através de canais particulares que vão desde as importantíssimas ligações de grêmios estudantis às formas mais grosseiras ou mais requintadas de “recomendações” capitalistas. O *big business*, que a tola ignorância de nossos ideólogos suspeita que mantenha conluio com o reprovável parlamentarismo, sabe muito bem por que apóia, sem restrições, a conservação de uma burocracia não-supervisionada.

Este é o estado de coisas que é calorosa e ferrenhamente defendido com *slogans* de críticos da política contra o caráter corrupto e anti-alemão da responsabilidade dos partidos pelo patronato de empregos. Na verdade, não é o “espírito alemão”, mas poderosos interesses materiais por benefícios, unidos às explorações capitalistas das “ligações”, que são lançados contra a cessão do patronato ao parlamento. Não pode haver dúvida de que somente circunstâncias políticas absolutamente coercivas poderão mudar alguma coisa de fato a esse respeito. O governo parlamentar jamais chegará por si mesmo a isso. Os mais poderosos grupos trabalham contra isso, com certeza. De fato, todos os partidos mencionados têm ideólogos e políticos sensatos, além daqueles solicitadores subalternos de cargos e parlamentares de rotina, mas os últimos têm o predomínio. Se o sistema de *petit patronage* (pequeno patronato) fosse estendido a outros partidos, a tendência geral seria simplesmente reforçada.

Finalmente os beneficiados pelo *status quo*, e aqueles ingênuos críticos que confiantemente declamam seus *slogans*, gostam de assinalar triunfantemente o caráter federal da Alemanha, a fim de demonstrar conclusivamente a impossibilidade da implantação de um governo parlamentar em bases puramente formais. Vejamos primeiramente o aspecto legal desse problema, dentro do âmbito de nossa Constituição: donde poderemos compreender como essa afirmação é realmente incrível. De acordo com o artigo 18 da Constituição, o imperador nomeia e exonera o chanceler e todos os funcionários imperiais por sua conta, sem interferência do Bundesrat (o Conselho Federal, uma representação dos governos dos Estados individuais); somente a ele devem obediência, dentro dos limites das leis federais. Enquanto este for o caso, qualquer objeção constitucional por motivos “federais” é destituída de fundamento. Segundo a Constituição, ninguém pode impedir o imperador de entregar o governo do Reich ao líder ou aos líderes da maioria parlamentar e de enviá-los ao Bundesrat; ou de

exonerá-los, se uma nítida maioria do Bundesrat votar contra eles; ou simplesmente de consultar os partidos sobre a formação do governo. Nenhuma maioria no Bundesrat tem o direito de derrubar o chanceler ou de simplesmente insistir com ele para que forneça uma explicação de suas diretrizes políticas, como a incontestante interpretação do artigo 17, parágrafo 2, exige-lhe que faça perante o Reichstag. Recentemente foi proposto que o chanceler seja responsável não apenas perante o Reichstag, mas também perante o Bundesrat; essa proposta merece ser examinada quanto à sua exequibilidade política (e ser discutida mais tarde), mas seria uma inovação constitucional não menos que a eliminação do artigo 9, parágrafo 2, o que propusemos acima. Precisamos mais tarde tratar do fato de que os verdadeiros problemas da parlamentarização do governo e da Constituição do império em geral têm suas raízes menos nos direitos constitucionais dos outros membros da Federação do que na relação daqueles Estados com o hegemônico Estado prussiano. Contudo, antes que procedamos a isso, deveremos examinar a maneira pela qual o atual sistema tem funcionado no campo da política externa. É aqui que o governo conduzido por meros burocratas revela os limites inerentes de sua eficácia, assim como o preço terrível que tivemos de pagar para tolerá-lo.

IV

BUROCRACIA E POLÍTICA EXTERNA

1. O Fracasso do Governo em não Refrear Declarações Prejudiciais do Monarca

Na Alemanha, a administração interna é dominada por um conceito especialmente burocrático de discricção administrativa, o “serviço secreto” (*Dienstgeheimnis*). É espantoso observar a diferença no domínio da política externa: ali, uma série dos mais variados atos foi empreendida com dramática publicidade — e, ainda mais, uma publicidade de caráter singular.

Durante mais de uma década, do telegrama de Krüger à crise de Marrocos,¹ tivemos que conviver com o fato de que declarações privadasíssimas do monarca sobre assuntos de política externa foram tornadas públicas por diligentes funcionários da corte ou por serviços de notícias, com a tolerância ou mesmo com a participação do governo. Trata-se de acontecimentos que foram da mais capital importância na formulação de nossa política mundial e especialmente no surgimento da coalizão mundial contra nós. Esclareçamos que o que aqui nos in-

1 No começo de janeiro de 1896, Guilherme II enviou um telegrama ao presidente do Transvaal, Paul Krüger, congratulando-se com ele por ter rechaçado o ataque de Jameson, o qual tinha sido apoiado por Cecil Rhodes. O imperador agia sob a recomendação do secretário de Estado, barão Marchall von Bieberstein, que esperava assim impedi-lo de praticar uma intervenção imprudente. A manobra era parte de uma tentativa alemã de isolar a Inglaterra diplomaticamente, mas na verdade aumentou o isolamento da Alemanha. — Durante a primeira crise do Marrocos de 1905/6, o governo alemão tentou se opor aos planos coloniais franceses no Marrocos. Guilherme II visitou Tangier, mas a subsequente conferência internacional em Algeciras terminou em grave derrota diplomática para a Alemanha. Durante a segunda crise do Marrocos, em 1911, a canhoneira alemã Panther foi enviada para Agadir, mas ao final a Alemanha perdera outro *round* diplomático.

teressa não é saber se as declarações do monarca eram corretas e justificadas, mas sim, apenas, o comportamento dos funcionários. Este escritor, que está convencido com toda certeza da utilidade das instituições monárquicas em grandes Estados, abster-se-ia de qualquer polémica furtiva contra o monarca tanto quanto da adulação pseudo-monárquica ou da sentimental fraseologia subalterna de interessados e de filisteus. Contudo, um monarca que faz declarações pessoais, mas públicas, de natureza às vezes extremamente agressiva, deve estar preparado para suportar uma crítica igualmente agressiva. Pois confrontamo-nos com o fato de que esse método de conduzir nossa política, mediante a publicação de declarações monárquicas, foi tolerado frequentemente. Se esse método foi um grave erro político (como acreditamos que foi), então a tolerância das diversas repetições desse procedimento prova, no que se refere à responsabilidade pessoal do monarca, a necessidade de aceitar pareceres somente da liderança política, e de excluir todos os outros grupos — cortesãos, militares ou sejam quais forem — de se imiscuírem em assuntos politicamente importantes. Entretanto, se não se dessem garantias concretas para tal procedimento uma crítica totalmente franca feita ao próprio monarca se tornaria um dever político. É claro que tal crítica pública ao monarca seria politicamente indesejável. É sabedoria política secular, e não um costume antiquado, evitar que o monarca seja arrastado demagogicamente perante o público, como já aconteceu várias vezes na Alemanha. Exigem-se formalidades rituais e condições para suas aparições públicas e possibilitando assim que ele seja mantido pessoalmente fora das disputas públicas da política partidária. Precisamente por causa disso, pode ele intervir com muito maior eficiência, em períodos de crise nacional. Esclareçamos, então, que não discutimos aqui possíveis erros do monarca, mas, antes, o fato bem diferente de que o governo utilizou-se de suas aparições em público ou da publicação de suas opiniões como um meio diplomático — pelo menos em um caso, apesar das dúvidas pessoais do monarca,¹ e de que os líderes do governo suportaram, sem renunciar imediatamente, a publicação das opiniões do monarca por fontes irresponsáveis que passaram por cima da autoridade desses líderes.

É claro que o monarca tem liberdade para assumir a posição política que desejar. Mas deve caber aos líderes politicamente responsáveis decidir se, ou de que maneira essencial ou formal, as opiniões dele devem ser tornadas públicas, e também os líderes devem avaliar o impacto presumível dessas opiniões. Conseqüentemente, o chanceler deve ser solicitado a dar seu parecer antes de o monarca se manifestar

1 Com relação às dúvidas de Guilherme II sobre a conveniência de uma viagem a Tangier em 1905, a qual ele então empreendeu *contre coeur* (contra a vontade), ver *Ereignisse und Gestalten 1878-1918*, de sua autoria (Leipzig: Koehler, 1922), p. 90 s.

publicamente e sobre qualquer assunto de grande importância política, e o parecer do primeiro deve ser aceito enquanto ele estiver exercendo seu cargo. Este e seus colegas faltam a seus deveres se permanecem no cargo depois de essa regra ter sido violada mesmo uma só vez. Por trás de toda a arenga de que “a nação não quer uma sombra como rei”, e frases semelhantes, esses homens não escondem senão seu desejo de permanecer em seus cargos deixando de renunciar a eles. Isso nada tem a ver diretamente com o caso do governo parlamentar; é simplesmente uma questão de integridade política. A esse respeito, nosso governo tem falhado vezes sem conta da mais miserável das maneiras. Esses fracassos devem-se à nossa estrutura política defeituosa, que coloca homens de mentalidade burocrática em postos de liderança política. A questão do governo parlamentar torna-se altamente significativa, já porque sob determinadas condições não há outro meio para realizar e garantir as mudanças necessárias. A fim de evitarmos qualquer mal-entendido sobre nossa posição, devemos acrescentar que, em quase todos os casos, as declarações do monarca foram não somente subjetivamente compreensíveis, mas às vezes também politicamente justificadas — na medida em que foi possível discerni-lo nessa ocasião. Mais ainda, em alguns casos foi provavelmente útil transmitir as intensas reações pessoais do monarca através de canais diplomáticos aos governos em questão. Mas a publicação de tais declarações se constituiu num ato politicamente irresponsável, e nesse caso a responsabilidade recaiu sobre a liderança política, por tê-la tolerado ou instigado.

Na Alemanha parece ter sido esquecido que existe uma tremenda diferença entre um político (o primeiro-ministro ou mesmo presidente de uma república) fazer uma declaração no parlamento, por exemplo, não importa quão desagradável seja ela, e esse mesmo político tornar pública uma declaração pessoal do monarca e depois “assumir a responsabilidade” por essa declaração por meio de um gesto dramático mas vulgar. Uma declaração pública do monarca não pode de fato ser livremente criticada no país; conseqüentemente, ela protege o estadista, que se serve dela para esse objetivo, contra uma crítica direta das próprias ações desse estadista. No estrangeiro, entretanto, essas restrições não existem e a crítica centra-se no monarca. Um político pode e deve renunciar se as condições mudam e novas diretrizes políticas se tornam necessárias contra as quais ele já tenha se pronunciado, mas o monarca deve permanecer, e com ele suas palavras. Uma vez que este tenha se comprometido publicamente, não pode retirar suas palavras, ainda que tente fazê-lo dentro de uma situação nova. Suscitam-se paixões e sentimentos de honra, pois apoiar o monarca é uma questão de honra nacional — e os críticos ignorantes tais como os pangermânicos (e seus editores) prosperam grandemente. Na pátria e no estrangeiro, as palavras do monarca são levadas a sério e a situação se radicaliza. Este foi realmente o padrão em todos esses casos. Exa-

minemos alguns deles à fria luz da lógica, a fim de sabermos como o erro político foi cometido.

Primeiramente, o telegrama de Krüger. A indignação contra o ataque de Jameson foi justificada e compartilhada em todo o mundo, até mesmo na Inglaterra. É bem possível que enérgicas representações diplomáticas em Londres (que poderiam ter-se referido à intensa reação do monarca) poderiam ter provocado declarações formais do gabinete britânico, as quais talvez não pudessem ser desconsideradas com tanta facilidade mais tarde. Além disso, um acordo geral referente aos interesses de ambos os lados na África ter-se-ia tornado mais provável; Cecil Rhodes, por exemplo, era bastante acessível a esse respeito,¹ e isso era necessário se quiséssemos ter carta branca no Oriente e manter a Itália na aliança. Mas a publicação do telegrama teve naturalmente o efeito de uma bofetada no rosto, impossibilitando qualquer conversação racional.² A questão tornou-se, então, assunto de honra nacional, e interesses políticos racionais foram postos de lado. Em consequência, quando posteriormente — antes, durante e após a Guerra dos Bôeres — fizeram-se tentativas no sentido de se chegar a um entendimento sobre a África ou sobre as relações globais entre a Inglaterra e a Alemanha, o público desses dois países, cujo sentimento de honra nacional tinha agora sido provocado, não deu boa acolhida a essas tentativas, ainda que ambos os lados pudessem ter atingido seus objetivos materiais por meio de entendimentos diplomáticos. O resultado dessas tentativas de aproximação foi fazer da Alemanha a vítima defraudada depois da Guerra dos Bôeres. Afinal de contas, em 1895 nós simplesmente não tínhamos recursos militares suficientes para apoiar qualquer protesto com eficácia. Passemos em silêncio o vergonhoso final, a recusa em receber o presidente exilado: pois o ponto capital foi que os bôeres não puderam ser auxiliados, apesar das palavras do monarca. Em consequência, o General Botha pôde declarar no parlamento da África do Sul, em 1914, que foi o comportamento da Alemanha que conduziu à perda da independência dos bôeres.

Grande foi o espanto na Alemanha quando o Japão lhe declarou guerra em agosto de 1914, fazendo a China a mesma coisa em agosto de 1917. A primeira atitude é sempre explicada pela bem conhecida intervenção de 1895 em conexão com Port Arthur,³ a segunda pelas pressões americanas, e ambos os casos se atribuem também ao opor-

1 Sobre um diálogo algo conciliador entre Rhodes e Guilherme II, ver *op. cit.*, p. 72 s.

2 Sobre a versão do imperador acerca de sua oposição ao telegrama e sua antevisão do protesto público inglês, ver *op. cit.*, p. 69 s.

3 Na época, a Rússia, a França e a Alemanha — que se confessavam alarmadas em face do Perigo Amarelo — impediram o Japão de anexar a península Liaotung no rastro de seu triunfo militar sobre a China (Tratado de Shimonoseki, abril de 1895). Com relação aos aspectos alemães dessas negociações, cf. a autobiografia do Imperador Guilherme II, *op. cit.*, p. 68, e Johannes Ziekursch, *Das Zeitalter Wilhelms II*, vol. III de *Politische Geschichte des neuen deutschen Kaiserreiches* (Frankfurt: Sozeitatsverlag 1930), p. 92 ss.

tunismo. Não importa quanta verdade haja nisto, há outro fator importante que deve ser acrescentado. Fora, afinal de contas, o monarca alemão quem, verbal e metaforicamente, advertiu de público sobre o “Perigo Amarelo” e conclamou à “preservação dos mais sagrados bens” (das nações européias): há alguém entre nós que realmente creia que chineses e japoneses cultos tenham esquecido isso?¹ Em política internacional, os problemas raciais pertencem à espécie mais difícil, pois são complicados pelos choques de interesses entre as nações de raça branca. Só se pode aprovar o esforço de o monarca formar uma opinião a esse respeito. Mas que interesse alemão poderia ser favorecido quando o monarca tornou públicas suas opiniões daquela maneira? Isso era conciliável com qualquer interesse alemão no Extremo Oriente? Que recursos de poder havia por trás de tais declarações? Aos interesses de quem iriam essas declarações servir no final? Mais ainda, que objetos políticos foram servidos publicando-se os discursos do imperador à época da missão do Conde Waldersee, ou suas alocações navais, as quais talvez pudessem ter sido bastante apropriadas num círculo de oficiais?² O resultado das diretrizes políticas alemãs só relativas à China contrastavam de forma embaraçosa e, devemos acrescentar, de maneira alguma acidental, com tal retórica, e isso revelou-se altamente prejudicial a nosso prestígio. Ainda uma vez, omitiremos um episódio vergonhoso, o tratamento dispensado à “missão expiatória” (do Príncipe Chun em 1901, para desculpar-se pelo assassinato do Ministro Von Ketteler durante a Rebelião Boxer) e as discussões, novamente em público, que a acompanharam. É simplesmente impossível imaginar

- 1 O presente de Natal do imperador para o Tzar Nicholas em 1895 foi um desenho alegórico executado conforme seu esboço pelo pintor Knackfus, mas apresentado como trabalho do próprio imperador. Retratava o Arcanjo Miguel reunindo uma corte de damas blindadas, identificadas por seus brasões como Alemanha, Britânia, Rússia e outras, para uma cruzada contra o Perigo Amarelo, representado como um Moloch sanguinário pairando numa nuvem sobre as pacíficas cidades da Europa. O presente e seu título, “Nações da Europa, protejam seus bens mais sagrados”, cedo se tornaram conhecidos e alvo de ridicularização, mas o imperador acreditou ter alcançado uma vitória diplomática quando seu embaixador informou que o infeliz receptor tinha emoldurado e pendurado a obra de arte: “Realmente funcional! Como é satisfatório”, escreveu ele à margem do relatório. Cf. Erich Eych, *Das persönlichem Regiment Wilhelms II.* (Zürich: Reutsch, 1948), 119; Emil Ludwig, *Kaiser Wilhelm II*, traduzido por Ethel C. Mayne (Londres: Putnam, 1926), p. 223 s.
- 2 Em 27 de julho de 1900, Guilherme II proferiu seu abominável discurso “Huno”, do qual derivou o epíteto comumente aplicado aos soldados alemães nos países anglo-saxões durante a Primeira Guerra Mundial. Ao despachar as tropas que iriam participar da sufocação da rebelião Boxer, com o conde Waldersee como comandante-em-chefe nominal da força expedicionária internacional de tropas russas, japonesas e inglesas, Guilherme disse entre outras coisas: “Não se dará perdão, não se farão prisioneiros. Quem quer que caia em vossas mãos estará à vossa mercê. Assim como os hunos sob Átila tornaram famoso o nome de sua raça há mil anos, que ainda nos assombra em tradições e lendas, vós imprimireis o nome dos alemães sobre a China por mil anos vindouros, de forma que nenhum chinês jamais ousará levantar novamente o mesmo olhar vesgo a um alemão” — um péssimo trocadilho, significando um mau olhar em um olhar de olhos rasgados. Em seus discursos navais, Guilherme empregava termos como o do “punho de ferro” que a Alemanha queria aplicar ao mundo. Cf. Eych, *op. cit.*, p. 200, 272.

os fins políticos concretos que o Chanceler Bülow poderia ter desejado promover quando tolerou tal romantismo político, que desnecessariamente ofendeu o senso de honra dos chineses. Se teve o discernimento necessário para perceber a inutilidade política e o malefício de todos esses acontecimentos e contudo sentiu que tinha de considerar as condições que exigiam que se tolerassem os mesmos, ele devia ter renunciado no interesse do monarca bem como da nação.

Há sérias dúvidas sobre se a publicação do discurso do imperador em Damasco (perante o túmulo de Saladino, em 8 de novembro, 1898) foi útil em nossas relações com a Rússia. Nossas simpatias pela cultura islâmica e nossos interesses políticos na integridade territorial da Turquia eram bem conhecidos no exterior e não necessitavam de tamanha ostentação espalhafatosa. Contudo, independentemente da constelação política predominante na época, teria sido melhor evitar as impressões criadas por esse gesto público. Aqui, também, é fácil perceber quem sairia beneficiado em seus planos.

Se ainda pudéssemos ter dúvidas sobre o exemplo acima, as coisas são porém perfeitamente claras no que diz respeito à alocação pública que o imperador pronunciou em Tânger no início da crise de Marrocos. Mesmo elementos neutros aprovaram a posição da Alemanha, mas ainda uma vez foi um sério equívoco utilizar o monarca para um gesto público. Ainda não sabemos que ofertas fez a França, após a queda de Delcassé (seu ministro do Exterior), mas muitas coisas estavam claras então: ou a Alemanha se decidia a entrar em guerra pela independência marroquina, ou o assunto teria que ser decidido prontamente de uma forma que levasse em consideração os interesses e o senso de honra de ambos os lados, oferecendo a França algumas compensações. Isso poderia ter tido conseqüências de longo alcance em nossas relações com a França. Por que não foi feito? A palavra do monarca, como se sabe, tinha empenhado a honra da nação em favor do sultão do Marrocos, e portanto não podíamos abandoná-lo. Contudo, o governo não tinha realmente a intenção de entrar em guerra. O resultado de tudo foi o colapso de Algeciras, seguido do episódio "Panther" e finalmente o abandono do Marrocos; ao mesmo tempo, a tensão interminável provocou a disposição para a guerra na França, facilitando assim a política inglesa de envolvimento. Desenvolveu-se paralelamente a impressão de que a Alemanha sempre cederia, apesar das palavras do imperador. Isso tudo aconteceu sem que nenhuma compensação política fosse proporcionada à Alemanha.

Os objetivos da política exterior alemã, especialmente de além-mar, eram extremamente limitados, se comparados aos de outras nações, e os resultados dessa política foram insignificantes. Contudo, ela produziu tensões e viva agitação como as de nenhum outro país, e freqüentemente essas sensações, totalmente inúteis e prejudiciais, foram criadas pela publicação de declarações do imperador. Esse método

revelou-se nocivo a nós não apenas em países hostis ou neutros. Após a conferência de Algeciras, o imperador sentiu a necessidade de expressar seus agradecimentos ao Conde Goluchowski, e, em vez de utilizar os canais competentes, publicou-se o célebre telegrama. A queda do destinatário foi pronta e embaraçosa para nós: demonstrou tardiamente que nenhum governo permite a seus estadistas dirigentes receberem publicamente “uma boa nota” de outro governo — nem mesmo do governo de um aliado íntimo. !1

No panorama doméstico cometeram-se os mesmos erros. Os denominados “Discursos de Penitenciária”, que o imperador proferiu num momento de cólera (em 1898), tinham acaso que ser dados à publicidade quando apareceram como um programa político? Que deve pensar do fato de que a burocracia se sentia agora na obrigação de inventar um parágrafo correspondente para inclusão no projeto de lei antigreve, simplesmente porque o imperador tinha mencionado punição em penitenciária para grevistas? Somente os assombrosos acontecimentos de 1914 e a atual (Páscoa, 1917) promessa de igual direito de voto conseguiram neutralizar o impacto dessa despropositada publicação nos operários dotados de amor-próprio. Estava a dinastia interessada na publicação? Ou que outros objetivos politicamente aceitáveis poderia a publicação ter tido?

Contudo, queremos nos limitar aqui à política externa, e conseqüentemente gostaríamos de fazer a pergunta pertinente: em todas essas ocasiões, onde estavam aqueles partidos do Reichstag que poderiam ter sido a defesa decisiva da política do governo, mas que mais tarde preferiram censurar o Chanceler Von Bethmann Hollweg pelos fracassos de uma política que transformou “o mundo inteiro em nossos inimigos”, a acusar o dito chanceler de se ocultar por trás do monarca? Que fizeram os tais partidos em todos esses casos? Eles tiraram proveito dos ataques da extrema esquerda a fim de denunciar a atitude “antimonárquica” desta! Devemos declarar com ênfase que só levantaram objeções públicas quando já era muito tarde. Mesmo então só agiram assim até o ponto em que seus interesses egoístas não fossem envolvidos. Não vamos entrar em detalhes acerca dos acontecimentos ultradivulgados de 1908 (o caso *Daily Telegraph*). Contudo, devemos nos lembrar de que o Partido Conservador, em contraste com o protesto indubitavelmente impressionante de seus líderes perante o monarca,

1 Em 13 de abril de 1906, Guilherme II enviou um telegrama ao ministro do Exterior da Áustria, conde A. Goluchowski, no qual dizia: “Vós demonstrastes ser um perfeito padrinho no duelo e podeis ter a certeza de que retribuirei em caso de necessidade”. Isso contribuiu para a queda de Goluchowski alguns meses mais tarde. O embaixador alemão em Paris, príncipe Radolin, queixava-se numa carta a Friedrich von Holstein (8 de maio de 1906): “Estamos, afinal de contas, completamente isolados no mundo, e todos nos odeiam, inclusive a Áustria, que está absolutamente furiosa por causa do telegrama a Goluchowski”. Ver Norman Rich e M. H. Fischer (eds.), *The Holstein Papers*, IV (Cambridge: At the University Press, 1913), p. 421, s.

posteriormente abandonou abertamente o Príncipe Bülow e, como de costume, lembrou seu pseudomasoquismo, quando seus próprios interesses materiais foram afetados. A propósito, o próprio monarca deve ter sido tomado de grande surpresa ao descobrir que esse chanceler, que pelo menos uma vez o aconselhara numa espetacular intervenção pessoal contra suas próprias objeções,¹ voltava-se subitamente contra ele sob a pressão de uma opinião pública excitada.

E que, finalmente, fizeram nossos críticos em todos esses incidentes? Aplaudiram publicamente ou continuaram tagarelando sobre como os alemães não gostam de uma monarquia do tipo inglês — da mesma forma que a imprensa da ala direita ainda continua fazendo. Adulando os mais lúgubres instintos filisteus, atribuíram os fracassos aos diplomatas e não se deram ao trabalho de perguntar sequer uma vez como podiam estes trabalhar em tais condições. Cá, entre nós, isso seria uma longa história e pouco honrosa para esses agitadores que tão bravamente vociferam contra a maioria por exigir uma “paz de fome”.²

Em todos esses casos, o comportamento de nosso governo foi irresponsável, sem paralelo em nenhum outro grande Estado. Uma confrontação pública só era permissível se o governo estivesse disposto a fazer um acordo completo e sem demora. Mas não era nossa intenção, realmente, pegar em armas a favor dos bôeres ou contra os “mongóis”, ou ainda a favor do sultão de Marrocos; além do mais, nos dois primeiros casos nada nos dizia respeito, e também não tínhamos poderio suficiente para empreender uma intervenção armada. Não obstante, os líderes do governo permitiram que se desenvolvesse uma situação na qual o monarca se comprometeu publicamente, e isso impossibilitou qualquer acordo racional com a Inglaterra sobre nossos interesses sul-africanos, e com a França sobre interesses no norte da África. Nossa posição parecia primeiramente ser uma questão de honra, mas foi depois abandonada, não obstante. O resultado inescapável foi uma série de derrotas diplomáticas profundamente embaraçosas a todos os alemães e que trouxeram danos permanentes a nossos interesses. Aqui se achava a raiz da perigosíssima impressão de que a Alemanha sempre bateria

1 Ver acima, nota 32. Sobre o caso *Daily Telegraph*, ver Wilhelm Schussler, *Die Daily-Telegraph-Affaire*. Fürst Bulow, Kaiser Wilhelm und die Krise des Zweiter Reiches 1908 (Göttingen: Musterschmidt, 1912).

2 Aparentemente um termo pejorativo para a maioria dos progressistas, maioria social-democrata e membros do Partido de Centro que no verão de 1917 adotaram uma resolução de paz sem ampliação territorial e exploração política, econômica ou financeira. — Numa carta escrita em 1917, o delegado nacional-liberal Gustav Stresemann, que iria ser o preeminente ministro do exterior da República de Weimar, mas que foi um enérgico anexionista durante quase toda a guerra, proporciona um exemplo da espécie de duplicidade da qual Weber zomba aqui: “Se hoje até secretários de Estado conservadores nos dizem atrás de portas fechadas que desejam a parlamentarização porque temem que a administração pessoal da política pelo imperador possa causar danos imensuráveis à Alemanha, então pode-se falar sobre isso em círculos confidenciais, mas, como um homem de monarquia, não nos é possível levar perante o público essa seríssima justificação para a parlamentarização”. Cf. Matthias e Morsey (eds.), *Der Interfraktionelle Ausschuss*, *op. cit.*, I, 157, nº 10.

em retirada depois de muito esbravejar, e parece que essa crença foi um dos fatores que determinaram as diretrizes políticas inglesas em fins de julho de 1914. A desnatural coalizão mundial contra nós foi em grande parte devida a esses incríveis erros crassos que ainda nos afetam. A atual mistificação no estrangeiro sobre a “autocracia” alemã é simplesmente isso: impostura — mas politicamente não é impossível que isso possa ocorrer. Quem tornou possível aos nossos inimigos, que acreditam tanto nisso como em outros contos de fadas sobre a Alemanha, promover com êxito essa impostura? Quem direcionou o tremendo, e politicamente tão eficaz, ódio do mundo inteiro sobre a cabeça desse monarca precisamente, cuja atitude foi por diversas vezes notoriamente decisiva na manutenção da paz, mesmo em momentos nos quais a guerra teria sido mais oportuna para nós, do ponto de vista da *Realpolitik*? Quem possibilitou às massas no estrangeiro acreditar seriamente que a Alemanha deseja ser “libertada” e que esse desejo achará eventualmente uma saída se a guerra puder ser suficientemente prolongada? Quem tornou possível o absurdo inaudito da atual situação? Enquanto tais acontecimentos forem passíveis de repetição, a nação não pode esquecer que foi a burocracia conservadora a responsável por esse estado de coisas: em momentos decisivos ela colocou burocratas nos pontos-chaves do governo, os quais deviam, contrariamente, ser ocupados por políticos — homens experimentados em pesar os efeitos de declarações públicas, homens com o senso de responsabilidade do político e não com o sentido de dever e de subordinação do burocrata, que é adequado em seu lugar, mas pernicioso em política.

Aqui nota-se claramente o abismo que separa o burocrata do político. O funcionário público deve sacrificar suas convicções às exigências da obediência; o político deve rejeitar publicamente a responsabilidade por ações políticas que se chocam com suas convicções e deve sacrificar seu cargo a essas convicções. Mas isso nunca aconteceu na Alemanha. O pior aspecto do assunto não foi ainda revelado. É sabido com certeza que quase todos os homens que estavam encarregados de nossa política naquela década desastrosa, em caráter confidencial, e não apenas ocasionalmente, mas repetidas vezes, declinaram de dar uma resposta material às publicações de caráter decisivo pelos quais aceitaram responsabilidade formal. Se alguém perguntasse com espanto por que um estadista permanecia em seu cargo se era incapaz de evitar a publicação de uma declaração questionável, a resposta habitual era que “alguém outro seria encontrado” para autorizar essa publicação. Isso pode bem ser verdade, mas também indica a falha decisiva do sistema. Alguém outro seria encontrado também se o chefe do governo tivesse de tomar a responsabilidade como o depositário de um departamento eficaz?

2. Restrições Parlamentares e Legais

Neste ponto decisivo, podemos observar a importância de um

parlamento perante o qual a burocracia seja verdadeiramente responsável. Simplesmente não há substituto para isso. Ou haverá? Essa pergunta deve ser respondida por todos quantos ainda estejam convictos de que têm o direito de injuriar o parlamentarismo. Torna-se perfeitamente óbvio, justamente no mesmo ponto, que o senso de responsabilidade do funcionário público e do político são apropriados cada qual em sua esfera — e em nenhum outro lugar. Pois não se trata aqui de funcionários públicos e diplomatas incompetentes e inexperientes, mas em parte de indivíduos proeminentes, que contudo não tiveram coragem política, algo que é bem diferente de integridade pessoal. Entretanto, não é que não a tivessem por uma questão accidental, mas, antes, porque não tinham utilidade para a estrutura política do Estado. Que dizer de um estado de coisas — estranho em qualquer outra grande potência — no qual o gabinete pessoal do monarca, os cortesãos ou agências de notícias dão publicidade a acontecimentos que são de importância capital para a política internacional, com o resultado de paralisar e atrasar nossa política externa durante décadas, um estado de coisas em que, além do mais, o chefe do governo dá de ombros a esses incidentes e os tolera depois de encenar alguns gestos fingidamente nobres? Tudo isso num país, para cuja administração interna o “serviço secreto” é (no interesse de poder de seus chefes) a jóia dos serviços do funcionalismo público! É óbvio que essa aparente contradição somente pode ser explicada pelo interesse dos burocratas em manter seus cargos afastados de qualquer supervisão. Que dizer de um sistema que permite a políticos permanecerem no poder quando fecham os olhos a graves erros que se chocam com suas melhores convicções? E, finalmente, como aceitar o fato de que, a despeito da evidência dos acontecimentos, ainda existam críticos que não hesitam em afirmar que um Estado que funciona assim nos mais importantes aspectos políticos não deve temer apresentar-se como “aprovado brilhantemente”? Sem dúvida, o desempenho dos funcionários e servidores públicos foi brilhante, em sua própria esfera. Contudo, no domínio do político, a burocracia não somente falha há várias décadas, mas também projetou no monarca a odiosidade de seu próprio comportamento desorientado, a fim de se esconder atrás desse mesmo monarca. Dessa maneira, a burocracia ajudou a ocasionar numa coligação mundial contra nós, por cuja ação o monarca poderia ter perdido sua coroa e a Alemanha todo o seu futuro político, não fosse pelo magnífico desempenho de nosso exército. No interesse da nação e da monarquia, toda alternativa constitucional que evita tais ocorrências é melhor que este estado de coisas. Conseqüentemente, o estado atual deve ter fim, custe o que custar. Não há dúvida (e prova-se facilmente) de que não há diferenças de opinião partidária sobre esses acontecimentos seriamente prejudiciais. Contudo, os políticos da ala direita ou não possuíam suficiente caráter político ou tinham demasiados interesses pessoais de forma a não externar

publicamente opiniões, aliás expressas em particular com extrema rudez. Pelas mesmas razões mostraram-se relutantes em tirar quaisquer conclusões concretas. Mas, sem garantias reais, não pode ocorrer nenhuma mudança decisiva. Isso foi demonstrado pelo fato de que os círculos da corte, responsáveis por essas publicações, se tenham revelado absolutamente incorrigíveis. A introdução de tais salvaguardas é politicamente muito mais importante do que todas as outras questões políticas, inclusive a reforma parlamentar e eleitoral. Para nós, a parlamentarização é primeiramente meio indispensável para estabelecer essas salvaguardas concretas. Pois não se pode duvidar de que somente um parlamento eficaz e a verdadeira responsabilidade parlamentar do governo podem constituir-se numa garantia contra a repetição de tais acontecimentos.

Entretanto, tendo as coisas seguido seu curso, sem impedimento, durante décadas, decorrerão vários anos até que se possa criar uma liderança parlamentar realmente eficiente. Que pode ser feito nesse meio tempo, enquanto essa reforma não tiver sido completada ou ainda não estiver dando resultados?

Uma coisa é evidente: em toda parte, e particularmente numa democracia, as grandes decisões na política externa são tomadas por um pequeno grupo de pessoas. No momento, os Estados Unidos e a Rússia são os melhores exemplos disso e nenhuma deblateração dos críticos pode alterar os fatos. Toda tentativa nesse sentido reduziria a gravidade da responsabilidade, quando a questão é precisamente aumentá-la. Conseqüentemente, as prerrogativas imperiais do artigo 11 da Constituição, que realmente devem ser exercidas sob a responsabilidade efetiva do chanceler do Reich, permanecerão inalteradas. Contudo, devem-se exigir obstáculos legais e imediatos contra os perigosos males que cortesãos e jornalistas irresponsáveis e desconhecidos conseguiram perpetrar, mediante a publicação de declarações pessoais do monarca, na área da política externa. Uma lei especial deve ameaçar, com penalidades severas, inclusive penalidades criminais em casos de insulto deliberado, qualquer indivíduo que colocar opiniões monárquicas perante o público da nação ou do estrangeiro sem previamente submetê-las às autoridades competentes para que se procurem todas as garantias adequadas ao caso. Em concordância com suas obrigações constitucionais, o chanceler deve assumir prévia responsabilidade por tais publicações. Isso é importantíssimo. É apenas retórica vazia quando mais tarde, no parlamento, o chanceler reage a protestos afirmando que se responsabiliza pela publicação. Ainda que isso seja feito, uma declaração do monarca não pode ser criticada com franqueza sem colocar seu prestígio político em perigo. Acima de tudo, entretanto, tal afirmação do chanceler não é somente sem propósito, mas politicamente é uma mentira se o chanceler não foi consultado antecipadamente e simplesmente se deixou levar. Se ele não foi realmente consultado com

antecipação, sua declaração simplesmente indica que, a despeito dessa publicação, ele não se sente disposto a ser destituído e prefere, em vez disso, permanecer em seu cargo. Além da punição dos responsáveis pelas divulgações das declarações do monarca deverá ser constitucionalmente possível “denunciar” o chanceler por aprovar ou tolerar tais divulgações; tal “denúncia”, que preferivelmente ocorreria perante uma comissão parlamentar, teria o propósito de exonerá-lo ou de declará-lo permanentemente incompetente para cargo político. Uma estipulação legal dessa ordem exerceria a necessária pressão sobre o chanceler a fim de que procedesse com a maior cautela.

Toda manifestação do monarca deveria ser aprovada pelo chanceler só depois de uma ampla deliberação com homens experientes. Portanto, seria oportuno que um órgão consultivo pudesse fazer comentários sobre a conveniência da publicação (pois essa é a única questão). Se não puder ser constituída uma comissão parlamentar, outro órgão poderia exercer a mesma função.

Até o presente, a Comissão para Assuntos Estrangeiros do Bundesrat, que é composta de representantes dos reinos não prussianos (Saxônia, Württemberg e Bavária), foi uma espécie de gracejo constitucional de mau gosto, meramente decorativo, sem poderes formais e influência real. Pois o chanceler não é obrigado a apresentar a essa comissão um relatório de sua política; na verdade, é explicitamente dispensado desse dever pelo artigo 11. Não há necessidade de que ele vá além de aceitar passivamente uma expressão de opinião. Será cortesia de sua parte se ele apresentar (a esse órgão) um relatório formal, tal como é de prática comum no parlamento, para esclarecimento do público. Este parece ter sido o costume comum ainda que, no círculo mais íntimo, se pudessem muito bem discutir os méritos das diretrizes políticas. Durante a guerra, a importância da comissão parece ter aumentado ligeiramente e isso também não foi de maneira accidental. Ela poderia perfeitamente ter as atribuições de uma função consultiva antes da publicação de uma declaração do monarca que tivesse importantes implicações na política externa. Seria ainda melhor se a comissão pudesse ser transformada num Conselho da Coroa Imperial, o qual, juntamente com os chefes departamentais responsáveis e alguns estadistas mais antigos, poderia discutir importantes alternativas da política externa antes da decisão e, se possível, na presença do monarca. Na ausência de um órgão desse tipo no nível do Reich, o Conselho Prussiano da Coroa agora exerce com freqüência essa função, não apenas em assuntos prussianos mas também em assuntos politicamente importantes com referência ao Reich como um todo (e conseqüentemente também aos Estados-membros não-prussianos). Formalmente, essa atividade só pode ser consultiva, visto que a responsabilidade constitucional do chanceler não pode ser reduzida e tampouco o papel constitucional do imperador em representar o Reich no exterior. Logi-

camente, qualquer proposta dessa natureza é desacreditada de início se — como é infelizmente hábito da burocracia — se fazem tentativas para usá-la com a finalidade de excluir ou enfraquecer a influência do parlamento. Contudo, poder-se-ia estatuir expressamente uma “responsabilidade” do chanceler do Reich em face do Bundesrat com relação ao dever de prestar contas. Da relação entre esse órgão consultivo e as comissões parlamentares especiais poderia advir um problema, principalmente se parlamentares também fizessem parte da comissão. Voltaremos a essa questão mais tarde.

Independente da concretização dessa proposta, nunca mais deverão ser toleradas situações como as que foram descritas anteriormente. Portanto, precisamos estabelecer com toda clareza que a legenda pseudomonárquica altamente insincera com a qual esses acontecimentos foram defendidos foi uma invenção do Partido Conservador baseada na demagogia de Bismarck. Interesses partidários puramente domésticos ocultavam-se em tempos anteriores por trás dessa legenda, como agora, por trás da frente de combate. Essa legenda dominada por interesse servia a muitas finalidades: preservar postos oficiais — desde o *Landrat* até o ministro — como benefícios conservadores, usar a burocracia estatal como a máquina eleitoral do Partido Conservador, perpetuando assim os privilégios sufragistas prussianos (isto é, sufrágio das três classes) e desacreditar e enfraquecer o Reichstag, o qual, apesar de tudo, é ainda o melhor dos parlamentos alemães. Hoje, depois que as conseqüências políticas se tornaram claras, quando se fazem exigências para fortalecer o parlamento como órgão de supervisão administrativa e de recrutamento de líderes capazes, conhecemos de antemão o *slogan* que os beneficiários da burocracia sem controle ostentam prontamente: “A monarquia está em perigo”. Mas o futuro da monarquia será duvidoso se esses bajuladores egoístas continuarem a privar da atenção do monarca. Enfrentar o espantinho da democracia cabe às próprias dinastias — não a nós.

V

GOVERNO PARLAMENTAR E DEMOCRATIZAÇÃO

1. Sufrágio Universal e Parlamentarismo

Não estamos interessados aqui na questão da democratização na esfera social, mas somente na questão do sufrágio democrático — isto é, igualitário — em sua relação com o parlamentarismo. Também não discutiremos se na ocasião (1871) foi aconselhável sob o ponto de vista de política de Estado ao Reich alemão introduzir o direito ao voto igualitário sob a extrema pressão de Bismarck. Antes, nós aceitamos esse direito ao voto naturalmente, como um fato que não pode ser desfeito sem que ocorram graves repercussões. Queremos simplesmente investigar o relacionamento entre parlamentarização e esse tipo de sufrágio democrático.

A parlamentarização e a democratização não são necessariamente intercambiáveis, mas freqüentemente se opõem uma à outra. Recentemente, depara-se com a crença de que sejam até necessariamente conceitos opostos. Afirma-se que o genuíno parlamentarismo só é possível num sistema de dois partidos (bipartidário) e, mesmo assim, só no caso de os partidos serem dominados por dignitários aristocratas. Na Inglaterra, o velho parlamentarismo não era efetivamente, como condiz com sua origem feudal, realmente “democrático” no sentido continental europeu, mesmo depois do *Reform Bill* (Projeto de Lei de Reforma) e até a (atual) guerra. Uma vista de olhos no sistema de sufrágio basta para esclarecer isso. A classificação dos cidadãos pelo critério do tamanho de sua propriedade e os direitos efetivos da maioria tinham tal alcance que, fossem eles transportados para a Alemanha, provavelmente reconheceriam apenas a metade dos atuais social-democratas e também permitiriam consideravelmente menos deputados do Partido

Central do Reichstag. (Na Alemanha, entretanto, não há equivalente ao papel do irlandês no parlamento inglês). Até o advento do sistema de “panelinha” de Chamberlain, os dois partidos eram claramente dominados por clubes de aristocratas. Se a exigência “um homem, um voto”, pela primeira vez exteriorizada pelos *levellers* (niveladores) no exército de Cromwell, tivesse sido atendida juntamente com a exigência (inicialmente limitada) do sufrágio feminino, o caráter do parlamento inglês sofreria significativa mudança. O sistema bipartidário, já debilitado pelos irlandeses, prosseguirá em sua desintegração com o avanço dos socialistas, e a burocratização dos partidos continuará. — O célebre sistema bipartidário espanhol, baseado no tácito acordo dos dignitários do partido em usar o voto para uma alteração periódica dos pretendentes a cargos no poder parece, no momento, estar sucumbindo à primeira tentativa de realizar eleições sérias. — Mas tais mudanças eliminarão o parlamentarismo? A existência e o poder formal dos parlamentos não são ameaçados pelo sufrágio democrático. Isto é demonstrado pela França e outros países com sufrágio igualitário, onde os ministérios são comumente recrutados do parlamento e contam com maiorias parlamentares. Claro que o espírito do parlamento francês é bem diferente do inglês. Todavia, a França não é um país adequado para um estudo das conseqüências típicas da democracia sobre o parlamentarismo. O caráter fortemente pequeno-burguês e principalmente pequeno-rendeiro de sua população estável cria condições para uma especial forma de mando exercida por dignitário de partidos, e para uma influência singular da *haute finance*, que não têm similares em Estados predominantemente industriais. A estrutura francesa de partido é inconcebível em tais países, mas também o é o histórico sistema bipartidário da Inglaterra.

Sistemas bipartidários não são possíveis em países industrializados, já por causa da divisão das modernas camadas econômicas em burguesia e proletariado e por causa do significado do socialismo como um evangelho das massas. Isso cria, por assim dizer, barreiras “confessionais” na Alemanha. Além do mais, a organização do catolicismo alemão como um partido para a proteção de uma minoria, resultado de circunstâncias confessionais, dificilmente será eliminada, ainda que o Partido do Centro deva seu atual número de deputados meramente à disposição dos distritos eleitorais. Pelo menos quatro, e provavelmente cinco, grandes partidos coexistirão permanentemente, portanto, na Alemanha; governos de coalizão continuarão a ser necessários e o poder de uma monarquia prudentemente atuante não deixará de ter sua importância.

2. O Impacto da Democratização da Organização e Liderança dos Partidos

Entretanto, o mando dos dignitários dentro dos partidos é insustentável fora de qualquer área agrária isolada com bens de raiz pa-

triarcais, porque a moderna propaganda de massa torna o sucesso eleitoral dependente da racionalização da empresa do partido: o funcionário do partido, a disciplina do partido, a imprensa do partido e a propaganda do partido. Os partidos são organizados com rigor sempre crescente. Esforçam-se por conseguir a adesão até mesmo de adolescentes a suas fileiras. A máquina clerical faz isso automaticamente para o Partido do Centro, o ambiente social o faz para os conservadores. Outros partidos têm suas próprias organizações juvenis, tais como a “Juventude Nacional-Liberal” e os grupos juvenis dos social-democratas. Da mesma maneira, os partidos utilizam-se de todos os interesses econômicos. Eles organizam cooperativas e sindicatos de produtores e consumidores, e colocam membros de confiança como funcionários nos postos do partido assim criados. Eles fundam escolas de oratória pública e de treinamento de agitadores, de redatores e de empregados administrativos, em parte amparadas por fundos milionários. Surge uma vasta literatura partidária financiada pelos mesmos capitais provindos da contribuição por grupos de interesses e utilizados na compra de jornais, no estabelecimento de escritórios de publicidade e empresas similares. Os orçamentos do partido crescem rapidamente, pois o custo das eleições e o número dos agitadores na folha de pagamento aumentam. Já não é possível conquistar um distrito mais amplo, ferozmente disputado, sem gastar pelo menos vinte mil marcos. (No momento, homens de negócios com interesses políticos investem seus lucros de guerra, em vasta escala, nos chamados jornais patrióticos de todas as espécies, preparando-se para as primeiras eleições do pós-guerra.) A máquina do partido cresce em importância e, proporcionalmente, declina a influência dos dignitários.

As coisas ainda se apresentam instáveis. A organização dos partidos burgueses, que difere grandemente no grau de coordenação interna, como já foi assinalado antes, apresenta aproximadamente o quadro seguinte. As atividades locais são geralmente executadas “extra-ocupacionalmente” pelos dignitários, e por funcionários, somente nas grandes cidades. Diretores de jornais ou advogados chefiam as agências, em comunidades de tamanho médio. Somente os distritos mais amplos têm secretários assalariados que viajam para cá e para lá. Associações locais e regionais cooperam, de diferentes maneiras, na seleção de candidatos e na escolha de *slogans* eleitorais. A participação das associações regionais é determinada particularmente pela necessidade de coalizões eleitorais e de acordos de desempate. Os líderes das organizações locais recrutam os membros permanentes de cada local por meio de uma variedade de maneiras, entre as quais as assembleias públicas desempenham um papel de grande importância. As atividades dos membros são muito limitadas; geralmente não fazem mais que pagar suas contribuições, assinar o jornal do partido, comparecer com certa regularidade às assembleias em que se apresentam oradores do partido, e

oferecer voluntariamente uma cota moderada de trabalho à época das eleições. Em troca, obtêm participação, pelo menos formal, na eleição do Executivo local do partido e dos conselheiros e, dependendo do tamanho da localidade, obtêm também o direito de opinar direta ou indiretamente na seleção dos representantes às convenções do partido. Por via de regra, entretanto, todos os candidatos são designados pelo núcleo composto de líderes permanentes e burocratas; às mais das vezes esses candidatos são também recrutados de entre estes últimos, suplementados por alguns dignitários que são úteis e meritórios em virtude de seus nomes bem conhecidos, influência social pessoal ou sua disposição em fazer contribuições financeiras. Assim, a participação daquela segunda classe de membros é limitada à colaboração e votação durante as eleições, que ocorrem a intervalos relativamente longos, e à discussão de resoluções cujos efeitos são sempre controlados em grande escala pelos líderes. Uma substituição completa dos líderes e funcionários distritais locais é rara e quase sempre é o resultado de uma revolta interna que, as mais das vezes, implica em questões pessoais. O eleitor comum, que não pertence a nenhuma organização e é cortejado pelos partidos, é completamente inativo; os partidos o levam em consideração principalmente durante as eleições, e, de resto, somente pela propaganda a ele dirigida.

A organização do Partido Social-Democrata, que tem sido decantada com freqüência, é bem mais rigorosa (do que a dos partidos burgueses) e também compreende uma porcentagem maior dos eleitores de voz ativa; dentro de formas democráticas, ela é estritamente disciplinada e centralizada. Os partidos de direita costumavam ser de organização menos rigorosa e fiavam-se mais nos dignitários locais, mas, a seu lado, milita agora uma organização de massas muito bem estruturada, representada pela Liga dos Fazendeiros (*Bund der Lanwirte*). No Partido do Centro, o centralismo e a liderança autoritária são formalmente mais desenvolvidos, o poder do clero tem seus limites em todos os assuntos não-eclésiásticos, como o provam repetidamente os acontecimentos.

O atual estágio do desenvolvimento acabou definitivamente com o antigo estado de coisas, quando as eleições costumavam ocorrer na base de idéias e *slogans* que eram formulados por ideólogos e então propagados e discutidos na imprensa e em comícios; quando os candidatos eram apresentados por comissões *ad hoc* e, se eleitos, uniam-se para formar partidos que permaneciam flexíveis em sua composição; quando, finalmente, esses grupos parlamentares constituíam as lideranças de pessoas de igual opinião em todo o país — principalmente a liderança que formulava as questões para as eleições seguintes. Agora, em contraposição, o funcionário do partido está surgindo em toda parte, ainda que num ritmo desigual, como o elemento dinâmico da tática partidária. Simultaneamente com ele, a arrecadação organizada de fun-

dos torna-se importante. As permanentes dificuldades financeiras exigem contribuições regulares, que naturalmente desempenham o principal papel em organizações de massa que têm por base determinada classe, como, por exemplo, o Partido Social-Democrático; entretanto, essas contribuições também com freqüência revigoram a posição dos patrocinadores do partido que continuava a ser predominante em outros tempos. Mesmo no Partido Social-Democrático nunca estiveram completamente ausentes. No Partido do Centro, um único patrocinador, Sr. August Thyssen, mantém agora uma posição social equivalente pelo menos à de um arcebispo. Entre os partidos burgueses, os financiadores são moderadamente importantes como fonte de renda na esquerda, mas muito mais importantes na direita. De acordo com a ordem natural das coisas, o papel desses financiadores é importantíssimo nos partidos de porte médio tais como o dos nacionais-liberais e o dos antigos livre-conservadores, de forma que o atual poder efetivo desses partidos burgueses quase se constitui numa medida aproximada da importância do dinheiro como tal, isto é, de fundos proporcionados por patrocinadores individuais, em eleições baseadas no sufrágio igualitário. Mas, mesmo no caso desses partidos, não se poderia dizer que o apoio de financiadores, ainda que seja indispensável para eles, produza o voto. Os partidos vivem, antes, em virtude de um singular casamento misto entre os poderes financeiros e aquela vasta camada dos intelectuais, incluindo em particular os professores acadêmicos e não-acadêmicos, que se prendem emocionalmente a reminiscências da era de Bismarck. Comparada ao número de votos desses partidos, uma parte desproporcionalmente grande da imprensa burguesa é imitada de forma atenuada pela imprensa comercial completamente oportunista, visto que isso é conveniente a círculos governamentais e de negócios.

Aqui como em toda parte, a burocratização e o orçamento nacional são fenômenos concomitantes à democratização, por mais acentuada que seja a diferença dos partidos alemães em sua estrutura social interna. Isso torna indispensável uma angariação de votos contínua e vigorosa, muito mais acentuada do que o fora à época dos velhos partidos de dignitários. O número de discursos eleitorais que um candidato precisa proferir hoje em dia, enquanto possível em todas as pequenas aldeias de seu distrito, aumenta continuamente, assim como aumentam suas visitas locais e seus relatórios, e também a exigência da imprensa do partido relativa a serviços de informação e matéria corriqueira para publicação, e para publicidade de toda espécie. O mesmo pode ser dito com referência à dureza e à implacabilidade dos métodos de combate político. Isso tem sido freqüentemente deplorado e imputado aos partidos como sendo uma de suas peculiaridades. Todavia, não apenas as organizações partidárias recorrem a essas medidas, mas também a máquina do governo. A imprensa de Bismarck, financiada pelo assim chamado "Fundo Guelfo", superou tudo, especialmente a partir de 1878,

no que diz respeito a meios inescrupulosos e falta de bom-tom. As tentativas de criar uma imprensa local que fosse completamente dependente da máquina governamental dominante nunca cessara. A existência e qualidade desses métodos de combate nada têm a ver com o grau de parlamentarização nem com o grau de direito ao voto de sufrágio; antes, esses métodos resultam puramente das eleições de massa, sem levar em conta se os organismos eleitorais são o setor de escolha dos líderes politicamente responsáveis ou se apenas podem exercer uma política voltada para interesses e benefícios, como é o caso na Alemanha. !1 Na segunda hipótese a luta partidária assume formas particularmente secundárias, pois é motivada por interesses puramente materiais e pessoais. É possível e necessário utilizar os meios proporcionados pelo direito criminal para lutar contra os ataques políticos dirigidos contra a honra pessoal e vida particular de um adversário e contra a inescrupulosa disseminação de inverdades sensacionalistas. Todavia, a essência da luta política como tal não poderá ser alterada enquanto existirem organismos eleitorais que tomam decisões a respeito de interesses materiais. Menos ainda poderá ela ser alterada pela redução da importância e do nível do parlamento. Tudo isso deve ser simplesmente aceito. Toda forma de desdém estético ou moralizante é completamente estéril, com referência à questão da reforma da política nacional. A interrogação política é simplesmente de se saber quais são as conseqüências dessa democratização progressiva dos meios e das formas organizacionais do combate político para a estrutura da empresa política dentro e fora do parlamento. Os desenvolvimentos que acabamos de descrever estão intimamente relacionados com a gestão dos assuntos parlamentares que discutimos anteriormente.

Dentro e fora do parlamento, é necessária uma figura característica, o político profissional, um homem que, pelo menos idealmente, mas quase sempre materialmente, considera a política partidária o cerne de sua vida. Essa figura, quer a amemos ou a odiemos, é, em sua atual forma, o produto inevitável da racionalização e da especialização de atividades partidárias baseadas na eleição de massa. Aqui, novamente, não faz diferença qual o grau de influência política e de responsabilidade que cabe aos partidos em virtude do avanço do parlamentarismo. Há duas classes de políticos profissionais (como vimos): aqueles que vivem materialmente à custa do partido e de atividades políticas; na América do Norte são estes os grandes e pequenos em-

1 Em fins de 1917, jornais adquiridos pelo *big business* acusaram o *Frankfurter Zeitung* e um delegado do Reichstag de terem sido subornados com dinheiro inglês. Meu nome e o de um colega nacional-liberal foram igualmente ligados a subornos de Lloyd George. E círculos intelectuais acreditaram nessas afirmações! Esse fato é realmente suficiente para julgar da maturidade política dessa camada. Os atos desses parasitas provam que, na Alemanha, demagogia sem parlamentarismo e sem democracia funciona totalmente ao nível francês. (N. de Weber.)

preiteiros políticos, os chefões, e no panorama alemão são os “operários” políticos, os funcionários assalariados do partido. Em segundo lugar, há aqueles que vivem “para” a política, possuem recursos independentes e são impelidos por suas convicções; a política torna-se o centro de suas vidas, como, por exemplo, Paul Singer, entre os social-democratas, que era ao mesmo tempo um financiador do partido no estilo clássico.¹ Deve ficar claro aqui que não negamos o idealismo do funcionalismo do partido. Pelo menos na esquerda, encontra-se grande número de personalidades políticas irrepreensíveis entre os funcionários, o que não seria fácil encontrar em outras camadas. Entretanto, ainda que o idealismo esteja longe de ser uma função de situação financeira de uma pessoa, viver “para” a política é mais barato para o membro abastado do partido. É esse elemento precisamente — pessoas economicamente independentes de todos quantos a rodeiam — o mais desejável para a vida do partido e, como se espera, não desaparecerá por completo, em especial dos partidos radicais. Claro que a empresa do partido propriamente, hoje em dia, não pode ser acionada só por eles — o grosso do trabalho a ser realizado fora do parlamento será sempre executado pelos burocratas do partido. Todavia, por causa de sua própria preocupação com a operação da empresa, esses funcionários de maneira alguma poderão ser sempre os candidatos mais adequados ao parlamento. Os social-democratas são a única grande exceção. Na maioria dos partidos burgueses, contudo, o secretário do partido, restringido por seu cargo, não se constitui no melhor candidato. Dentro do parlamento, um predomínio exclusivo do funcionalismo do partido, não importa quão desejável e útil seja sua representação, não teria um efeito favorável. Mas tal predomínio não existe nem mesmo dentro do mais burocratizado partido, o dos social-democratas. De fato, o funcionalismo do partido constitui relativamente o menor perigo de provocar uma dominação do “espírito burocrático” em detrimento de líderes verdadeiros. Esse perigo deriva, em grau bem maior, da necessidade de levar em consideração modernas organizações de interesses com a finalidade de se obterem votos; isso leva à entrada forçada de seus empregados na lista de candidatos do partido, num fenômeno que cresceria consideravelmente se fosse adotado um sistema proporcional de eleições, exigindo a votação por listas.² Um parlamento composto de tais empregados seria politicamente estéril. É verdade, contudo, que o espírito dos empregados de organizações, tais como os próprios partidos e os sindicatos, devido a seu treinamento em lidar com o público, é essencialmente diferente do espírito do funcionalismo público, que

1 Paul Singer (1844-1911), industrial de Berlim, era membro importante do Partido Social-Democrático, cuja delegação ao Reichstag chefiou de 1885 em diante.

2 É isso exatamente que ocorreu mais tarde na República de Weimar, onde a representação proporcional também levou a uma proliferação de partidos baseados puramente na representação de interesses de grupos específicos.

trabalha serenamente no meio de arquivos. Especialmente nos partidos radicais e principalmente no Partido Social-Democrata, o perigo apresentado pelo espírito burocrático seria relativamente o menor, visto que a veemência do combate político neutraliza as tendências (consideráveis mesmo lá) para a cristalização numa camada de possuidores de benefícios. Não obstante, nesses partidos apenas uma parte dos líderes propriamente ditos eram burocratas do partido.

Em todos os parlamentos e partidos democráticos, as atuais exigências feitas à empresa política resultam na elevação de uma profissão a um papel especialmente importante no recrutamento de parlamentares: a dos advogados. Além do conhecimento da lei e, o que mais importa, da preparação para combater um adversário que essa profissão proporciona, em contraste com o cargo dos juristas empregados, um elemento puramente material é decisivo: a posse de um escritório particular — hoje uma necessidade absoluta para o político profissional. Enquanto todos os outros empresários livres são impedidos, devido ao acúmulo de serviço em suas próprias empresas, de fazer face às crescentes exigências da atividade política regular, e teriam que abandonar suas ocupações a fim de se tornarem políticos profissionais, é relativamente fácil para o advogado efetuar uma mudança, dadas as bases técnicas e psicológicas de suas atividades. O predomínio dos advogados numa democracia parlamentar, tão freqüente e tão erroneamente deplorado, é ocasionado pelo fato de atualmente os parlamentos alemães deixarem de oferecer a seus membros escritórios adequados, serviços de informação e pessoas de escritório.¹ Todavia, não queremos discutir aqui os aspectos técnicos do funcionamento de um parlamento. Em vez disso, perguntaremos em que direção se desenvolve a liderança do partido sob a pressão da democratização e da crescente importância de políticos profissionais, funcionários do partido e empregados de grupos de interesse, e que repercussões isso tem para a vida parlamentar.

3. Democratização e Demagogia

A opinião popular dos críticos alemães responde levemente à questão concernente ao efeito da democratização: o demagogo ascende a alta posição, e o demagogo bem-sucedido é aquele que mais inescrupuloso se mostra ao cortejar as massas. Uma idealização das realidades da vida seria um inútil ato de iludir-se a si mesmo. A afirmação sobre a crescente importância do demagogo não raramente mostrou-se atinente, e o é de fato, no bom sentido da palavra. No sentido negativo

1 Recentemente, em 1967, dois delegados no Bundestag da República Federal Alemã tiveram que partilhar uma única saleta; os quadros de pessoal de pesquisa das facções parlamentares eram pequenos demais e estavam completamente sobrecarregados. Ainda era difícil para o Parlamento e os partidos individuais recrutar pessoal convencional e especial, da maneira como são recrutados os quadros de pessoal das comissões congressionais nos Estados Unidos.

é tão verídico na democracia quanto o foi, para a atuação da monarquia, a observação que há algumas décadas um famoso general fez a um monarca autocrático: “Vossa Majestade, muito breve, estará rodeado exclusivamente de patifes”. Uma consideração prática sobre seleção de liderança democrática sempre incluirá uma comparação com outras organizações e seus sistemas de seleção. Uma olhada às questões de pessoal das organizações burocráticas, incluindo as melhores unidades de oficiais do exército, é suficiente para esclarecer o seguinte: o reconhecimento convicto da parte dos subordinados de que um superior “merece” sua posição não é a regra mas a exceção, particularmente em se tratando de novos superiores que progridam rapidamente. Um profundo ceticismo domina as atitudes da grande maioria dos indivíduos sinceros que atuam no interior das organizações — abstraindo-se completamente de todo boato mesquinho. Refere-se esse ceticismo ao critério de nomeações, tanto no que diz respeito às razões de quem as faz, quanto aos meios empregados por aqueles que tiveram a extrema ventura de se verem empossados em seus cargos. Mas essa crítica, geralmente silenciosa, não é percebida pelo público, que não tem, assim, a mais vaga noção de sua existência. Experiências sem conta, que qualquer indivíduo pode realizar à sua volta, ensinam que o atributo que melhor garante a promoção é certa medida de flexibilidade em relação à organização, o grau de “conveniência” que o subordinado apresenta para seu superior. A seleção, com toda certeza, não é, em média, uma seleção de líderes natos.

Os indivíduos que atuam no interior da organização mostram o mesmo ceticismo em muitos casos com respeito a nomeações acadêmicas, ainda que o controle público se possa exercer aqui de maneira mais eficiente, em vista do caráter público dos atos realizados, coisa que geralmente não se dá no caso de funcionários. Todavia, o político, e principalmente o líder partidário que subiu ao poder público, encontra-se exposto a um minucioso exame público levado a cabo pela crítica dos adversários e competidores e pode ter certeza de que, na luta contra sua pessoa, as razões e os meios de como subiu sofrerão implacável publicidade. Uma observação objetiva, portanto, deverá mostrar que, de modo geral, a seleção dentro da demagogia do partido se verifica segundo um critério de modo algum menos funcional do que para a seleção realizada a portas fechadas no domínio da burocracia. Exemplos contrários são proporcionados somente por países novos, tais como os Estados Unidos, mas uma contestação dessa observação seria simplesmente insustentável com referência aos Estados alemães, na Europa. Além disso, se mesmo um chefe de Estado-Maior (Helmuth von Moltke) completamente incompetente, ao começo da Guerra Mundial, não deva ser um argumento contra a habilidade da monarquia para recrutar líderes, então também é inadmissível que se assaquem contra as democracias esses erros de recrutamento.

Todavia, não desejamos prosseguir nessas comparações e recriminações politicamente estéreis. O detalhe decisivo é que, para as tarefas de liderança nacional, só estão preparados os homens que foram selecionados no curso da luta política, pois a essência de toda política é a luta. É simplesmente um fato que tal preparo é, em média, levado a cabo com mais eficácia pelo mui difamado “ofício de demagogos” do que por um escritório burocrático, o qual por sua vez provê um treinamento infinitamente superior para a administração eficiente.

É claro que a demagogia política pode conduzir a abusos impressionantes. Pode acontecer que um indivíduo dotado de simples retórica, destituído de intelecto superior e de caráter político, atinja uma alta posição de poder. Mas essa descrição não se aplicaria a um August Bebel,¹ pois ele tinha caráter, ainda que não possuísse uma mente superior. O período de perseguição em que viveu (na década de 1870) e a casualidade de ter sido um dos primeiros líderes (social-democrata), mas também aquela qualidade, conquistaram-lhe a confiança irrestrita das massas, que membros do partido superior não conseguiram dissipar-lhe. Eugen Richter, Ernst Lieber, Matthias Erzberger — todos eles pertencem a um tipo de compatível qualidade.² Estes foram “demagogos” bem-sucedidos, em contraste com intelectuais muito superiores, que não conseguiram conquistar o poder em seus partidos, a despeito de seus triunfos de retórica perante as massas. Isso não é acidental — e contudo não é uma conseqüência da democratização —; resulta, antes, do fato de se limitarem à “política negativa”.

Democratização e demagogia andam juntas, mas — repetimo-lo — independentemente da espécie de Constituição, na medida em que as massas não possam ser tratadas como objetos de administração puramente passivos, isto é, na medida em que suas atitudes tenham alguma importância ativa. Afinal de contas, o caminho da demagogia também foi escolhido, à sua maneira, pelas monarquias modernas. Estas se servem de discursos, telegramas e recursos propagandísticos de toda parte para a promoção de seu prestígio; ninguém pode pretender que esse tipo de propaganda política mostrou-se menos perigoso para o interesse nacional do que a mais veemente demagogia (dos líderes partidários) em época de eleições. Muito ao contrário. Em plena guerra, deparamo-nos agora até com o fenômeno de um almirante envolver-se em demagogia. As contendas sobre área de influência entre o ex-chanceler (Bethmann-Hollweg) e o almirante Von Tirpitz foram trazidas a público numa campanha tumultuosa realizada pelos seguidores do almirante (e com sua tolerância, conforme foi com razão salientado no

1 August Bebel (1840-1913) foi o líder do Partido Social-Democrático desde sua fundação, em 1869.

2 Com relação a Richter e Erzberger, ver notas anteriores. Ernst Lieber (1838-1902), membro liberal do Partido do Centro, dirigiu a delegação parlamentar de seu partido após a morte de Windthors em 1891.

Reichstag); interesses de política externa entraram na refrega do lado do almirante, de forma que uma questão militar e diplomática, que somente poderia ser decidida com o mais profundo conhecimento dos fatos (isto é, a questão da guerra submarina ilimitada), tornou-se objeto de um demagogismo sem paralelo entre as massas, que nesse caso eram realmente “não-críticas”, isto é, destituídas de quaisquer meios de juízo crítico. Conseqüentemente, a ninguém é dado afirmar que a “demagogia” é uma característica de um Estado constitucionalmente democrático. As revoltantes batalhas de sátrapas e as intrigas dos candidatos pela posse de um ministério, em janeiro de 1918, também foram levadas à imprensa e a comícios. Essas atividades demagógicas produziram algum impacto. Na Alemanha temos demagogia e pressão populista sem democracia, ou antes, devido à ausência de uma democracia disciplinada.

Entretanto, queremos discutir aqui apenas a verdadeira importância da demagogia para a estrutura da liderança política; assim, queremos suscitar a questão da relação entre democracia e parlamentarismo.

4. Liderança Plebiscitária e Controle Parlamentar

A democratização ativa de massa significa que o líder político não é o mais proclamado candidato porque demonstrou seu valor num círculo de dignitários, tendo-se tornado um líder por causa de suas proezas parlamentares, mas significa, sim, que ele adquire a confiança e a fé que as massas depositam nele conquistando o poder pelos meios da demagogia de massa. Em essência, isso significa uma mudança cesarista de seleção de líderes. Na verdade, toda democracia propende nessa direção. Afinal de contas, a técnica especificamente cesarista é o plebiscito. Não é um voto ou uma eleição comum, mas uma profissão de fé na vocação a líder daquele que recorre a essas aclamações. O líder cesarista aparece à moda militar como Napoleão I, ditador que teve sua posição confirmada por um plebiscito, ou então aparece à maneira burguesa: mediante confirmação plebiscitária, com aquiescência do Exército, de uma reivindicação ao poder, da parte de um político não-militar, como Napoleão III. Ambas as abordagens são tão antagônicas ao princípio parlamentar como o são (naturalmente) ao legitimismo da monarquia hereditária. Toda espécie de eleição popular direta do mandatário supremo e, mais, toda espécie de poder político que se apóia na confiança das massas e não na do parlamento — inclui-se aqui também a posição de um herói popular guerreiro como Hindenburg — está no caminho que conduz a essas formas “puras” de aclamação cesarista. Isso é particularmente verídico com respeito à posição do presidente dos Estados Unidos, cuja superioridade sobre o parlamento deriva de sua escolha e eleição (formalmente) democráticas. As esperanças que uma figura cesarista como Bismarck atribuía ao sufrágio universal e a maneira de sua demagogia antiparlamentar também

apontam na mesma direção, ainda que tivessem sido adaptadas, na formulação e na fraseologia, às condições legitimistas específicas de sua posição ministerial. As circunstâncias do afastamento de Bismarck demonstram a maneira pela qual o legitimismo hereditário das monarquias reage contra esses poderes cesaristas. Toda democracia parlamentar busca intencionalmente eliminar os métodos plebiscitários de seleção de líderes, pois tais métodos são perigosos ao poder parlamentar. Um exemplo digno de nota encontra-se na atual Constituição francesa e no direito eleitoral francês que aboliu as "Listas Eleitorais" (em 1889) devido ao perigo bulangista. Todavia, a democracia parlamentar francesa pagou por isso com aquela falta de autoridade dos supremos poderes junto às massas, que é típica na França e tão caracteristicamente diferente da posição do presidente dos Estados Unidos. Em contraposição, nas monarquias hereditárias democratizadas, o elemento cesarista plebiscitário é sempre muito atenuado, se bem que não seja inexistente. Na realidade, a posição do atual primeiro-ministro britânico (Lloyd George) não está baseada absolutamente na confiança do parlamento e dos partidos, mas na das massas na pátria e na do exército no campo de batalha. O parlamento concorda (com bastante relutância interna) com essa situação.

Assim, o contraste entre as seleções plebiscitária e parlamentar de líderes é bem real. Todavia, nem por isso a existência do parlamento é inútil, na verdade. Em face do representante cesarista efetivo das massas, o parlamento da Inglaterra garante: 1) a continuidade; 2) a supervisão da posição de poder desse representante; 3) a preservação dos direitos civis; 4) um campo de provas político apropriado para cortejar a confiança das massas e 5) a eliminação pacífica do ditador cesarista quando este tenha perdido a confiança das massas. Todavia, visto que as grandes decisões políticas, mesmo e principalmente numa democracia, são inevitavelmente tomadas por poucos homens, a democracia de massas, desde o tempo de Péricles, tem comprado seus êxitos com concessões importantes ao princípio cesarista de seleção de líderes. Nas grandes municipalidades americanas, por exemplo, a corrupção só tem sido debelada por ditadores municipais plebiscitários a quem a confiança das massas concedeu o direito de estabelecerem suas próprias agências administrativas. E onde quer que partidos de massa democráticos se viram a braços com grande tarefas, tiveram que se submeter mais ou menos incondicionalmente a líderes que detinham a confiança das massas.

Servimo-nos do exemplo britânico para ilustrar a importância que, nessa circunstância, o parlamento conserva numa democracia de massa. Todavia, não existem apenas "socialistas" subjetivamente sinceros, mas também democratas subjetivamente sinceros que odeiam a empresa parlamentar a tal ponto que pregam "o socialismo sem parlamento", ou "a democracia sem parlamento". Claro está que ninguém

pode “refutar” aversões irresistivelmente intensas. Mas é necessário esclarecer qual seria a conseqüência prática desses sentimentos num Estado com nossa Constituição monárquica. Que seria, então, uma democracia sem nenhum parlamentarismo na ordem política alemã com sua burocracia autoritária? Tal democratização meramente passiva seria uma forma totalmente pura de dominação burocrática não-controlada, tão nossa familiar, que se denominaria “regimento monárquico”. Ou, se relacionarmos essa democratização com a organização econômica que é a esperança desses “socialistas”, teríamos uma moderna réplica racional do antigo Estado litúrgico. Grupos de interesse legitimados e (segundo se afirma) controlados pela burocracia seriam ativamente os agentes da auto-administração corporativa, e passivamente seriam os portadores dos encargos públicos. Os funcionários públicos seriam então supervisionados por essas associações sindicalizadas de finalidade lucrativa, e não pelo monarca, que seria totalmente incapaz de realizá-lo, nem pelo cidadão, que não teria nenhuma representação.

Examinemos, em maiores detalhes, essa visão do futuro. Tal democratização passiva não conduziria, em futuro previsível, à eliminação do empresário privado, ainda que houvesse nacionalizações de amplas conseqüências; antes, isso implicaria numa sindicalização de grandes e pequenos capitalistas, pequenos produtores e assalariados sem propriedades, e através dessa sindicalização as oportunidades econômicas de cada categoria seriam de alguma forma reguladas e — aqui está o ponto crucial — seriam monopolisticamente garantidas. Isto seria “socialismo” do mesmo padrão que o do “Novo Reino” do Egito Antigo. Só seria democracia se fossem tomadas medidas visando dar à vontade das massas uma influência decisiva na administração dessa economia sindicalizada. É inconcebível como isso pudesse ser realizado sem uma representação que protegesse o poder das massas e controlasse continuamente os sindicatos: isto é, sem um parlamento democratizado capaz de intervir nas questões essenciais e relativas ao pessoal dessa administração. Sem uma representação popular do tipo atual, uma economia sindicalizada poderia levar a um sistema de guildas (associações de mutualidade) com a finalidade de proteger a subsistência de todos e assim deslocar-se na direção de uma economia estacionária e da eliminação de qualquer interesse na racionalização econômica. Pois, em toda parte, a preocupação com uma garantia corporativa foi sempre decisiva para grupos econômicos com pouco ou nenhum capital tão logo se organizaram monopolisticamente. Quem quiser considerar isso o ideal de um futuro “democrático” ou “socialista”, pode fazê-lo. Mas o superficial diletantismo dos críticos confunde a cartelização de interesses de lucro e de salários com o ideal, tão freqüentemente difundido atualmente, de acordo com o qual a produção de mercadorias seja adaptada, no futuro, às necessidades, e não a interesses de lucro, como na atualidade — uma confusão que se verifica repetidamente.

Pois, para a realização deste último ideal, seria obviamente necessário partir não de uma cartelização e monopolização de interesses de lucro, mas exatamente do oposto: a organização dos interesses do consumidor. A organização econômica do futuro teria que ser estabelecida não à maneira de cartéis, associações e sindicatos compulsórios de produtores, controlados pelo Estado, mas à maneira de uma imensa cooperativa de consumidores, compulsória e controlada pelo Estado; essa cooperativa, por sua vez, regularia a produção de acordo com a demanda, como já o fazem algumas cooperativas de consumidores (pela produção própria). Ainda uma vez, não se pode imaginar como os interesses “democráticos” — aqueles da massa dos consumidores — possam ser protegidos de outra maneira que não por meio de um parlamento que também possa controlar continuamente a produção nacional.

Mas chega de planos futuristas. A abolição total do parlamento ainda não foi seriamente exigida por nenhum democrata, não importa quanto ele se oponha à forma atual dessa instituição. Provavelmente todo democrata gostaria de manter o parlamento como o meio de fazer cumprir o controle público da administração, para determinar o orçamento e, finalmente, para deliberar e aprovar leis — funções para as quais os parlamentos são realmente insubstituíveis em todas as democracias. A oposição sinceramente democrática, e não, como frequentemente acontece, uma máscara enganadora para interesses de poderes burocráticos, deseja essencialmente duas coisas: 1) que as leis fossem feitas não por meio de decisão parlamentar, mas por voto popular obrigatório; 2) que o sistema parlamentar não existisse, isto é, que os parlamentos não fossem locais de recrutamento para os líderes nacionais e que o voto parlamentar de confiança não fosse decisivo para que esses líderes se mantivessem nos cargos. Como se sabe, esta é a regra estabelecida na democracia americana; ela deriva parcialmente da eleição popular direta do chefe de Estado e de outros funcionários, e, em parte, deriva também do chamado princípio da “separação dos poderes”. Contudo, a democracia americana ensina, com clareza suficiente, que a eliminação do parlamentarismo, dessa maneira, não se constitui numa garantia de administração mais imparcial e incorruptível do que o próprio sistema parlamentar; dá-se exatamente o oposto. É verdade que, de forma geral, a eleição popular do chefe de Estado não tem se revelado frustradora. O número de presidentes realmente inadequados pelo menos não foi maior, nas últimas décadas, do que o número de monarcas incompetentes nas monarquias hereditárias. Todavia, com o princípio da eleição popular dos funcionários públicos, os próprios americanos se acham muito pouco satisfeitos. Esse princípio, se aplicado de forma geral, elimina não apenas o que tecnicamente distingue o mecanismo burocrático, isto é, a disciplina burocrática, mas também não proporciona nenhuma garantia quanto à qualidade dos funcionários num grande país moderno. Esse mesmo princípio coloca

ainda a seleção de candidatos nas mãos de círculos invisíveis que, em comparação com os partidos parlamentares e seus líderes, são extremamente irresponsáveis diante do público. Os candidatos são apresentados a eleitores destituídos de capacidade de crítica técnica. É essa forma por demais inconveniente de se preencherem posições administrativas que exigem treinamento técnico especializado. É precisamente com relação às funções administrativas mais recentes e avançadas, mas também com relação às magistraturas judiciais, que os funcionários treinados, nomeados pelo chefe de Estado eleito, nos Estados Unidos, são técnica e incomparavelmente superiores mormente no que diz respeito à corrupção. Afinal de contas, a seleção de funcionários públicos treinados e a seleção de líderes políticos são duas coisas distintas. Em contraste, a desconfiança contra os parlamentos impotentes e consequentemente corruptos de Estados americanos individuais a uma expansão da legislação popular direta.

O plebiscito, como uma forma de eleição assim como também de legislação, tem limitações técnicas inerentes, pois só responde “sim” ou “não”. Em nenhum Estado de massas ele assume a função mais importante do parlamento, a da determinação do orçamento. Em tais casos, o plebiscito também obstruiria gravemente a passagem de todos os projetos que resultam de um compromisso entre interesses conflitantes, pois razões as mais diversas podem conduzir a um “não” quando não há um meio de conciliar interesses opostos, mediante negociações. O *referendum* desconhece o compromisso sobre o qual se baseia a maioria das leis em todo Estado de massas, com pronunciadas divisões regionais, sociais, religiosas e outras. É difícil imaginar como num Estado de massas com graves tensões de classe possam ser adotadas, pelo voto popular, medidas tais como leis tributárias que não sejam taxação sobre a renda progressiva, confisco de propriedades e “nacionalizações”. Essas dificuldades talvez não impressionassem um socialista. Entretanto, não conhecemos nenhum exemplo de mecanismo estatal que, exposto às pressões de um *referendum*, tenha efetivamente instituído tais impostos territoriais, nominalmente excessivos com frequência, e parcialmente confiscadores; isso é tão verídico com referência aos Estados Unidos quanto o é com relação aos Cantões suíços onde as condições são muito favoráveis, visto que a população, por força da velha tradição, raciocina em termos objetivos e é muito bem politizada. Além do mais, os princípios plebiscitários enfraquecem o papel autônomo do líder do partido e a responsabilidade dos funcionários públicos. Uma rejeição dos funcionários dirigentes por meio de um plebiscito que desaprova suas propostas não obriga e nem pode obrigar estes a renunciarem, como o pode conseguir um voto de não-confiança em Estados parlamentares; pois o voto negativo não identifica suas razões de ser e não obriga a massa que vota negativamente, como obriga uma

maioria parlamentar que vota contra o governo, a substituir os funcionários rejeitados pelos seus próprios líderes responsáveis.

Finalmente, quanto mais crescesse a administração direta dos empreendimentos econômicos feita pela burocracia estatal, mais fatal seria a falta de um órgão de controle independente, com o poder, à maneira dos parlamentos, de exigir publicamente informações dos funcionários todo-poderosos e de chamá-los à prestação de contas. Os meios específicos da democracia puramente plebiscitária, eleições diretas e *referenda* e ainda o instrumento de cassação de mandato pelo voto popular, são totalmente inadequados no Estado de massas para a seleção de funcionários treinados e para a crítica de sua atuação. Visto que a importância do capital dos interessados não é desprezível para as campanhas dos partidos mesmo em eleições parlamentares, o poder desse capital e o impulso do mecanismo demagógico amparado por ele aumentaria imensamente se, num Estado de massas, as eleições populares e os *referenda* viessem a predominar completamente.

É verdade, sem dúvida, que a votação obrigatória e o *referendum* constituem o oposto radical da situação tão freqüentemente deplorada, ou seja, que o cidadão no Estado parlamentar não cumpre outra função política que não a de colocar dentro de uma urna uma cédula eleitoral, fornecida já preparada pelos partidos, a cada determinado número de anos. A validade disso como meio de educação política tem sido posta em dúvida. Com toda certeza, este é um meio de educação política válido, se realizado sob as condições discutidas anteriormente, de investigação pública e de controle da administração que habitue os cidadãos a observar continuamente a administração de seus assuntos. Todavia, o *referendum* obrigatório pode chamar o cidadão às urnas dezenas de vezes em poucos meses, a fim de se pronunciar sobre leis; a eleição obrigatória lhe apresenta para a votação longas listas de candidatos que lhe são completamente desconhecidos e cujas qualificações técnicas para o cargo ele não sabe avaliar. É verdade que a ausência de qualificações técnicas (que o próprio monarca também não possui) não é, em si mesma, um argumento contra a eleição democrática dos funcionários. Sem dúvida, não é preciso ser sapateiro para verificar se um sapato corresponde exatamente a determinado pé. Contudo, não apenas o perigo de crescente apatia é extremamente grande, mas também o perigo de identificação errônea dos responsáveis por abusos, quando funcionários especializados são eleitos pelo voto popular, enquanto, num sistema parlamentar, o eleitor responsabiliza os líderes do partido pelo desempenho dos funcionários nomeados. E no que diz respeito a leis tecnicamente complicadas, o *referendum* pode muito facilmente colocar o resultado em mãos de interessados hábeis, mas acobertados. Em relação a esse pormenor, as condições nos países europeus, com seu funcionalismo treinado, altamente desenvolvido, são essencialmente diferentes das condições nos Estados Unidos, onde o

referendum é considerado único corretivo contra a corrupção das legislaturas inevitavelmente subalternas.

Esses argumentos não são dirigidos contra o uso do *referendum*, como *ultima ratio*, em casos apropriados, ainda que as condições em Estados de massas difiram daquelas da Suíça (onde esse método é aplicado). Mas o plebiscito não torna os parlamentos poderosos desnecessários em grandes Estados. Como um órgão de controle público dos funcionários e de administração realmente “pública”, como um meio para eliminar funcionários de alta posição, mas incompetentes, como um local para estipular o orçamento e para concertar acordos entre partidos, o parlamento permanece indispensável nas democracias eleitorais. Em monarquias hereditárias é ainda mais indispensável, pois o monarca não pode simplesmente agir com o funcionário eleito popularmente, nem, caso esses funcionários sejam por ele nomeados, tomar partido, para que sua função nacional não seja comprometida: isto é, possibilitar uma solução sem conflito quando não houver clareza no resultado de um sufrágio político e em uma situação de poder. Além de ser um controle aos líderes “cesaristas”, o poder parlamentar é necessário em monarquias hereditárias, porque podem ocorrer largos períodos nos quais ninguém parece ter a mínima confiança das massas. O problema da sucessão tem sido, em toda parte, o calcanhar de Aquiles da dominação puramente cesarista. O aparecimento, a neutralização e a eliminação de um líder cesarista ocorrem mais facilmente sem o perigo de uma catástrofe nacional, quando a co-domação eficaz de poderosos órgãos representativos preserva a continuidade política e as garantias constitucionais da ordem civil.

O detalhe que realmente ofende os democratas hostis ao parlamento é manifestamente o caráter grandemente voluntarista da atividade partidária da política e conseqüentemente também dos partidos parlamentares. Como já vimos, os participantes políticos “ativos” e “passivos” realmente se colocam em pólos opostos sob esse sistema.

O empreendimento político é um empreendimento de pessoas *interessadas*. (Não nos referimos àquelas pessoas interessadas materialmente que influenciam a política em todas as formas de Estado, mas àqueles homens politicamente interessados que lutam para conseguir o poder político e a responsabilidade, a fim de concretizar certas idéias políticas.) É justamente essa busca de interesses a parte essencial do assunto. Pois não é a “massa” politicamente passiva que produz o líder de seu meio, mas é o líder político que recruta seus seguidores e conquista a massa pela “demagogia”. Isso se verifica mesmo sob as mais democráticas formas de Estado. Portanto, a pergunta oposta é muito mais pertinente: numa democracia de massas, plenamente desenvolvida, permitem os partidos a ascensão de homem com capacidade de liderança? São eles capazes de absorver novas idéias? Pois sucumbem à burocratização exatamente como o mecanismo estatal. A fun-

dação de novos partidos, com os necessários mecanismos organizacional e jornalístico, exige hoje em dia tamanho investimento de fundos e mão-de-obra, e é tão difícil em vista do poder adquirido da imprensa existente, que está praticamente fora de questão. (Somente a plutocracia dos traficantes de guerra, sob as condições muito especiais da guerra, obteve êxito a esse respeito, com a fundação do "Partido da Pátria".)

Os partidos existentes são estereotipados. Seus postos burocráticos põem à "manutenção" de seu titulares. Seu cabedal de idéias está amplamente expresso na literatura de propaganda e na imprensa do partido. Os interesses materiais dos editores e autores resistem à desvalorização dessa massa de literatura mediante a remodelação das idéias. Afinal o político profissional, que precisa viver "à custa" do partido, é quem menos deseja ver seu equipamento intelectual de idéias e *slogans* fora de moda. Conseqüentemente, o acolhimento de novas idéias ocorre com relativa rapidez somente onde partidos totalmente destituídos de princípios e voltados tão-somente à distribuição de cargos crescem a suas plataformas quaisquer "tábuas de salvação" que segundo eles lhes atrairão maior número de votos.

O aparecimento de novos líderes parece ser ainda mais difícil. Durante muito tempo, os mesmos líderes mantêm seus postos ao leme dos partidos alemães, e na maioria dos casos esses líderes merecem a mais alta consideração pessoal, mas também, de maneira geral, não se distinguem nem intelectualmente, nem em vigor de temperamento político. Já mencionamos o típico preconceito de grupos fechados contra os novatos — é natural que assim seja. Também com relação a isso, as condições são parcialmente diferentes em partidos tais como os que existem entre os americanos. Lá são os administradores dos partidos, os chefões, que têm uma posição estabilíssima. Não desejam honra nem responsabilidade, só poder. A fim de salvaguardar seu próprio poder, não se expõem aos caprichos de uma candidatura, o que conduziria a uma discussão pública de suas práticas políticas, podendo assim comprometer as possibilidades do partido. Por isso, freqüentemente apresentam, ainda que de maneira relutante, "novos homens" como candidatos. Não se importam com isso, desde que possam "confiar" nesses candidatos de acordo com um critério todo seu. Esses homens são apresentados a contragosto, mas obrigatoriamente quando possuem, em virtude de seu "ineditismo", um potencial de obtenção de votos; conseqüentemente, em virtude de algum feito espetacular, sua candidatura parece necessária segundo o interesse da vitória eleitoral. Essas práticas, que passaram a existir sob as condições da eleição direta, não são de modo algum transferíveis para a Alemanha e dificilmente são desejáveis aqui. Tampouco transferíveis são as condições da França e da Itália, em conseqüência da estrutura partidária nesses países, na qual um número bastante limitado de personalidades polí-

ticas consideradas adequadas para um cargo ministerial, ocasionalmente com a introdução de homens novos, reveza-se nos postos-chave em combinações sempre diferentes.

As condições inglesas são bem diferentes. Homens com temperamento político e qualificações de liderança lá apareceram e se projetaram em grande número dentro da carreira parlamentar (que não podemos descrever aqui) e também dentro dos partidos, que são estritamente organizados mediante o sistema de “panelinha”. Por um lado, a carreira parlamentar oferece ótimas oportunidades a homens com ambição política e desejo de poder e de responsabilidade; por outro lado, os partidos são compelidos, pela característica “cesarista” da democracia de massas, a submeter-se a homens com temperamento e talento políticos, desde o momento em que estes provem que podem conquistar a confiança das massas. A probabilidade de um líder em potencial chegar ao cume é uma função, como ocorre freqüentemente, das probabilidades de poder dos partidos. Nem o caráter cesarista e a demagogia de massa dos partidos e nem sua burocratização e imagem estereotipada são, em si mesmos, uma barreira rígida para a ascensão de líderes. Principalmente os partidos bem organizados, que realmente querem exercer poder estatal, devem subordinar-se àqueles que têm a confiança das massas, se esses homens possuem habilidades de liderança; em contraste, os partidários desagregados no parlamento francês, todos o sabem, são o verdadeiro foco das intrigas parlamentares. Por sua vez, entretanto, a sólida organização do partido, e, principalmente, a necessidade que o líder tem de escolar-se e demonstrar seu valor por meio de participação convencionalmente bem regulamentada em trabalho de comissão parlamentar proporcionam um alto grau de garantia de que esses depositários cesaristas de massas respeitem os acordos constitucionalmente estabelecidos e de que não sejam selecionados de acordo com um critério puramente emocional, isto é, simplesmente segundo qualidades demagógicas no sentido negativo da palavra. Particularmente nas condições atuais de seleção, um parlamento enérgico e partidos parlamentares responsáveis, com a função de serem órgãos de recrutamento e de comprovação de líderes de massas como estadistas, são condições básicas para a manutenção de uma política estável.

5. A Perspectiva da Liderança Eficaz na Alemanha de Pós-Guerra

O perigo político que a democracia de massas representa para o Estado está primeiramente na possibilidade de elementos emocionais virem a predominar na política. A “massa” como tal (independentemente das camadas sociais que a compõem em qualquer caso particular) só é capaz de pensar a curto prazo. Pois, como a experiência mostra, ela está sempre exposta a influências diretas puramente emocionais e irracionais. (A propósito, tem isso em comum com a moderna mo-

narquia autônoma que produz os mesmos fenômenos.) Uma mente fria e clara — e é disso, afinal de contas, que depende o sucesso na política, especialmente na política democrática — predomina de forma tão mais acentuada numa tomada de decisão responsável 1) quanto menor for o número dos que tomam essa decisão, e 2) quanto mais claras forem as responsabilidades para cada qual deles e para aqueles a quem lideram. A superioridade do senado americano sobre a câmara dos deputados, por exemplo, é em grande parte devida ao menor número de senadores; as melhores realizações políticas do parlamento inglês são produtos de uma responsabilidade inequívoca. Onde quer que tal clareza de responsabilidade seja negligenciada, o sistema partidário fracassa como qualquer outro. Do ponto de vista do interesse nacional, a utilidade política dos grupos de interesses solidamente organizados assenta-se na mesma base. Completamente irracional é a “massa” desorganizada, a democracia das ruas. Existe em maior intensidade em países onde o parlamento é impotente ou é politicamente desacreditado, isto é, principalmente em países sem partidos organizados racionalmente. Na Alemanha, independentemente da ausência da “filosofia de botequim” e da presença de um temperamento mais calmo, organizações como os sindicatos, mas também como o Partido Social-Democrático, constituem uma força de equilíbrio muito importante contra o “domínio da turba”, direto e irracional, típico de nações puramente plebiscitárias.

Desde a epidemia de cólera de Hamburgo (em 1892) até o presente, tem sido necessário apelar para essas organizações, repetidamente, em busca de auxílio, sempre que o mecanismo estatal se mostrou inadequado. Que isso não seja esquecido quando os tempos de provação tiverem terminado.

Na Alemanha, também, os difíceis primeiros anos do pós-guerra serão um teste severo para a disciplina das massas. Não pode haver dúvidas de que os sindicatos, em particular, enfrentarão dificuldades sem precedentes. Pois a geração de jovens, que ganham agora salários dez vezes mais elevados que em tempos de paz e gozam de uma passageira vida à vontade que nunca se repetirá, está sendo desacostumada de qualquer senso de solidariedade, de utilidade e de qualquer capacidade de adaptação ao esforço econômico organizado. Um “sindicalismo de imaturidade” surgirá logo que essa juventude se defrontar com a normalidade dos tempos de paz. É certo que encontraremos abundante “radicalismo” puramente emocional dessa espécie. Nos centros populosos serão bem possíveis tentativas de *putsch* (“golpe de Estado”) sindicalista. Haverá um vigoroso e rápido desenvolvimento da opinião política, em vista da grave situação econômica, do estado de espírito político representado pelo grupo Liebknecht. Devemos indagar se as massas persistirão no previsto negativismo estéril para com o Estado. É uma questão de histeria. Isso dependerá primeiramente de o orgulhoso aforismo “O apelo ao medo não encontra eco nos corações alemães”

verificar-se também nos tronos. Além disso, dependerá da possibilidade de tais explosões provocarem novamente o conhecido temor das classes abastadas, isto é, da possibilidade de a ação igualmente emocional de fúria cega das massas ter como consequência a covardia igualmente emocional e cega da burguesia, como o esperam os interessados da burocracia sem controle.

Contra o *putsch*, a sabotagem, e semelhantes erupções politicamente estéreis, que ocorrem em todos os países — ainda que com menos freqüência aqui do que em outras partes —, todos os governos, mesmo os mais democráticos e os mais socialistas, teriam que proclamar a lei marcial para não se exporem às consequências atualmente reinantes na Rússia. Nenhuma palavra mais é necessária a esse respeito. Mais: as orgulhosas tradições de povos que são praticamente maduros e imunes à covardia sempre se revelaram em tais situações, nas quais esses povos souberam conservar o sangue-frio e a calma, esmagaram a força com a força, e depois tentaram solucionar serenamente as tensões que tinham levado à erupção, imediatamente restituíram as garantias das liberdades civis e, de forma geral, não permitiram a interferência de tais acontecimentos em sua tomada de decisões políticas. Na Alemanha, contudo, pode-se ter toda a certeza de que os beneficiários da velha ordem e da burocracia sem controle exploraram toda erupção de golpismo sindicalista, não importa quão insignificante, a fim de apavorar nossa burguesia filistéia, a qual, infelizmente, ainda se assusta com muita facilidade. Entre as mais vergonhosas experiências durante o período do Chanceler Michaelis, devemos notar a especulação sobre a covardia da burguesia que constituiu a tentativa de explorar, de forma sensacionalista e com finalidade puramente sectária, o comportamento de algumas dezenas de fanáticos pacifistas, sem levar em consideração o efeito em nossos inimigos — e também em nossos aliados. Após a guerra, intrigas semelhantes serão repetidas em maior escala. A nação alemã, então, mediante sua reação, irá demonstrar se já atingiu a maturidade política. Deveríamos desesperar-nos de nosso futuro político, se essas maquinações triunfassem; infelizmente, algumas experiências fazem com que isso pareça possível.

Na Alemanha, a democratização dos partidos da esquerda e da direita é um fato que não pode ser invalidado — os da direita tomam a forma de uma demagogia inescrupulosa sem equivalentes nem mesmo na França. Contudo, a democratização do sufrágio é uma exigência compulsória do momento, que já não pode ser adiada, principalmente no Estado hegemônico alemão (Prússia). Abstraindo de todas as outras considerações, razões de Estado exigem: 1) que a igualdade de direito ao voto é hoje o único meio de acabar com as contendidas sufragistas, e que sua perpetuação estéril, que conduziu a tão profundo rancor, precisa ser eliminada da cena política antes que os soldados regressem do campo de batalha para a tarefa de reconstrução do Estado; 2) que

seja considerado politicamente inaceitável colocar os soldados, que regressam da guerra, numa desvantagem eleitoral em relação àquelas camadas que mantiveram ou ainda melhoraram sua posição social, propriedade e clientela durante o período em que os soldados no *front* davam suas vidas em favor daqueles que ficaram em casa. É claro que a obstrução dessa necessidade política é possível, mas teria conseqüências terríveis. Nunca mais estaria a nação tão solidária diante de uma ameaça externa como o esteve em agosto de 1914. Estaríamos condenados a permanecer num país pequeno e conservador, talvez com uma razoável administração pública em assuntos puramente técnicos, mas, de qualquer maneira, um povo provincial sem a oportunidade de ser levado em conta na arena da política mundial — e também sem nenhum direito moral nesse sentido.¹

1 A seção VI do ensaio, intitulada “A Parlamentarização e o Papel dos Estados” (GPS, 394-431), não foi incluída nesta tradução por causa de seu caráter mais técnico. (N. do T.)

CAPITALISMO E SOCIEDADE RURAL NA ALEMANHA*

Tradução da versão inglesa por Waltensir Dutra

* Traduzido da sexta impressão (Galaxy Book, 1963) da edição publicada em 1946 pela Oxford University Press, Inc.: *From Max Weber: Essays in Sociology* (translated, edited and with an Introduction by H. H. Gerth and C. Wright Mills).

CAPITALISMO E SOCIEDADE RURAL NA ALEMANHA¹

De todas as comunidades, a constituição social dos distritos rurais é a mais individual e a que mantém relação mais íntima com determinados fatos históricos. Não seria razoável falarmos coletivamente das condições rurais da Rússia, Irlanda, Sicília, Hungria e a Faixa Negra.² Mesmo que eu me limite aos distritos com culturas capitalistas desenvolvidas, não será possível tratar o assunto de um ponto de vista comum, pois não existe uma sociedade rural separada da comunidade urbana social, no presente, em grande parte do mundo civilizado. Já não existe na Inglaterra, exceto, talvez, na imaginação dos sonhadores. O proprietário constante do solo, o dono da terra, não é um agricultor, mas um arrendador; e o dono temporário de uma propriedade, o arrendatário ou ocupante, é um empresário, um capitalista como qualquer outro. Os trabalhadores são parcialmente temporários e migrantes; o resto são trabalhadores exatamente da mesma classe dos outros proletários; reúnem-se durante algum tempo e em seguida se dispersam novamente. Se há um problema social rural específico, ele é apenas o seguinte: se, e como, a comunidade rural ou sociedade, que já existe, pode surgir novamente de modo a ser forte e duradoura.

Nos Estados Unidos, pelo menos nas enormes áreas produtoras de cereais, o que poderia ser chamado de "sociedade rural" não existe hoje. A velha cidade da Nova Inglaterra, a aldeia mexicana e a antiga plantação escravista não mais determinam a fisionomia do interior. As condições peculiares dos primeiros aldeamentos nas florestas primárias, nos prados, desapareceram. O fazendeiro americano é um empresário como qualquer outro. Sem dúvida, são numerosos os seus

1 Adaptado de uma tradução (para o inglês) de C. W. Seidenadel. "The Relations of the Rural Community to other Branches of Social Science", *Congress of Arts and Science, Universal Exposition, St. Louis* (Boston e Nova York, Houghton-Mifflin, 1906), vol. VII, pp. 725-46.

2 O sul dos Estados Unidos. (N. do T.)

problemas, principalmente os de caráter técnico ou relacionados com o transporte, que tiveram seu papel na política e foram examinados, de forma excelente, pelos estudiosos americanos. Mas não existem ainda na América problemas sociais rurais específicos, e na verdade não existiu tal problema desde a abolição da escravidão e a solução da questão de aproveitar e dispor de uma área imensa que estava nas mãos da União. Os presentes e difíceis problemas sociais do sul, também nos distritos rurais, são essencialmente étnicos, e não econômicos. Não podemos estabelecer uma teoria da comunidade rural como uma formação social característica à base de questões relacionadas com a irrigação, tarifas ferroviárias, leis sobre terras etc., por mais importantes que tais assuntos sejam. A situação pode modificar-se no futuro. Mas, se há alguma característica das condições rurais dos grandes Estados produtores de trigo da América, ela é — falando em termos gerais — o individualismo econômico absoluto do agricultor, a sua qualidade como simples homem de negócios.

Talvez seja proveitoso explicar, rapidamente, sob que aspectos e por que razões tudo isso é diferente no continente europeu. A diferença é provocada pelos efeitos específicos do capitalismo nos velhos países civilizados, com populações densas.

Se uma nação como a Alemanha mantém seus habitantes, cujo número é apenas um pouco menor do que a população branca dos Estados Unidos, num espaço territorial menor que o Estado do Texas; se ela fundou e está disposta a manter sua posição política e a importância de sua cultura para o mundo nessa base estreita, limitada — então a forma pela qual a terra é distribuída torna-se de importância decisiva para a diferenciação da sociedade e para todas as condições econômicas e políticas do país. Devido à maior aglomeração dos habitantes e menor valorização da força de trabalho bruta, a possibilidade de adquirir rapidamente propriedades que não foram herdadas é limitada. Assim, a diferenciação social torna-se necessariamente fixa — e desse destino os Estados Unidos estão começando a se aproximar. Tal destino aumenta o poder da tradição histórica, que é naturalmente grande na produção agrícola.

A importância das revoluções técnicas na produção agrícola é reduzida pela chamada “lei da produtividade decrescente da terra”, pelos limites e condições naturais de produção, que são mais fortes, e pela limitação mais constante da qualidade e quantidade dos meios de produção. Apesar do progresso técnico, a produção rural pode ser revolucionada pela divisão e combinação puramente racionais do trabalho, pela aceleração da movimentação do capital e pela colocação de matérias-primas inorgânicas e meios mecânicos de produção em lugar das matérias-primas orgânicas e da força de trabalho. O poder da tradição predomina, inevitavelmente, na agricultura; cria e mantém tipos de população rural no continente europeu que já não existem num

país novo, como os Estados Unidos; a esses tipos pertence, em primeiro lugar, o camponês europeu.

Ele é totalmente diferente do agricultor da Inglaterra ou da América. O primeiro é hoje, por vezes, um empresário e produtor notável para o mercado; quase sempre alugou a sua propriedade. O fazendeiro americano é um agricultor que habitualmente adquiriu, pela compra ou por ser o primeiro colonizador, a terra como sua propriedade pessoal; mas por vezes a aluga. Na América, o agricultor produz para o mercado. O mercado é mais antigo do que ele na América. O camponês europeu do tipo antigo era um homem que, na maioria dos casos, herdou a terra e produzia principalmente para atender às suas próprias necessidades. Na Europa, o mercado é mais novo do que o produtor. É claro que durante muitos anos o camponês vendeu seus produtos excedentes e, embora tecesse e fiasse, não podia satisfazer suas necessidades com o seu próprio trabalho. Os últimos dois mil anos não treinaram o camponês para produzir visando ao lucro.

Até a época da Revolução Francesa, o camponês europeu era considerado apenas o meio de manutenção de certas classes dominantes. Seu primeiro dever era proporcionar, o mais barato possível, alimento à cidade vizinha. Na medida do possível, a cidade proibia o comércio rural e a exportação de cereais enquanto seus próprios cidadãos não estivessem abastecidos. A situação perdurou até fins do século XVIII. A manutenção artificial das cidades, a expensas do interior, foi também um princípio seguido pelos príncipes, que desejavam ter dinheiro em seus respectivos países e grandes receitas de tributos. Além disso, pelos seus serviços e pelo pagamento dos impostos, o camponês estava condenado a manter o dono da terra, que possuía a propriedade superior da terra e com freqüência também o direito de explorar o corpo do camponês. Essa situação existiu até as revoluções de 1789 e 1848. Os deveres dos camponeses incluíam o pagamento de tributos sobre a propriedade ao senhor político. O cavaleiro estava isento disso. O camponês também tinha de abastecer os exércitos com recrutas, dos quais as cidades estavam isentas. Essas condições vigoraram até que os privilégios tributários foram extintos e o serviço militar tornou-se compulsório para todos, no século XIX. Finalmente, o camponês dependia da comunidade produtiva em que a colonização semicomunista o havia colocado, dois mil anos antes. Não podia fazer o que queria, mas o que a primitiva rotação das colheitas determinava, condições que continuaram a existir até que esses laços semicomunistas se dissolveram. Mesmo depois da abolição de toda essa dependência legal, o camponês não se pôde tornar um pequeno agricultor que produzia racionalmente, como ocorreu, por exemplo, com o seu colega americano.

Numerosas relíquias das antigas condições comunistas de florestas, água, pastos e até mesmo terra cultivável, que uniram os camponeses e os prenderam às formas de administração que lhes foram trans-

mitidas, sobreviveram à sua libertação. A aldeia, com os contrastes característicos com a colonização individual dos fazendeiros americanos, também sobreviveu. A essas relíquias do passado, que a América jamais conheceu, certos fatores foram acrescentados hoje. Os Estados Unidos experimentarão também, algum dia, os efeitos de tais fatores — os efeitos do capitalismo moderno sob as condições dos velhos países civilizados, completamente colonizados. Na Europa, o território limitado provoca uma valorização social específica da propriedade da terra, e a tendência a conservá-la, por legado, na família. A superabundância da força de trabalho diminui o desejo de poupar a mão-de-obra com o uso de máquinas. Em virtude da migração para as cidades e países estrangeiros, a força de trabalho na Europa tornou-se limitada e cara. Por outro lado, o alto preço da terra, provocado pelas compras contínuas e pelas divisões hereditárias, diminui o capital do comprador. Não é possível ganhar, hoje, uma fortuna na agricultura, na Europa. E o período em que isso vem sendo possível nos Estados Unidos está agora se aproximando do seu término. Não devemos esquecer que a fermentação da cultura capitalista moderna está ligada ao consumo incessante dos recursos naturais, para os quais não há substitutos. É difícil determinar por quanto tempo durará o atual suprimento de carvão e minério. A utilização de novas terras agrárias terá atingido, sem demora, um fim na América; na Europa, já não existe. O agricultor não pode esperar ganhar mais do que um equivalente modesto de seu trabalho como administrador. Ele está, na Europa e também em grande parte neste país, excluído da participação nas grandes oportunidades abertas ao talento comercial especulativo.

O ímpeto da moderna competição capitalista choca-se com uma corrente conservadora adversa na agricultura, sendo exatamente o capitalismo ascendente que aumenta essa contracorrente nos velhos países civilizados. O uso da terra como investimento de capital, e a taxa decrescente de juro, juntamente com a valorização social tradicional das terras rurais, elevam o seu preço a tal altura que ele é pago sempre *au fonds perdu*, ou seja, como *entré*, como um pagamento pelo ingresso nessa camada social. Assim, aumentando o capital necessário às operações agrícolas, o capitalismo provoca um aumento no número de arrendadores de terra que são ociosos. Dessa forma, produzem-se efeitos contrastantes peculiares ao capitalismo, que dão ao interior da Europa a aparência de uma “sociedade rural” à parte. Nas condições dos velhos países civilizados, as diferenças provocadas pelo capitalismo adquirem o caráter de uma luta cultural. Duas tendências sociais fundamentadas em bases totalmente heterogêneas lutam uma com a outra.

A velha ordem econômica indagava: como posso proporcionar, nesse pedaço de terra, trabalho e manutenção para o maior número possível de homens? O capitalismo pergunta: desse pedaço de terra, como posso produzir o maior número possível de colheitas, com o menor

número de trabalhadores? Do ponto de vista técnico-econômico, os velhos aldeamentos rurais da região são, portanto, considerados superpovoados. O capitalismo arranca o produto de sua terra, das minas, fundições e indústrias de máquinas. Os milhares de anos do passado lutam contra a invasão do espírito capitalista.

Essa luta assume, pelo menos em parte, a forma de um período de transformação pacífico. Em certos pontos de produção agrícola, o pequeno camponês, se souber como libertar-se das cadeias de tradição, pode adaptar-se às novas condições de administração. O aumento constante do arrendamento, nas vizinhanças das cidades, a elevação dos preços da carne, laticínios, verduras, bem como o cuidado intensivo do gado novo, possível ao pequeno agricultor que trabalha por conta própria, e as despesas maiores com a contratação de homens — esses fatores habitualmente constituem oportunidades muito favoráveis para o pequeno agricultor que trabalha sem auxiliares contratados próximo dos centros industriais abastados. Isso ocorreu sempre que o processo de produção se desenvolveu na direção de uma crescente intensidade do trabalho, e não do capital.

O antigo camponês é, assim, transformado num trabalhador que é dono de seus próprios meios de produção, como podemos ver na França e no sudoeste da Alemanha. Mantém sua independência devido à intensidade e alta qualidade de seu trabalho, que é aumentado pelo seu interesse privado nele e sua adaptabilidade às exigências do mercado local. Esses fatores lhe dão uma superioridade econômica, que continua, mesmo quando a agricultura em grande escala poderia predominar tecnicamente.

O grande êxito da formação de cooperativas entre os pequenos agricultores da Europa continental deve ser atribuído a essas vantagens peculiares que, em certos ramos de produção, o pequeno agricultor responsável possui em relação ao trabalhador contratado do grande fazendeiro. Essas cooperativas revelaram-se como o meio mais influente para educar o camponês na agricultura. Através delas, criaram-se novas comunidades agrícolas, que unem os camponeses e dirigem seu raciocínio e seu sentimento econômico numa direção contrária à forma individualista que a luta econômica pela existência toma na indústria, sob a pressão da concorrência. E isso só é possível devido à grande importância das condições naturais de produção na agricultura — o fato de estar presa ao lugar, ao tempo e aos meios orgânicos de trabalho — e à visibilidade social de todas as operações agrícolas que enfraquecem a eficiência da concorrência entre os agricultores.

Quando não existem as condições de superioridade econômica específica da pequena agricultura, por ser a importância qualitativa do trabalho feito pelo próprio dono substituída pela importância do capital, o velho camponês luta pela sua existência como um assalariado do capital. É a alta valorização social do dono da terra que faz dele

um súdito do capital e o prende psicologicamente à gleba. Devido à diferenciação econômica e social mais forte de um país antigo e civilizado, a perda da propriedade significa degradação para o camponês. A sua luta pela existência torna-se, com freqüência, uma seleção econômica em favor do mais frugal, o que significa a escolha dos elementos mais carentes em cultura. A pressão da concorrência agrícola não é sentida pelos que usam seus produtos, no consumo pessoal, e não como objetos de comércio; vendem apenas alguns de seus produtos e portanto só podem comprar uns poucos produtos feitos por terceiros. Por vezes ocorre um retrocesso parcial para uma agricultura de subsistência. Somente com o “sistema de dois filhos” francês pode o camponês manter-se durante gerações como pequeno proprietário de terra herdada. Os obstáculos que enfrenta o camponês que deseja tornar-se um agricultor moderno levam à separação entre a propriedade e a administração. O dono da terra pode manter seu capital em operação, ou retirá-lo. Em algumas áreas, o governo procura criar um equilíbrio entre a propriedade e o arrendamento. Mas, devido à valorização da terra, o camponês não pode permanecer como camponês nem tornar-se um dono de terras capitalista.

Não é possível falar de uma “luta” verdadeira entre o capitalismo e o poder da influência histórica, neste caso de conflito crescente entre o capital e a propriedade da terra. Trata-se, em parte, de um processo de seleção e em parte de um processo de corrupção. Predominam condições muito diferentes não só onde uma multidão não-organizada de camponeses se vê impotente nas cadeias das entidades financeiras das cidades, mas também quando há uma camada aristocrática acima dos camponeses, que não luta apenas pela sua existência econômica, mas também pela posição social que, durante séculos, lhe foi concedida. Isso acontece especialmente onde essa aristocracia não está presa ao país por interesses exclusivamente financeiros, como o dono de terras inglês, ou apenas pelos interesses recreativos e esportivos, mas quando os seus representantes estão envolvidos, como agricultores, no conflito econômico e têm ligação íntima com o país. Os efeitos dissolventes do capitalismo são, com isso, aumentados. Como a propriedade da terra dá posição social, os preços das grandes propriedades superam o valor de sua produtividade. Byron perguntava do senhor de terras: “Por que Deus na sua ira o criou?”. A resposta é: “Rendas! Rendas! Rendas!”. E na verdade as rendas são a base econômica de todas as aristocracias que necessitam de uma renda não-proveniente do trabalho para a sua existência. Mas precisamente porque o *Junker* prussiano despreza a posse urbana do dinheiro, o capitalismo o transforma num devedor. Uma tensão cada vez maior entre a cidade e o campo resulta dessa situação. O conflito entre o capitalismo e a tradição tem agora conotações políticas, pois se o poder econômico e político passa definitivamente para as mãos do capitalista urbano surge a questão de se os

pequenos centros rurais de informação política, com sua cultura social peculiar, entrarão em decadência, e as cidades, como as únicas depositárias da cultura política, social e estética, ocuparão todo o campo de batalha. Essa questão é idêntica à questão de se as pessoas que foram capazes de viver para a política e o Estado, como por exemplo a velha aristocracia agrária econômica independente, serão substituídas pelo domínio exclusivo dos políticos profissionais que devem viver da política e do Estado.

Nos Estados Unidos esse problema foi resolvido, pelo menos no presente, por uma das mais sangrentas guerras dos tempos modernos, que terminou com a destruição dos centros aristocráticos, sociais e políticos dos distritos rurais. Mesmo na América, com as suas tradições democráticas vindas desde o puritanismo como um legado perene, a vitória sobre a aristocracia dos plantadores foi difícil e conquistada com os maiores sacrifícios sociais e políticos. Mas, em países de civilizações antigas, a questão se complica muito mais, pois ali a luta entre o poder das noções históricas e a pressão dos interesses capitalistas convoca certas forças sociais à batalha, como adversárias do capitalismo burguês. Nos Estados Unidos, essas forças eram parcialmente desconhecidas, ou se colocavam em parte ao lado do norte. Devemos fazer aqui algumas observações.

Nos países de civilização antiga e possibilidades limitadas de expansão econômica, o interesse financeiro e seus representantes têm um papel social consideravelmente menor do que num país novo. A importância da camada dos funcionários estatais é, e deve ser, muito maior na Europa do que nos Estados Unidos. A organização social muito mais complicada torna indispensável na Europa um grande número de funcionários especializados, de cargo vitalício. Nos Estados Unidos, haverá um número muito menor deles, mesmo depois que os movimentos de reforma do serviço público tenham alcançado seus objetivos. O jurista e o funcionário administrativo na Alemanha, apesar de sua educação mais rápida e mais intensiva, no preparo para a universidade, tem cerca de trinta e cinco anos quando seu período de preparo e sua atividade não-remunerada é concluída e ele consegue um cargo lucrativo. Portanto, só pode sair dos círculos abastados; é preparado para um serviço não-remunerado, ou mal remunerado, e só pode encontrar recompensa pelo seu trabalho na alta posição social de sua vocação. Adquire, com isso, um caráter que está longe dos interesses financeiros e que o coloca ao lado dos adversários do domínio desses interesses. Se em velhos países civilizados, como a Alemanha, surgir a necessidade de um exército forte para manter a independência, isto significará, para as instituições políticas, o apoio a uma dinastia hereditária.

O adepto resoluto das instituições democráticas — como eu — não pode desejar afastar a dinastia, quando ela foi preservada. Nos

Estados militares, se ela não é a única forma historicamente endossada pela qual o domínio cesarista dos arrivistas militares pode ser evitado, ela ainda é a melhor forma. A França está continuamente ameaçada por esse domínio; as dinastias têm interesse pessoal na preservação dos direitos e de um governo legal. A monarquia hereditária — podemos julgá-la teoricamente, se desejarmos — assegura ao Estado, que é forçado a ser um Estado militar, a maior liberdade para os cidadãos — tão grande quanto seja possível numa monarquia — e, enquanto a dinastia não se degenera, terá o apoio da maioria política do país. O parlamento inglês sabia muito bem por que oferecia a Cromwell a coroa, e o exército deste sabia igualmente bem por que o impediu de aceitá-la. Essa dinastia hereditária, privilegiada, tem uma afinidade com os detentores dos outros privilégios sociais.

A Igreja pertence às forças conservadoras nos países europeus; primeiro, a Igreja Católica Romana, que, na Europa, devido mesmo ao seu grande número de adeptos, é um poder de importância e caráter muito diferentes do que possui nos países anglo-saxões; mas também a Igreja Luterana. Ambas apóiam o camponês, com seu modo de vida conservador, contra o domínio da cultura urbana racionalista. O movimento cooperativo rural tem, em acentuadas proporções, a direção de clérigos, que são os únicos capazes de liderança nos distritos rurais. Os pontos de vista eclesiástico, político e econômico estão, no caso, combinados entre si. Na Bélgica, as cooperativas rurais são um meio que o partido clerical tem na luta contra os socialistas, apoiados pelas uniões dos consumidores e pelos sindicatos. Na Itália, quase ninguém tem crédito em certas cooperativas se não apresentar uma certidão de religião. Da mesma forma, uma aristocracia agrária encontra grande apoio da Igreja embora a Igreja Católica seja, nos aspectos sociais, mais democrática hoje do que antigamente. A Igreja vê com satisfação as relações de trabalho patriarcais porque, ao contrário das relações puramente comerciais criadas pelo capitalismo, elas têm um caráter pessoal humano. A Igreja acredita que as relações entre um senhor e um servo, e não as simples condições comerciais criadas pelo mercado de trabalho, podem ser desenvolvidas e dotadas de um elemento ético. Os contrastes profundos e condicionados historicamente, que sempre separaram o catolicismo e o luteranismo do calvinismo, fortalecem essa atitude anticapitalista das igrejas européias.

Finalmente, num velho país civilizado, a “aristocracia da educação”, como gosta de ser chamada, constitui uma camada definida da população, sem interesses pessoais na economia. Vê, por isso, a proclamação triunfal do capitalismo com mais ceticismo e a crítica com mais violência do que acontece, natural e justamente, em países como os Estados Unidos.

Quando a educação intelectual e estética se torna uma profissão, seus representantes ligam-se, através de uma afinidade íntima, com

todos os portadores da velha cultura social, porque para eles, como para seus protótipos, sua profissão não pode e não deve ser uma fonte de lucro imerecido. Vêm com desconfiança a abolição das condições tradicionais da comunidade e a aniquilação de todos os numerosos valores éticos e estéticos que se apegam a essas tradições. Duvidam que o domínio do capital possa dar garantias melhores e mais duradouras do que a aristocracia do passado à liberdade pessoal e ao desenvolvimento da cultura intelectual, estética e social que eles representam. Só desejam ser governados pelas pessoas cuja cultura social consideram equivalente à sua; preferem, portanto, o domínio da aristocracia economicamente independente ao governo do político profissional. Assim, ocorre hoje nos países civilizados — fato sério, sob mais de um aspecto, e peculiar — que os representantes dos mais altos interesses da cultura voltam para trás o seu olhar e com profunda antipatia se opõem à evolução inevitável do capitalismo, recusam-se a cooperar na criação da estrutura do futuro. Além disso, as massas disciplinadas de trabalhadores, criadas pelo capitalismo, inclinam-se naturalmente a unir-se num partido de classe, se já não houver novos distritos para colonização e se o trabalhador tiver consciência de ser forçado a continuar inevitavelmente proletário, enquanto viver, o que ocorrerá mais cedo ou mais tarde também neste país, ou já aconteceu. O progresso do capitalismo não é retardado por isso; as possibilidades que o trabalhador tem de conseguir poder político são insignificantes. Não obstante, elas enfraquecem o poder do burguês e fortalecem o poder dos adversários aristocráticos dos burgueses. A queda do liberalismo burguês alemão baseia-se na eficiência desses motivos conjuntos.

Assim, nos países antigos, onde existe uma comunidade rural aristocraticamente diferenciada, surge um complexo de problemas sociais e políticos. O americano tem dificuldade em compreender a importância das questões agrárias no continente europeu, especialmente na Alemanha, e mesmo na política alemã. Chegará a conclusões totalmente erradas se não tiver presentes esses grandes complexos. Uma combinação peculiar de motivos se faz sentir nesses países antigos e explica o desvio entre as condições européias e americanas. Além da necessidade de forte preparo militar, há essencialmente dois fatores: primeiro, algo que não existiu jamais na maior parte da América e que pode ser designado como “atraso”, ou seja, a influência de uma forma mais antiga de sociedade rural, que está desaparecendo gradualmente. O segundo grupo de circunstâncias que ainda não se tornaram efetivas na América, mas às quais esse país — tão entusiasmado com cada milhão de aumento em sua população e com a ascensão do valor da terra — estará inevitavelmente exposto, exatamente como ocorreu com a Europa, é a densidade da população, o alto valor da terra, a mais acentuada diferenciação de ocupações e as condições peculiares que disso resultam. Em todas essas condições, a comunidade

rural dos velhos países civilizados enfrenta o capitalismo, juntamente com a influência de grandes forças políticas e sociais só conhecidas nos países antigos. Ainda hoje, sob essas circunstâncias, o capitalismo produz na Europa efeitos que só serão provocados na América no futuro.

Em consequência de todas essas influências, o capitalismo europeu, pelo menos no continente, teve um caráter autoritário peculiar, que contrasta com a igualdade de direitos do cidadão e que é, habitualmente, considerada de forma diferente pelos americanos. Essas tendências autoritárias e os sentimentos anticapitalistas de todos os elementos da sociedade continental, que mencionei, encontram apoio social no conflito entre a aristocracia agrária e a burguesia urbana. Sob a influência do capitalismo, a primeira sofre uma série de transformações internas, que lhe modificam totalmente o caráter herdado do passado. Gostaria de mostrar como isso ocorreu no passado e como continua a ocorrer no presente, usando o exemplo da Alemanha.

Há contrastes acentuados na estrutura social rural da Alemanha que nenhum viajante deixa de observar: no oeste e no sul, o aldeamento rural torna-se mais denso, predominam os pequenos agricultores, e a cultura torna-se mais dispersa e variada. Quanto mais para o leste avançamos, especialmente para o nordeste, tanto mais extensos são os campos de cereais, beterrabas e batatas, tanto mais predomina o cultivo intensivo e tanto mais uma grande classe rural de trabalhadores rurais sem propriedades se opõe à aristocracia agrária. Essa diferença é de grande importância.

A classe dos proprietários de terra na Alemanha, constituída principalmente de nobres que residem na região leste do Elba, é a controladora política do principal Estado alemão. A Câmara dos Lordes prussiana representa esta classe, e o direito de eleição por classes também lhe dá uma posição decisiva na Câmara dos Deputados prussiana. Esses *Junkers* transmitem seu caráter ao corpo de oficiais, bem como aos funcionários prussianos e à diplomacia alemã, que está quase exclusivamente nas mãos dos nobres. O estudante alemão adota o estilo de vida dessas classes, nas associações estudantis das universidades. O "oficial da reserva" civil — uma parte cada vez maior dos alemães mais bem-educados pertence a essa categoria — também sofre a sua influência. Suas simpatias e antipatias políticas explicam muitas das pressuposições mais importantes da política externa alemã. Seu obstructionismo impede o progresso da classe trabalhadora; as indústrias, sozinhas, jamais serão bastante fortes para se opor aos trabalhadores, sob os direitos democráticos de eleger representantes para o Reichstag alemão. Os *Junkers* são os esteios de um protecionismo que a indústria, isolada, não poderia realizar. Apóiam a ortodoxia na Igreja oficial. O estrangeiro vê apenas o lado exterior da Alemanha e não tem tempo nem oportunidade de penetrar na essência da cultura alemã. Os remanescentes das condições autoritárias que lhes causam surpresa e

provocam opiniões errôneas, no estrangeiro, sobre a Alemanha, resultam direta ou indiretamente da influência dessas classes superiores. Muitos dos mais importantes contrastes de nossa política interna baseiam-se nessa diferença entre as estruturas sociais rurais do leste e do oeste. Como essa diferença nem sempre existiu, surge a pergunta: como pode ser ela explicada historicamente?

Há cinco séculos, os senhores de terras dominavam a estrutura social dos distritos rurais. Por mais variadas que tivessem sido as condições de dependência do camponês, provocadas por essa situação, e por mais complicada que fosse a estrutura da sociedade rural, num aspecto predominou a harmonia nos séculos XIII e XIV: as possessões, habitualmente enormes, do senhor feudal não estiveram associadas, nem mesmo no leste, a um amplo cultivo da terra. Embora o senhor de terras cultivasse parte de sua propriedade, essa parte era apenas um pouco maior do que os campos cultivados dos camponeses. A maior parte da renda do senhor dependia dos tributos sobre os camponeses. Uma das questões mais importantes da história social alemã é como o acentuado contraste de hoje surgiu, partindo dessa relativa uniformidade.

A propriedade exclusiva da terra foi revogada em princípios do século XIX, em parte devido à Revolução Francesa ou às idéias por ela disseminadas, e em parte devido à Revolução de 1848. A divisão dos direitos de propriedade da terra entre nobres e camponeses foi abolida, os tributos e taxas sobre os camponeses foram revogados. As brilhantes investigações do professor G. F. Knapp e sua escola mostraram como foi decisiva, para o tipo de constituição agrária que se originou então e ainda existe, a pergunta: como foi dividida a propriedade, entre os antigos senhores e os camponeses, depois de desaparecida a comunidade senhorial? No oeste e sul, em sua maior parte a terra passou às mãos dos camponeses (ou continuou em suas mãos). Mas, no leste, uma parte muito grande caiu nas mãos dos antigos senhores dos camponeses, os senhores feudais, que estabeleceram o cultivo intensivo com trabalhadores livres. Mas isto foi apenas a consequência do fato de que a uniformidade da sociedade agrária havia desaparecido antes da emancipação dos camponeses. A diferença entre o oeste e o leste foi confirmada, mas não criou tal processo. Em seus pontos principais, a diferença existiu desde o século XVI, tendo crescido constantemente a partir de então. A propriedade senhorial da terra sofrera modificações internas antes da dissolução da propriedade senhorial.

Em toda parte, no leste e oeste, o esforço dos senhores de terras para aumentar suas rendas foi o fator motivante. Esse desejo surgira da invasão do capitalismo, da crescente riqueza dos moradores da cidade e da crescente oportunidade de vender produtos agrícolas. Algumas das transformações realizadas no oeste e no sul datam do século XIII e, no leste, do século XV. Os senhores de terras buscaram alcançar

seus objetivos de modo característico. No sul e oeste, continuaram como senhores de terra (*Grundherren*), isto é, aumentaram as taxas de arrendamento, juro e os tributos dos camponeses, mas não se dedicaram ao cultivo. No leste tornaram-se senhores (*Gutsherren*) que cultivavam suas terras; apropriaram-se de partes da terra dos camponeses (os enclaves) e, buscando assim maiores propriedades para si mesmos, tornaram-se agricultores, usando os camponeses como servos para trabalhar no seu próprio solo. O cultivo intensivo existiu no leste — mas em pequenas proporções e com o trabalho dos servos — antes mesmo da emancipação dos camponeses; mas não no oeste. Ora, o que provocou essa diferença?

Quando essa questão foi discutida, deu-se muita importância à conduta do poder político; na verdade, esse poder foi muito aumentado na formação da sociedade agrária. Como o cavaleiro estava isento dos tributos o camponês era o único, no interior, que os pagava. Quando se criaram os exércitos permanentes, os camponeses forneceram os recrutas. Isso, juntamente com alguns pontos de vista do comercialismo, induziu o Estado territorial a proibir os enclaves, por edito, ou seja, a apropriação da terra dos camponeses pelos senhores, e, daí, a proteger as propriedades camponesas existentes. Quanto mais forte era o governante do país, tanto maior o seu êxito; quanto mais poderoso era o nobre, tanto menor o êxito do governante. Assim sendo, as diferenças da estrutura agrária no leste baseavam-se, em grande parte, nessas condições do poder. Mas no oeste e sul vemos que, apesar da maior fraqueza de muitos Estados e da indubitável possibilidade de apropriar-se da terra dos camponeses, o senhor nem mesmo tentou fazê-lo. Não revelou nenhuma tendência de privar o camponês de seus bens, de cultivar a terra em grandes proporções e tornar-se agricultor também ele. Também não constituiu razão decisiva a evolução dos direitos do camponês ao solo. No leste, grande número de camponeses que, originalmente, tinham bons títulos de propriedade da terra, desapareceu; no oeste, os que dispunham de títulos menos favoráveis foram preservados, porque os senhores de terras não desejavam afastá-los.

A questão decisiva é, portanto: como foi que o dono de terras do sul e oeste da Alemanha, embora tivesse ampla oportunidade de apropriar-se das terras dos camponeses, não o fez, enquanto os do leste tomaram as terras dos camponeses, apesar da resistência do poder estatal? Essa pergunta pode ser formulada de modo diverso. Quando o senhor agrário do oeste renunciou à tomada das terras dos camponeses, não renunciou à sua utilização como fonte de renda. A diferença entre o leste e o oeste, quanto a isso, é simplesmente a de que o senhor do oeste usou os camponeses como contribuintes, enquanto o do leste, tornando-se agricultor, começou a usá-los como força de trabalho. Portanto, devemos indagar: por que aconteceu uma coisa no leste e outra no oeste?

Tal como ocorreu com a maioria dos fatos históricos é pouco provável que possamos atribuir a uma única razão a causa exclusiva dessa conduta diferente dos senhores de terras, pois nesse caso a teríamos encontrado em fontes documentadas. Entretanto, uma longa série de fatores causais foi acrescentada como explicação, principalmente pelo professor Von Below, numa investigação clássica, em seu trabalho *Territorium und Stadt*. A tarefa só pode ser a de ampliação dos pontos de vista, especialmente pelas considerações econômicas. Vejamos em que pontos as condições do senhor de terras do leste e do oeste diferiram quando tentaram arrancar de seus camponeses mais do que os tributos tradicionais.

O início de operações amplas foi facilitado, para os senhores do leste, pelo fato de que sua condição de senhoria agrária, bem como a patrimonialização das autoridades públicas, cresceram no solo da velha liberdade do povo. O leste, por outro lado, era um território de colonização. A estrutura social patriarcal eslavônica fora invadida pelo clero alemão, em consequência da sua educação superior, pelos comerciantes e artesãos alemães em consequência de sua habilidade técnica e comercial superior, pelos cavaleiros alemães em consequência de seu melhor conhecimento da agricultura. Além disso, à época da conquista do leste, a estrutura social da Alemanha, com suas forças políticas, havia sido completamente feudalizada. A estrutura social do leste foi, desde o início, adaptada à preeminência social do cavaleiro, e a invasão alemã pouco modificou essa situação. O camponês, mesmo nas mais favoráveis condições de atividade, perdera o apoio que lhe fora dado no período feudal pelas tradições firmes, a velha proteção mútua, a jurisdição da comunidade no *Weistümer*¹ no oeste. O campesinato eslavônico, habitualmente mais numeroso, não conhecia tais tradições. Além disso, no oeste os campos que constituíam as propriedades dos senhores eram, habitualmente, intercalados, pois haviam surgido em terra originalmente livre. Esses campos cruzavam os direitos patrimoniais dos pequenos senhores territoriais em toda parte, e assim, pela sua variedade e conflitos mútuos, asseguravam ao camponês a sua trabalhosa existência. Muito freqüentemente, o camponês estava política, pessoal e economicamente sujeito a diferentes senhores. No leste, a combinação da senhoria e direitos patrimoniais em toda uma aldeia estava nas mãos de um senhor; a formação de uma “propriedade senhorial”, no sentido inglês, era facilitada regularmente porque, com muito mais freqüência do que no oeste, e desde o início, somente uma corte se fundava na aldeia, ou já havia sido criada pela estrutura social eslavônica. E finalmente há um fator importante, que o professor Von Below ressalta: as propriedades dos camponeses no leste, embora

1 Sentenças judiciais que serviam como precedentes no velho Direito alemão.

a princípio de pequenas proporções na totalidade do território de uma aldeia, não obstante eram muito maiores do que era costume no oeste. Portanto, a ampliação da área cultivada de sua propriedade foi, para o senhor, muito mais fácil do que no oeste e também constituiu uma idéia muito menos remota. Assim, desde o início existiu, no método de distribuição da terra, o primeiro elemento de diferenciação entre leste e oeste. Mas a causa dessa diferença nas proporções da propriedade original do senhor agrário relacionava-se com diferenças entre as condições econômicas do leste e as do oeste. Até mesmo na Idade Média, condições de vida consideravelmente diferentes foram criadas para as classes sociais dominantes.

O oeste era mais densamente povoado e, o que é decisivo em nossa opinião, a comunicação local, a troca de bens dentro e entre as menores comunidades locais foi indubitavelmente mais desenvolvida do que no leste. Isso se evidenciou pelo fato de que o oeste contava com número muito maior de cidades. Baseava-se, em parte, no simples fato histórico de que a cultura do oeste era, sob todos os aspectos, mais velha e, em parte, numa diferença geográfica, menos evidente, mas importante: a maior variedade da divisão agrícola do oeste em comparação com o leste. De um ponto de vista puramente técnico, a comunicação nas planícies amplas do leste alemão deve ter encontrado menores dificuldades do que no território muito mais acidentado do oeste. Não obstante, essas possibilidades técnicas de comunicação não determinam o volume do comércio. Pelo contrário, no oeste e no sul, os motivos econômicos do comércio e do desenvolvimento de uma comunicação relativamente intensiva foram muito mais fortes do que nas planícies do leste. Isso ocorreu devido ao fato de que no oeste e no sul as terras baixas, os vales de rios, os planaltos, se intercalam — as condições climáticas e outras condições naturais de produção de mercadorias são perceptivelmente diferentes dentro de distritos pequenos. No leste, porém, as cidades vizinhas freqüentemente nada têm a trocar entre si (mesmo hoje), porque, estando na mesma situação geográfica, produzem as mesmas coisas. As condições históricas e naturais de um comércio local intensivo eram (e ainda são), por essas razões, mais favoráveis no oeste.

Cabe ao professor Von Below o mérito de ter assinalado o fato de que na Idade Média a instituição da cavalaria não se baseava exclusivamente, nem mesmo predominantemente, na posse de terras. Tributos, taxas sobre rios, rendas e impostos, que dependem de um certo volume de tráfico local, tiveram seu papel. Isso era, indubitavelmente, muito menos possível no leste naquela época (bem como hoje). Quem quisesse levar ali vida de cavaleiro tinha de basear sua existência numa renda obtida com suas próprias atividades agrícolas. As grandes organizações para a produção de mercadorias e para o comércio exterior, como as da “Ordem Alemã”, são apenas uma fase diferente desse mesmo

fato. A homogeneidade da produção oriental dirigia o transporte para as regiões mais distantes, e a economia monetária local continuava sendo consideravelmente inferior à do oeste, segundo todos os indícios. Se as únicas estimativas possíveis, ainda bastante incertas, foram pelo menos aproximadamente corretas, as condições de vida do camponês no leste e oeste devem ter sido muito diferentes. É muito pouco provável que o senhor tivesse mergulhado nas operações agrícolas, com o risco, trabalho e o contato pouco cavalheiresco com o mundo mercantil, que elas provocam, se pudesse ter vivido tão bem no leste quanto no oeste, com os tributos, arrendamentos, taxas etc., recolhidos aos camponeses. Mas podemos perguntar por que não era a mesma coisa possível no leste e no oeste. Para que isso ocorresse, os camponeses teriam de ser economicamente capazes de pagar tributos de volume considerável, suficientes para as necessidades do senhor de terras, e não há indícios de que eles tivessem condições para tanto. Isso pressupõe que o interesse pessoal do camponês na produtividade de sua terra havia chegado a um certo grau, que ele próprio havia alcançado certa margem de educação econômica. Mas nada podia, nem pode, substituir a influência educativa que a formação intensiva das comunidades urbanas exerce sobre o camponês, com as comunicações locais bem desenvolvidas, com a oportunidade e estímulo de vender produtos rurais nos mercados o mais próximos possível. Essa grande diferença ainda pode ser vista pela comparação do camponês da planície da Badênia com o camponês do leste.

Não são as diferenças naturais nas qualidades físicas e químicas do solo, ou diferenças no talento econômico das raças, mas o *milieu* econômico, estabelecido historicamente, que é o fator determinante na diferença nos resultados da agricultura camponesa.

Um certo número de cidades, numa determinada área, era necessário para inspirar a massa de camponeses com, pelo menos, o grau de interesse na produção necessário para que o senhor pudesse tirar deles os meios para a sua subsistência, ou usá-los como “fundos de interesse”. Quando estavam ausentes essas influências da cultura, que não podem ser substituídas nem mesmo pelo melhor trabalho e a melhor vontade, o camponês freqüentemente carecia da possibilidade, e sempre do incentivo, de elevar a produção de sua terra além da medida tradicional de suas próprias necessidades.

As cidades no leste eram muito menos numerosas, considerando-se o tamanho das respectivas áreas, do que no oeste e sul. E o desenvolvimento da agricultura extensiva no leste data caracteristicamente de uma época na qual não a ascensão mas o declínio das cidades, e um declínio bastante perceptível, é observado. Devido ao seu excedente de trigo, o leste teve então a sua evolução dirigida como um território de exportação agrícola, com todas as qualidades desses territórios. Essa direção chegou ao auge em nosso século, depois da abolição

das leis de cereais inglesas. Por outro lado, mesmo no término da Idade Média, várias partes do oeste alemão necessitaram de grandes importações de alimentos, principalmente carne. O contraste entre o leste e o oeste talvez se torne mais evidente na diferença de preços de quase todos os seus produtos agrícolas em favor do segundo. Essa diferença só desapareceu recentemente devido aos prêmios ocultos na exportação de cereal, que há uma década vêm sendo concedidos. Até mesmo as estradas de ferro reduziram um pouco essa diferença, que apesar disso continuou, em meados do século passado, a ser muito grande. A condição incerta da história numismática alemã, entre muitas outras dificuldades técnicas, nos impede de obter uma quantidade suficiente de dados fidedignos para a Idade Média, mas parece quase impossível que tenha sido diferente, em geral, durante aquele período, apesar das grandes flutuações em casos particulares.

Se, portanto, o dono de terras desejasse fazer um uso mais intensivo dos camponeses no leste, teria encontrado dificuldades muito maiores, devido à falta tradicional de desenvolvimento do camponês, à fraqueza dos mercados locais para os produtos rurais e à comunicação menos intensa. Eu gostaria de atribuir a essa circunstância uma importância muito maior — é claro que apenas na forma de uma hipótese ainda a ser comprovada pelas fontes — do que antes. Pelo que sei, o dono de terra no leste preferia explorar sua propriedade agrícola não porque a operação em geral fosse tecnicamente mais racional — pois isso também ocorria no oeste —, mas porque era, nas condições estabelecidas historicamente, o único meio econômico possível de obter uma renda maior. Tornou-se um dono de terra, e o camponês, cada vez mais preso ao solo, tornou-se um servo com o dever de dar seus filhos para o senhor, como servidores domésticos, ou fornecer seus cavalos e carroças para a agricultura, ou até mesmo sua força de trabalho para todas as formas de atividade, durante todo o ano, enquanto sua própria terra era considerada, cada vez mais, uma simples recompensa pelo seu trabalho. Apesar da oposição do Estado, o senhor expandia constantemente a terra que cultivava. Quando, mais tarde, ocorreu a emancipação dos camponeses, ela não conseguiu, como o 4 de Agosto na França, eliminar os senhores da estrutura agrária do leste alemão. Um Estado sem dinheiro, com uma indústria ainda não desenvolvida, não podia renunciar facilmente aos seus serviços gratuitos na administração e no exército. Acima de tudo, o decreto revogando os direitos feudais, pelos quais o senhor e os camponeses se viram numa comunidade de produção, não solucionou o ponto mais importante: o destino da terra, que foi considerada posse do senhor, e não do camponês. Declará-la simplesmente propriedade camponesa — como se fez mais tarde na Polônia russa, por motivos políticos, a fim de arruinar a nobreza polonesa — teria aniquilado cerca de vinte mil grandes propriedades na Prússia, as únicas que o país então possuía. Não teria eli-

minado uma simples classe de arrendadores, como ocorreu na França. Portanto, apenas uma parte das propriedades dos camponeses, as maiores, e somente uma parte de suas terras foram poupadas do fechamento pelos senhores: o restante foi por eles apropriado.

O leste continuou sendo, e daí em diante cada vez mais, o centro do capitalismo agrário, ao passo que o capitalismo industrial se localizou principalmente no oeste. Tal processo sustou-se na fronteira russa, que isolava o interior. Uma grande indústria, que poderia ter surgido no leste, desenvolveu-se então bem próxima da fronteira russo-polonesa da Alemanha.

O senhor de terras prussiano do leste, que surgiu sob essas condições, foi um produto social muito diverso do senhor inglês. Este é, geralmente, um arrendador da terra, não um agricultor. Seus tributários não são camponeses, como na Idade Média, mas empresas capitalistas para cultivo da terra. É um monopolizador da terra. A propriedade em seu poder é mantida na família graças a recursos jurídicos artificiosos, que surgiram, como modernos monopólios capitalistas, numa luta constante com a legislação; ele é mantido distante da comunicação, obrigação e divisão pela herança. O dono da terra está fora da comunidade produtora rural. Ocasionalmente, ele ajuda o seu arrendatário com empréstimos de capital, mas sua existência como arrendador é intangível. Como produto social, ele é filho legítimo do capitalismo, crescendo sob a pressão dos efeitos contrastantes, mencionados acima, que o capitalismo produz nos países bem povoados, com uma estrutura social aristocrática. O aristocrata agrário deseja viver como um cavalheiro, no lazer. Normalmente, ele busca rendas, e não lucros. O tamanho tecnicamente suficiente da propriedade e o tamanho da propriedade necessário à sua manutenção não se harmonizam de forma alguma. Em algumas áreas da Alemanha, a operação mais intensiva, por exemplo, exige a diminuição da propriedade; ao passo que o luxo crescente da classe aristocrática exige sua ampliação especialmente quando os preços dos produtos caem. Toda compra, toda compensação de co-herdeiros, onera a propriedade com enormes dívidas, enquanto sua operação se torna mais sensível às flutuações de preços, na medida em que é maior e mais intensiva. Somente numa estrutura social agrária, como a inglesa, tal evolução foi abolida. Isso, com a crescente densidade de população e os crescentes valores da terra, é o que põe em risco em toda parte, hoje em dia, a existência de uma grande agricultura racional, e não o monopólio da terra pelo Estado, exigido por muitos reformadores. Na verdade, o extremo oposto foi o que ocorreu: monopólio privado da terra. Mas este produz, em certos aspectos econômicos, efeitos semelhantes aos do monopólio estatal; retira a terra do mercado e separa a administração da propriedade que podem, agora, seguir cada qual seu caminho. Os interesses do fazendeiro capitalista, lutando pelos lucros empresariais, e os interesses do

dono da terra em rendas e na preservação de uma posição social, que recebeu como herança, correm lado a lado, sem estarem ligados entre si, como ocorre com os proprietários-operadores agrícolas. A significação prática disso é que a flexibilidade da agricultura em face da crise agrícola aumenta de forma vigorosa. O choque recai sobre dois ombros fortes: o monopolizador da terra e o dono de terra capitalista. A crise resulta na diminuição da renda, provavelmente numa mudança de arrendatário, numa diminuição gradual do solo cultivado, mas não na súbita destruição de muitas propriedades ou em qualquer degradação social súbita de muitas famílias proprietárias de terras.

As condições do *Junker* prussiano do leste são muito diferentes. Ele é um empregador rural, um homem totalmente do tipo capitalista, valorizado segundo as proporções de sua propriedade e renda. Dificilmente possuirá mais do que uma e meia a duas "seções" dos Estados Unidos, mas por tradição mantém uma vida faustosa e pretensões aristocráticas. É habitualmente o dono livre do solo que cultiva, que é vendido e hipotecado, avaliado para legados e adquirido, pela compensação, aos co-herdeiros; daí estar sempre onerado pelos interesses correntes. Assim sendo, somente o proprietário está exposto às flutuações dos preços de mercado. O *Junker* está envolvido em todos os conflitos sociais e econômicos, que ameaçam diretamente a sua existência, em todas as épocas. Enquanto a exportação de cereais para a Inglaterra floresceu, ele foi o mais forte defensor do livre-comércio, o mais ferrenho adversário da jovem indústria alemã do oeste, que necessitava de proteção; mas, quando a concorrência das terras mais novas e mais baratas o expulsou do mercado e finalmente o atacou em sua própria pátria, ele se tornou o mais importante aliado daqueles industriais que, ao contrário de outros ramos importantes da indústria alemã, exigiam proteção; uniu-se a eles numa luta comum contra as exigências da força de trabalho, pois nesse meio-tempo o capitalismo também se colocara contra o caráter social do *Junker* e seus trabalhadores. Na primeira metade do último século, o *Junker* era um patriarca rural. Seus trabalhadores agrícolas, o agricultor de cuja terra ele se havia apropriado, não eram de forma alguma proletários. Em consequência da falta de fundos do *Junker*, eles não recebiam salários, mas uma cabana, terra e o direito de pastagem para suas vacas; na época da colheita, uma certa parte do cereal lhes era paga em trigo etc. Eram assim, em pequena escala, agricultores com um interesse direto nas atividades do senhor. Mas foram expropriados pela valorização crescente da terra; seu senhor retinha pastos e terra, guardava o cereal e, em vez dele, dava-lhes salários. Assim, a velha comunidade de interesses dissolveu-se e os agricultores se transformaram em proletários. A agricultura tornou-se uma operação sazonal, limitada a alguns meses. O senhor contratava trabalhadores migrantes, já que a manutenção de mãos ociosas durante todo o ano seria um ônus demasiado pesado.

Quanto mais a indústria alemã crescia no oeste, até atingir seu volume presente, tanto mais a população sofria uma enorme modificação; a emigração alcançou seu auge no leste alemão, onde apenas senhores e servos existiam em distritos demasiado amplos e dos quais os trabalhadores agrícolas fugiam, buscando livrar-se do isolamento e da dependência patriarcal, seja atravessando o oceano para os Estados Unidos, seja para o ar fumarento e poeirento, mas socialmente mais livre, das fábricas alemãs. Por outro lado, os donos de terras importam os trabalhadores que podem para realizar o trabalho: escravos de além-fronteira, que, como mão-de-obra barata, acabam afastando os alemães. Hoje, o dono de terras age como qualquer homem de negócios e tem de agir como tal, mas suas tradições aristocráticas contrastam com tal ação. Ele gostaria de ser um senhor feudal, e não obstante tem de se tornar um empresário comercial e um capitalista. Outras forças, além do *Junker*, procuram roubar o papel do senhor de terras.

Os capitalistas industriais e comerciais começam a absorver, cada vez mais, a terra. Fabricantes e comerciantes, que enriqueceram, compram as propriedades dos cavaleiros, associam a sua posse à família pelo usufruto e usam a propriedade como meio de invadir a classe aristocrática. O fideicomisso do *parvenu* é um dos produtos característicos do capitalismo num país antigo, com tradições aristocráticas e uma monarquia militar. No leste alemão ocorre agora o mesmo que vem ocorrendo na Inglaterra há séculos, até que se consolidaram ali as condições hoje existentes.

A América também experimentará esse processo no futuro, embora somente depois que toda a terra livre se tiver esgotado e a pulsação econômica do país tiver diminuído. Será exato dizer que, por algum tempo, o peso da tradição histórica não esmaga os Estados Unidos e que os problemas originados do poder da tradição não existem aqui; não obstante, os efeitos do poder do capitalismo são mais fortes e, mais cedo ou mais tarde, estimularão o desenvolvimento dos monopólios da terra. Quando o preço da terra se elevar o suficiente para garantir uma certa renda; quando a acumulação das grandes fortunas alcançar um ponto ainda mais alto que o de hoje, quando, ao mesmo tempo, a possibilidade de ganhar lucros proporcionais pelos novos e constantes investimentos no comércio e indústria tiver baixado a ponto de os “capitães de indústria”, como ocorreu em toda parte no mundo, começarem a lutar pela preservação hereditária de seus bens, ao invés de novos investimentos que trazem tanto lucro como risco — então, na realidade, o desejo das famílias capitalistas de formar uma “nobreza” surgirá, provavelmente não na forma embora de fato. Os representantes do capitalismo não se contentarão mais com um jogo tão inofensivo quanto os estudos de árvores genealógicas e os numerosos aspectos de exclusividade social, tão surpreendentes para o estrangeiro. Somente quando o capital chegar a essa posição e começar a monopolizar a terra em

grandes proporções surgirá nos Estados Unidos uma grande questão social rural, que não poderá ser solucionada com a espada, como a questão dos escravos. Os monopólios e trustes industriais são instituições de duração limitada; as condições de produção sofrem modificações, e o mercado não conhece avaliações duradouras. Seu poder também não dispõe do caráter autoritário e da marca política das aristocracias. Mas os monopólios da terra criam sempre uma aristocracia política.

No que se relaciona com a Alemanha, no leste já se observa, em conseqüência de certas tendências, uma aproximação das condições inglesas; o sudoeste, porém, evidencia semelhanças com a França, em sua estrutura social rural. Mas em geral a criação intensiva de gado, que se observa na Inglaterra, é impossível no leste alemão, devido ao clima. Portanto, o capital absorve apenas a terra mais favorável para a agricultura. Mas enquanto os distritos inferiores na Inglaterra permanecem sem cultivo, como pastos para ovelhas, no leste da Alemanha são colonizados pelos pequenos agricultores. Esse processo tem uma característica peculiar, enquanto duas nações, germanos e eslavos, lutam entre si, economicamente. Os camponeses poloneses, que têm menos necessidades do que os alemães, parecem estar vencendo.

Sob a pressão dos ciclos econômicos o pequeno fazendeiro eslavo, que é frugal, ganha terra do alemão. O avanço do cultivo na direção do leste, durante a Idade Média, baseado na superioridade do cultivo mais antigo e superior, foi modificado sob o princípio capitalista da "mão-de-obra" mais barata. Se os Estados Unidos também enfrentarão problemas semelhantes no futuro, ninguém pode dizer. A diminuição das operações agrícolas nos Estados produtores de trigo resulta, no momento, da crescente intensidade da operação e da divisão do trabalho. Também o número de fazendas de negros está aumentando, tal como a migração do interior para as cidades. Se, com isso, a capacidade de expansão da colonização anglo-saxão-germânica dos distritos rurais, bem como o número de filhos da velha população norte-americana nata, estiveram desaparecendo, e se, ao mesmo tempo, a enorme imigração de elementos do leste europeu crescer, poderá surgir ali, sem demora, uma população rural que não será assimilada pela cultura do país, transmitida historicamente. Essa população poderá modificar, de modo decisivo, o padrão dos Estados Unidos e formar, gradualmente, uma comunidade de tipo bastante diferente da grande criação do espírito anglo-saxão.

Para a Alemanha, todas as questões fatídicas de política econômica e social, e de interesses nacionais, estão intimamente ligadas a esse contraste entre a sociedade rural do leste e a sociedade do oeste com seu maior desenvolvimento. Não me parece correto considerar aqui, num país estrangeiro, os problemas práticos que essa situação provoca. O destino, que nos deu uma história de milhares de anos, que nos colocou num país com uma população densa e uma cultura intensiva,

que nos forçou a manter o esplendor de nossa velha cultura num campo armado, por assim dizer, dentro de um mundo também armado, colocou-nos diante desses problemas. E temos de resolvê-los.

Os Estados Unidos ainda não os conhecem. Este país provavelmente jamais terá de enfrentar alguns deles. Não têm aristocracia antiga, daí não existirem as tensões causadas pelo contraste entre a tradição autoritária e o caráter puramente comercial das condições econômicas modernas. Considera com acerto a compra deste imenso território, em cujo centro estamos aqui,¹ como o selo histórico real impresso sobre as suas instituições democráticas; sem essa aquisição, com vizinhos poderosos e belicistas, ele seria forçado a usar a cota de armas como nós, que constantemente mantemos na gaveta de nossas mesas os nossos aparatos bélicos, para o caso de guerra. Por outro lado, a maior parte dos problemas para cuja solução estamos trabalhando agora só surgirá nos Estados Unidos dentro de algumas gerações. A forma pela qual serão solucionados determinará o caráter da cultura deste continente. Jamais terá sido tão fácil, talvez, para uma nação tornar-se uma grande potência civilizada, quanto o é para o povo americano. Não obstante, de acordo com o cálculo humano, também é a última vez, por toda a duração da história da humanidade, que tais condições de desenvolvimento livre e grande serão proporcionadas; as áreas de solo livre estão desaparecendo em toda parte do mundo.

Um dos meus colegas citou as palavras de Carlyle: “Milhares de anos passaram antes que pudesses ingressar na vida, e milhares de anos terão de esperar em silêncio o que queiras fazer desta tua vida”. Não sei se, como acreditava Carlyle, o homem possa ou queira colocar-se, em seus atos, dentro da gama desse sentimento. Mas uma nação deve fazê-lo, para que sua existência na História tenha valor duradouro.

1 St. Louis.

O CARÁTER NACIONAL E OS “JUNKERS” *

Tradução da versão inglesa por Waltensir Dutra

* Traduzido da sexta impressão (Galaxy Book, 1963) da edição publicada em 1946 pela Oxford University Press, Inc.: *From Max Weber: Essays in Sociology* (translated, edited and with an Introduction by H. H. Gerth and C. Wright Mills).

O CARÁTER NACIONAL E OS “JUNKERS”¹

Como veículo da tradição, treinamento e equilíbrio político de um Estado, não há dúvida de que uma camada de senhores de terras é insubstituível. Falamos dela tal como existiu na Inglaterra e que, de forma semelhante, constituiu a essência da nobreza senatorial da Roma antiga.

Quantos aristocratas há na Alemanha e especialmente na Prússia? Onde está a sua tradição política? Politicamente, os aristocratas alemães, particularmente na Prússia, quase nada representam. E parece evidente que hoje uma estrutura estatal que pretenda alimentar uma camada de grandes arrendadores, de caráter autenticamente aristocrático, é impossível.

Mesmo que ainda fosse possível deixar que surgissem algumas grandes propriedades aristocráticas nas áreas revestidas de bosques — a única terra que se qualificava, social e politicamente, para a formação de morgadias —; ainda assim seria impossível obter quaisquer resultados significativos. Foi *essa*, precisamente, a desonestidade enorme do projeto de lei sobre as morgadias, examinado na Prússia no início de 1917. O projeto visava a estender uma instituição jurídica, adequada às propriedades aristocráticas, até os proprietários de classe média, na propriedade média do leste do Elba. Procurava fazer uma “aristocracia” de um tipo que simplesmente não é uma aristocracia e jamais poderá ser transformado em tal.

Os *Junkers* do leste são freqüentemente criticados (e por vezes injustamente); e são com a mesma freqüência (e também injustamente) transformados em ídolos. Qualquer pessoa que os conheça pessoalmente apreciará, sem dúvida, a sua companhia na caça, junto a um bom

1 "Wahlrecht und Demokratie in Deutschland", *Gesammelte Politische Schriften* (Munique, Dreimaskenverlag, 1921). Compreende um trecho de um folheto que "Die Halfe" — o departamento editorial de livros da pequena revista que Naumann dirigia — publicou em dezembro de 1917.

copo, ou no jogo de cartas; e, em suas casas hospitaleiras, tudo é autêntico. Mas tudo se torna espúrio quando estilizamos essa camada essencialmente “burguesa” de empresários para fazer dela uma “aristocracia”. Economicamente, os *Junkers* dependem totalmente de sua atividade como empresários agrícolas; estão empenhados na luta dos interesses econômicos. Sua luta social e econômica é tão impiedosa quanto a de qualquer industrial. Dez minutos passados entre eles mostram que são plebeus. Suas virtudes mesmas são as de natureza plebéia. O ministro Von Miquel declarou certa vez (em particular!) que “hoje em dia uma propriedade feudal do leste alemão não pode manter uma família aristocrática”, e tinha toda a razão. Se tentarmos modelar tal camada numa aristocracia, cheia de gestos e pretensões feudais, camada essa que hoje depende do trabalho administrativo rotineiro de natureza capitalista, o único resultado inevitável será a *aparência de um arrivista*. Os traços de nossa conduta política e geral no mundo, que encerram essa marca, são determinados (embora não exclusivamente) pelo fato de termos alimentado pretensões aristocráticas em camadas que simplesmente não dispõem de qualificações.

Os *Junkers* são apenas um exemplo desse ponto. Entre nós, a ausência de homens de educação cosmopolita é, decerto, devida não apenas à fisionomia dos *Junkers*, mas também ao resultado do caráter “pequeno-burguês”,¹ generalizado, de todas as camadas que foram representantes específicos da estrutura política prussiana durante a época de sua ascendência empobrecida, mas gloriosa. As velhas famílias de oficiais cultivam, ao seu modo altamente honorífico, e em condições econômicas extremamente modestas, a tradição do velho exército prussiano. As famílias dos servidores públicos seguem o mesmo exemplo. Não importa se essas famílias são, ou não, de nascimento nobre; econômica, socialmente e segundo seu horizonte, elas constituem um grupo de classe média burguesa. Em geral, as formas sociais do corpo de oficiais alemão são absolutamente adequadas à natureza, e em suas características decisivas assemelham-se claramente às características do corpo de oficiais das democracias (da França e também da Itália). Esses traços, porém, tornam-se imediatamente uma caricatura quando os círculos não-militares os consideram também modelo de sua conduta. Isso se aplica, acima de tudo, quando se fundem com as formas sociais derivadas do “penalismo” das escolas de burocracia. Mas é isso o que ocorre entre nós.

Sabe-se bem que as associações estudantis constituem a educação social típica de aspirantes a postos não militares, sinecuras e às profissões liberais de alta posição social. A “liberdade acadêmica” de duelar, beber e faltar a aulas vem de um tempo em que as outras liberdades

1 *Bürgerlichen*.

não existiam na Alemanha e quando somente a camada de letrados e candidatos a cargos públicos tinha o privilégio de desfrutá-las. A influência, porém, que essas convenções tiveram sobre a aparência geral da classe dos homens que dispõem de um diploma acadêmico na Alemanha não pode ser eliminada, nem mesmo hoje. Esse tipo de homem foi sempre importante entre nós, e torna-se cada vez mais importante. Mesmo que ele hipotecasse as associações estudantis e que a necessidade de que os alunos pagassem os juros não contribuisse para a imortalidade econômica dessas associações, tal tipo dificilmente desapareceria. Pelo contrário, o sistema de fraternidades estudantis expande-se cada vez mais, pois as ligações sociais que hoje se criam nessas associações são uma forma específica de selecionar funcionários. E a patente de oficial, que tem como requisito preliminar a filiação a uma associação duelista, garantida de forma visível pelas fitas com as suas cores, dá acesso à “sociedade”.

Na verdade, a pressão em favor da bebida e as técnicas de duelo das associações estudantis ajustam-se cada vez mais às necessidades das constituições mais fracas dos aspirantes àquelas fitas, que, devido às ligações, se tornam cada vez mais numerosos. Ao que se diz, há até mesmo abstermos em alguns desses grupos duelistas. A fusão intelectual dessas associações, que tem aumentado continuamente nas décadas recentes, é um fator decisivo. Têm salas de leitura próprias e publicações especiais, que os alunos enchem exclusivamente de política “patriótica” bem-intencionada de um caráter indizivelmente pequeno-burguês. O intercâmbio social com os companheiros de aula de formação social ou intelectual diferente é evitado ou pelo menos dificultado. Com tudo isso, as ligações das sociedades estudantis se expandem constantemente. Um vendedor que pretenda conseguir uma patente de oficial, como condição para casar-se na “sociedade” (particularmente, com a filha do patrão), matricular-se-á numa das faculdades de economia que são freqüentadas principalmente pela sua vida associativa.

A medida do moralista não é a medida do político. Qualquer que seja o julgamento que se possa fazer dessas associações *per se*, elas certamente não proporcionam educação para uma personalidade cosmopolita. Pelo contrário, seu sistema cansativo e seu penalismo são, afinal, inegavelmente banais; e suas formas sociais subalternas constituem o oposto mesmo dessa educação. O mais estúpido clube anglo-saxão oferece uma educação cosmopolita melhor, por mais vazios que possamos julgar os esportes que constituem o objetivo do clube. Com a sua seleção de membros freqüentemente muito rigorosa, ele sempre se baseia no princípio da rigorosa igualdade dos cavalheiros e não no princípio do “penalismo”, que a burocracia tanto valoriza como prepa-

ração da disciplina no cargo. Cultivando esse penalismo, as fraternidades não deixam de se recomendar aos “do alto”.¹ De qualquer modo, as convenções formalistas e o penalismo dessa chamada “liberdade acadêmica” são impostos ao aspirante ao cargo na Alemanha. Quanto mais os candidatos se mostram como arrivistas, jactando-se de sua carteira recheada — pelos pais —, como é inevitável quando as condições o permitem, tanto menos efetivas são essas convenções no preparo dos homens aristocráticos do mundo. A menos que o jovem que é levado a esse condicionamento seja de um caráter excepcionalmente independente, um espírito livre, os traços fatais do plebeu de verniz se desenvolverão nele. Vemos esses plebeus, com muita freqüência, entre homens que, sob outros aspectos, são excelentes, pois os interesses cultivados por essas associações são totalmente plebeus e estão longe de todos os interesses “aristocráticos”, qualquer que seja o sentido dado à expressão. O ponto saliente é, simplesmente, que uma vida estudantil de essência plebéia pode ter sido, anteriormente, inofensiva. Era simplesmente a exuberância ingênua, juvenil. Mas hoje em dia pretende ser um meio de educação aristocrática, que dá às pessoas habilitações para a liderança no Estado. A contradição simplesmente incrível que

1 No *Korpszeitung* alemão, nº 428, citado aqui de um artigo do professor A. Messer, no *Weserzeitung* de 2 de junho de 1917, encontramos as seguintes observações de crítica às “modernas” propostas de reforma: “As propostas não levam absolutamente em conta a modificação material dos calouros e membros ativos das associações estudantis. Mencionando apenas um item: a obrigação de beber deve ser abolida! Não deve haver obrigação de esvaziar o copo! Não deve haver bebedeira! Experimentei, com freqüência, entre várias associações, esse tipo de *Kneipen* (festas das associações estudantis destinadas às libações alcoólicas) sem essas reformas, por vezes durante semestres. E mais tarde passei noites nas mesmas associações quando todos estavam bêbados. Eram simplesmente homens diferentes, que acreditavam na bebida. Com freqüência, consideravam-na mesmo necessária. E é necessário dar uma oportunidade para que bebam muito. Se calcularmos tais oportunidades, qualquer calouro que seja um bom bebedor poderá embebedar os seus colegas mais velhos na associação, e a autoridade terá desaparecido. Ou se abolirmos a obrigação de honrar cada brinde, estaremos com isso abolindo a base da *Kneipgemuetlichkeit* (festas nas tavernas). Se proibirmos o embebedamento de um membro, estaremos deitando fora um meio de educação! Peço que essas palavras não sejam citadas fora de seu contexto. Afinal de contas, nossa vida associativa estudantil deve constituir uma cadeia de medidas educacionais: e todo membro de uma associação duelista confirmará que, em sua vida depois da escola, jamais lhe disseram a verdade com tanta sinceridade, de forma tão incrivelmente franca quanto na associação duelista. E como aceitava isso? Por mais ridículo que pareça, a aceitação era produto do *Kneipe*. Para nós, o *Kneipe* é o que o treinamento do quartel e o passo de ganso, tão freqüentemente criticados, são para o soldado. Tal como a ordem “dobrar os joelhos” repetida centenas de vezes no campo de treinamento faz que o homem supere a preguiça, indiferença, teimosia, raiva, e cansaço, e tal como essa ordem faz a disciplina surgir do sentimento de ser totalmente impotente e completamente destituído de iniciativa diante de um superior — da mesma forma que a ordem ‘beba tudo!’ sempre dá ao estudante mais velho a oportunidade de mostrar ao mais novo a sua superioridade absoluta. Pode punir, pode manter distância e a atmosfera que é absolutamente necessária à empresa educacional das associações duelistas — pois, do contrário, elas se transformarão em clubes! Naturalmente, a ordem ‘beba tudo’ nem sempre é aconselhável a todas as pessoas, mas deve constituir uma ameaça iminente ao *Kneipe* tal como o ‘dobrar os joelhos!’ é no campo de treino. Não obstante, em ambas as situações, os homens podem divertir-se muito”. [M. W.]

isso encerra é como um bumerangue no qual a marca fisionômica do arrivista é o resultado.

Devemos ter cautela para não acreditar que esses traços arrivistas da fisionomia alemã sejam politicamente irrelevantes. Vamos considerar imediatamente um exemplo. Lançar-se às “conquistas morais” entre inimigos, ou seja, entre grupos de interesses opostos, é empresa vã, que Bismarck ridicularizou com razão. Mas será isso válido para os aliados presentes ou futuros? Nós e nossos aliados austríacos dependemos uns dos outros, politicamente, com muita freqüência. E ambos sabemos disso. A menos que sejam cometidas grandes loucuras, não há ameaças de um rompimento. A realização alemã é aceita por eles sem reservas ou ciúmes — e mais aceita quanto menos nos gabarmos dela. Nem sempre temos uma avaliação adequada das dificuldades que os austríacos têm e que foram poupadas à Alemanha. Daí nem sempre apreciarmos a realização austríaca. Mas podemos dizer aqui, abertamente, aquilo que todos sabem. O que não poderia ser tolerado pelos austríacos, ou por qualquer outra nação da qual desejássemos ser amigos, são as maneiras do *parvenu*, como voltamos a evidenciar recentemente e de forma intolerável. Tal aparência será recebida com uma rejeição silenciosa e polida, mas decidida, por qualquer nação de boa e antiga formação social, como por exemplo os austríacos. Ninguém quer ser governado por *parvenus* mal-educados. Um passo além do que é absolutamente indispensável nas questões externas, ou seja, qualquer coisa que pudesse ser da parte da “Europa central” (no sentido interior da palavra), ou que pudesse ser desejável para a futura solidariedade de interesses com outras nações (não importa o que possamos sentir quanto à idéia de uma aproximação econômica) pode falhar politicamente devido à determinação absoluta de não permitir que lhe seja imposto aquilo que recentemente, com um gesto jactancioso, foi proclamado como o “espírito prussiano”. A “democracia”, ao que se propala, põe em risco o espírito prussiano, segundo as manifestações verbais dos fazedores de frase políticos. Como se sabe, as mesmas declamações foram ouvidas, com exceção, em toda fase de reforma interna, durante os últimos cento e dez anos.

O espírito prussiano autêntico pertence às florações mais belas da cultura alemã. Tudo o que temos de Scharnhorst, Gneisenau, Boyen, Moltke, foi inspirado por esse espírito, tal como os feitos e as palavras dos grandes realizadores da reforma prussiana (muitos dos quais, porém, são de origem não-prussiana). Não precisamos mencioná-los aqui. O mesmo se aplica à eminente intelectualidade de Bismarck, hoje tão mal caricaturada pelos estúpidos e hipócritas representantes da *Realpolitik*. Mas, ocasionalmente, parece que esse velho espírito prussiano é hoje mais forte entre o funcionalismo de outros Estados federais, que não Berlim. O abuso da expressão “es-

pírito prussiano” pelos atuais demagogos conservadores é apenas um abuso em relação a esses grandes homens.

Repetimos: nenhuma aristocracia de peso e tradição política suficiente existe na Alemanha. Essa aristocracia pode, na melhor das hipóteses, ter tido um lugar no Partido *Freikonservative* e no Partido do Centro — embora isso não ocorra no momento —, mas não o teve no Partido Conservador.

É igualmente importante o fato de não ter havido uma forma social de nobreza alemã. A despeito das jactâncias ocasionais de nossos letrados, é completamente falso que exista na Alemanha o individualismo no sentido de liberdade das convenções, em contraste com as convenções do cavalheiro anglo-saxão ou do homem de salão latino. Em nenhum outro lugar há convenções mais rígidas e mais pressionantes do que as do “homem de associação” alemão. Elas controlam, direta e indiretamente, uma parte tão grande da descendência de nossas camadas principais quanto as convenções de qualquer outro país. Sempre que as formas do corpo de oficiais não prevalecem, essas convenções associativas constituem a “forma alemã”; os efeitos das associações duelistas determinam, em grande parte, as formas e convenções das camadas dominantes da Alemanha: da burocracia e de todos os que desejam ser aceitos “em sociedade”, onde a burocracia dá o tom. E essas formas não são, certamente, requintadas.

De um ponto de vista político, é ainda mais importante que, em contraste com as convenções dos países latinos e anglo-saxões, essas formas alemãs simplesmente não sejam adequadas como modelos para toda a nação, até a camada mais baixa. Não são adequadas para modelar e unificar a nação em seu gesto como uma *Herrenvolk*, segura de si mesma, nas formas pelas quais as convenções latinas e anglo-saxãs se firmaram.

É um grave erro acreditar que a “raça” é o fator decisivo na surpreendente falta de graça e dignidade no comportamento ostensivo do alemão. O comportamento do germano-austríaco é formado por uma aristocracia autêntica. Não lhe faltam essas qualidades, apesar da raça idêntica, quaisquer que possam ser as suas fraquezas.

As formas que controlam o tipo latino de personalidade, até as camadas mais baixas, são determinadas pela imitação do cavalheiro, tal como evoluiu desde o século XVI.

As convenções anglo-saxãs também moldam as personalidades, até as camadas mais baixas. Nasceram dos hábitos sociais da camada nobre, que deu o tom na Inglaterra, desde o século XVII. A nobreza surgiu em fins da Idade Média, numa fusão peculiar de notáveis rurais e urbanos, ou seja, os “cavalheiros”, que se tornaram os portadores do “governo autônomo”.

Em todos esses casos, foi importante que as características decisivas das convenções e gestos relevantes pudessem ser imitados de

forma fácil e universal e com isso pudessem ser democratizados. Mas as convenções dos candidatos a cargos na Alemanha, academicamente examinados, das camadas que eles influenciam e, acima de tudo, os hábitos para os quais as associações duelistas condicionam seus homens — foram e são evidentemente inadequados à imitação pelos círculos fora das camadas examinadas e certificadas. Em particular, não podem ser imitados pelas amplas massas do povo; não podem ser democratizados, embora, ou antes precisamente por isso, em essência essas convenções não sejam de forma alguma cosmopolitas ou aristocráticas sob outros aspectos. São de natureza totalmente plebéia.

O código de honra neolatino, bem como o código bastante diferente dos anglo-saxões, foi adequado à democratização de longo alcance. A concepção especificamente alemã das qualificações exigidas para membro de uma associação duelista, porém, não se presta à democratização, como se pode ver facilmente. Esse conceito é de grande influência política, mas o ponto política e socialmente importante não é — como se afirma freqüentemente — que um chamado “código de honra”, no sentido limitado, exista no quadro de oficiais. Ele está, ali, absolutamente em seu lugar. O fato de que uma *Landrat*¹ prussiana deva qualificar-se para o duelo, no sentido do corpo de duelistas penalistas, a fim de se manter em seu posto — é o que tem relevância política. Isto também ocorre com qualquer outro funcionário administrativo que seja facilmente afastável. Contrasta, por exemplo, com o *Amtsrichter*,² que, em virtude da lei, é “independente”, e que, devido a essa independência, é socialmente *déclassé*, em comparação com o *Landrat*. Como ocorre com todas as outras convenções e formas mantidas pela estrutura da burocracia e modeladas decisivamente pela idéia da honra do estudante alemão, de um ponto de vista formal o conceito da qualificação duelista constitui uma convenção de casta devido à sua natureza peculiar. Nenhuma dessas formas pode ser democratizada. Em substância, porém, não são de caráter aristocrático, mas absolutamente plebeu, porque faltam a todas elas a dignidade estética e o cultivo requintado. É essa contradição interior que convida ao ridículo e tem efeitos políticos tão desfavoráveis.

A Alemanha é uma nação de plebeus. Ou, se isto parecer mais agradável, é uma nação de pessoas comuns. Somente tendo isto por base pode crescer especificamente uma “forma alemã”.

Socialmente, a democratização provocada ou promovida pela nova ordem política — e isso é o que deve ser discutido aqui — não destrói o valor das formas aristocráticas, já que elas não existem. Nem poderia privar tais valores de sua exclusividade e, em seguida, propagá-los por toda a nação, como se fez com as formas das aristocracias latina e

1 Autoridade do condado.

2 Juiz de um tribunal inferior.

anglo-saxã. Os valores formais do caçador-de-posição que se qualifica para os duelos não são suficientemente cosmopolitas para manter uma aparência pessoal, mesmo em sua própria camada. Como o mostram todos os indícios, essas formas nem sempre bastam até mesmo para ocultar a insegurança real perante um estrangeiro que seja um homem do mundo, educado. O esforço para disfarçar essa insegurança toma, freqüentemente, a forma de “esperteza” que, em geral, nasce do constrangimento e parece ser uma má educação.

Não discutiremos se a “democratização” política resultaria realmente numa democratização social. A “democracia” política ilimitada na América, por exemplo, não impede o crescimento de uma plutocracia rude, ou mesmo um grupo de prestígio “aristocrático”, que emerge lentamente. O crescimento dessa “aristocracia” é cultural e historicamente tão importante quanto o da plutocracia, embora habitualmente passe despercebido.

O desenvolvimento de uma “forma alemã” realmente culta, que seja ao mesmo tempo adequado ao caráter da camada socialmente dominante dos plebeus, cabe ao futuro. O desenvolvimento incipiente dessas convenções civis nas cidades hanseáticas não continuou sob o impacto das modificações políticas e econômicas, desde 1870. E a presente guerra (Primeira Guerra Mundial) nos proporcionou muitos *parvenus* cujos filhos adotarão ardentemente as convenções habituais dos corpos duelistas nas universidades. Essas convenções não criam exigências de uma tradição culta; servem como um modo cômodo de domesticar os homens para que possam merecer a patente de oficial. Daí não haver, no momento, esperanças de uma modificação. De qualquer modo, isso é válido: para que a “democratização” resulte na eliminação do prestígio social dos homens que freqüentaram as academias — o que não é de forma alguma certo e que não pode ser discutido aqui —, então nenhuma forma social politicamente valiosa seria abolida na Alemanha. Como tais formas não existem, não podem ser eliminadas. A democracia talvez pudesse, então, liberar o caminho para o desenvolvimento de formas valiosas adequadas à nossa estrutura civil, social e econômica, que portanto seriam valores “genuínos” e culturais. Não podemos inventar tais valores, tal como não podemos inventar um estilo. Somente isto (de um modo essencialmente negativo e formal) podemos dizer, e isso se aplica a todos os valores de tal natureza: tais formas jamais podem ser desenvolvidas em qualquer outra base que não a de uma atitude de distância e reserva pessoais. Na Alemanha, esse pré-requisito de toda dignidade pessoal faltou freqüentemente entre as altas e baixas camadas. Os letrados mais recentes com sua impaciência em falar alto e publicar as suas “experiências” pessoais — eróticas, religiosas ou quaisquer outras — são os inimigos de toda dignidade, qualquer que seja. A “distância”, porém, não pode de modo algum ser conquistada exclusivamente no “coturno” de uma posição

esnobativa de alheamento aos “excessivamente demais”, como o pretendem as várias e errôneas “profecias” que remontam a Nietzsche. Pelo contrário, quando necessita hoje desse apoio interior, a distância é sempre espúria. Talvez a necessidade de manter a dignidade própria em meio de um mundo democrático possa servir de prova da autenticidade da dignidade.

O que dissemos acima mostra que nisto, como em muitos outros aspectos, a pátria alemã não é, e não deve ser, a terra de seus pais, mas a terra de seus filhos, como Alexander Herzen tão bem disse da Rússia. E isso é particularmente válido para os problemas políticos.

O “espírito alemão” para a solução dos problemas políticos não pode ser destilado da obra intelectual de nosso passado, por mais valiosa que possa ser. Prestemos deferência às sombras de nossos ancestrais espirituais e usemos seu trabalho intelectual para todo treinamento formal da mente. Nossos letrados, em seu conceito, reivindicam do passado o título de governar o planejamento de nosso futuro político, como mestres-escolas com uma vara, simplesmente porque é sua profissão interpretar o passado para a nação. Se eles tentarem estabelecer as leis, deveremos então lançar os velhos livros ao devão mais próximo! Nada podemos aprender com eles sobre o futuro. Os clássicos alemães, entre outras coisas, podem ensinar-nos que poderíamos ser uma nação culta num período de pobreza material e impotência política, e mesmo de domínio estrangeiro. Mesmo quando se preocupam com política e economia, suas idéias vêm dessa época não-política. As noções dos clássicos alemães, inspiradas pela discussão da Revolução Francesa, foram projeções numa situação política e econômica às quais faltou paixão popular. Mas, na medida em que qualquer paixão política as inspirou, além da irada rebelião contra o domínio estrangeiro, foi o entusiasmo cultural pelos imperativos morais. O que está atrás disso são idéias filosóficas, que podemos utilizar como um estimulante para definir nossa posição, segundo nossa realidade política e de acordo com as exigências de nossa época, mas não como guias. Os modernos problemas do governo e democracia parlamentares, e a natureza essencial de nosso Estado moderno em geral, estão completamente além do horizonte dos clássicos alemães.

Há pessoas que condenam o sufrágio universal como a vitória de instintos da massa incapaz de razão, em contraste com a convicção política judiciosa; afirmam que constitui uma vitória da política emocional sobre a política racional. Quanto a isso, devemos dizer que a política externa da Alemanha é prova de que uma monarquia que governa através de um sistema de sufrágios de classe destaca-se pela emoção exclusivamente pessoal e como uma forma de liderança irracional. A Prússia tem a hegemonia e é sempre o fator decisivo na política alemã. Para prová-lo, basta comparar o caminho ziguezaguean-

te dessa política barulhenta, sem êxito há décadas, com a objetividade calma, por exemplo, da política externa inglesa.

Quanto aos instintos da massa irracional, eles só governam a política quando as massas são compactas e exercem pressão: na metrópole moderna, particularmente nas condições de formas de vida urbana neolatinas. Ali, a civilização do café, bem como as condições climáticas, permitem que a política de “rua” — como foi adequadamente chamada — domine o país partindo de sua capital. Por outro lado, o papel do “homem da rua” inglês está ligado às características específicas da estrutura das massas urbanas, totalmente ausentes na Alemanha. A política de rua da Rússia metropolitana está ligada às organizações subterrâneas que ali existem. Todas essas condições preliminares estão ausentes na Alemanha, e a moderação da vida alemã torna improvável que a Alemanha corra esse perigo *ocasional* — pois é ocasional em contraste com aquilo que, na Alemanha imperial, influenciou a política exterior como um perigo *crônico*. Não a mão-de-obra presa às oficinas, mas os ociosos e os intelectuais de café em Roma e Paris fabricaram a política guerreira das ruas — incidentalmente, apenas a serviço do governo e *somente* nas proporções em que o governo a desejou ou permitiu.

Na França e Itália, faltava equilíbrio ao proletariado industrial. Quando ele age com solidariedade, constitui, sem dúvida, um poder imenso, dominando a rua. Em comparação, porém, com os elementos totalmente irresponsáveis, é uma força capaz de, pelo menos, ordem e liderança ordenada, através de seus funcionários e, portanto, através de políticos que pensam racionalmente. Do ponto de vista de nossa política estatal, o importante é aumentar o poder desses líderes, na Alemanha dos líderes sindicais, sobre as paixões do momento. Além disso, é necessário aumentar a importância dos líderes responsáveis, a importância da liderança política em si. Um dos argumentos mais fortes em favor da criação de uma orientação ordenada e responsável da política pela liderança parlamentar é que com isso a eficiência dos motivos puramente emocionais, “do alto” e “de baixo”, é enfraquecida na medida do possível. O “domínio da rua” nada tem a ver com o sufrágio igual; Roma e Paris foram dominadas pela rua mesmo quando na Itália a mais plutocrática influência do mundo, e em Paris Napoleão III, governavam com um parlamento de fachada. *Somente* a orientação ordenada das massas, pelos políticos responsáveis, pode romper com o domínio irregular da rua e a liderança dos demagogos do momento.

REJEIÇÕES RELIGIOSAS DO MUNDO E SUAS DIREÇÕES*

Tradução da versão inglesa por Waltensir Dutra

* Traduzido da sexta impressão (Galaxy Book, 1963) da edição publicada em 1946 pela Oxford University Press, Inc.: *From Max Weber: Essays in Sociology* (translated, edited and with an Introduction by H. H. Gerth and C. Wright Mills).

REJEIÇÕES RELIGIOSAS DO MUNDO E SUAS DIREÇÕES¹

Em forte contraste com o caso da China, a religiosidade indiana, que vamos analisar, é o berço das éticas religiosas que negam o mundo, teórica e praticamente, e com a maior intensidade. É também na Índia que a “técnica” que corresponde a essa negação melhor se desenvolveu. O monasticismo, bem como as manipulações ascéticas e contemplativas típicas, não só se desenvolveram primeiro na Índia como ali se manifestaram de forma mais coerente. E foi talvez da Índia que essa racionalização iniciou seu caminho histórico pelo mundo em geral.

1. Motivos para a Rejeição do Mundo: o Significado de sua Construção Racional

Antes de nos ocuparmos dessa religiosidade, talvez seja conveniente esclarecermos rapidamente, de modo esquemático e teórico, os motivos dos quais se originou a ética religiosa da negação do mundo e as direções que tomou. Dessa forma, talvez possamos esclarecer seu “significado” provável.

O esquema construído serve apenas, é claro, ao objetivo de oferecer um meio ideal típico de orientação. Não nos transmite uma filosofia própria. Os tipos teoricamente construídos de “ordens de vida” conflitantes servem, apenas, para mostrar que em certos pontos determinados conflitos internos são possíveis e “adequados”. Não pretendem mostrar que não há ponto de vista do qual os conflitos não possam ser resolvidos numa síntese mais elevada. Como iremos ver facilmente, as esferas individuais de valor estão preparadas com uma coerência racional que raramente se encontra na realidade. Mas *podem* ter essa aparência na realidade e sob formas historicamente importantes, e realmente a têm. Tais construções possibilitam determinar o local ti-

1 De “Zwischenbetrachtung”. *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, vol. I, pp. 436-73. Este ensaio foi publicado em novembro de 1915, no *Archiv*.

pológico de um fenômeno histórico. Permitem-nos ver se, em traços particulares ou em seu caráter total, os fenômenos se aproximam de uma de nossas construções: determinar o grau de aproximação do fenômeno histórico e o tipo construído teoricamente. Sob esse aspecto, a construção é simplesmente um recurso técnico que facilita uma disposição e terminologia mais lúcidas. Não obstante, sob certas condições, uma construção pode significar mais, pois a racionalidade, no sentido de uma “coerência” lógica ou teleológica, de uma atitude intelectual-teórica ou prático-ética, tem, e sempre teve, poder sobre o homem, por mais limitado e instável que esse poder seja e tenha sido sempre em face de outras forças da vida histórica.

As interpretações religiosas do mundo e a ética das religiões criadas pelos intelectuais e que pretendem ser racionais estiveram muito sujeitas ao imperativo da coerência. O efeito da *razão*, especialmente de uma dedução teleológica de postulados práticos, é perceptível sob certos aspectos, e com frequência muito claramente, entre todas as éticas religiosas. Isso ocorre por menos que as interpretações religiosas do mundo, no caso individual, tenham concordado com a exigência de coerência, e por mais que tenham integrado pontos de vista em seus postulados éticos que *não* podiam ser deduzidos racionalmente. Assim, pelas razões substantivas, podemos ter esperança de facilitar a apresentação de um assunto que, de outro modo, seria multifário, através de tipos racionais construídos de forma adequada. Para tanto, devemos preparar e ressaltar as formas interiormente mais “coerentes” de conduta prática, que podem ser deduzidas de pressupostos fixos e dados.

Acima de tudo, um ensaio assim sobre a sociologia da religião visa, necessariamente, a contribuir para a tipologia e sociologia do racionalismo. Este ensaio, portanto, parte das formas mais racionais que a realidade *pode* assumir; procura ele descobrir até que ponto certas conclusões racionais, que podem ser estabelecidas teoricamente, foram realmente formuladas. E talvez descubramos por que não.

2. *Tipologia do Ascetismo e do Misticismo*

A grande importância da concepção do Deus e Criador supramundano para a ética religiosa já foi comentada.¹ Tal concepção foi especialmente importante para a direção ativa e ascética da busca de salvação. Não teve a mesma importância para a busca contemplativa e mística, que tem afinidade interna com a despersonalização e imanência do poder divino. Essa ligação íntima, que E. Troeltsch repetidamente acentuou, com razão, entre a concepção de um Deus supramundano e o ascetismo ativo, não é absoluta. O Deus supramundano não determinou, como Deus, a direção do ascetismo ocidental, como

1 Cf. Capítulo XI: “A Psicologia Social das Religiões Mundiais”.

iremos ver pelas observações que se seguem. A Trindade cristã, com seu Salvador encarnado e os santos, representava uma concepção de Deus que era fundamentalmente menos supramundano do que o Deus dos judeus, especialmente do judaísmo recente, ou o Alá do islamismo.

Os judeus desenvolveram o misticismo, mas quase nenhum ascetismo do tipo ocidental. E o islamismo antigo repudiava diretamente o ascetismo. A peculiaridade da religiosidade do dervixe vinha de fontes bem diferentes que a relação com um Deus e Criador supramundano. Nascia das fontes místicas, extáticas, e em sua essência íntima estava distante do ascetismo ocidental. Embora importante, a concepção de um Deus supramundano, apesar de sua afinidade com a profecia emissária e o ascetismo ativo, evidentemente não agia sozinha, mas sempre em conjunto com outras circunstâncias. A natureza das promessas religiosas e os caminhos da salvação que determinaram destacam-se entre essas circunstâncias. A questão terá de ser analisada nos casos particulares.

Tivemos de usar repetidamente as palavras “ascetismo” e “misticismo” como conceitos polares. Para elucidar a terminologia, vamos distinguir melhor essas expressões.

Em nossos comentários introdutórios¹ contrastamos, como renúncias do mundo, o ascetismo ativo, que é uma *ação*, desejada por Deus, do devoto que é instrumento de Deus e, por outro lado, a *possessão* contemplativa do sagrado, como existe no misticismo, que visa a um estado de “possessão”, não ação, no qual o indivíduo não é um instrumento, mas um “recipiente” do divino. A ação no mundo é vista, assim, como um perigo para o estado irracional e outros estados religiosos voltados para o outro mundo. O ascetismo ativo opera dentro do mundo; o ascetismo racionalmente ativo, ao dominar o mundo, busca domesticar o que é da criatura e maligno através do trabalho numa vocação “mundana” (ascetismo do mundo). Tal ascetismo contrasta radicalmente com o misticismo, se este se inclina para a fuga do mundo (fuga contemplativa do mundo).

O contraste diminui, porém, se o ascetismo ativo limitar-se a controlar e superar a malignidade da criatura na própria natureza do agente. Nesse caso, ele fortalecerá a concentração sobre as realizações ativas e redentoras, firmemente estabelecidas e desejadas por Deus, a ponto de evitar qualquer ação nas ordens do mundo (fuga ascética do mundo). Com isso, o ascetismo ativo, em sua aparência externa, aproxima-se da fuga contemplativa do mundo.

O contraste entre o ascetismo e o misticismo também é reduzido se o místico contemplativo não chega à conclusão de que deve fugir ao mundo, mas como o ascético voltado para o mundo, permanece nas ordens do mundo (misticismo voltado para o mundo).

1 Cf. nota 59, pág. anterior.

Em ambos os casos, o contraste pode desaparecer realmente na prática, e pode ocorrer uma certa combinação de ambas as formas de busca de salvação. O contraste pode, porém, continuar até sob o disfarce de uma aparente semelhança externa. Para o verdadeiro místico, continua sendo válido o princípio: a criatura deve estar calada, de modo que Deus possa falar. Ela “está” no mundo e se “acomoda” externamente às suas ordens, mas apenas para adquirir a certeza do seu estado de graça em oposição ao mundo, resistindo à tentação de levar a sério os seus processos. Como podemos ver com Lao-tsé, a atitude típica do místico é de humildade específica, uma minimização da ação, uma espécie de existência religiosa incógnita no mundo. Ele se coloca à prova *contra* o mundo, contra sua ação no mundo. O ascetismo deste mundo, pelo contrário, prova-se *através* da ação. Para o asceta deste mundo, a conduta do místico é um gozo indolente do eu; para o místico, a conduta do asceta (voltado para o mundo) é uma participação nos processos do mundo, combinada com uma hipocrisia complacente. Com esse “fanatismo abençoado”, habitualmente atribuído ao puritano típico, o ascetismo deste mundo executa as resoluções positivas e divinas cujo sentido final continua oculto. O ascetismo executa tais resoluções como dadas nas ordens racionais da criatura, ordenadas por Deus. Para o místico, pelo contrário, o que importa para a sua salvação é apenas a compreensão do significado último e completamente irracional, através da experiência mística. As formas pelas quais ambos os modos de conduta fogem do mundo podem ser distinguidas através de confrontos semelhantes. Mas reservamos a sua discussão para uma apresentação monográfica.

3. *Direções da Renúncia ao Mundo*

Vamos, agora, examinar em detalhe as tensões existentes entre a religião e o mundo. Partiremos das reflexões da introdução, dando-lhe, porém, um enfoque um pouco diferente.

Dissemos que esses modos de comportamento, uma vez evoluídos para um modo de vida metódico, formavam o núcleo do ascetismo, bem como do misticismo, e que surgiram originalmente de pressupostos mágicos. As práticas mágicas foram feitas para despertar qualidades carismáticas ou para impedir sortilégios malignos. O primeiro caso foi, é claro, mais importante para os fatos históricos. Mesmo no umbral de seu aparecimento, o ascetismo já revelava a sua face de Jano: de um lado, a renúncia ao mundo, e, do outro, o domínio do mundo em virtude de poderes mágicos obtidos pela renúncia.

O mágico foi o precursor histórico do profeta, do profeta e salvador tanto exemplares como emissários. Em geral, o profeta e salvador legitimaram-se através da posse de um carisma mágico. Para eles, porém,

isto foi apenas um meio de garantir o reconhecimento e conseguir adeptos para a significação exemplar, a missão, da qualidade de salvador de suas personalidades. A substância da profecia do mandamento do salvador é dirigir o modo de vida para a busca de um valor sagrado. Assim compreendida, a profecia ou mandamento significa, pelo menos relativamente, a sistematização e racionalização do modo de vida, seja em pontos particulares ou no todo. Esta última significação tem ocorrido geralmente com todas as verdadeiras “religiões da salvação”, ou seja, com todas as religiões que prometem aos seus fiéis a libertação do sofrimento. Isso é ainda mais provável quanto mais sublimada, mais interior e mais baseada em princípio é a essência do sofrimento, pois então é importante colocar o seguidor num estado permanente que o proteja intimamente contra o sofrimento. Formulado abstratamente, o objetivo racional da religião redentora tem sido assegurar ao que é salvo um estado sagrado, e com isso o hábito que garante a salvação. Isto toma o lugar de um estado agudo e extraordinário, e com isso sagrado, alcançado transitoriamente por meio de orgias, ascetismo ou contemplação.

Ora, se uma comunidade religiosa surge na onda de uma profecia ou da propaganda de um salvador, o controle da conduta regular cabe, primeiro, aos sucessores qualificados carismaticamente, aos alunos, discípulos do profeta ou do salvador. Mais tarde, sob certas condições que se repetem regularmente, que não focalizaremos aqui, essa tarefa caberá a uma hierocracia sacerdotal, hereditária ou oficial. Não obstante, como regra, o profeta ou salvador colocou-se, pessoalmente, em oposição aos poderes hierocráticos tradicionais dos mágicos ou dos sacerdotes. Colocou seu carisma pessoal contra a dignidade deles, consagrada pela tradição a fim de romper seu poder ou colocá-los a seu serviço.

Na discussão acima mencionada, tomamos como certo e pressuposto que uma grande fração, especialmente importante para o desenvolvimento histórico, de todos os casos de religiões proféticas e redentoras viveu não só num estado agudo como permanente de tensão em relação com o mundo e suas ordens. Desnecessário mencionar este aspecto, de acordo com a terminologia usada aqui. Quanto mais as religiões tiverem sido verdadeiras religiões da salvação, tanto maior foi a sua tensão. Isso se segue do significado da salvação e da substância dos ensinamentos proféticos, tão logo eles evoluem para uma ética. A tensão também foi maior quanto mais racional foi em princípio a ética e quanto mais ela se tenha orientado para valores sagrados *interiores* como meios de salvação. Em linguagem comum, isto significa que a tensão tem sido maior quanto mais a religião se tenha sublimado do ritualismo, no sentido do “absolutismo religioso”. Na verdade, quanto mais avançou a racionalização e sublimação da posse exterior e interior das “coisas mundanas” — no sentido mais amplo —, tanto mais forte

tornou-se a tensão, por parte da religião, pois a racionalização e sublimação consciente das relações do homem com as várias esferas de valores, exteriores e interiores, bem como religiosas e seculares, pressionaram no sentido de tornar consciente a *autonomia interior e lícita* das esferas individuais, permitindo, com isso, que elas se inclinem para as tensões que permanecem ocultas na relação, originalmente ingênua, com o mundo exterior. Isso resulta, de modo geral, da evolução dos valores do mundo interior e do mundo exterior no sentido do esforço consciente, e da sublimação pelo *conhecimento*. Esta conseqüência é muito importante para a história da religião. A fim de elucidar os fenômenos típicos que se repetem em relação às éticas religiosas, muito variadas, examinaremos uma série desses valores.

Sempre que as profecias de salvação criaram comunidades religiosas, a primeira força com a qual entraram em conflito foi o clã natural, que temeu a sua desvalorização pela profecia. Os que não podem ser hostis aos membros da casa, ao pai e à mãe, não podem ser discípulos de Jesus. “Não vim trazer a paz, mas a espada” (*Mt 10, 34*), foi dito quanto a isto, e, devemos observar, exclusivamente em relação a isto. A maioria preponderante de todas as religiões regulamentou, é claro, os laços de piedade do mundo interior. Não obstante, quanto mais amplas e interiorizadas foram as metas da salvação, tanto mais ela aceitou sem críticas a suposição de que o fiel deve, em última análise, aproximar-se mais do salvador, do profeta, do sacerdote, do padre confessor, do irmão em fé, do que dos parentes naturais e da comunidade matrimonial.

A profecia criou uma nova comunidade social, particularmente quando ela se tornou uma religião soteriológica de congregações. Com isso, as relações do clã e do matrimônio foram, pelo menos relativamente, desvalorizadas. Os laços mágicos e a exclusividade do clã foram atingidos, e dentro da nova comunidade a religião profética desenvolveu uma ética religiosa de *caritas*, o amor ao sofredor *per se*, pelo próximo, pelo homem; são os princípios originais da conduta social e ética, que a “associação dos vizinhos” havia criado, fosse a comunidade de aldeões, membros do clã, da guilda, ou de associados nas empresas marítimas, caça e expedições de guerra. Essas comunidades conheceram dois princípios elementais: primeiro, o dualismo, da moral do nosso-grupo e do grupo exterior; segundo, para a moral do nosso-grupo, simples reciprocidade: “O que me fizeres, eu te farei”. Desses princípios resultou o seguinte para a vida econômica: para a moral do nosso-grupo, a obrigação, fundamentada em princípios, é prestar ajuda fraternal em caso de dificuldade. Os ricos e nobres eram obrigados a emprestar, sem nada cobrar, bens para o uso dos não-proprietários, conceder crédito sem juro e proporcionar hospitalidade e ajuda liberal. Os homens eram obrigados a prestar serviços a pedido de seus vizinhos e, igualmente,

na propriedade do senhor, sem outra remuneração que não o mero sustento. Tudo isso seguia o princípio: tua necessidade de hoje pode ser a minha necessidade de amanhã. Esse princípio não foi, decerto, pesado racionalmente, mas desempenhou seu papel no sentimento. Assim, regatear nas situações de comércio e empréstimo, bem como a escravização permanente resultante, por exemplo, de dívidas, eram coisas limitadas à moral do grupo exterior e aplicadas exclusivamente aos estranhos.

A religiosidade da congregação transferiu essa antiga ética econômica da vizinhança para as relações entre os irmãos de fé. O que fora anteriormente a obrigação do nobre e do rico se tornou o imperativo fundamental de todas as religiões eticamente racionalizadas do mundo: ajudar as viúvas e órfãos em dificuldades, cuidar dos doentes e irmãos de fé empobrecidos, e dar esmolas. Estas eram exigidas especialmente dos ricos, pois os menestréis sagrados e os mágicos, bem como os ascetas, eram economicamente dependentes dos ricos.

O princípio que constituía as relações comunais entre as profecias de salvação era o sofrimento comum a todos os crentes. E isso ocorria quer o sofrimento existisse realmente, quer fosse uma ameaça constante; quer fosse exterior, quer interior. Quanto mais imperativos surgiam da ética de reciprocidade entre os vizinhos, mais racional se tornava a concepção da salvação, e mais era sublimada numa ética de finalidades absolutas. Externamente, tais mandamentos chegaram ao comunismo de uma fraternidade afetuosa; internamente, chegaram à atitude de *caritas*, o amor ao sofredor *per se*, pelo próximo, pelo homem e finalmente pelo inimigo. A barreira ao laço da fé e a existência de ódio ante um mundo considerado o centro do sofrimento imerecido parecem ter resultado das mesmas imperfeições da realidade empírica que causaram originalmente o sofrimento. Acima de tudo, a euforia peculiar de todos os tipos de êxtase religioso sublimado operou psicologicamente na mesma direção geral. Os êxtases, destinados a “comover” e edificar o sentimento de comunhão direta com Deus, inclinaram sempre o homem no sentido de fluir para um acosmismo do amor sem objeto. Nas religiões de salvação, a bênção profunda e tranqüila de todos os heróis da benevolência acósmica sempre se fundiu com a compreensão caridosa das imperfeições naturais de todos os atos humanos, inclusive os nossos. O tom psicológico bem como a interpretação ética dessa atitude interior podem variar muito. Mas sua exigência ética tendeu sempre na direção de uma fraternidade universalista que ultrapassa todas as barreiras das associações comunais, incluindo frequentemente as de nossa própria fé.

A religião da fraternidade sempre se chocou com as ordens e valores deste mundo, e quanto mais coerentemente suas exigências foram levadas à prática, tanto mais agudo foi o choque. A divisão tornou-se habitualmente mais ampla na medida em que os valores do

mundo foram racionalizados e sublimados em termos de suas próprias leis. E é isso que importa, aqui.

4. A Esfera Econômica

A tensão entre a religião fraternal e o mundo foi mais evidente na esfera econômica.

Todas as formas mágicas ou mistagógicas primevas de influenciar os espíritos e divindades tiveram interesses especiais. Lutaram pela riqueza, bem como pela vida, saúde, honra, descendência e, possivelmente, melhoria do destino no outro mundo. Os mistérios eleusinos prometiam tudo isso, tal como as religiões fenícias e védicas, a religião popular chinesa, o judaísmo antigo e o islamismo antigo; e tal promessa foi ofertada ao leigo hindu e budista. As religiões sublimadas da salvação, porém, tiveram relações cada vez mais tensas com as economias racionalizadas.

Uma economia racional é uma organização funcional orientada para os preços monetários que se originam nas lutas de interesses dos homens no *mercado*. O cálculo não é possível sem a estimativa em preços em dinheiro e, daí, sem lutas no mercado. O dinheiro é o elemento mais abstrato e “impessoal” que existe na vida humana. Quanto mais o mundo da economia capitalista moderna segue suas próprias leis imanentes, tanto menos acessível é a qualquer relação imaginável com uma ética religiosa de fraternidade. Quanto mais racional, e portanto impessoal, se torna o capitalismo, tanto mais ocorre isso. No passado, foi possível regulamentar eticamente as relações pessoais entre senhor e escravo precisamente porque elas eram relações pessoais. Mas não é possível regulamentar — pelo menos, não no mesmo sentido, ou com o mesmo êxito — as relações entre os variáveis detentores de hipotecas e os variáveis devedores dos bancos que concedem tais hipotecas: pois neste caso não há relações pessoais de qualquer tipo. Se, não obstante, tentássemos isso, os resultados seriam os mesmos que conhecemos na China, ou seja, o sufocamento da racionalidade formal. Pois, na China, a racionalidade formal e a substantiva estavam em conflito.

Como já vimos, as religiões da salvação tiveram uma tendência a despersonalizar e objetivar o amor, no sentido singular do acosmismo. Não obstante, essas mesmas religiões observaram, com profunda desconfiança, o desdobramento das forças econômicas que, num sentido diferente, também foram impessoais, e por isso se opuseram especificamente à fraternidade.

O Deo placere non potest católico sempre foi a atitude característica das religiões de salvação para com a economia de lucro; com todos os métodos racionais de salvação as advertências contra o apego ao dinheiro e aos bens levaram-nos ao auge do tabu. A dependência em que as próprias comunidades religiosas, e sua propaganda e manutenção, estavam dos meios econômicos, e sua acomodação às neces-

sidades culturais e aos interesses cotidianos das massas, forçaram-nas a concessões das quais a história da interdição de interesses é apenas um exemplo. Não obstante, em última análise nenhuma religião de salvação autêntica superou a tensão entre sua religiosidade e uma economia racional.

Exteriormente a ética dos virtuosos religiosos afetou essa relação tensa de modo mais radical: rejeitou a posse dos bens econômicos. O monge asceta renunciou ao mundo negando-se a propriedade individual; sua existência baseou-se totalmente em seu próprio trabalho. Acima de tudo, suas necessidades foram correspondentemente limitadas ao que era absolutamente indispensável. O paradoxo de todo o ascetismo racional, que de forma idêntica fez tropeçar os monges de todas as épocas, está em que o próprio ascetismo racional criou a riqueza mesma que rejeitava. Templos e mosteiros, em toda parte, tornaram-se os próprios centros de economias racionais.

A reclusão contemplativa, como princípio, pôde apenas estabelecer a norma de que os monges sem propriedades deveriam gozar apenas o que a natureza e os homens lhes oferecessem voluntariamente: frutas, raízes e esmolas espontâneas. O trabalho era algo que distraía o monge da concentração sobre os valores da salvação que ele desejava. Não obstante, até mesmo a reclusão contemplativa fez suas concessões, estabelecendo distritos para a mendicância, como na Índia.

Houve apenas dois caminhos coerentes para fugir às tensões entre a religião e o mundo econômico de um modo *interior*, baseado num princípio: primeiro, o paradoxo da ética puritana da “vocaçào”. Como uma religião de virtuosos, o puritanismo renunciou ao universalismo do amor, e rotinizou racionalmente todo o trabalho neste mundo, como sendo um serviço à vontade de Deus e uma comprovação do estado de graça. A vontade de Deus, em seu sentido último, era incompreensível, e não obstante era a única vontade positiva que podia ser conhecida. Sob este aspecto, o puritanismo aceitou a rotinação do cosmo econômico, que, como a totalidade do mundo, desvalorizou como coisa da criatura e imperfeita. Esse estado de coisas parecia ordenado por Deus, e como material e dado para o cumprimento do dever de cada qual. Em última análise, isto significava em princípio a renúncia à salvação como meta alcançável pelo homem, ou seja, por todos. Significava a renúncia à salvação em favor da graça sem base e apenas particularizada sempre. Na verdade, esse ponto de vista da não-fraternidade já não era uma autêntica “religião da salvação”, a qual pode exagerar a fraternidade até o auge do acosmismo do amor do místico.

O misticismo é outro caminho coerente pelo qual a tensão entre a economia e a religião pôde escapar. Essa forma é representada de modo bastante puro na “benevolência” do místico, que não indaga do homem para quem, e a quem, ele sacrifica. Em última análise, o misticismo não se interessa pela sua pessoa. De uma vez por todas, o

místico benevolente dá a sua camisa quando qualquer pessoa que lhe cruza acidentalmente o caminho lhe pede o paletó — e simplesmente porque lhe cruza o caminho. O misticismo é uma fuga singular deste mundo, na forma de uma dedicação sem objeto a todos, não pelo homem, mas pela devoção simplesmente, ou, nas palavras de Baudelaire, pela “prostituição sagrada da alma”.

5. A Esfera Política

As religiões que sustentaram uma ética da salvação fraternalmente coerente sofreram uma tensão igualmente aguda em relação às ordens *políticas* do mundo. Este problema não existiu para a religiosidade mágica ou para a religião das divindades funcionais. O antigo deus da guerra bem como o deus que garantia a ordem legal eram divindades funcionais que protegiam os valores indubitáveis da rotina cotidiana. Os deuses da localidade, tribo e Estado interessavam-se apenas pelas suas respectivas associações. Tinham de lutar contra outros deuses como eles mesmos, tal como suas comunidades lutavam, e tinham de provar seus poderes divinos nessa luta mesma.

O problema só surgiu quando essas barreiras de localidade, tribo e Estado foram esmagadas pelas religiões universalistas, por uma religião com um Deus unificado de todo o mundo. E o problema só surgiu com todo o vigor quando esse Deus era um Deus de “amor”. O problema das tensões com a ordem política surgiu para as religiões redentoras com a exigência básica da fraternidade. E na política, como na economia, quanto mais racional se tornava a ordem política, tanto mais agudos os problemas dessas tensões se tornava.

O aparato burocrático estatal e o *homo politicus* racional integrado no Estado administram as questões, inclusive a punição do mal, quando realizam transações no sentido mais ideal, segundo as regras racionais da ordem estatal. Nisso, o homem político age exatamente como o homem econômico, de uma forma objetiva, “sem preocupação da pessoa”, *sine ira et studio*, sem ódio, e portanto sem amor. Em virtude de sua despessoalização, o Estado burocrático, sob aspectos importantes, é menos acessível à moralização substantiva do que as ordens patriarcais do passado, por mais que as aparências possam indicar o contrário. As ordens patriarcais do passado baseavam-se nas obrigações pessoais da piedade, e os governantes patriarcais consideravam o mérito do caso concreto à parte, precisamente em “relação à pessoa”. Em última análise, apesar de todas as “políticas de bem-estar social”, todo o curso das funções políticas internas do Estado, da Justiça e administração é regulado repetida e inevitavelmente pelo pragmatismo das “razões de Estado”. O fim absoluto do Estado é salvaguardar (ou modificar) a distribuição externa e interna de poder; em última análise, essa finalidade deve parecer insensata a qualquer religião universalista de salvação. Tal fato foi, e continua sendo, válido, e, ainda

mais, para a política externa. É absolutamente essencial para qualquer associação política recorrer à violência bruta dos meios coercitivos em face de inimigos externos, bem como aos inimigos internos. Somente esse recurso mesmo à violência é que constitui uma associação política em nossa terminologia. O Estado é uma associação que pretende o monopólio do *uso legítimo da violência*, e não pode ser definido de outra forma.

O Sermão da Montanha diz: “Não resistas ao mal”. Em oposição, o Estado declara: “Deves ajudar o direito a triunfar pelo uso da *força*, pois se assim não for também serás responsável pela injustiça”. Quando tal fator está ausente, o “Estado” também está ausente; o “anarquismo” do pacifista terá nascido então. Segundo esse pragmatismo inevitável de toda a ação, porém, a força e a ameaça de força alimentam necessariamente mais força. As “razões de Estado” seguem, assim, suas próprias leis externas e internas. O êxito mesmo da força, ou da ameaça de força, depende em última análise das relações de poder e não do “direito” ético, mesmo que julgássemos possível descobrir critérios objetivos para esse “direito”.

Em contraste com o heroísmo primitivo, ingênuo, é típico dos sistemas estatais racionais que o grupo ou governantes se preparem para o conflito violento acreditando, todos, estarem sinceramente “certos”. Para qualquer racionalização religiosa coerente, isto parecerá apenas um arremedo da ética. Além disso, colocar o nome do Senhor nesse violento conflito político deve ser considerado um uso vão de Seu nome. Diante de tudo isso, o caminho mais limpo, e o único honesto, parece ser a eliminação completa da ética no raciocínio político. Quanto mais objetiva e calculista é a política, e quanto mais livre de emoções apaixonadas, de ira e de amor, tanto mais parecerá a uma ética de fraternidade estar ela distante da fraternidade.

A indiferença mútua entre religião e política, quando são ambas completamente racionalizadas, é ainda mais intensa porque, em contraste com a economia, a política pode entrar em concorrência direta com a ética religiosa, em pontos decisivos. Como ameaça de violência consumada entre os Estados modernos, a guerra cria um *pathos* e um sentimento de comunidade. A guerra promove, portanto, uma comunhão incondicionalmente dedicada e pronta ao sacrifício, entre os combatentes, e libera uma compaixão de massa ativa e um amor pelos que estão sofrendo necessidades. E, como fenômeno de massa, esses sentimentos derrubam todas as barreiras naturais à associação. Em geral, a religião só pode mostrar realizações comparáveis nas comunidades heróicas que professam uma ética da fraternidade.

Além disso, a guerra traz ao guerreiro algo que, em seu significado concreto, é excepcional: faz que ele experimente um significado consagrado da morte, característico apenas da morte na guerra. A comunidade do exército no campo de batalha sente-se hoje — como nas épocas dos “seguidores” dos senhores da guerra — como uma comunidade até

a morte e a maior do gênero. A morte no campo de batalha difere da morte comum a todos. Como se trata de um destino a que todos estão sujeitos, ninguém pode jamais dizer por que ela chega precisamente a ele, e por que chega precisamente naquele momento. À medida que se desdobram os valores da cultura e são sublimados a alturas imensuráveis, essa morte ordinária marca um fim, quando apenas um início poderia fazer sentido. A morte no campo de batalha difere dessa morte simplesmente inevitável pelo fato de que na guerra, e *somente* na guerra, o indivíduo pode *acreditar* que sabe estar morrendo “por” alguma coisa. O porquê e o para quê enfrenta ele a morte podem, em geral, ser-lhe tão indubitáveis que o problema do “significado” da morte nem mesmo lhe ocorre. Pelo menos, pode não haver pressupostos de aparecimento do problema em sua significação universal, que é a forma pela qual as religiões da salvação são levadas a se preocupar com o sentido da morte. Somente os que perecem “na sua vocação” estão na mesma situação do soldado que enfrenta a morte no campo de batalha.

Essa localização da morte dentro de uma série de acontecimentos significativos e consagrados está em última análise, na base de todos os esforços para apoiar a dignidade autônoma da estrutura política que se baseia na força. Não obstante, a forma pela qual a morte pode ser concebida como significativa nesses esforços aponta em direções que diferem radicalmente das direções em que a teodicéia da morte, numa religião de fraternidade, pode apontar. A fraternidade de um grupo de homens unidos na guerra deve parecer pouco valiosa para essas religiões fraternais, sendo vista apenas como um reflexo da brutalidade tecnicamente requintada da luta. E a consagração interior da morte na guerra deve parecer uma glorificação do fratricídio. A própria qualidade extraordinária da fraternidade da guerra, e da morte na guerra, partilha do carisma sagrado e da experiência da comunhão com Deus, e esse fato leva a competição entre a fraternidade da religião e a da comunidade guerreira ao auge. Como na economia, as duas únicas soluções coerentes para essa tensão são as do puritanismo e do misticismo.

O puritanismo, com seu particularismo da graça e seu ascetismo vocacional, acredita nos mandamentos fixos e revelados de um Deus que, sob outros aspectos, é incompreensível. Interpreta a vontade de Deus como significando que esses mandamentos devem ser impostos ao mundo das criaturas pelos meios deste mundo, ou seja, a violência — pois o mundo está sujeito à violência e ao barbarismo ético. E isto significa, pelo menos, barreiras que resistem à obrigação de fraternidade no interesse da “causa” de Deus.

Por outro lado, há a solução da atitude antipolítica radical do místico, sua busca de redenção com sua benevolência e fraternidade acósmica. Com seu “não resistir ao mal” e com sua máxima “voltar a outra face”, o misticismo é necessariamente carente de dignidade aos

olhos da ética mundana do heroísmo. Alheia-se do estigma da violência de que nenhuma ação política pode fugir.

Todas as outras soluções às tensões da política e religião estão cheias de concessões ou de pressupostos que devem parecer necessariamente desonestos ou inaceitáveis à ética da fraternidade autêntica. Algumas dessas soluções são, não obstante, interessantes em princípio e como tipos.

Toda organização da salvação por uma *instituição* compulsória e universalista da graça sente-se responsável, perante Deus, pelas almas de todos, ou pelo menos de todos os homens a ela confiados. Essa instituição se sentirá, portanto, com direito a opor-se, e com o dever de opor-se, com a força impiedosa a qualquer perigo oriundo de uma má orientação da fé. Sente-se obrigada a promover a difusão de seus meios de graça salvadores.

Quando as aristocracias salvadoras estão incumbidas, por ordem de seu Deus, de domar o mundo do pecado, para a Sua glória, dão origem ao "cruzado". Foi o que ocorreu no calvinismo e, em forma diferente, no islamismo. Ao mesmo tempo, porém, as aristocracias salvadoras distinguem as guerras "santas" ou "justas" de outras, puramente seculares, e portanto profundamente indignas. A guerra justa é travada para a execução dos mandamentos de Deus, ou pela defesa da fé, o que de certa forma significa sempre uma guerra religiosa. Portanto, as aristocracias salvadoras rejeitam a compulsão de participarem das guerras das autoridades políticas que não se classificam claramente como guerras santas, correspondentes à vontade de Deus, ou seja, guerras não-afirmadas pela própria consciência do crente. O exército vitorioso dos Santos de Cromwell agiu dessa forma quando tomou posição contra o serviço militar obrigatório. As aristocracias da salvação preferem exércitos mercenários ao serviço militar compulsório. Caso os homens violem a vontade de Deus, especialmente em nome da fé, os fiéis chegam a conclusões favoráveis a uma revolução religiosa ativa, em virtude da sentença de que se deve obedecer antes a Deus do que ao homem.

O luteranismo religioso, por exemplo, tomou a posição contrária. Rejeitou a cruzada e o direito à resistência ativa contra qualquer coação secular em assuntos de fé; considerou essa coação uma arbitrariedade, que emaranha a salvação no pragmatismo da violência. Nesse campo, o luteranismo só conhece a resistência passiva. Aceitou, porém, a obediência à autoridade secular como irrecusável, mesmo quando essa autoridade tenha dado ordem de guerra, porque a responsabilidade da guerra cabe a ela, e não ao indivíduo, e porque sua autonomia ética, em contraste com a instituição universalista (católica) da graça, era reconhecida. A inserção da religiosidade mística peculiar ao cristianismo pessoal de Lutero parou pouco antes de tirar as conclusões totais do assunto.

A busca carismática e verdadeiramente mística da salvação, por parte dos virtuosos religiosos, foi, naturalmente, em toda parte apolítica ou antipolítica, pela sua própria essência. As buscas de salvação reconheceram facilmente a autonomia da ordem temporal, mas o fizeram apenas para deduzir, coerentemente, o seu caráter diabólico, ou pelo menos para tomar o ponto de vista da indiferença absoluta em face do mundo que foi expresso na frase: "Dai a César o que é de César" (pois que relevância têm essas coisas para a salvação?).

As variadas posições empíricas que as religiões históricas têm tomado diante da ação política foram determinadas pela mistura das organizações religiosas com os interesses do poder e as lutas pelo poder, pelo colapso sempre inevitável até mesmo dos mais altos estados de tensão com o mundo, em favor de concessões e relatividades, pela utilidade e uso das organizações religiosas para a domesticação política das massas e, especialmente, pela necessidade que as pretensas potências têm da consagração religiosa de sua legitimidade. Como podemos ver pela história, quase todas as plataformas de organizações religiosas foram religiosamente relativas, no que se refere aos valores sagrados, à racionalidade ética e à autonomia lícita. Na prática, o tipo mais importante dessas formas relativas foram as éticas sociais "orgânicas". Esse tipo difundiu-se em muitas formas e sua concepção da obra vocacional foi, em princípio, o contraste mais importante com a idéia de "vocação", como se encontra no ascetismo interior.

A ética social orgânica, quando subestruturada religiosamente, enquadra-se na "fraternidade", mas, em contraste com o amor místico e acósmico, é dominada por uma exigência racional de fraternidade. Seu ponto de partida é a experiência da desigualdade do carisma religioso. O simples fato de que o sagrado só deve ser acessível a alguns, e não a todos, é intolerável à ética orgânica social. Procura, portanto, sintetizar essa desigualdade pelas qualificações carismáticas com a estratificação secular por estamento, num cosmo de serviços por ordenação de Deus, de função especializada. Certas tarefas são atribuídas a todo indivíduo e grupo segundo seu carisma pessoal e posição social e econômica, determinadas pelo destino. Em geral, essas tarefas estão a serviço da realização de uma condição que, apesar de sua natureza de concessão, é agradável a Deus. Essa condição é interpretada como sendo, ao mesmo tempo, utilitária, social e providencial. Ante a malignidade do mundo, ela facilita pelo menos uma sujeição relativa do pecado e do sofrimento: a preservação e salvação do maior número possível de almas para o reino de Deus é, com isso, facilitada. Veremos, mais adiante, uma teodicéia de um *pathos* muito maior, que a doutrina indiana do Carma transmitiu à doutrina orgânica da sociedade, do ponto de vista do pragmatismo redentor orientado exclusivamente para os interesses do indivíduo. Sem esse elo muito especial toda ética social orgânica representa, inevitavelmente, uma acomodação aos interesses

da camada privilegiada deste mundo. Pelo menos, é essa a opinião da ética radical e mística da fraternidade religiosa. Do ponto de vista do ascetismo interior, à ética orgânica falta um impulso interior para uma racionalização ética e completa da vida individual. Nessas questões, não há prêmios para a padronização racional e metódica da vida pessoal no interesse da própria salvação individual.

O pragmatismo orgânico da salvação deve considerar a aristocracia redentora do ascetismo interior-mundano, com sua despersonalização racional das ordens da vida, como a forma mais difícil de amor e falta de fraternidade. Deve considerar o pragmatismo redentor do misticismo como uma indulgência sublimada e, na verdade, não-fraternal, do próprio carisma do místico. O acosmismo não-metódico e não-planificado do amor é visto como um simples meio egoísta na busca da própria salvação do místico. Tanto o ascetismo como o misticismo interior-mundano condenam, em última análise, o mundo social à absoluta falta de sentido, ou pelo menos sustentam que os objetivos de Deus, em relação ao mundo social, são totalmente incompreensíveis. O racionalismo das doutrinas religiosas e orgânicas da sociedade não pode resistir a tal idéia, pois busca compreender o mundo como um cosmo relativamente racional, apesar de toda a sua malignidade; o mundo é considerado o portador de, pelo menos, traços do plano divino de salvação. Para o carisma absoluto da religiosidade virtuosa, esta relativização é, na realidade, discutível e estranha ao sagrado.

Como as ações políticas, econômicas e racionais seguem leis próprias, também qualquer outra ação racional dentro do mundo continua inevitavelmente ligada às condições mundanas, distantes da fraternidade e que devem servir como meios ou fins para a ação racional. Daí toda ação racional colocar-se, de alguma forma, em tensão profunda, pois parece não haver meio de decidir nem mesmo a primeira questão: onde, no caso individual, pode o valor ético de um ato ser determinado? Em termos de êxito ou em termos de algum valor intrínseco do ato *per se*? A questão é se, e até que ponto, a responsabilidade do agente pelos resultados santifica os meios, ou se o valor da sua intenção justifica a sua rejeição da responsabilidade do resultado, seja para transferi-lo para Deus, ou para a maldade e idiotice do mundo permitidas por Deus. A sublimação absolutista da ética religiosa fará que os homens se inclinem pela segunda alternativa: "O cristão age bem e deixa o êxito para Deus". Nisso, porém, a conduta do próprio agente, quando realmente coerente, e não a autonomia lícita do mundo, é condenada como irracional em seus efeitos.¹ Em face disso, uma busca da salvação, sublimada e completa, pode levar a um crescente acosmismo, a ponto de rejeitar a ação racional-objetiva *per se*, e, daí, toda ação em termos

1 Teoricamente, isso é realizado com maior coerência no *Bhagavad-Gita*, como iremos ver.

de relações de meios-fins, pois considera-as ligadas às coisas mundanas e, por isso, estranhas a Deus. Iremos ver como isso ocorreu com uma coerência variada, desde a parábola bíblica dos lírios do campo até a formulação do budismo, por exemplo, que se baseia mais em princípios.

A ética orgânica da sociedade é, em toda parte, um poder eminentemente conservador e hostil à revolução. Dentro de certas condições, porém, conseqüências revolucionárias podem seguir-se de uma religiosidade virtuosa autêntica. Naturalmente, isto só ocorre quando o pragmatismo da força, exigindo mais força e levando simplesmente a modificações no pessoal, ou na melhor das hipóteses a modificações nos métodos de governo pela força, não é aceito como uma qualidade permanente do mundo das criaturas. Segundo a coloração da religião do virtuoso, sua situação revolucionária pode em princípio assumir duas formas. Uma delas nasce do ascetismo interior-mundano, sempre que seja ele capaz de opor um “direito natural” absoluto e divino às ordens criaturais, malignas e empíricas do mundo. Torna-se, então, um dever religioso compreender esse direito natural, segundo a sentença de que se deve obedecer a Deus, e não aos homens, que de certa forma se aplica a todas as religiões racionais. As revoluções puritanas autênticas, cujas contrapartidas podem ser encontradas em outras partes, são típicas. Essa atitude corresponde de modo absoluto à obrigação de empreender cruzadas.

A questão é diferente com o místico. A passagem psicológica da posse de Deus para a posse por Deus é sempre possível e com o místico é consumada. Isso é significativo e possível quando as expectativas escatológicas de um início imediato e do milênio de fraternidade flamejam, e, daí, quando desaparece a crença de que existe uma tensão duradoura entre o mundo e o reino metafísico irracional da salvação. O místico transforma-se então num salvador e profeta. Os mandamentos, porém, que ele enuncia não têm caráter racional. Como produtos do seu carisma, são revelações concretas e a rejeição radical do mundo transforma-se, facilmente, num *anomismo* radical. Os mandamentos do mundo não são válidos para o homem que tem certeza na sua obsessão com Deus: *pánta moi héxestin*. Todo o quiliasma, até a revolução dos anabatistas, baseou-se um pouco nessa subestrutura. Para quem “possui Deus” e é portanto salvo, a forma de ação não tem significação para a salvação. Veremos que estados semelhantes ocorrem no caso do *djivanmukhti* indiano.

6. A Esfera Estética

A ética religiosa da fraternidade situa-se em tensão dinâmica com qualquer comportamento consciente-racional que siga as suas próprias leis. Em proporções não menores, essa tensão também ocorre entre a ética religiosa e as forças de vida “deste mundo”, cujo caráter

é essencialmente não-racional, ou basicamente anti-racional. Acima de tudo, há tensão entre a ética da fraternidade religiosa e as esferas da vida estética e erótica.

A religiosidade mágica está numa relação muito íntima com a esfera estética. Desde seu início, a religião tem sido uma fonte inesgotável de oportunidades de criação artística, de um lado, e de estilização pela tradicionalização, do outro. Isso se evidencia em vários objetos e processos: ídolos, ícones e outros artefatos religiosos; na padronização das formas comprovadas magicamente, o que constitui um primeiro passo na superação do naturalismo por uma fixação de “estilo”; na música, como meio de êxtase, exorcismo ou mágica apotropaica; em feiticeiros que eram cantores e dançarinos mágicos; em relações de tom comprovadas magicamente e portanto magicamente padronizadas — as primeiras fases preparatórias na evolução dos sistemas tonais; nos passos de dança magicamente provados como uma das fontes de ritmo e como uma técnica de êxtase; nos templos e igrejas, como as maiores de todas as edificações, com sua tarefa arquitetônica estereotipada (e, com isso, formando um estilo) como consequência de finalidades estabelecidas de uma vez por todas, e com formas estruturais que se tornam estereotipadas através da eficiência mágica; em paramentos e implementos de igreja de todos os tipos, que serviram como objetos da arte aplicada. Todos esses processos e objetos foram classificados de acordo com a riqueza das igrejas e templos oriunda do zelo religioso.

Para a ética religiosa da fraternidade, tal como para um rigorismo ético *a priori*,¹ a arte como veículo de efeitos mágicos não só tem pouco valor como é até mesmo suspeita. A sublimação da ética religiosa e a busca da salvação, por um lado, e a evolução da lógica inerente da arte, por outro, tenderam a formar uma relação cada vez mais tensa. Todas as religiões sublimadas da salvação focalizaram apenas o significado, e não a forma, das coisas e atos relevantes para a salvação. As religiões salvadoras desvalorizaram a forma como contingente, como algo da criatura e que a afastava do significado. Por parte da arte, porém, a ingênua relação com a ética religiosa da fraternidade pode permanecer ininterrupta ou pode ser repetidamente restabelecida, enquanto e com a frequência que o interesse consciente do objeto da arte esteja ingenuamente ligado ao conteúdo, e não à forma em si. A relação entre uma ética religiosa e a arte continuará harmoniosa no que diz respeito à arte, e enquanto o artista criador considera seu trabalho resultado seja do carisma ou da “habilidade” (originalmente mágica), seja do jogo espontâneo.

1 "Rigorismo ético *a priori*", como aqui usamos, refere-se a uma fé nos princípios morais baseados na "lei natural", ou em imperativos categóricos deduzidos da razão. A ética dos estoicos, ou o culto da razão durante a Revolução Francesa, ou o Kantismo, são exemplos.

O desenvolvimento do intelectualismo e da racionalização da vida modifica essa situação. Nessas condições, a arte torna-se um cosmo de valores independentes, percebidos de forma cada vez mais consciente, que existem por si mesmos. A arte assume a função de uma salvação neste mundo, não importa como isto possa ser interpretado. Proporciona uma *salvação* das rotinas da vida cotidiana, e especialmente das crescentes pressões do racionalismo teórico e prático.

Com essa pretensão a uma função redentora, a arte começa a competir diretamente com a religião salvadora. Toda ética religiosa racional deve voltar-se contra essa salvação interior-mundana, irracional. Aos olhos da religião, essa salvação é um reino de indulgência irresponsável e um amor secreto. Na realidade, a recusa dos homens modernos em assumir a responsabilidade dos julgamentos morais tende a transformar os julgamentos de intenção moral em julgamentos de gosto ("de mau gosto", em vez de "repreensível"). A inacessibilidade do recurso aos julgamentos estéticos exclui dissensão. Essa passagem da avaliação moral para a ética, na conduta, é uma característica comum das épocas intelectualistas; resulta, em parte, das necessidades subjetivistas e em parte do medo de parecer de mentalidade limitada de um modo tradicionalista e filisteu.

A norma ética e sua "validade universal" criam uma comunidade, pelo menos na medida em que o indivíduo poderia rejeitar o ato de outro por alegações morais e, ainda assim, enfrentá-lo e participar da vida comum. Conhecendo a sua própria fraqueza como criatura, o indivíduo coloca-se sob a norma comum. Em contraste com essa atitude ética, a fuga à necessidade de tomar uma posição fundamentada em razões racionais e éticas recorrendo às avaliações estéticas bem *pode* ser considerada pela religião salvadora uma forma muito mesquinha de falta de fraternidade. Para o artista criador, porém, bem como para a mente esteticamente excitada e receptiva, a norma ética, como tal, pode parecer facilmente uma coação à sua criatividade autêntica e ao mais íntimo de seu eu.

A forma mais irracional do comportamento religioso, a experiência mística, é em sua mais íntima essência não só estranha mas também hostil a toda forma. A forma é infortunada e inexpressível ao místico, porque ele acredita precisamente na experiência de fazer explodir todas as formas, e espera, com isso, ser absorvido pelo Uno, que está além de qualquer tipo de determinação e forma. Para ele, a afinidade psicológica indubitável das experiências profundamente comoventes na arte e religião só pode ser um sintoma da natureza diabólica da arte. Especialmente a música, a mais "interior" de todas as artes, pode surgir em sua mais pura forma de música instrumental como um *Ersatz* da experiência religiosa direta. A lógica interna da música instrumental como um reino que não vive "de dentro" parece à experiência religiosa como uma pretensão enganosa. A posição, bem conhecida, do Concílio

de Trento pode, em parte, ter vindo desse sentimento. A arte torna-se uma “idolatria”, uma força concorrente, e um embelezamento enganoso; e as imagens e a alegoria dos assuntos religiosos surgem como blasfêmia.

Na realidade empírica, histórica, essa afinidade psicológica entre a arte e religião levou a alianças sempre renovadas, bastante significativas para a evolução da arte. A grande maioria das religiões participou, de alguma forma, dessas alianças. Quanto mais desejavam ser religiões universalistas de massa, e assim se voltavam para a propaganda emocional e os apelos de massa, tanto mais sistemáticas eram as suas alianças com a arte. Mas todas as religiões virtuosas autênticas continuaram muito tímidas em face da arte, em consequência da estrutura interior da contradição entre a religião e a arte. Isso ocorre na religiosidade virtuosa em sua manifestação ascética ativa, bem como em sua manifestação mística. Quanto mais a religião ressaltou a supramundandade de seu Deus, ou a ultramundandade da salvação, tanto mais duramente rejeitada foi a arte.

7. A Esfera Erótica

A ética fraternal da religião de salvação está em tensão profunda com a maior força irracional da vida: o amor sexual. Quanto mais sublimada é a sexualidade, quanto mais baseada em princípio, e coerente, é a ética de salvação da fraternidade, tanto mais aguda a tensão entre o sexo e a religião.

Originalmente, a relação entre o sexo e religião foi muito íntima. As relações sexuais faziam, freqüentemente, parte do orgiasticismo mágico ou eram o resultado não-intencional da excitação orgiástica. A base da seita dos *skoptsy* (Castradores) na Rússia evoluiu de uma tentativa de eliminar o resultado sexual da dança orgiástica (*radjeny*) do *Chlyst*, considerada pecaminosa. A prostituição sagrada nada tinha que ver com uma suposta “promiscuidade primitiva”; foi, habitualmente, a sobrevivência do orgiasticismo mágico no qual todo êxtase era considerado “sagrado”. E a prostituição profana heterossexual, bem como homossexual, é muito antiga e, com freqüência, bastante sofisticada. (O treinamento das tribades ocorre entre os chamados *aborígenes*.)

A transição dessa prostituição para o matrimônio legalmente constituído está cheia de todos os tipos de formas intermediárias. Concepções do matrimônio como uma disposição econômica para garantir a segurança da esposa e a herança legal para o filho; como uma instituição importante (devido aos sacrifícios mortais dos descendentes) na vida no além; e tão importantes para a procriação — essas concepções do casamento são pré-proféticas e universais. Nada têm, portanto com o ascetismo em si. E a vida sexual, *per se*, teve seus fantasmas e seus deuses como qualquer outra função.

Uma certa tensão entre a religião e o sexo só se destacou com o culto temporário da castidade dos sacerdotes. Essa castidade bastante

antiga nem pode ter sido determinada pelo fato de que, do ponto de vista do ritual vigorosamente padronizado do culto da comunidade, a sexualidade era facilmente considerada como especificamente dominada pelos demônios. Além disso, não era por acaso que subseqüentemente as religiões proféticas, bem como as ordens de vida controladas pelos sacerdotes, regulamentavam, quase sem exceção importante, as relações sexuais em favor do *matrimônio*. O contraste de toda regulamentação racional da vida com o orgiasticismo mágico e todos os tipos de frenesis irracionais se expressa nesse fato.

A tensão entre religião e sexo foi aumentada pelos fatores evolucionários, de ambos os lados. No lado da sexualidade, a tensão levou da sublimação ao “erotismo”, e com isso a uma esfera cultivada conscientemente, e portanto não-rotinizada. O sexo foi não-rotinizado não só, ou necessariamente, no sentido de ser estranho às convenções, pois o erotismo contrasta com o naturalismo sóbrio do camponês. E foi precisamente o erotismo que as convenções da Cavalaria habitualmente tomavam como objeto de sua regulamentação. Essas convenções, porém, regulamentaram caracteristicamente o erotismo, disfarçando as bases naturais e orgânicas da sexualidade.

A qualidade extraordinária do erotismo consistiu precisamente num afastamento gradual do naturalismo ingênuo do sexo. A razão e significação dessa evolução, porém, envolvem a racionalização universal e a intelectualização da cultura. Desejamos delinear, brevemente, as fases dessa evolução. Partiremos de exemplos do Ocidente.

O ser total do homem está, agora, alienado do ciclo orgânico da vida camponesa; a vida se tem enriquecido cada vez mais em seu conteúdo cultural, seja esse conteúdo avaliado intelectualmente, ou de forma supra-individual. Tudo isso se operou, através do estrangulamento do valor da vida, em relação ao que é simplesmente dado, no sentido de um maior fortalecimento da posição especial do erotismo. Este foi elevado à esfera do gozo consciente (no sentido mais sublime da expressão). Não obstante, e na verdade devido a essa elevação, ele parecia uma abertura para a essência mais irracional, e portanto mais real, da vida em comparação com os mecanismos da racionalização. O grau e a forma pela qual uma ênfase de valor é colocada no erotismo, como tal, variaram enormemente por toda a história.

Para os sentimentos incontidos dos guerreiros, a posse das mulheres e a luta por elas tiveram o mesmo valor que a luta pelos tesouros e conquista do poder. Na época do helenismo pré-clássico, no período do romance *cavalheiresco*, uma decepção erótica podia ser considerada por Arquíloco uma experiência significativa, de relevância duradoura, e a captura de uma mulher podia ser considerada um incidente incomparável numa guerra heróica.

Os tragediógrafos conheciam o amor sexual como um poder autêntico do destino, e seu repertório incluía ecos duradouros dos mitos.

Uma mulher, porém — Safo —, não foi igualada pelo homem na capacidade de sentimento erótico. O período helênico clássico, o período do exército dos hoplitas, concebia as questões eróticas de uma forma relativa e excepcionalmente sóbria. Como o provam todas as suas confissões, esses homens foram ainda mais sóbrios do que a camada educada dos chineses. Não obstante, não é exato que esse período não conhecesse a ansiedade mortal do amor sexual. O amor helênico caracterizou-se exatamente pelo oposto. Devemos lembrar-nos — apesar de Aspásia — do discurso de Péricles e finalmente da conhecida oração de Demóstenes.

Para o caráter exclusivamente masculino dessa época de “democracia”, o tratamento da experiência erótica com mulheres como “destino da vida” — para usar nosso vocabulário — teria parecido quase que ingênuo e sentimental. O “camarada”, o rapaz, era o objeto exigido com toda a cerimônia do amor, e este fato ocupava precisamente o centro da cultura helênica. Assim, com toda a sua magnificência, o eros de Platão é, não obstante, um sentimento muito controlado. A beleza da paixão báquica não era um componente oficial dessa relação.

A possibilidade de problemas e de tragédia tendo por base um princípio surgiu na esfera erótica, a princípio, através de algumas exigências de responsabilidade que, no Ocidente, nascem do cristianismo. A conotação de valor da sensação erótica, como tal, evoluiu porém primordialmente e antes de tudo o mais sob o condicionamento cultural das noções feudais de honra. Isto aconteceu pela transferência dos símbolos da vassalagem cavaleiresca na relação sexual eroticamente sublimada. O erotismo recebeu uma conotação de valor mais frequentemente quando, durante a fusão da vassalagem e das relações eróticas, ocorreu uma combinação com a religiosidade cripto-erótica, ou diretamente com o ascetismo como durante a Idade Média. O amor dos trovadores da Idade Média cristã foi um serviço erótico dos vassallos. Não se dirigia às moças, mas exclusivamente às mulheres dos outros homens; envolvia (teoricamente!) noites de amor abstinências e um código de deveres casuísta. Com isso começou a “provação” do homem, não perante seus pares, mas diante do interesse erótico da “dama”.

A concepção da “dama” foi constituída exclusiva e precisamente em virtude da sua função de julgar. A masculinidade do helenismo contrasta claramente com essa relação entre o vassallo e a “dama”.

O caráter especificamente sensacional do erotismo desenvolveu-se ainda mais com a transição das convenções da Renascença para o intelectualismo crescentemente não-militar da cultura dos salões. Apesar das grandes diferenças entre as convenções da Antiguidade e da Renascença, estas últimas eram essencialmente masculinas e de luta; sob esse aspecto, aproximavam-se muito da Antiguidade. Isso se deve ao fato de que, à época de Cortegiano e de Shakespeare, as convenções renascentistas haviam acabado com a castidade dos cavaleiros cristãos.

A cultura dos salões baseia-se na convicção de que a conversação intersexual é importante como força criadora. A sensação erótica, clara ou latente, e a comprovação do cavalheiro perante os olhos da dama tornaram-se meio indispensável de estimular essa conversação. Desde as *Lettres Portugaises*, os problemas amorosos reais das mulheres tornaram-se um valor de mercado intelectual e específico, e a correspondência amorosa feminina tornou-se "literatura".

A última intensificação da esfera erótica ocorreu, em termos das culturas intelectualistas, quando essa esfera colidiu com o traço inevitavelmente ascético do homem especialista vocacional. Sob essa tensão entre a esfera erótica e a vida cotidiana racional, a vida sexual especificamente extraconjugal, que havia sido afastada das coisas cotidianas, pôde surgir como o único laço que ainda ligava o homem à fonte natural de toda vida. O homem emancipara-se totalmente do ciclo da velha existência simples e orgânica do camponês.

Uma tremenda ênfase de valor sobre a sensação específica de uma salvação interior em relação à racionalização foi o resultado disso. Uma alegre vitória sobre a racionalidade correspondeu, em seu radicalismo, à rejeição inevitável, e igualmente radical, de uma ética de qualquer tipo de salvação no outro mundo, ou supramundana. Para essa ética, a vitória do espírito sobre o corpo deveria encontrar seu clímax precisamente aqui, e a vida sexual poderia até mesmo adquirir o caráter de ligação única e necessária com a animalidade. Mas essa tensão entre uma salvação da racionalidade que se voltava para o mundo interior e a que se voltava para o mundo exterior será mais aguda e mais inevitável precisamente onde a esfera sexual é sistematicamente preparada para uma sensação erótica muito valorizada. Essa sensação reinterpreta e glorifica toda a animalidade pura da relação, ao passo que a religião salvadora adquire o caráter de uma religião de amor, fraternidade e amor pelo próximo.

Nessas condições, a relação erótica parece oferecer o auge insuperável da realização do desejo de amor na fusão direta das almas entre si. Nessa entrega sem limite é tão radical quanto possível em sua oposição a toda funcionalidade, racionalidade e generalidade. É citada aqui como o significado singular que uma criatura, sem sua irracionalidade, tem para outra, e somente para essa outra específica. Do ponto de vista do erotismo, porém, esse significado, e com ele o conteúdo de valor da própria relação, baseia-se na possibilidade de uma comunhão experimentada como uma unificação completa, como um desaparecimento do "tu". É tão esmagadora que pode ser interpretada "simbolicamente": como um sacramento. O amante considera-se preso à essência da verdadeira vida, que é eternamente inacessível a qualquer empresa racional. Sabe-se livre das frias mãos ósseas dos ordens racionais, tão completamente quanto da banalidade da rotina cotidiana. Essa consciência do amante baseia-se na indelebilidade e

inexauribilidade de sua própria experiência, que não é comunicável e, sob esse aspecto, equivale à “posse” do místico. Isso ocorre não apenas devido à intensidade da experiência do amante, mas à dedicação da realidade possuída. Sabendo que a “própria vida” está nele, o amante coloca-se em oposição ao que, para ele, é a experiência sem objetivo do místico, como se enfrentasse a luz mortífera de uma esfera irreal.

Assim como o amor consciente do homem maduro está para o entusiasmo apaixonado do jovem, assim a ansiedade mortal desse erotismo do intelectualismo está para o amor cavaleiresco. Em contraste com esse último o amor maduro do intelectualismo reafirma a qualidade natural da esfera sexual, mas o faz de modo consciente, como uma força criadora materializada.

A ética da fraternidade religiosa opõe-se, radical e antagonicamente, a tudo isso. Do ponto de vista de tal ética, essa sensação interior e terrena da salvação pelo amor maduro compete, da forma mais aguda possível, com a devoção a um deus supramundano, com a devoção a uma ordem de Deus eticamente racional, ou com a dedicação de um anseio místico de individuação, que só parece “genuíno” à ética da fraternidade.

Certas inter-relações psicológicas das duas esferas aumentam a tensão entre religião e sexo. O erotismo mais elevado coloca-se psicológica e fisiologicamente numa relação mutuamente substitutiva com determinadas formas sublimadas da piedade heróica. Em oposição ao ascetismo racional, ativo, que rejeita o sexo como irracional, e que é considerado pelo erotismo um inimigo poderoso e mortal, essa relação sucedânea é orientada especialmente para a união mística com Deus. Dela segue-se a constante ameaça de uma revanche mortalmente requintada da animalidade, ou de um deslizar inexorável do reino místico de Deus para o reino do Demasiado-Humano. Essa afinidade psicológica aumenta naturalmente o antagonismo dos significados interiores entre o erotismo e a religião.

Do ponto de vista de qualquer ética religiosa da fraternidade, a relação erótica deve manter-se ligada, de forma mais ou menos requintada, à brutalidade. Quanto mais sublimada for, tanto mais brutal. Inevitavelmente, esta relação é considerada de conflito. Tal conflito não é exclusivamente, nem mesmo predominantemente, o ciúme e a vontade de posse, excluindo terceiros. É muito mais do que a coação mais íntima da alma do companheiro menos brutal. Essa coação existe porque jamais é percebida pelos próprios participantes. Pretendendo ser uma dedicação extremamente humana, ela constitui o gozo sofisticado de si mesmo no outro. Nenhuma comunhão erótica consumida sabe-se baseada em qualquer outra coisa que não uma *destinação* misteriosa de um para o outro: o *destino*, neste sentido mais elevado da palavra. Com isso, ela se sabe “legitimada” (num sentido inteiramente amoral).

Mas, para a religião da salvação, esse “destino” é apenas o incêndio puramente fortuito da paixão. A obsessão patológica, assim criada, a idiosincrasia e as variações de perspectivas e de toda justiça objetiva podem parecer, à religião da salvação, como a mais completa negativa de todo o amor fraternal e toda servidão de Deus. A euforia do amante feliz é considerada “boa”; tem a necessidade cordial de poetizar todo o mundo com características felizes, ou encantar todo o mundo num entusiasmo ingênuo para a difusão da felicidade. E encontra sempre a zombaria fria da ética radical, e de base verdadeiramente religiosa, da fraternidade. Os trechos psicologicamente mais completos das obras de Tolstói podem ser citados, quanto a isso.¹ Aos olhos dessa ética, o mais sublime erotismo é o pólo oposto de toda fraternidade, orientada religiosamente nestes aspectos: deve, necessariamente, ser exclusiva em sua essência interior; deve ser subjetiva no mais alto sentido imaginável; e deve ser absolutamente incomunicável.

Tudo isso está, decerto, longe do fato de que o caráter apaixonado do erotismo, como tal, parece à religião da fraternidade uma perda indigna do autocontrole e da orientação no sentido da racionalidade e sabedoria das normas desejadas por Deus ou da “posse mística” da santidade. Para o erotismo, porém, a “paixão” autêntica, *per se*, constitui o tipo de *beleza*, e sua rejeição é blasfêmia.

Por motivos psicológicos e de acordo com seu sentido, o delírio erótico só está em uníssono com a forma orgiástica e carismática de religiosidade, que, porém, num sentido especial, é interiorizada. A aceitação do ato do matrimônio, da *copula carnalis*, como “sacramento” da Igreja Católica, é uma concessão a esse sentimento. O erotismo entra facilmente numa relação inconsciente e instável de substituição ou fusão com o misticismo exterior e extraordinário. Isso ocorre com a tensão interior muito forte entre erotismo e misticismo. Ocorre porque são psicologicamente substitutivos. Fora dessa fusão, o colapso no orgiasticismo ocorre muito rapidamente.

O ascetismo voltado para o mundo interior e racional (ascetismo vocacional) só pode aceitar o matrimônio racionalmente regulamentado. Esse tipo de matrimônio é aceito como uma das ordenações divinas dadas ao homem, como uma criatura inevitavelmente amaldiçoada em virtude de sua “concupiscência”. Dentro dessa ordem divina, é dado ao homem viver de acordo com as finalidades racionais que ela impõe e somente de acordo com elas: procriar e educar os filhos, e estimular-se mutuamente ao estado de graça. Esse ascetismo racional interior deve rejeitar a sofisticação do sexo transformado em erotismo, como uma

1 Especialmente de *Guerra e Paz*. A posição da religião de salvação é fixada com bastante clareza em *Ascavogsha*. Incidentalmente, a conhecida análise de Nietzsche, em *A Vontade de Poder*, está, em substância, perfeitamente de acordo com isso, apesar — e precisamente devido a eles — dos valores de transvalorização claramente admitidos.

idolatria do pior gênero. Por sua vez, esse ascetismo reúne a sexualidade primária, naturalista e *não*-sublimada do camponês, transformando-a numa ordem racional do homem como criatura. Todos os elementos da “paixão”, porém, são então considerados resíduos da Queda. Segundo Lutero, Deus, para impedir o pior, é tolerante para com esses elementos de paixão. O ascetismo racional voltado para o mundo exterior (ascetismo ativo do monge) também rejeita os elementos apaixonados, e com eles toda a sexualidade, como um poder diabólico que põe em risco a salvação. A ética dos quacres (tal como se evidencia nas cartas de William Penn à sua mulher) bem pode ter conseguido uma interpretação autenticamente humana dos valores interiores e religiosos do casamento. Sob tal aspecto, a ética quacre foi além da interpretação luterana, um tanto grosseira, do significado do matrimônio.

De um ponto de vista exclusivamente interior, somente a ligação do matrimônio com o pensamento da responsabilidade ética de um pelo outro — daí uma categoria heterogênea à esfera exclusivamente erótica — pode encerrar o sentimento de que alguma coisa única e suprema poderia estar encerrada no matrimônio; que ele poderia ser a transformação do sentimento de um amor consciente da responsabilidade, através de todas as nuances do processo vital orgânico, “até o pianíssimo da velhice”, e uma garantia mútua e uma dúvida mútua (no sentido de Goethe). Raramente a vida oferece um valor em forma pura. Aquele a quem é dado, pode falar da graça e fortuna do destino — e não do seu próprio “mérito”.

8. *A Esfera Intelectual*

A rejeição de toda a rendição ingênua aos modos mais intensivos de experimentar a existência, artística e erótica, é como tal apenas uma atitude negativa. Mas é evidente que essa rejeição poderia aumentar a força com que as energias fluem para a realização racional, tanto ética quanto exclusivamente intelectual. Devemos notar, porém, que a tensão, autoconsciente, da religião é a maior e mais fundamentada em princípios, quando a religião enfrenta a esfera do conhecimento intelectual.

Há uma unidade no reino da mágica e na imagem puramente mágica do mundo, como observamos no caso do pensamento chinês. Um reconhecimento profundo e mútuo entre a religião e a especulação puramente metafísica também é possível, embora em geral essa especulação leve facilmente ao ceticismo. A religião, portanto, considera a pesquisa exclusivamente empírica, inclusive a da ciência natural, como mais conciliável com os interesses religiosos do que a filosofia. Isso ocorre, acima de tudo, com o protestantismo ascético.

A tensão entre a religião e o conhecimento intelectual destaca-se com clareza sempre que o conhecimento racional, empírico, funcionou coerentemente através do desencantamento do mundo e sua transfor-

mação num mecanismo causal. A ciência encontra, então, as pretensões do postulado ético de que o mundo é um cosmo ordenado por Deus e, portanto, *significativo* e eticamente orientado. Em princípio, a visão do mundo, tanto empírica quanto matematicamente orientada, apresenta refutações a qualquer abordagem intelectual que, de alguma forma, exija um “significado” para as ocorrências do mundo interior. Todo aumento do racionalismo na ciência empírica leva a religião, cada vez mais, do reino racional para o irracional; mas somente hoje a religião se torna o poder supra-humano irracional ou anti-racional. As proporções da consciência ou da coerência na experiência deste contraste, porém, variam muito. Atanásio venceu com a sua fórmula — totalmente absurda quando vista racionalmente — em sua luta contra a maioria dos filósofos helênicos da época; não parece inconcebível, como dissemos, que entre outras razões ele realmente desejasse forçá-los, expressamente, ao sacrifício intelectual e a fixar um limite para a discussão racional. Pouco depois, porém, a própria Trindade foi racionalmente posta em dúvida e discutida.

Devido a essa tensão aparentemente inconciliável, as religiões proféticas, bem como as sacerdotais, mantiveram, repetidamente, uma relação íntima com o intelectualismo racional. Quanto menos misticismo mágico ou meramente contemplativo, e quanto mais “doutrina” uma religião encerra, tanto maior é a sua necessidade de apologética racional. Os feiticeiros, em toda parte, foram os depositários típicos dos mitos e sagas heróicos, porque participaram da educação e treinamento dos jovens guerreiros a fim de despertá-los para o êxtase heróico e a regeneração heróica. Para eles o sacrifício, como o único agente capaz de conservar a tradição, substituiu o treinamento da juventude nas leis e, com freqüência, também nas tecnologias puramente administrativas e, acima de tudo, na escrita e no cálculo. Quanto mais a religião se tornou livresca e doutrinária, tanto mais literária tornou-se e mais eficiente foi no estímulo ao pensamento leigo racional, livre de controle sacerdotal. Dos pensadores leigos, porém, saíram os profetas que eram hostis aos sacerdotes; bem como os místicos, que buscavam a salvação independentemente deles e dos sectários; e, finalmente, os céticos e filósofos, que eram hostis à fé.

Uma racionalização da apologética sacerdotal reagiu contra essa evolução. O ceticismo anti-religioso, *per se*, esteve presente na China, Egito e nos Vedas, na literatura pós-exílica dos judeus. Em princípio, foi exatamente como é hoje; não lhe foi acrescido quase nenhum argumento novo. Portanto, a questão central do poder para o clero passou a ser a monopolização da educação dos jovens.

Com a crescente racionalização da administração política, o poder do clero pôde aumentar. Nos tempos antigos do Egito e Babilônia, somente o clero recrutava os escribas para o Estado. O mesmo aconteceu com o príncipe medieval, quando a administração baseada em docu-

mentos teve início. Dos grandes sistemas de pedagogia, somente o confucionismo e o da Antiguidade do Mediterrâneo souberam como fugir ao poder dos sacerdotes. O primeiro o conseguiu em virtude de sua poderosa burocracia estatal, e o segundo pela falta absoluta de administração burocrática. Com a eliminação dos padres no setor educativo, a própria religião sacerdotal foi eliminada nesses casos. Com essas exceções, porém, os cleros forneceram e controlaram, regularmente, o pessoal das escolas.

Não foram apenas os interesses genuinamente sacerdotais que provocaram as sempre renovadas ligações entre a religião e o intelectualismo. Foram, também, a compulsão interiorizante do caráter racional da ética religiosa e a busca especificamente intelectualista da salvação. Na verdade, toda religião em sua subestrutura psicológica e intelectual, e nas suas conclusões práticas, tomou uma posição diferente em relação ao intelectualismo, sem permitir, porém, que desaparecesse a tensão interiorizante última, pois ela se baseia na disparidade inevitável entre as formas últimas das imagens do mundo.

Não há, absolutamente, nenhuma religião “coerente”, funcionando como uma força vital que não é compelida, em *algum* ponto, a exigir o *credo non quod, sed quia absurdum* — o “sacrifício do intelecto”.

Não é necessário, e seria impossível, tratar detalhadamente dos estágios da tensão entre a religião e o conhecimento intelectual. A religião redentora defende-se do ataque do intelecto auto-suficiente. E assim o faz, decerto, rigorosamente baseada em princípios, formulando a pretensão de que o conhecimento religioso se move numa esfera diferente e que a natureza e significado do conhecimento religioso são totalmente diferentes das realizações do intelecto. A religião pretende oferecer uma posição última em relação ao mundo através de uma percepção direta do “significado” do mundo. Não quer oferecer o conhecimento intelectual relativo ao que é ou que deveria ser. Pretende revelar o sentido do mundo não por meio do intelecto, mas em virtude de um carisma da iluminação. Esse carisma, ao que se diz, só é transmitido aos que fazem uso da respectiva técnica e se libertam das substituições enganosas e errôneas, apresentadas como conhecimento pelas impressões confusas dos sentidos e as abstrações vazias do intelecto. A religião acredita que elas são, na verdade, irrelevantes para a salvação. Libertando-se delas, o homem religioso prepara-se para a recepção da percepção importantíssima do significado do mundo e de sua própria existência. Em todas as tentativas da filosofia de tornar demonstrável esse significado último, e a posição (prática) que se segue da compreensão, a religião redentora vê apenas o desejo do intelecto de escapar à sua própria autonomia legítima. A mesma opinião se mantém em relação às tentativas filosóficas de conseguir o conhecimento intuitivo que, embora interessado no “ser” das coisas, tem uma dignidade que difere principalmente da dignidade do conhecimento re-

ligioso. Acima de tudo, a religião vê tudo isso como um produto específico do racionalismo mesmo, do qual o intelectualismo, por essas tentativas, desejaria muito escapar.

A religião da salvação, porém, vista de sua própria posição, deve ser responsabilizada por transgressões igualmente incoerentes, tão logo ela abre mão da incomunicabilidade inexpugnável das experiências místicas. Quando coerente, essa religião só pode ter os meios de provocar experiências místicas como *acontecimentos*: não tem meios de comunicá-las e demonstrá-las de forma adequada. Qualquer tentativa de influenciar o mundo levará a religião mística a correr esse perigo, tão logo a tentativa assumo o caráter de propaganda. O mesmo é válido para qualquer tentativa de interpretar o sentido do universo racionalmente, embora a tentativa tivesse sido repetidamente feita.

Os postulados religiosos podem entrar em conflito com o “mundo” de diferentes pontos de vista, e o ponto de vista em questão é sempre de grande importância para a direção e a forma pelas quais a “salvação” será buscada. Em todos os tempos e todos os lugares, a necessidade de salvação — cultivada conscientemente como a substância da religiosidade — resultou da tentativa de uma racionalização sistemática e prática das realidades da vida. Na verdade, essa conexão tem sido mantida com graus variados de evidência: nesse nível, todas as religiões exigiram, como pressuposto específico, que o curso do mundo seja, de alguma forma, *significativo*, pelo menos na medida em que se relacione com os interesses dos homens. Como já vimos, essa pretensão surgiu naturalmente como o problema habitual do sofrimento injusto, e, daí, como o postulado de uma compensação justa para a distribuição desigual da felicidade individual no mundo. Daí, a pretensão tendeu a progredir, passo a passo, no sentido de uma crescente desvalorização do mundo. Quanto mais intensamente o pensamento racional ocupou-se do problema da compensação justa e retributiva, tanto menos pareceu possível uma solução totalmente interior e tanto menos provável, ou mesmo significativa, uma solução exterior.

Pelo que mostram as aparências, o curso atual do mundo não teve muita relação com esse postulado da compensação. A desigualdade eticamente não-motivada na distribuição da felicidade e miséria, para a qual parecia concebível uma compensação, continuou irracional; o mesmo ocorreu com a simples realidade da existência do sofrimento, pois a difusão universal do sofrimento só podia ser substituída por outro problema, ainda mais irracional, a questão da origem do pecado que, segundo o ensinamento dos profetas e sacerdotes, deve explicar o sofrimento como um castigo ou um meio de disciplina. Um mundo criado para o exercício do pecado deve parecer ainda menos eticamente perfeito do que um mundo condenado ao sofrimento. De qualquer modo, a imperfeição absoluta deste mundo estabeleceu-se firmemente como um postulado ético. E a futilidade das coisas mundanas só pareceu

significativa e justificada em termos dessa imperfeição. Essa justificação, porém, parecia adequada a uma desvalorização maior do mundo, pois não era apenas, e nem mesmo primordialmente, o indigno que se mostrava transitório. O fato de que a morte e a ruína, com seus efeitos niveladores, superavam os bons homens e as boas obras, bem como as más, parecia uma depreciação precisamente dos valores supremos deste mundo — uma vez concebida a idéia de uma duração perpétua do tempo, de um Deus eterno e de uma ordem eterna. Em face disso, os valores — e precisamente os mais apreciados — foram consagrados como sendo “intemporalmente” válidos. Daí a significação de sua realização na “cultura” ter sido considerada independente da duração temporal de sua concreção. Com isso, a rejeição ética do mundo empírico pôde ser intensificada, pois a essa altura poderia surgir no horizonte religioso uma seqüência de pensamentos de muito maior significação do que a imperfeição e futilidade das coisas mundanas, porque essas coisas deviam denunciar precisamente os “valores culturais” que habitualmente se colocam mais alto.

Esses valores encerravam o estigma do pecado mortal, de uma culpa inevitável e específica. Mostraram-se condicionados ao carisma da mente ou do gosto. Seu cultivo pareceu pressupor, inevitavelmente, modos da existência que vão contra a exigência de fraternidade e que só poderiam ser adaptados a esta exigência pelo auto-engano. As barreiras da educação e do cultivo estético são as mais íntimas e mais insuperáveis de todas as diferenças de estamento. A culpa religiosa podia surgir, agora, não só como uma concomitante ocasional, mas como uma parte integral de toda a cultura, de toda conduta num mundo civilizado e, finalmente, de toda a vida estruturada em geral. E com isso os valores últimos que este mundo oferecia pareceram onerar-se da maior culpa.

Sempre que a ordem externa da comunidade social se transformou na cultura da comunidade do Estado, evidentemente ela só podia ser mantida pela força bruta, que só se interessava pela justiça nominal e ocasionalmente, e, de qualquer modo, apenas na medida em que as razões de Estado permitiram. Essa força alimentou, inevitavelmente, novos atos de violência contra os inimigos externos e internos; além disso, fomentou pretextos desonestos para tais atos. Daí ter significado uma ausência de amor clara ou, o que é pior, farisaicamente disfarçada. O cosmo econômico rotinizado, e assim a forma racionalmente mais elevada de provisão dos bens materiais, indispensáveis para toda a cultura mundana, foi uma estrutura a que a ausência de amor está ligada desde a raiz mesma. Todas as formas de atividade no mundo estruturado pareceram envolver-se na mesma culpa.

A brutalidade velada e sublimada, a idiossincrasia hostil à fraternidade, bem como as modificações ilusionistas de um senso de proporção justo, acompanharam inevitavelmente o amor sexual. Quanto

mais poderosamente se desdobram as forças do amor sexual, menos elas são percebidas pelos participantes e mais veladas são de um modo farisaico. A religiosidade ética recorreu ao conhecimento racional, que seguiu suas normas autônomas e interiores. Deu forma a um cosmo de verdade que já nada tinha a ver com os postulados sistemáticos de uma ética religiosa racional; resultou disso que o mundo como um cosmo deve satisfazer às exigências de uma ética religiosa ou demonstrar algum “sentido”. Pelo contrário, o conhecimento racional teve de rejeitar essa pretensão, em princípio. O cosmo da causalidade natural e o cosmo postulado da causalidade ética, compensatória, mantiveram-se em oposição inconciliável.

A ciência criou esse cosmo da causalidade natural e pareceu incapaz de responder, com certeza, à questão de suas pressuposições últimas. Não obstante, ela, em nome da “integridade intelectual”, arrogou-se a representação da única forma possível de uma visão racional do mundo. O intelecto, como todos os valores culturais, criou uma aristocracia baseada na posse da cultura racional e independente de todas as qualidades éticas pessoais do homem. A aristocracia do intelecto é, portanto, uma aristocracia não-fraternal. O homem do mundo considera a posse da cultura o maior bem. Além do peso da culpa ética, porém, alguma coisa mais cresceu-se a esse valor cultural, que estava destinada a depreciá-lo de forma ainda mais conclusiva, ou seja, a falta de senso — se julgarmos esse valor cultural em termos de seus próprios padrões.

A perfeição puramente interior do eu de um homem de cultura, e daí o valor último a que a “cultura” parece ser redutível, não tem sentido para o pensamento religioso. Isso se segue, para o pensamento religioso, da evidente falta de sentido da morte, precisamente quando encarada do ponto de vista do mundo interior. E, nas condições mesmas de “cultura”, a morte absurda parece apenas deixar a marca decisiva sobre o absurdo da própria vida.

O camponês, como Abraão, podia morrer “saciado da vida”. O senhor de terras e o herói guerreiro feudais podiam fazer o mesmo, pois ambos cumpriam um ciclo de sua existência, além do qual não alcançavam. Cada qual, a seu modo, podia alcançar a perfeição do mundo interior em consequência da clareza ingênua da substância de sua vida. Mas o homem “culto”, que luta para se aperfeiçoar, no sentido de adquirir ou criar “valores culturais”, não pode fazer isso. Pode “cansar-se da vida”, mas não pode “saciar-se da vida”, no sentido de completar um ciclo. A possibilidade de aperfeiçoamento do homem de cultura progride indefinidamente, tal como ocorre com os valores culturais. E o segmento que o recipiente individual e passivo, ou o co-construtor ativo, pode abarcar no curso de uma vida finita, se torna mais insignificante na medida em que mais variados e múltiplos se tornam os valores culturais e as metas do auto-aperfeiçoamento. Daí o condicio-

namento do homem a este cosmo externo e interno de cultura tornar menos provável que o indivíduo possa absorver a cultura como um todo ou aquilo que, em qualquer sentido, é “essencial” na cultura. Além disso, não há critério para julgar este último, tornando-se assim cada vez menos provável que a “cultura” e a luta pela cultura possam ter um significado do mundo interior para o indivíduo.

A “cultura” do indivíduo certamente não consiste na *quantidade* dos valores culturais que ele reúne, mas numa *seleção* desses valores. Mas não há garantia de que ela tenha chegado ao fim que seria significativo para o indivíduo precisamente no momento “acidental” de sua morte. Poderia mesmo voltar as costas à vida, com um ar de distinção: “Tenho o bastante — a vida ofereceu-me (ou negou-me) tudo o que tornava a existência valiosa para *mim*”. Essa atitude orgulhosa parece, à religião de salvação, uma blasfêmia desdenhosa dos modos de vida e destinos ordenados por Deus. Nenhuma religião redentora *aprova* positivamente a “morte pelas próprias mãos”, ou seja, a morte que só foi consagrada pelas filosofias.

Vista dessa forma, a “cultura” surge como a emancipação do homem em relação ao ciclo da vida natural, organicamente prescrito. Por essa razão mesma, cada passo à frente da cultura parece condenado a levar a um absurdo ainda mais devastador. O progresso dos valores culturais, porém, parece tornar-se uma agitação insensata a serviço de finalidades indignas e, ainda mais, autocontraditórias e mutuamente antagonicas. O progresso dos valores culturais parece ainda mais insensato quanto mais ele é tomado como uma tarefa sagrada, uma “vocaçào”.

A cultura torna-se cada vez mais um centro absurdo de imperfeição, de injustiça, de sofrimento, pecado, futilidade, pois é necessariamente sobrecarregada de culpa, e seu desdobramento e diferenciação tornam-se assim, necessariamente, ainda mais insensatos. De um ponto de vista puramente ético, o mundo deve parecer fragmentário e sem valor sempre que julgado à luz do postulado religioso de um “significado” divino da existência. Essa desvalorização resulta do conflito entre a pretensão racional e a realidade, entre a ética racional e os valores em parte racionais e em parte irracionais. A toda construção da natureza específica de cada esfera especial existente no mundo, esse conflito parece destacar-se cada vez mais e de forma mais insolúvel. A necessidade de “salvação” corresponde a essa desvalorização voltando-se cada vez mais para o outro mundo, mais alienada de todas as formas estruturadas de vida, e, num paralelo exato, confinando-se à essência religiosa específica. Essa reação será tanto mais forte quanto mais sistemático o pensamento sobre o “significado” do universo se torna, e quanto mais racionalizada é a organização externa do mundo, tanto mais é sublimada a experiência consciente do conteúdo irracional do mundo. E não só o pensamento teórico, desencantando o mundo, levava

a essa situação, mas também a própria tentativa da ética religiosa de racionalizar prática e eticamente o mundo.

As tentativas místicas e intelectuais específicas de salvação em face dessas tensões sucumbiram por fim ao domínio mundial da não-fraternidade. Por outro lado, seu carisma *não* é acessível a todos. Daí, em intenção, a salvação mística significa, definidamente, aristocracia; é uma religiosidade aristocrática da redenção. E em meio de uma cultura que é racionalmente organizada para uma vida vocacional de trabalho cotidiano, dificilmente haverá lugar para o cultivo da fraternidade acósmica, a menos que seja entre as camadas economicamente despreocupadas. Sob as condições técnicas e sociais da cultura racional, uma imitação da vida de Buda, Jesus ou São Francisco parece condenada por motivos exclusivamente externos.

9. As Três Formas da Teodicéia

As éticas de redenção individual do passado que rejeitaram o mundo aplicaram essa rejeição a pontos muito diferentes dessa escala construída de forma puramente racional. Isso dependeu de numerosas circunstâncias concretas que não podem ser verificadas por uma tipologia teórica. Além dessas circunstâncias, um elemento racional desempenhou seu papel, ou seja, a estrutura de uma *teodicéia* especial. A necessidade metafísica respondeu à consciência de tensões existentes e insuperáveis, e, através da teodicéia, ela tentou encontrar um sentido comum apesar de tudo.

Entre os três tipos de teodicéia que já¹ designamos como as únicas coerentes, o *dualismo* bem poderia servir a tal necessidade. Afirma ele que os poderes da luz e verdade, pureza e bondade coexistem e entram em conflito, sempre, com os poderes das trevas e da falsidade, impureza e mal. Em última análise, este dualismo é apenas uma sistematização direta do pluralismo mágico dos espíritos, com sua divisão em espíritos bons (úteis) e maus (daninhos), que representam estágios preliminares do antagonismo entre divindades e demônios.

O zoroastrismo foi a religiosidade profética que mais coerentemente realizou essa concepção, e daí ter o dualismo principiado com o contraste mágico entre o “puro” e o “impuro”. Todas as virtudes e vícios estavam integrados neste contraste, que envolvia a renúncia à onipresença de um deus cujo poder estava, na verdade, limitado pela existência de um grande antagonista. Os seguidores contemporâneos (os *parses*) na realidade abandonaram essa crença porque não podiam tolerar sua limitação do poder divino. Na escatologia mais coerente, o mundo da pureza e o mundo da impureza, de cuja mistura emanou o mundo empírico fragmentário, separam-se repetidamente em dois rei-

1 Cf. nota 59 acima.

nos à parte. A esperança escatológica mais moderna, porém, faz que o deus da pureza e da benevolência vença, tal como o cristianismo faz que o Salvador triunfe sobre o mal. A forma mais coerente de dualismo é a concepção popular mundial do céu e inferno, que restabelece a soberania de Deus sobre o espírito do mal, que é Sua criatura e com isso acredita que a onipotência divina está salva. Mas, com relutância, deve então, abertamente ou não, sacrificar parte de seu amor divino. Se mantida a onisciência, a criação de um poder de mal radical e a admissão do pecado, especialmente em comunhão com a eternidade dos castigos do inferno para uma das próprias criaturas finitas de Deus, e para pecados finitos, simplesmente não corresponde ao amor divino. Nesse caso, somente uma renúncia da benevolência tem coerência.

A crença na *predestinação* realiza essa renúncia, de fato e com plena coerência. A reconhecida incapacidade do homem em escrutinar os caminhos de Deus significa que ele renuncia numa clareza sem amor à acessibilidade do homem a qualquer significado do mundo. Esta renúncia encerrou todos os problemas desse tipo. Fora do círculo de virtuosos eminentes, a fé nesta coerência não teve duração permanente. Isso ocorreu porque a fé na predestinação — em contraste com a fé no poder irracional do “destino” — exige a suposição de uma destinação providencial, e portanto um pouco racional, do condenado, não só à desgraça, mas ao mal, embora exigindo a “punição” do condenado e, com isso, a aplicação de uma categoria ética.

Tratamos da significação da fé na predestinação [em outro local].¹ Mais tarde examinaremos o dualismo zoroastriano, e rapidamente apenas — porque o número de crentes é pequeno. Poderia ser totalmente omitido, se não fosse a influência das idéias persas de juízo final, bem como a doutrina dos demônios e anjos, até o judaísmo recente. Devido a essas influências, o zoroastrismo é de considerável significação histórica.

A terceira forma de teodicéia que vamos discutir foi peculiar à religiosidade dos intelectuais indianos. Destaca-se em virtude de sua coerência, bem como pela sua extraordinária realização metafísica: une a auto-redenção do homem, semelhante à do virtuoso, com a acessibilidade universal à salvação, a mais rigorosa rejeição do mundo com a sua ética orgânica social, e a contemplação como o caminho mais destacado para a salvação com uma ética vocacional do mundo interior.

1 *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.*

ÍNDICE

WEBER — Apresentação	5
Cronologia	17
Bibliografia	19
PARLAMENTARISMO E GOVERNO NUMA ALEMANHA RECONSTRUÍDA	21
<i>Prefácio</i>	23
I — O legado de Bismarck	29
II — Burocracia e liderança política	39
1. <i>Burocracia e política</i>	39
2. <i>As realidades da política partidária e a falácia do Estado Corporativo</i>	42
3. <i>Burocratização e a ingenuidade dos críticos</i>	46
4. <i>As limitações políticas da burocracia</i>	50
5. <i>O papel limitado do monarca</i>	52
6. <i>Parlamentos fracos e fortes, política negativa e positiva</i> . . .	55
7. <i>As fraquezas constitucionais do Reichstag e o problema da liderança</i>	57
III — O direito a inquérito parlamentar e o recrutamento de líderes políticos	65
1. <i>Supervisão eficaz e a base de poder de burocracia</i>	66
2. <i>O parlamento como campo de provas para líderes políticos</i>	68
3. <i>A importância das comissões parlamentares na guerra e na paz</i>	69
4. <i>Crises internas e a falta de liderança parlamentar</i>	73
5. <i>Profissionalismo parlamentar e direitos adquiridos</i>	76
IV — Burocracia e política externa	83
1. <i>O fracasso do governo em não refrear declarações prejudiciais do monarca</i>	83
2. <i>Restrições parlamentares e legais</i>	91
V — Governo parlamentar e democratização	97

1. <i>Sufrágio universal e parlamentarismo</i>	97
2. <i>O impacto da democratização da organização e liderança dos partidários</i>	98
3. <i>Democratização e demagogia</i>	104
4. <i>Liderança plebiscitária e controle parlamentar</i>	107
5. <i>A perspectiva da liderança eficaz na Alemanha de pós-guerra</i>	115
CAPITALISMO E SOCIEDADE RURAL NA ALEMANHA	119
O CARÁTER NACIONAL E OS "JUNKERS"	143
REJEIÇÕES RELIGIOSAS DO MUNDO E SUAS DIREÇÕES	155
1. <i>Motivos para a rejeição do mundo: o significado de sua construção racional</i>	157
2. <i>Tipologia do ascetismo e do misticismo</i>	158
3. <i>Direções da renúncia ao mundo</i>	160
4. <i>A esfera econômica</i>	164
5. <i>A esfera política</i>	166
6. <i>A esfera estética</i>	172
7. <i>A esfera erótica</i>	175
8. <i>A esfera intelectual</i>	181
9. <i>As três formas da teodicéia</i>	188